

VEREDAS DE

BRASÍLIA

As expedições geográficas em busca de um sonho

Nelson de Castro Senra
Organizador

Nísia Trindade Lima
Moema de Rezende Vergara
Sergio Nunes Pereira
Luiz Henrique G. Castiglione
Luiz Antônio Pinto de Oliveira
Mauro Lambert Ribeiro

Cybelle de Ipanema
Pedro P. Geiger
Marco Aurélio Martins Santos
Walker Roberto Moura

VEREDAS DE

BRASÍLIA

As expedições geográficas em busca de um sonho

Nelson de Castro Senra
Organizador

Nisia Trindade Lima
Moema de Rezende Vergara
Sergio Nunes Pereira
Luiz Henrique B. Castiglione
Luiz Antônio Pinto de Oliveira
Mauro Lambert Ribeiro

Cybelle de Ipanema
Pedro P. Geiger
Marco Aurélio Martins Santos
Walker Roberto Moura

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Paulo Bernardo Silva

**INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA – IBGE**

Presidente
Eduardo Pereira Nunes

Diretor Executivo
Sérgio da Costa Côrtes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Wasmália Socorro Barata Bivar

Diretoria de Geociências
Luiz Paulo Souto Fortes

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Sérgio da Costa Côrtes (interino)

UNIDADE RESPONSÁVEL

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Neilson de Castro Senra
Organizador

Nísia Trindade Lima
Moema de Rezende Vergara
Sergio Nunes Pereira
Luiz Henrique G. Castiglione
Luiz Antônio Pinto de Oliveira
Mauro Lambert Ribeiro

Cybelle de Ipanema
Pedro P. Geiger
Marco Aurélio Martins Santos
Walker Roberto Moura

VEREDAS DE

BRASILIA

As expedições geográficas em busca de um sonho

Rio de Janeiro
2010

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-4115-0

© IBGE. 2010

Este livro foi organizado por Nelson de Castro Senra, Doutor em Ciência da Informação (ECO/UFRJ), Pesquisador no Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI e Professor de "Sociologia das Estatísticas" no Programa de Mestrado da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, ambos no IBGE.

Capa

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro - Gerência de Editoração - Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Folhas de Guarda

1ª - Folha de Guarda: Avenida Central do Núcleo Bandeirante - 1957 - Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal

2ª - Candangos na Praça dos Três Poderes, em Brasília - 1959-1960 - Foto de Mario Fontenelle - Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal

Veredas de Brasília : as expedições geográficas em busca de um sonho / Nelson de Castro Senra (organizador) ; Nísia Trindade Lima ... [et al.]. - Rio de Janeiro : IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010.
195 p.

ISBN 978-85-240-4115-0

1. Capitais (Cidades) - Transferência. 2. Brasília (DF) - História. 3. Brasil - Capital. 4. Brasília (DF) - Descrições e viagens. 5. IBGE - História. I. Senra, Nelson de Castro. II. Lima, Nísia Trindade. III. IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais
RJ/IBGE/2010-03

CDU 711.432(81)
GEO

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

07 APRESENTAÇÃO

09 INTRODUÇÃO

O IBGE, para saudar Brasília, desvela sua própria atuação na criação da capital
Nelson de Castro Senra

1ª Parte: O LOCAL DA CAPITAL

17 Brasília: a capital no sertão

Nísia Trindade Lima

35 A Comissão Cruls e o projeto de mudança da Capital Federal na Primeira República

Moema de Rezende Vergara

48 Perfil, por *Marco Aurélio Martins Santos*

Louis Cruls: o homem que seguiu as estrelas até a futura capital do Brasil

51 Na boca do sertão ou integrada ao ecúmeno?

Militares, estatísticos, geógrafos e a localização da nova capital
Sergio Nunes Pereira

75 Vivências:

Uma candanga antes dos candangos: vivências de uma expedição geográfica
Cybelle de Ipanema

78 As expedições geográficas do IBGE

Pedro P. Geiger

82 Perfis, por *Marco Aurélio Martins Santos*

General Djalma Polli Coelho: entre glórias e crises

Francis Ruellan: um mestre geógrafo em campo

Fábio de Macedo Soares Guimarães: presença marcante em duas comissões

Leo Waibel: uma referência entre mestres



93 Brasília, codinome Vera Cruz: a comissão engenheira que fundou as bases da construção da nova capital.
Luiz Henrique G.Castiglione

114 Perfis, por *Marco Aurélio Martins Santos*

Marechal Aguiinaldo Caiado de Castro: um personagem da História a ser redescoberto
Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque: uma vida determinada pelo ideal

2ª Parte: O INÍCIO DA CAPITAL

123 Em 1959, o censo experimental na alvorada de Brasília
Luiz Antônio Pinto de Oliveira

137 Vivência:
Um candango ibgeano
Walker Roberto Moura

141 Geografia de esperança:
a Reserva Ecológica do IBGE e a nova capital
Mauro Lambert Ribeiro

157 ANEXOS

1. Carta de *Mário Augusto Teixeira de Freitas* ao Dep. João d'Abreu (representante do Estado de Goiás), a propósito de um discurso na Assembléia Constituinte, em 15 de junho de 1946.
2. Carta de *Mário Augusto Teixeira de Freitas* ao General Djalma Polli Coelho (Chefe do Serviço Geográfico do Exército e Presidente da Comissão de Estudos para a localização da nova Capital do Brasil), contendo palavras de agradecimento, em 09 de junho de 1947
3. Entrevista de *Mário Augusto Teixeira de Freitas* ao Diário Trabalhista, do Rio de Janeiro, publicada em resumo em sua edição de 13 de setembro de 1948, sob o título "Brasília, capital do Brasil".
4. Texto de Alain Ruellan (filho de Francis Ruellan), "A localização de Brasília: papel das Expedições Geográficas de junho a setembro de 1947", em novembro de 2005.

Neste livro, o IBGE, por seu Centro de Documentação e Disseminação de Informações, lembra sua distinta presença na história de Brasília. O momento é propício, nos 50 anos da cidade como Capital Federal, desde sua inauguração pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira em 21 de abril de 1960.

A proposta de mudança da capital vem de antes do IBGE, é certo. É sabido que houve, em sua defesa, inúmeras propostas anteriores à Independência e ao longo do Império, mas ação oficial, mesmo, surgiu apenas no início da República, com a Comissão dirigida por Luiz Cruls, porém sem chegar à mudança. E os discursos continuaram.

Muitos homens notáveis pugnaram pela mudança e muito dessa longa história é contada neste livro. Entre vários, está Mário Augusto Teixeira de Freitas que, entre outros feitos notáveis, com ousadia e coragem, idealizou e implantou o IBGE. Sua pena serviu ao pensar a reocupação do território, centrada na mudança da Capital Federal.

O IBGE, desde 1936, em vários documentos preciosos à história do Brasil, defendeu a mudança, e tão logo a Constituição democrática de 1946 retomou a mudança como preceito, envolveu-se diretamente.

Assim, já em 1947, promoveu duas expedições geográficas (no âmbito do Conselho Nacional de Geografia, então um dos seus dois órgãos máximos), dando conteúdo científico à Comissão dirigida por Polli Coelho, incumbida da localização de um sítio para a nova capital (indo no rumo de Cruls). Na ocasião, geógrafos notáveis se fizeram presentes: Antonio Teixeira Guerra, Christovam Leite de Castro, Dora Amarante Romariz, Eugênia Zambelli Gonçalves, Fábio de Macedo Soares Guimarães, José Veríssimo da Costa Pereira, Lindalvo Bezerra dos Santos, Lúcio de Castro Soares, Marília Galvão, Ney Strauch, Nilo e Lysia Bernardes, Orlando Valverde, Speridião Faissol, e Walter Alberto Egler, entre vários outros. Todos, eles e elas, notáveis ibgeanos, valeram-se da orientação científica de Francis Ruellan e de Leo Waibel, geógrafos estrangeiros associados ao Conselho Nacional de Geografia.

Adiante, num terceiro momento, 1955-1956, na Comissão dirigida por José Pessoa, de novo o IBGE esteve presente com Fábio de Macedo Soares Guimarães, então Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, e com o eminente cientista Allyrio Huguene de Mattos. Suas ações foram decisivas, até pela retomada do realizado no passado recente.

Definida a localização, objeto dessas missões, e já iniciada a construção, o IBGE fez um censo na futura capital, em 1959, pelo qual revelou a população e a habitação daquele tempo, hoje um retrato histórico admirável. Nesse tempo, ainda, coube ao IBGE a iniciativa de realização do primeiro mapa da nova capital, com o sítio geral e nele posto o Plano Piloto (o fez, o cartógrafo Clóvis de Magalhães, em 1958). E mais: em terras que recebeu próximas à capital, em 1961, pouco a pouco, criou um centro de estudos ambientais da biogeografia do Bioma Cerrado, com grande renome nacional e internacional.

E o IBGE não ficou nisso, apenas na história passada, já que Brasília integra suas pesquisas estatísticas e geocientíficas, pelas quais é vista de forma contínua e sistemática. Por essas novas visões, a história presente de Brasília segue sendo revelada, e se soma à história aqui contada, neste livro, por excelentes acadêmicos.

Eduardo Pereira Nunes
Presidente do IBGE



PRESENTAÇÃO

O IBGE, para saudar Brasília, desvela sua própria atuação na criação da capital

Brasília tornou-se Capital Federal em 21 de abril de 1960. Foi inaugurada solenemente, com toda pompa e circunstância, pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Como Meta-Síntese vitoriosa, coroava de sucesso seu ousado Plano de Metas, pelo qual o Brasil devia crescer 50 anos em 5, o tempo do mandato presidencial. Desde então, em seus 50 anos, avançou e se firmou como Capital; nesse tempo, fez e viveu história; hoje, goste-se dela, ou não, pouco importa, é impossível ficar indiferente à sua beleza urbanística e arquitetônica; ela tem charme, sem dúvida nenhuma.

Durante todo esse período, o IBGE esteve presente na trajetória de Brasília, já que sempre a relevou e a revelou em suas pesquisas estatísticas e geocientíficas, mas não será disso que trataremos nesta publicação.

O foco deste livro é outro, é de caráter histórico, e é anterior à inauguração. Antes mesmo da construção, quer-se tratar da questão da definição da localização, numa sucessão de comissões, com diversas expedições geográficas, bem assim, já ao tempo da construção, quer-se mostrar algumas atividades realizadas (censo, mapa, estudos). Eis, então, as duas partes deste livro: 1) *O local da capital*, com quatro textos, dos quais, o primeiro introduz a temática das três comissões que, pouco a pouco, definiram o melhor local da nova capital, e 2) *O início da capital*, com dois textos, relatando atividades ibgeanas ao tempo da construção. E mais quatro textos em anexo, dos quais, três são de autoria de Teixeira de Freitas (escritos ao calor da hora)¹, e o último de autoria (recente) de Alain Ruellan (filho de Francis Ruellan), em que procura recuperar a importância das expedições geográficas de 1947, saídas do IBGE.

A ideia de mudar a capital era antiga, e remonta ao período colonial, tendo estado latente durante o Império. Mas a primeira atividade concreta pela mudança só se daria no início da República (instaurada pelos militares, em golpe contra a ordem constituída, em 15 de novembro de 1889). Não obstante, durante a Primeira República, até 1930, pouco (quase nada) seria realizado efetivamente.

No período colonial, ao tempo de Pombal em Portugal (reinado de D. José I), Francesco Tosi Colombina, cartógrafo e geógrafo italiano, elaborou uma carta de Goiás, focando o Planalto Central, que atenderia as vantagens estratégica (segurança contra invasões) e demográfica (povoar o interior) da capital ideal. Naquele Planalto Central devia estar uma Nova Lisboa (outros nomes virão: Pedrália, Petrópole, Petrópolis, Brasília, ao

¹ O leitor que queira melhor conhecer a participação do IBGE no contexto da Comissão dirigida por Polli Coelho deverá consultar duas resoluções emanadas da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística: a de nº 388, de 21 de julho de 1948, assinada pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares (desde 1936 Presidente do IBGE), em que "exprime votos e sugestões do Conselho a propósito da transferência da Capital da República para o Planalto Central", em cujos anexos estão textos de Polli Coelho; a de nº 492, de 12 de setembro de 1951, assinada pelo General Djalma Polli Coelho (recém-empassado Presidente do IBGE, em substituição ao Embaixador) que "exprime congratulações ao Sr. Presidente do Conselho (o próprio General) por motivo dos seus patrióticos esforços em prol da mudança da Capital da República para o Planalto Central". Nesses tempos, Teixeira de Freitas já havia deixado a Secretaria Geral do IBGE, mas essas resoluções têm sua inegável inspiração.

INTRODUÇÃO

tempo do Império; e tempos depois, já no período republicano, Vera Cruz).

Vários farão a defesa da mudança, com destaque para Hypólito José da Costa, em seu *Correio Braziliense*, (editado em Londres), e para José Bonifácio de Andrada e Silva, poderoso ministro de D. Pedro I, em ação antes e depois do 07 de setembro de 1822 (Independência): antes, nas Cortes de Lisboa, encarregada da elaboração da Constituição do Reino Unido; depois, durante a Constituinte encarregada da elaboração da Constituição do Império do Brasil (já separado de Portugal). Mas, ao fim e ao cabo, a primeira Constituição brasileira (1824) deixaria o assunto de fora.

Durante o Império vários deputados e senadores abordaram a mudança, sem nenhum resultado concreto. Por demais, Francisco Adolpho de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro (historiador e diplomata), fará a defesa enfática da mudança. Mais que usar sua voz e sua pena potentes irá ao local, em viagem em lombo de burro, vendo com seus olhos o famoso Planalto Central. Em 1877, em Viena d'Áustria, onde ocupava a legação brasileira junto ao Império Austro-Húngaro, editará o livrete *"A questão da capital: marítima ou no interior?"*, onde junta seus textos sobre o assunto.

Proclamada a República, sua primeira constituição (1891) preceitua a mudança da capital para o Planalto Central: *"Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 km², que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal"*. Este preceito, com pequenas mudanças, estará presente na Constituição de 1934 (após a queda da Primeira República em 1930) e na de 1946 (após a retomada da democracia, depois do Estado Novo de 1937, cuja carta omitirá o preceito). Comissões de localização serão formalizadas.

Analisemos, agora, a primeira parte do livro, com seus quatro textos².

No texto de abertura, *"Brasília: a capital no sertão"*, introduzindo a temática da mudança, **Nísia Trindade Lima** apresenta as principais conclusões das sucessivas comissões incumbidas da localização da capital, com seus muitos e variados especialistas, e o faz, com acurada propriedade, analisando a "delicada trama que envolveu, em cada momento, as relações entre ciência e política". Ainda que não exista, de modo algum, um inexorável caminho natural, cada comissão pautou-se no passado, indo buscar nos relatórios anteriores inspirações e identidades, mas pondo suas marcas de revisão e de inovação. Como seja, já a primeira comissão, chefiada por Luiz (Louis) Cruls, valeu-se do livrete de Porto Seguro, como as demais comissões valer-se-ão dos relatórios da comissão Cruls, e assim em diante.

Afora a estratégia da segurança, protegendo a capital de ataques externos, no que o Rio de Janeiro era muitíssimo vulnerável pela localização litorânea, havia a razão da insalubridade. O Rio de Janeiro não era salubre, ao passo que o Planalto Central o seria, pela altitude, pelo clima, pelas águas. Essa visão quase idílica, tanto nos textos de Porto Seguro, quanto na missão Cruls, seria posta em xeque pelas viagens médicas do Instituto Oswaldo Cruz, que mostrou um Brasil doente, a exigir firmeza para sanear-lo (o que ainda levaria muito tempo). Ao contrário, a velha Capital, com certa rapidez, passava por renovações urbanísticas e sanitárias, pelas mãos de homens notáveis, entre os quais Pereira Passos e Oswaldo Cruz. Esta e outras razões adiaram a mudança.

Essa abordagem certamente enriquece a análise, como também as reflexões de Teixeira de Freitas, o maior dos ibgeanos, que o texto também considera. Desde jovem ele pugnou pela mudança, e a via como vital, a ponto de sugerir uma mudança provisória, para al-

² As frases entre aspas são extratos dos textos que estão neste livro.

guma capital no interior, e se bateu por Belo Horizonte. Várias pessoas apoiaram essa sugestão de mudança provisória, variando somente a cidade alvo, entre as quais alguma cidade no Triângulo Mineiro. Teixeira de Freitas, um leitor atento de Alberto Torres, uma de suas referências intelectuais, advogava, também, uma completa revisão da divisão política do País; nessa seara dialogou, entre outros, com Juarez Távora (a face do poder que deu forma ao IBGE).

A autora, antes de analisar as comissões de localização (Cruls, Polli Coelho e Caiado/Pessoa), busca as origens do desejo de mudança, oferecendo cuidadosa leitura dos textos de Porto Seguro. Ao final, já tendo passado pelas comissões, concluindo, afirma: "consórcio peculiar entre ciência e política, nesse encontro com o sertão, as missões ao interior desempenharam importante papel; e diz mais: "empreenderam, ao mesmo tempo um notável trabalho de exploração científica, contribuindo, desse modo, para alargar o conhecimento sobre o Território Nacional, além de terem criado imagens duradouras sobre a região e sobre o País"; enfim, "o balanço desse legado é parte da história das ciências e também da história social e política do Brasil".

No texto seguinte, *"A Comissão Cruls e o projeto de mudança da Capital Federal na Primeira República"*, **Moema de Rezende Vergara** analisa os processos de trabalho e os principais resultados da comissão chefiada por Luiz (Louis) Cruls, no início da República. Em suas duas expedições (entre 1892 e 1895), integradas por cientistas de nomeada, a comissão definiu um sítio ideal que, ao longo da história, ficou conhecido como "Quadrilátero Cruls", e que teve influência nas comissões seguintes. Antes de seguir, convém registrar o interesse da comissão pelos relatos de Varnhagen, fazendo-se herdeira de uma tradição histórica, ainda que lhe introduza mudanças significativas, sobretudo por trabalhar de maneira mais científica.

Todo o material científico, incluindo armas, barracas e mantimentos, ocupava 206 caixas e fardos, pesando 9 640 quilos, transportados em burros de carga. As pessoas também se moviam em lombo de mulas, por certo com muita lentidão, e não poucos riscos, já que era mínimo o mapeamento da região, como de todo o País (viajaram, em vários rumos, cerca de 4000 km). Os instrumentos utilizados foram, entre outros: teodolitos, barômetros, cronômetros; bússolas, sextantes, lunetas; material fotográfico. Pelo seu uso, nas viagens do século XIX, diferente daquelas do século XVIII, "o ato de ver do viajante se desloca da esfera de contemplação para a da objetividade", e diz mais, a autora: "a objetividade era um dos principais atributos que se buscava na prática científica", enfim, "o conhecimento se tornou atrelado àquilo que se pode medir".

Pelo quase pioneirismo, certamente pela qualidade científica dos relatórios, a documentação produzida pela comissão é, hoje, disponível em publicações bem sistematizadas, em contínuas reedições: "a importância do Relatório Cruls e as notícias publicadas em livros e revistas nacionais e internacionais possibilitaram a permanência da Comissão Exploradora do Planalto Central na memória nacional", afirma a autora. Não obstante, a mudança foi sempre adiada, e nada de concreto foi realizado, mas a ideia seguiu presente em discursos, e em 07 de setembro de 1922, no centenário da Independência, uma placa, colocada próximo de Planaltina, fixou o lugar em que se ergueria a futura capital (ele estava, naturalmente, no Quadrilátero Cruls).

No texto que segue, "*Na boca do sertão ou integrada ao ecúmeno? Militares, estatísticos, geógrafos, militares e a localização da nova capital*", Sergio Nunes Pereira analisa em minúcia a comissão dirigida pelo General Djalma Polli Coelho (1946 a 1948), criada em atenção ao preceito da mudança recolonizada na Constituição de 1946.

O autor avalia com atenção as expedições geográficas emanadas do Conselho Nacional de Geografia – CNG (então, parte do IBGE), com realce às atuações de Christovam Leite de Castro e Fábio de Macedo Soares Guimarães, e dos consultores estrangeiros Francis Ruellan e Leo Waibel. A par com as atuações do CNG, houve ainda as atuações do Conselho Nacional de Estatística – CNE (então, parte do IBGE), sob forte inspiração do incansável e metucioso Teixeira de Freitas.

Ao contrário da Comissão Cruls, em que seus membros eram cientistas, agora, os integrantes da comissão seriam técnicos, já com formações específicas, e com predomínio dos engenheiros (inclusive os geógrafos). O autor os agrupa, para facilitar suas análises, em "militares, estatísticos, geógrafos", em associação "aos âmbitos institucionais em que estavam inseridos". Diante das pressões de políticos mineiros e goianos que disputavam a localização, e a pressionavam, a comissão procurou realizar estudos e análises abundantes e de qualidade, de modo a tomarem decisões objetivas, o que intentou efetivamente, mas sem, ao fim e ao cabo, o conseguir plenamente.

Realizam-se as Expedições Geográficas, organizadas no âmbito do CNG. As polêmicas foram inúmeras, a começar do significado de Planalto Central; a definição da Comissão Cruls não satisfazia aos geógrafos. E havia a dúvida se a capital deveria ser integrada ao ecúmeno, beneficiando-se de comodidades já existentes, ou se deveria ser localizada "na boca do sertão", sendo um centro de colonização, no que os membros da comissão polemizavam. Idas e vindas no interior da comissão, e por pressão do seu incansável presidente, fortemente autoritário, o Quadrilátero Cruls permearia as decisões finais, mas seria ampliado (para cerca de 52 000 km²): "a tradição estava mantida e ao mesmo tempo atualizada, segundo os modernos parâmetros do pensamento geopolítico".

Por fim, o texto abarca reflexões de Teixeira de Freitas, com diversas afinidades, não totais, mas bem reais, com o processo e o resultado dos trabalhos da Comissão. À época, ele não mais ocupava a Secretaria Geral do CNE e, *pour cause*, do IBGE, mas suas ideias ainda eram o pano de fundo das grandes decisões dos Conselhos, e do IBGE como um todo. No anexo, o leitor poderá sopesar as reflexões de Teixeira de Freitas em duas cartas e em uma entrevista; nesses três textos, suas ideias aparecem com absoluta clareza, e com sua força moral sobre o IBGE.

Em suma, trata-se, por assim dizer, do coração da publicação, em que a ação do IBGE aparece claramente, seja pelos estatísticos, seja pelos geógrafos, seja pelos diálogos que mantinham com os chamados militares (no caso, fortemente representado pelo General Djalma Polli Coelho, com sua personalidade inegavelmente autoritária).

Os documentos dessa comissão têm como centro o IBGE, mas, ao contrário daqueles da comissão Cruls, estão dispersos, sem nenhuma reedição sistemática. Quanto aos relatórios das Expedições Geográficas, há no acervo apenas suas versões preliminares (já no Fundo Ruellan, existente na *Université de Haute Bretagne*, há cinco outros, além do relatório preliminar). Vários artigos alusivos às expedições, ou sobre temas correlatos, saíram na *Revista Brasileira de Geografia* e no *Boletim Geográfico* (periódicos sob editoração do CNG), escritos, entre outros, por Christovam Leite de Castro, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Francis Ruellan, Leo Heinrich Waibel, Everardo Adolpho Backheuser. Há, ainda, resoluções emanadas do CNE (duas delas estão no anexo). Por fim, há os relatórios da comissão, por Polli Coelho, disponíveis na Biblioteca do Senado, e no Arquivo Público do DF (e agora, também no IBGE).

No texto final desta parte, "*Brasília, codinome Vera Cruz: a comissão engenheira que fundou as bases da construção da nova capital*", **Luiz Henrique G. Castiglione** analisa a última comissão de localização, primeiro chefiada por Aguinaldo Caiado de Castro e, depois, até seu final, por José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, ela, também, antes técnica que científica (entre os quais, os ibgeanos Fábio de Macedo Soares Guimarães e Allyrio Huguene de Mattos, e um futuro ibgeano, Paulo de Assis Ribeiro). Ainda que, também, realizando expedições geográficas, a comissão decidiu, mesmo, por métodos indiretos (bastante modernos).

Os trabalhos realizados trouxeram importantes modernidades, como a utilização da aerofotogrametria, e de diversas medições, inclusive decisões por complexos parâmetros, o que, não obstante, não garantiu um completo resultado objetivo. De novo, o já famoso e cristalizado "Quadrilátero Cruls" esteve presente nas avaliações, e nele estava inserido o chamado Sítio Castanho (também referido na comissão dirigida por Polli Coelho), finalmente escolhido como localização.

Coube ao General (futuro Marechal) Aguinaldo Caiado de Castro a decisão de contratar a empresa Cruzeiro do Sul para realizar os serviços de aerofotogrametria, o tê-lo feito, talvez se explique por sua vivência na Segunda Guerra Mundial, "na qual a fotografia aérea de reconhecimento teve um papel muito importante em termos estratégicos". E lhe coube também contratar a empresa americana Donald J. Belcher and Associates para derivar informações das aerofotografias, cujo relatório já seria entregue ao Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que o sucede na direção da comissão de localização. As decisões de Caiado de Castro foram decisivas.

Obtidas as informações, seria feita a escolha. A comissão debateu, e se dividiu, delongando a tomada de decisão. Para acelerar a escolha, o Marechal valeu-se de sua força de mando e comando.

Escolhido, finalmente, o Sítio Castanho, que fazia parte do Quadrilátero Cruls e da área de Polli Coelho, o Marechal cuidou de garantir as condições econômicas e operacionais de construção da futura capital, em articulação sigilosa para evitar danosas especulações. Assim, as condições estavam postas quando o Presidente Juscelino Kubitschek tomou a peito mudar a capital; mais que apenas a definição da localização, havia informações fundamentais disponíveis.

E como diz o autor, "fechar os olhos a todos os trabalhos que antecederam a construção e que criariam as condições para que ela ocorresse, é apenas um exercício de vaidade, uma dissimulação que visa, apenas, tornar uns mais destacados do que outros, uns mais importantes do que outros". Os homens da construção foram importantes, sem dúvida alguma, mas o foram também os homens da localização, nas três comissões, e os que antes atuaram, sem afirmar ter havido linearidade, pura e simples dos resultados. Não, de modo algum, cada nova comissão apropriou-se do passado como quis, e o fez ora aceitando, ora negando, e sempre avançando rigorosamente.

Os documentos dessa comissão estão dispersos, sem nenhuma reedição. Alguns relatórios são disponíveis na Câmara dos Deputados, em Brasília (e agora, também, no IBGE). Ademais, há em raros acervos os livros escritos pelo Marechal José Pessoa e pelo seu segundo na comissão, Ernesto Silva (o IBGE os tem agora). O relatório Belcher, em capa dura, é encontrado em diversos acervos, inclusive no IBGE (terá tido uma grande tiragem, provavelmente). Já as fotos aéreas feitas pela Cruzeiro do Sul, não conseguimos localizá-las. Por fim, cabe dizer que o acervo pessoal do Marechal José Pessoa está sob a guarda do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas - FGV (devidamente microfilmado).

Na segunda parte do livro, duas ações do IBGE são realçadas: a primeira, por **Luiz Antônio Pinto de Oliveira**, valendo-se do censo feito em 1959, da população e da habitação; a segunda, por **Mauro Lambert Ribeiro**, traçando a história da Reserva Ecológica que é mantida pelo IBGE na capital, em área que lhe foi doada pouco depois da inauguração (outubro de 1961), na qual seus técnicos estudam o Cerrado.

Antes, porém, valerá marcar outra ação do IBGE, esta em 1958. Trata-se do primeiro mapa de Brasília (que está na capa deste livro), executado pelo cartógrafo do CNG, Clóvis de Magalhães, filho da cidade de Formosa, que, ao lado de Planaltina e de Luziânia, deram origem ao Distrito Federal. Impresso em sete cores (no Serviço Gráfico do IBGE, por encomenda do escritório de Goiás no Rio), na escala 1:100 000, foi baseado em reconstituições aerofotogramétricas. Foi entregue solenemente ao Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira.



Quadro constante no primeiro mapa do Distrito Federal, feito pelo cartógrafo do IBGE Clóvis de Magalhães, contendo créditos e informações gerais. Acervo de Manoel Antonio Soares da Cunha.

No texto inicial, "*Em 1959, o censo experimental na alvorada de Brasília*", **Luiz Antônio Pinto de Oliveira** apresenta as estatísticas da população e da habitação quase ao término da construção. O candango aparece em cores vivas, fixando residência nos arredores da capital, nas chamadas cidades-satélites. Um retrato bem traçado, bem delineando a população trabalhadora que construía a capital. O autor vai além, e procura mostrar os efeitos da capital na dinâmica regional de Goiás, bem assim, suas influências "na estratégia de interiorização do crescimento e na expansão em direção ao Oeste e Norte do País". Números seriados dos censos revelam uma evolução rápida na cidade, para além do previsto inicialmente; para 2000 previam-se 600 mil habitantes, contudo, chegou-se ao montante assustador de 2,7 milhões previstos para 2010.

No texto que segue, "*Geografia de esperança: a Reserva Ecológica do IBGE e a nova capital*", **Mauro Lambert Ribeiro** trata da cessão ao IBGE da gleba Roncador, em 1961, área em que, pouco a pouco, realizaram-se valiosos estudos do Bioma Cerrado, em suas variadas espécies de flora e fauna. Nessa Reserva Ecológica, o IBGE patrocina um verdadeiro laboratório científico, testemunha da eco-história do Planalto Central, com reconhecimento internacional e nacional. Segundo o autor, "o modelo implantado possibilita o foco moderno nos serviços ambientais e a proteção da biodiversidade deve ser buscada no contexto de paisagens que incluam centros urbanos, áreas agrícolas e unidades de conservação intencionalmente administradas para manter sua integridade", e conclui: "Brasília precisa assumir definitivamente sua vanguarda em conservação", no que o IBGE vem tendo papel essencial.

O livro, além desses textos, tem três testemunhos enriquecedores: "*Uma candanga antes dos candangos: vivências de uma expedição geográfica*", por **Cybelle de Ipanema**, que esteve na expe-

dição geográfica chefiada por Francis Ruellan (1947); "*As expedições geográficas do IBGE*", por **Pedro P. Geiger**, experiente nessas expedições, das quais trata em linhas teóricas; e "*Um candango ibgeano*", por **Walker Roberto Moura**, técnico do quadro do IBGE (natural do Espírito Santo), que muito jovem (11 anos) migrou de Minas Gerais para a capital (1958), seguindo a família que seguiu seu chefe (o pai), que fora antes batalhar na construção,

Por fim, sete perfis de pessoas selecionadas, as mais proeminentes nas comissões, feitos por **Marco Aurélio Martins Santos**, completam e enriquecem a publicação. Foram perfilados, na ordem em que aparecem: Luiz (Louis) Cruls, General Djalma Polli Coelho, Francis Ruellan, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Leo Heinrich Waibel, Marechal Aginaldo Caiado de Castro e Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. A ele coube também organizar a iconografia da publicação; para tanto, ouviu os autores, e dialogou com diversas pessoas, em vários locais; trabalho laborioso, minucioso, exigiu muito esforço de pesquisa (em várias fontes).

Nelson de Castro Senra

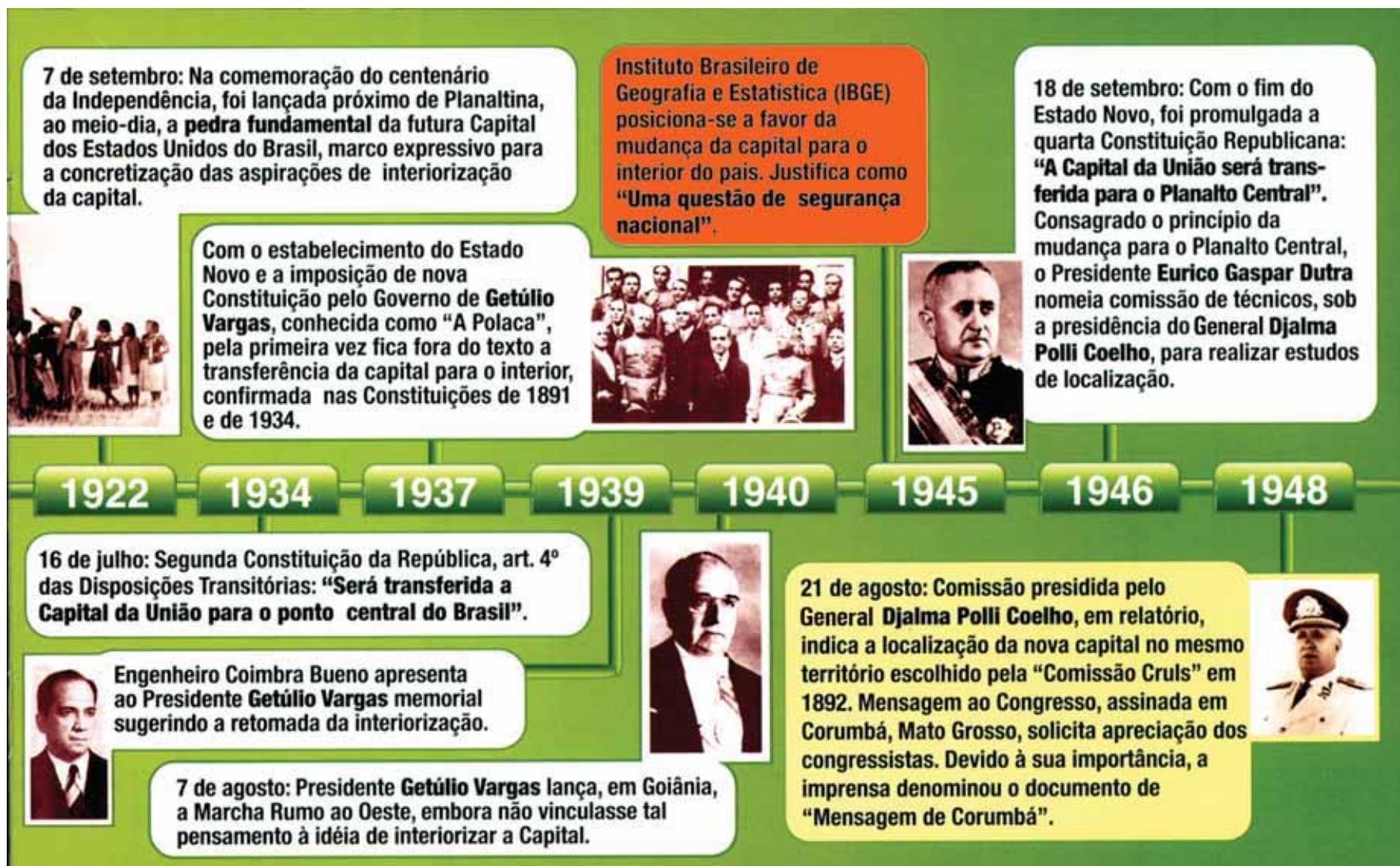
**Doutor em Ciência da Informação (ECO/UFRJ e IBICT/CNPq)
Pesquisador e Professor no IBGE**

Agradecimentos

Na elaboração deste livro contamos com o concurso de diversas pessoas, em diferentes posições, e por diversas maneiras, ora nos dando acesso a um documento, ora nos dando acesso a uma pessoa, ora nos dando uma notícia, que nos servia de pista. Sem eles todos, fazer este livro teria sido mais difícil, talvez mesmo impossível. Seguem, adiante, em ordem apenas alfabética, sem indicar nenhuma importância.

Aguinaldo Caiado de Castro
(neto do Marechal Aginaldo Caiado de Castro)
Alain Ruellan
(Professeur Emérite de l'AgroCampus de Rennes – France, filho de Francis Ruellan)
Angela de Castro Gomes (CPDOC / FGV)
Célia Almeida (Biblioteca da Presidência da República)
Cybelle Moreira de Ipanema (IHGB e IHGRJ)
Diana Augusta Formiga da Luz (Biblioteca Geraldo Rocha – CODEVASF)
Edinair Aparecida da Silva (técnica da Associação Médica de Goiás)
Fábio Celso de Macedo Soares Guimarães
(FINEP, filho de Fábio de Macedo Soares Guimarães)
João Pessoa de Albuquerque (IBAM e ABE)
José Celso de Macedo Soares Guimarães (almirante na reserva)
José Pessoa Cavalcanti Albuquerque
(brigadeiro na reserva, filho do Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque)
Luiz José Borges Neto (Arquivo Público do Distrito Federal)
Magali Caiado de Castro
(filha do Marechal Aginaldo Caiado de Castro)
Manoel Antonio Soares da Cunha (IBGE, aposentado)
Marcelo Gomes Durães (Arquivo Público do Distrito Federal)
Marcus De Grossi (geólogo e colecionador)
Margareth da Silva Pereira (PROURB / UFRJ)
Maria Helena de Almeida Freitas
(bibliotecária na Biblioteca do Senado Federal)
Maria José Teixeira Soares (bisneta de Louis Cruls)
Mario Cesar da Silva (sargento na Biblioteca do Exército)
Nireu Cavalcanti (UFF, aposentado)
Patrícia Balduino de Sousa (Biblioteca Geraldo Rocha – CODEVASF)
Pedro Henrique Calixto de Oliveira (soldado na Biblioteca do Exército)
Roberto Schmidt de Almeida (IBGE, aposentado)
Rodrigo Aldeia Duarte (Técnico do Arquivo Nacional)
Rosária de Fátima Moraes (bibliotecária na Biblioteca do Exército)
Rui Gilberto Ferreira (presidente da Associação Médica de Goiás)
Walker Roberto Moura (chefe da Unidade do IBGE no DF)

Biblioteca da Câmara Federal
Biblioteca do Clube de Engenharia
Setor de Acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST



Trecho da linha do tempo sobre a construção de Brasília.
Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal

Imagem de abertura da 1ª parte: Mapa do Brasil com representações das distâncias entre todas as capitais dos estados e Brasília-DF

Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal

Brasília: a capital no sertão

*Nísia Trindade Lima**

A transferência da capital para um ponto central do território é um dos temas mais instigantes da imaginação política sobre o Brasil. Sua abordagem esteve quase sempre relacionada às tentativas de se representar geograficamente o sentido que, em diferentes contextos históricos, se procurou atribuir à unidade e à identidade nacionais. Litoral ou sertão? A pergunta não se resume à localização da sede do governo, uma vez que traz um questionamento mais profundo sobre a nação imaginada pelos brasileiros, o que envolve versões e propostas bastante distintas referidas tanto ao passado como ao futuro do País.

Situar as propostas de transferência da Capital, à luz desse debate mais amplo, é o objetivo principal desta introdução¹. Com este propósito, o texto inicia-se com a apresentação de uma das fontes mais citadas por aqueles que se dedicam à história e à historiografia da proposta de mudança da capital para o interior. A seguir, com ênfase na história das comissões oficiais encarregadas da demarcação do melhor sítio para a sua localização, as visões sobre sertão e sobre Brasil que, ao mesmo tempo, orientaram e resultaram de tais iniciativas são realçadas. Desnecessário observar que a abordagem das sucessivas comissões de estudos voltadas para a mudança, lideradas por Luiz Cruls, Djalma Polli Coelho, Aginaldo Caiado de Castro e José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, pretende apenas apresentar os temas priorizados e seu impacto nas teses em prol da transferência da capital para o interior. Pretende-se, assim, analisar a delicada trama que envolveu, em cada momento, as relações entre ciência e política, pois se tratava de comissões de estudos constituídas por especialistas em diferentes campos do conhecimento, de quem se demandava o saber capaz de balizar a ação.

Ao considerar um longo período da história do País não se pretende sugerir um caminho natural e inexorável que nos faria realizar um percurso linear – do Império à transferência da capital para o Planalto Central, no governo de Juscelino Kubitschek. Ou mesmo, iniciar com um recuo maior, buscando origens no passado colonial, em particular nos movimentos em prol da Independência, como a Inconfidência Mineira que propôs a transferência da capital para São João del Rei. A propósito, vale lembrar que a inauguração de Brasília ocorreu em 21 de abril de 1960, data que sugestivamente associa a cidade modernista com sua utopia igualitária à figura heróica de Tiradentes.

Não se trata, portanto, de propor uma reconstituição exaustiva ou mesmo uma genealogia da ideia de mudança da capital, assumindo, deste modo, que a história de Brasília não passaria da realização de um ideal cujas raízes se encontram, segundo alguns autores, no Século XVIII

* Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, professora do Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde e editora científica da Editora Fiocruz.

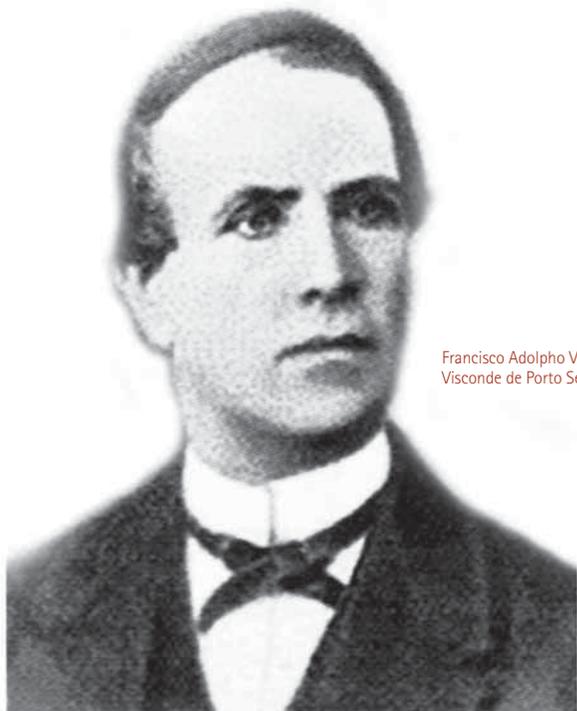
¹ Agradeço à Tamara Rangel Vieira a indicação de preciosas fontes de pesquisa. Sua dissertação de mestrado (VIEIRA, 2007), realizada sob minha orientação, constituiu-se em uma das principais fontes para a elaboração deste texto.



Palácio do Catete, sede do governo federal até 1960
Acervo do IBGE



Palácio do Planalto, sede do governo federal a partir de 1960
Acervo do IBGE



Francisco Adolpho Varnhagen,
Visconde de Porto Seguro

(CEBALLOS, 2005; VIEIRA, 2007). O que se pretende é levantar algumas questões relacionadas aos novos significados atribuídos a uma ideia que apresentou continuidades e descontinuidades, relacionando-a a diferentes projetos que alcançaram espaço em conjunturas políticas específicas. Trata-se, portanto, de observar a força de alguns textos em relação aos quais certos argumentos foram reafirmados, outros contestados ou revistos e novos sentidos foram atribuídos sempre que se colocou em pauta a proposta de transferência da capital para o interior. Mesmo porque o ponto que cumpre enfatizar pode ser assim resumido: foram os atores políticos, portadores de diversos interesses e projetos, que recorreram à história e selecionaram do passado nacional aquelas ideias e símbolos com os quais buscaram se identificar. Em certas circunstâncias, tais ideias se corporificaram nas cartas constitucionais, em outras, ainda mais especiais, o que estava na lei tornou-se realidade. Os projetos de transferência da capital para o interior, ou sertão, constituem-se, ao mesmo tempo em projetos de nação e trazem um sonho feliz de país e de cidade; um casamento de amor, quase sem noivado, como observou Gilberto Freyre (1960, p. 103), entre antigos e ásperos sertões e o projeto de cidades novas; uma utopia que buscou unir tradição e modernidade.

Capital marítima ou no interior? Os argumentos de Varnhagen

Antes de termos a menor notícia de que já, em outro tempo*, houvera a ideia de se transferir para o interior a capital brasileira, e levados quase unicamente pelo instinto, ao observar o mappa, parecia-nos que estaria ella muito mais

resguardada no centro, como está no corpo humano o coração [...]. (VARNHAGEN, 1877, p. 1).²

VERDADES DE
BRASILIA

Francisco Adolpho de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, foi, durante o Século XIX, um dos principais defensores da mudança da capital para o interior. Historiador e diplomata cuja obra se constitui em referência obrigatória para os que se dedicam à historiografia produzida durante o Império, ele se ocupou do tema ao longo de pelo menos 40 anos. No trecho acima citado, afirma que o fizera instintivamente, pois, em um primeiro momento, desconhecia a existência de propostas anteriores a que defendera.

Antes de Varnhagen, Francisco Tosi Colombina, que no Século XVIII viajou ao interior do Brasil deixando mapas e escritos a respeito, é citado como precursor pelos que se dedicaram a reconstituir historicamente a ideia da mudança. Mais tarde, em 1810, Veloso Oliveira, conselheiro da corte portuguesa, propôs que a capital fosse transferida para local "são, ameno e aprazível" distante da vulnerabilidade do litoral e da confusão de uma cidade voltada para o comércio. Ainda no início do Século XIX, o jornalista Hypólito da Costa divulgava no *Correio Braziliense* a necessidade de a corte se dirigir para um ponto central do País. (VARNHAGEN, 1877; PIMENTEL, 1910; CRULS, 2003; CEBALLOS, 2005; COUTO, 2001; KUBITSCHKE, 2006; VIEIRA, 2007).

Durante o Primeiro Reinado, logo após a proclamação da Independência, coube a José Bonifácio de Andrada e Silva a defesa entusiasta da mudança. Esse foi o teor de sua memória *Sobre a necessidade de ser edificada no interior do Brasil, uma nova capital para assento da Corte, da Assembléia e dos Tribunais Superiores*,

² No texto de Varnhagen, encontra-se a seguinte nota, assinalada com o*: "De 1809 a 1823, segundo depois fomos averiguando; conforme, mais adiante minuciosamente explicamos" (VARNHAGEN, 1877, p. 1). Neste texto, tecerei breves comentários a respeito de tais propostas.

apresentada, em 1823, à Assembléia Constituinte e Legislativa do Brasil (ROURE, 1979, p. 199; COUTO, 2001, p. 38-39). Defendia a construção da nova capital na Comarca de Paracatu, Minas, sugerindo que a mesma fosse denominada Petrópolis ou Brasília. A proposta não se efetivou, mas até o final do Império muitas vezes a ideia da mudança foi retomada, especialmente por Francisco Adolpho de Varnhagen (COUTO, 2001, 38-39).

Ainda que não tenha sido o primeiro a fazê-lo, Varnhagen apresentou argumentos que aparecem na quase totalidade dos textos publicados desde fins do Século XIX até a inauguração de Brasília, em 1960. E não apenas argumentos, uma vez que a localização ideal a seu ver – o triângulo formado pelas lagoas Formosa, Feia e Mestre D'Armas – se tornou o ponto de referência de todos os projetos de transferência da capital para o Planalto Central. Ali, na confluência das bacias do Amazonas, Prata e São Francisco se encontraria o coração do Brasil, imagem das mais persistentes no imaginário sobre as propostas mudancistas.³ O que sob sua pena era afirmado como decorrência natural da observação de um mapa trazia, não obstante, um conjunto de questões e dilemas próprios ao processo de construção da nacionalidade brasileira. Que o País não constituía uma nação era voz corrente: nenhum sentimento de nacionalidade era percebido no povo. Era frequente a reprodução de frases como a do naturalista Saint-Hilaire em um dos relatos de suas viagens científicas: havia um país chamado Brasil, mas não havia brasileiros. Para alguns

³ Nessa perspectiva, é interessante lembrar um dos versos do samba enredo da Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis no carnaval de 2010, em homenagem aos 50 anos da construção de Brasília: "No coração do Brasil, o afã de quem viu um novo amanhã." De acordo com Moema Vergara (2006), Varnhagen poderia ter se inspirado em Cícero que no livro *Da República* elogiou Rômulo por fundar Roma longe da costa, em um ponto central – o coração do Império.

intelectuais, influenciados pela interpretação de Buckle, os obstáculos representados pela natureza tropical, eram insuperáveis. Para outros, radicava-se na diversidade racial e, sobretudo, na inferioridade atribuída a negros, indígenas e mestiços os mais graves problemas para o esforço civilizatório e de construção nacional (LIMA, 2007). Esses temas e a reiterada ideia de absoluto desconhecimento sobre o território e sua população combinam-se, com ênfases diferenciadas em um ou outro elemento, nos debates sobre a transferência da cidade sede do governo.

Três argumentos principais orientaram a elaboração de *A questão da capital: marítima ou interior?*, publicado por Varnhagen, em Viena, onde ocupava o cargo de embaixador do Brasil: as condições favoráveis do clima; a capital no interior como um foco de civilização com efeito irradiador para os sertões e as possibilidades de defesa da sede do Império em casos de ameaça externa. A nação imaginada pelo historiador deveria ainda se apoiar fortemente na imigração européia, em consonância com as teses que, no Século XIX, atribuíam valor negativo a uma população caracterizada pela forte mestiçagem (SKIDMORE, 1976; OLIVEIRA, 1990; CARVALHO, 1994; SCHWARCZ, 2008).

O texto foi escrito após sete meses de "uma penosa viagem a cavalo", com o objetivo de "procurar por localidades de sertão mais apropriadas a centros de colonização européia [...]" (VARNHAGEN, 1877, p. 13) e aos requisitos para a transferência da Capital. O autor reiterou argumentos que apresentara nos dois números de *Memorial Orgânico*, publicados sem assinatura em Paris, respectivamente em 1849 e 1850, e republicados, em 1851, na revista *Guanabara*. Antes mesmo, em carta ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, de 1839, havia exposto suas ideias a respeito da necessidade da mudança (VARNHAGEN,



Folha de rosto do livro
"A questão da capital: marítima ou no interior?", do Visconde de Porto Seguro
Acervo do IBGE

1877). Ao que defendera, acrescentou novos pontos e as suas observações de viajante aos sertões de Goiás.

Em suas conclusões, o historiador ressaltou a necessidade de a capital ser transferida para local salubre:

Quanto à nação em geral com a dita transferência (compendiando aqui só as principais vantagens) adquiriria Ella outra sede de governo mais central, mais segura, mais bem edificada, mais nacional e menos commerciante, mais adequada a civilisar todo o sertão e a desenvolver suas latentes riquezas, bem como o commercio interno das provincias entre si, e finalmente mais sã e mais própria a recommendar ao mundo todo o clima do giganteo Brazil; o que não succede hoje, em que muitos o julgam todo invadido da febre amarella, pelo simples factio de grassar ella na capital, que, por natural instincto, todos crêm dever encontrar-se em uma das paragens mais favorecidas. (VARNHAGEN, 1877, p. 17).

O tema das condições de salubridade acentuado nas conclusões de Varnhagen encontra-se entre os mais relevantes não só no Império, como em toda a história republicana. No contexto em que o historiador publicou seu trabalho, a percepção do Rio de Janeiro como uma cidade insalubre era uma constante, principalmente como efeito das sucessivas epidemias de febre amarela, em 1850, 1868, 1873 e 1876. Tal quadro só seria alterado, no início do Século XX, após a campanha sanitária empreendida por Oswaldo Cruz (BENCHIMOL, 2001; CHALHOU, 1996; LOWY, 2006). Em contraste com a cidade carioca, as regiões percorridas por Varnhagen no Planalto Central, devido a sua altitude e em decorrência das teorias médicas de cunho ambientalista⁴ do período, foram vistas como amenas, no que se refere à média das temperaturas registradas, e salubres em relação às "pantanosas" regiões do litoral. Como argumentou Tamara Rangel Vieira (2007), nos

⁴ Sobre este tema ver: Ferreira (2001); Jordanova (1995) e Eidler (1999).

anos que se seguiram, ainda que com a difusão e consolidação de novas teorias médicas, a relação entre condições climáticas e de salubridade aparece frequentemente tanto nos textos científicos como nos debates parlamentares em torno da transferência da Capital.

Finalmente Varnhagen propôs a construção de uma cidade nova, pois nenhuma das já existentes no sertão preencheria os requisitos por ele considerados. E tal *urbes* deveria ser criada no local que o historiador já havia definido como o coração do País – o Planalto Central – ponto de encontro das bacias do Amazonas, do São Francisco e do Prata – de onde, para seguirmos com suas metáforas, partiriam as artérias e chegariam as veias, permitindo, dessa forma, a circulação no corpo do Brasil.

Com as diferenças próprias aos valores e interesses predominantes em cada época, os argumentos de Varnhagen aparecem reproduzidos em diversos outros textos, acrescidos de um que já fora apontado, em 1810, por Veloso de Oliveira, no momento da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro: "a Capital deveria ser fixada em lugar são, ameno, aprazível e **isento de confuso tropel de gentes indistintamente acumuladas**" (VIEIRA, 2007, p. 27, grifo nosso).

A proteção em pauta não se referia ao eventual ataque de uma esquadra de nação estrangeira, preocupação maior de Varnhagen, mas à rotineira e constante movimentação humana de todas as camadas sociais – "as gentes indistintamente acumuladas" – vistas como um risco à integridade da corte e ao poder da Coroa Portuguesa. Essa ideia de uma população que poderia colocar em risco o centro decisório aparecerá reiteradas vezes durante a história republicana e se tornou mesmo um tópico de senso comum valorizado positiva ou

negativamente, neste último caso com a conhecida imagem de Brasília como "ilha da fantasia".

VENIDAS DE
BRASILIA

Ainda que tenha encontrado durante o Império um defensor da estatura de Varnhagen, foi durante os anos iniciais da Primeira República que a proposta da transferência da capital para o interior ganhou peso político. A constituição republicana, promulgada de 1891, determinava em seu artigo 3º: "Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14 400 km², que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal." Para os trabalhos de exploração científica e demarcação, foi criada, em 1892, a Comissão Exploradora do Planalto Central, sob a chefia do astrônomo Luiz Cruls.

O sertão saudável da Comissão Cruls e o sertão doente e abandonado revelado pelas viagens médicas do Instituto Oswaldo Cruz

Os nossos filhos, que aprendem nas escolas que a vida simples de nossos sertões é cheia de poesia e de encantos, pela saúde de seus habitantes, pela fartura do solo, e generosidade da natureza, ficariam sabendo que nessas regiões se desdobra mais um quadro infernal, que só poderia ser magistralmente descrito pelo Dante imortal. (NEIVA; PENNA, 1916, p. 222).

Os primeiros anos da República foram palco de um expressivo movimento de valorização do sertão. Não é preciso lembrar a força que a viagem de Euclides à região conflagrada de Canudos e o impacto de *Os Sertões* tiveram para os intelectuais do período em questão. Ainda que não tenha sido o primeiro a propor a dualidade sertão/litoral para pensar a formação histórica do Brasil, foi esse

escritor que imortalizou a imagem de uma diátese social e que construiu de forma mais elaborada o argumento sobre o isolamento do sertanejo (LIMA, 1999, 2010).

Datam também desse período importantes expedições ao interior, como as da Comissão Rondon; a liderada pelo astrônomo Luiz Cruls ao Planalto Central visando à mudança da Capital, e as expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz. Muitas dessas viagens estiveram associadas a projetos de expansão da infra estrutura material do Estado Nacional e devem ser vistas à luz do debate sobre interiorização e unidade territorial e política. A própria noção de território brasileiro era problemática. Não se dispunha de uma carta bem definida; muitos acidentes geográficos eram desconhecidos; o conhecimento sobre os rios e o relevo, entre outros fatores geográficos, eram escassos; problemas de fronteiras não estavam totalmente solucionados. Projetos cujas origens podem muitas vezes ser localizadas no Império, não apenas se intensificaram durante a República como ganharam nova expressão e se associaram ao ideário cientificista dominante entre a intelectualidade (SÁ; SÁ; LIMA, 2008). É possível falar de uma atitude de maior intervenção diante da natureza, cada vez mais associada à ideia de recurso natural, e da auto atribuição de uma missão civilizatória às elites intelectuais que se viam como responsáveis pela formação da nacionalidade e pela incorporação dos sertões (LIMA, 1999).

Aliás, não por acaso, era comum utilizar-se o vocábulo no plural, tão distintos geográfica e culturalmente eram os sítios por ele designados. Desde o período colonial, o termo litoral não denotava simplesmente a faixa de terra junto ao mar, mas principalmente o espaço da civilização. Por seu turno, sertão era concebido como o espaço dominado pela natureza e pela barbárie. Este sentido metafó-

rico evidencia-se na diversidade de lugares e contextos em que ele foi utilizado, desde o Brasil Colônia: para nomear o interior da capitania de São Vicente (PRADO, 1961, p. 234); o oeste paulista nas primeiras décadas do Século XX (FIGUEIRÔA, 1997); a Amazônia (LIMA, 1999; JOBIM, 1957, p. 179); a cidade do Recife (FREYRE, 1977, p. 147); a capitania de Minas Gerais (AMADO, 1995); a ilha de Santa Catarina (PRADO, 1961, p. 337); áreas do Nordeste e Centro-Oeste brasileiros (NEIVA; PENNA, 1916); o Norte de Goiás (THILEN et al, 2002); subúrbios da Cidade do Rio de Janeiro (PEIXOTO, 1918)⁵. A imagem criada pelo médico Afrânio Peixoto não poderia ser mais sugestiva: os sertões teriam seu início no Rio de Janeiro, logo após a Avenida Central, símbolo da reforma urbana empreendida pelo prefeito Pereira Passos (HOCHMAN, 1998).

A transferência da capital para o interior não pode ser dissociada, assim, desse debate mais amplo sobre a incorporação dos *sertões* brasileiros. Sertão, povoamento, civilização, integração à nacionalidade constituem termos recorrentes em diferentes textos divulgados durante as três primeiras décadas do Século XX e, entre eles, desempenhou papel importante o relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central, bem como a ampla cobertura pela imprensa das atividades por ela realizadas (VERGARA, 2006, 2008; ROSAS, 1996). Nomeada em 1892, durante a presidência de Floriano Peixoto e chefiada pelo astrônomo Luiz Cruls, diretor do Observatório Nacional, a Comissão contava entre seus membros com geólogos, botânicos, astrônomos, farmacêuticos, médicos e militares, somando um total de 22 pessoas. Iniciou seus trabalhos em junho de 1892 e os concluiu em fevereiro do ano seguinte. Antes mesmo de seus resultados terem sido publicados como relatório em 1894, as atividades realizadas pelos

⁵ Essas referências compreendem as relacionadas por Amado (1995, p. 149) e Lima (1999, p. 60).

cientistas repercutiram nos principais periódicos da época, que levavam à população urbana notícias dos longínquos sertões, apresentavam o diagnóstico e a perspectiva de futuro antevista pelos cientistas para o Planalto Central e para a nação (ROSAS, 1996; VERGARA, 2006, 2008). O trecho a seguir, extraído do relatório da Comissão, dispensa maiores comentários:

[...] Nutrimos, pois a convicção de que a zona demarcada apresenta a maior soma de condições favoráveis possíveis de se realizar, e próprias para nela edificar-se uma grande Capital, que gozará de um clima temperado e sadio, abastecida com águas potáveis abundantes, situada em regiões cujos terrenos, convenientemente tratados, prestar-se-ão às mais importantes culturas, e que, por um sistema de vias férreas e mistas convenientemente estudado, poderá facilmente ser ligado com o litoral e os diversos pontos do território da República [...] (CRULS, 2003, p. 19).

À semelhança do que fizera Varnhagen, retoma-se a relação entre clima e salubridade e para essa avaliação francamente positiva sobre o Planalto Central concorreu decisivamente o trabalho realizado pelo médico Antônio Martins de Azevedo Pimentel, autor do Anexo 4 ao *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central*, documento no qual se estendeu longamente sobre a ocupação histórica de Goiás, as condições climáticas e a patologia da região, considerando que esta nada tinha de específico quando comparada ao quadro de enfermidades de outras partes do território do País (ROSAS, 1996; VERGARA, 2006, 2008; VIEIRA, 2007). Pimentel desempenhou ainda papel importante na divulgação dos trabalhos da Comissão após o encerramento de suas atividades, tendo publicado vários artigos sobre o tema na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e o livro *A nova Capital Federal e o Planalto Central do Brasil* buscando, assim, ampliar o alcance do que escrevera para o relatório da Comissão Cruls (MIRANDA, 1985).

A defesa da salubridade dos sertões goianos era acompanhada nesses textos pela crítica ao tipo de ocupação territorial litorânea que caracterizara a história do Brasil. No contexto da Primeira República, tal crítica viria a se somar às dificuldades experimentadas com o federalismo que, como argumentou Moema Vergara (2006), foi um elemento chave para a aprovação do artigo constitucional sobre a mudança da capital e criação da Comissão Cruls, pelo governo Floriano Peixoto. A autora, que se apoiou na análise de Renato Lessa (1988) sobre a "política dos estados" adotada pelo governo de Campos Sales (1898-1902) e seu papel na instituição de um regime oligárquico, considera que, principalmente a partir daquele momento, os problemas relacionados ao federalismo foram tratados com base em uma nova alternativa política. Esta característica teria, entre outros efeitos, deslocado o tema da mudança da capital da agenda republicana.

Além dessa explicação bastante plausível e referida ao sistema institucional, sugiro que se considere outra: a mudança na percepção sobre os sertões e os sertões goianos em particular, sobretudo a partir da década de 1910, após a descoberta da doença de Chagas e a repercussão das viagens científicas promovidas pelo Instituto Oswaldo Cruz.

Foi naquele contexto que Carlos Chagas e Belisário Penna dirigiram-se, em junho de 1907, a Lassance, no norte de Minas Gerais, por requisição da Estrada de Ferro Central do Brasil, para realizar a profilaxia da malária que dizimava os trabalhadores contratados pela empresa para prolongar a linha férrea até Pirapora. Durante os trabalhos, Chagas realizou várias observações sobre um inseto hematófago, comum na região, popularmente conhecido como barbeiro. Verificou ser este o vetor de uma doença até então desconhecida, que associou a uma série de manifestações mórbidas,

especialmente cardiopatia, cretinismo e hipertiroidismo. Causada por um protozoário denominado por Carlos Chagas *Trypanosoma cruzi*, a doença recebeu inicialmente o nome científico de tripanossomíase americana, e posteriormente doença de Chagas. A despeito da intensa controvérsia sobre essa descoberta científica, que ocorreu em 1909, ela se tornou um símbolo da medicina brasileira e da alta qualificação da ciência nacional (KROPF, 2009a, 2009b).

Na década de 1910, merecem destaque as viagens científicas promovidas pelo Instituto de Manguinhos em apoio às atividades da Inspetoria de Obras contra as Secas, com o objetivo de realizar o inventário das condições epidemiológicas e socioeconômicas das regiões percorridas pelo rio São Francisco e de outras áreas do Nordeste e Centro-Oeste brasileiros. Entre elas, a que se tornou mais conhecida foi a de Arthur Neiva e Belisário Penna, dirigida a localidades situadas nos Estados da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás (NEIVA; PENNA, 1916).

Dez anos após a Comissão Cruls ter afirmado as excelentes condições encontradas no Planalto Central, os dois médicos foram responsáveis por um diagnóstico oposto, traçando, segundo sua expressão, um quadro dantesco dos sertões brasileiros, inclusive das terras goianas. Ao longo do relatório que escreveram, fica claro que um dos objetivos da viagem fora encontrar evidências que corroborassem a importância epidemiológica da doença de Chagas (KROPF, 2009a, 2009b; LIMA, 2009). Segundo Neiva e Penna (1916, p. 125; grifo nosso), tanto o bócio endêmico - considerado por Chagas, na época, como um sinal clínico da doença por ele descoberta - quanto às modalidades nervosas e cardíacas atribuídas à enfermidade, estavam presentes nas localidades dos municípios de Remanso, Santa Rita do Rio Pardo e Barra do Rio Grande pertencentes ao Estado da

Bahia; e em **toda a zona goiana**. Tal observação encontra importante evidência nas fotografias registradas durante a expedição e também publicadas no relatório. Das 24 imagens de doentes que o integram, 18 referem-se à doença de Chagas, sendo o aspecto mais salientado a representação de portadores de bócio, ou "papudos", tal como apontado por Nancy Stepan (2001) e Simone Kropf (2009a, 2009b).

É interessante observar que a divulgação dessas imagens e do texto do relatório ocorreu em um contexto marcado por controvérsias científicas em torno da doença de Chagas. Entre elas a motivada pelos estudos realizados a partir de 1915, na Argentina, pelo microbiologista austríaco Rudolf Kraus, que contestaram os enunciados de Carlos Chagas sobre a forma crônica da doença, em especial no que se referia à etiologia do bócio endêmico. Tal como aponta Simone Kropf (2009a, 2009b), em decorrência das polêmicas daquele momento, o cientista brasileiro, ainda que reafirmasse suas ideias gerais sobre a doença, promoveu uma revisão progressiva dos enunciados sobre seu quadro clínico, minimizando os elementos tireoidianos (como o bócio) e acentuando a importância das manifestações cardíacas. Curiosamente, a divulgação da imagem dos "papudos", em grande parte reforçada pela repercussão do relatório em pauta, permaneceria, a despeito daquela intensa controvérsia científica, conferindo grande visibilidade à doença de Chagas e reforçando a retórica do quadro dantesco dos sertões brasileiros, tal como caracterizado por Neiva e Penna (1916).

É à 'descoberta' de um Brasil ignorado e doente pelas viagens médicas do Instituto Oswaldo Cruz, e em particular à descoberta de Carlos Chagas, que alude uma das frases que se tornou emblemática do movimento pelo saneamento dos sertões e da criação da Liga Pró-

Saneamento do Brasil, em 1918: o Brasil como um imenso hospital, segundo a forte expressão utilizada por Miguel Pereira (KROPF, 2009a, 2009b; SÁ, 2009a). Ela se tornou o principal dístico da intensa campanha pública em prol do saneamento rural e da centralização dos serviços de saúde com a criação de um ministério próprio (CASTRO-SANTOS, 1985, 1987, 2004; HOCHMAN, 1998).

Este fato não poderia deixar de ter efeitos sobre a proposta de mudança da capital para o Planalto Central, uma vez que se divulgou uma imagem bastante negativa das terras goianas. Essas seriam assoladas pela doença ao contrário do que afirmara o relatório da Comissão Cruis e, em particular, o médico Antonio Martins de Azevedo Pimentel, que a considerara uma área paradisíaca (ROSAS, 1996; VIEIRA, 2007; VERGARA, 2008). Como demonstra Dominichi Miranda de Sá (2009a), a intensa repercussão na imprensa do relatório de Neiva e Penna, sobretudo na série de artigos publicada pelo *Correio da Manhã* de outubro de 1916 a março de 1917, teria efeitos importantes para a causa da mudança da Capital. O primeiro deles, intitulado: "A eliminação do brasileiro", trazia um trecho bastante sugestivo:

Hoje que as pesquisas tão pacientes quanto brilhantes de Carlos Chagas e de Arthur Neiva vieram revelar esse sertão brasileiro tal qual ele se apresenta aos olhos do cientista e do médico, é que podemos avaliar em que camisa de onze varas nos teríamos metido, se houvéssemos transferido a sede do governo federal para o planalto central antes de estar realizada a obra colossal do saneamento do vastíssimo sertão brasileiro. (SÁ, 2009b, p. 197).

Como reação a esse artigo foi criada pelo médico goiano Antonio Americano do Brasil e pelo militar Henrique Silva, que havia participado da Comissão Cruis, a revista *A Informação Goiana*

(1917-1935). Esse periódico dedicou-se à defesa da salubridade da região e da transferência da capital para as terras goianas e entre seus colaboradores mais assíduos se encontravam os médicos Francisco Ayres da Silva, citado no relatório de Neiva e Penna, e Antonio Azevedo Pimentel (SÁ, 2009b). A salubridade do Planalto Central e das terras goianas como sítio para a construção da nova capital seria um ponto permanente de indagação nas discussões sobre a transferência e foi novamente abordado pelas comissões de estudos criadas nas décadas de 1940 e 1950.

Após a Revolução de 1930 e durante todo o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a questão da transferência da capital para o interior deixou de figurar na agenda política. Mesmo quando a bandeira da Marcha para Oeste⁶ foi deflagrada durante o Estado Novo (1937-1945), com sua proposta de ocupação de terras do interior, expansão da fronteira agrícola e contenção do êxodo rural e da migração para os principais núcleos urbanos, o tema da mudança da capital não teve proeminência.

À semelhança do que ocorrera nos períodos de aprovação das constituições políticas no Império e na Primeira República, foi exatamente durante a Assembleia Nacional Constituinte, reunida em 1946 para estabelecer a nova ordem constitucional da nação, que a tese mudancista retornou. Muitos políticos com atuação decisiva na criação de Brasília, inclusive o futuro presidente Juscelino Kubitschek, atuaram naquele momento, protagonizando acaloradas discussões em plenário. Se no plano mais geral dos discursos proferidos, os diferentes projetos para o Brasil estavam em debate, não

⁶ Sobre *A marcha para Oeste*, ver: Lopes (2002); Linhares (1999); Velho (1976); Lenharo (1986) e Beskow (2010).



Fotografia registrada durante a viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás, realizada pelos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna
Acervo da Casa de Oswaldo Cruz



Carlos Chagas
Blog Lambe-Lambe
Acesso em 26/03/2010



Acampamento agrícola de emigrantes goianos, provenientes de Luziânia. Foto de Lúcio de Castro Soares
Acervo do IBGE



Emigrantes mineiros, com destino à Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Foto de Fábio de Macedo Soares Guimarães
Acervo do IBGE



Casa típica de colono, construída a pau e pique
Foto de Fábio de Macedo Soares Guimarães
Acervo do IBGE

se pode ignorar a importância das clivagens estaduais, opondo os que desejavam a mudança para o Triângulo Mineiro aos defensores da área delimitada pela Comissão Cruls. Também Goiânia, cidade recentemente construída e que vivera uma intensa mobilização em 1942, durante o evento denominado *batismo cultural*⁷, foi proposta como nova sede do governo por João Fernandes Campos Café Filho. A transferência para o Triângulo Mineiro foi defendida por Benedito Valadares, político mineiro que havia atuado como interventor em Minas Gerais entre 1933 e 1945, por Israel Pinheiro e Juscelino Kubitschek, com base em estudos realizados pelo engenheiro Lucas Lopes. Pedro Ludovico Teixeira, que fora responsável pela mudança da capital de Goiás para Goiânia, e outros membros da bancada daquele estado, admitiam essa última cidade como opção temporária, mas defendiam a transferência definitiva do Distrito Federal para a área demarcada pela Comissão Cruls (COUTO, 2001, p. 47; BOJUNGA, 2001, p.172/395; SILVEIRA, 1957, p. 265-266; VIEIRA, 2007, p. 53-54). Nas Disposições Transitórias da Constituição Federal, promulgada em 18 de setembro de 1946, estabeleceu-se a transferência da capital da União para o Planalto Central, a nomeação de uma comissão de técnicos para os estudos necessários a sua localização; o encaminhamento dos resultados desses estudos para o Congresso Nacional para deliberação e o início da delimitação da área do novo Distrito Federal.

Dois meses após a promulgação da Carta Constitucional, o presidente Eurico Gaspar Dutra nomeou a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital (VIEIRA, 2007, p. 71). Liderada pelo general Djalma Polli Coelho, diretor do Serviço de Geografia do Exér-

⁷ Sobre o Batismo Cultural de Goiânia, ver: Camargo (2008b).

cito, dela também tomaram parte, entre outros cientistas e técnicos, Jerônimo Coimbra Bueno, Christovam Leite de Castro, responsável pela subcomissão de investigações geográficas, o médico Geraldo de Paula Souza e o engenheiro Lucas Lopes (VIEIRA, 2007).

VERDADES DE
BRASILIA

O Brasil é um País a organizar: as conclusões da Comissão Polli Coelho e a defesa da nova capital no Planalto Central por Teixeira de Freitas

[...] a terapêutica de que precisamos terá de atingir as origens profundas dos erros que motivaram a tremenda diátese social e econômica em que o país se debate. Ora, o remédio heróico para o nosso quadro patológico é exatamente aquela mudança de rumos na vida nacional. Aquela valorização das terras interiores. Aquela obra de povoamento e a conseqüente fixação do homem ao sertão (FREITAS, 1948, p. 87).

Os trabalhos realizados com o intuito de conferir base científica à localização da nova capital envolveram posições divergentes, uma vez que alguns membros da Comissão de Estudos consideravam inadequada a transferência para o quadrilátero Cruls, alternativa defendida pelo seu presidente, Polli Coelho. Este, em texto sobre o conceito geopolítico do Planalto Central elaborado antes dos trabalhos finais da Comissão, observou que os principais argumentos contrários consistiam na inviabilidade para empreendimentos agrícolas e nos custos de construção naquelas localidades:

Uma das asserções mais frequentes, de que a área do retângulo de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada pela Comissão Cruls, é estéril porque é formada de "cerradões", em chapadas areníticas, onde nada se poderá plantar ou criar e onde faltam por completo as águas potáveis e os materiais de construção indispensáveis à edificação do novo Distrito Federal.

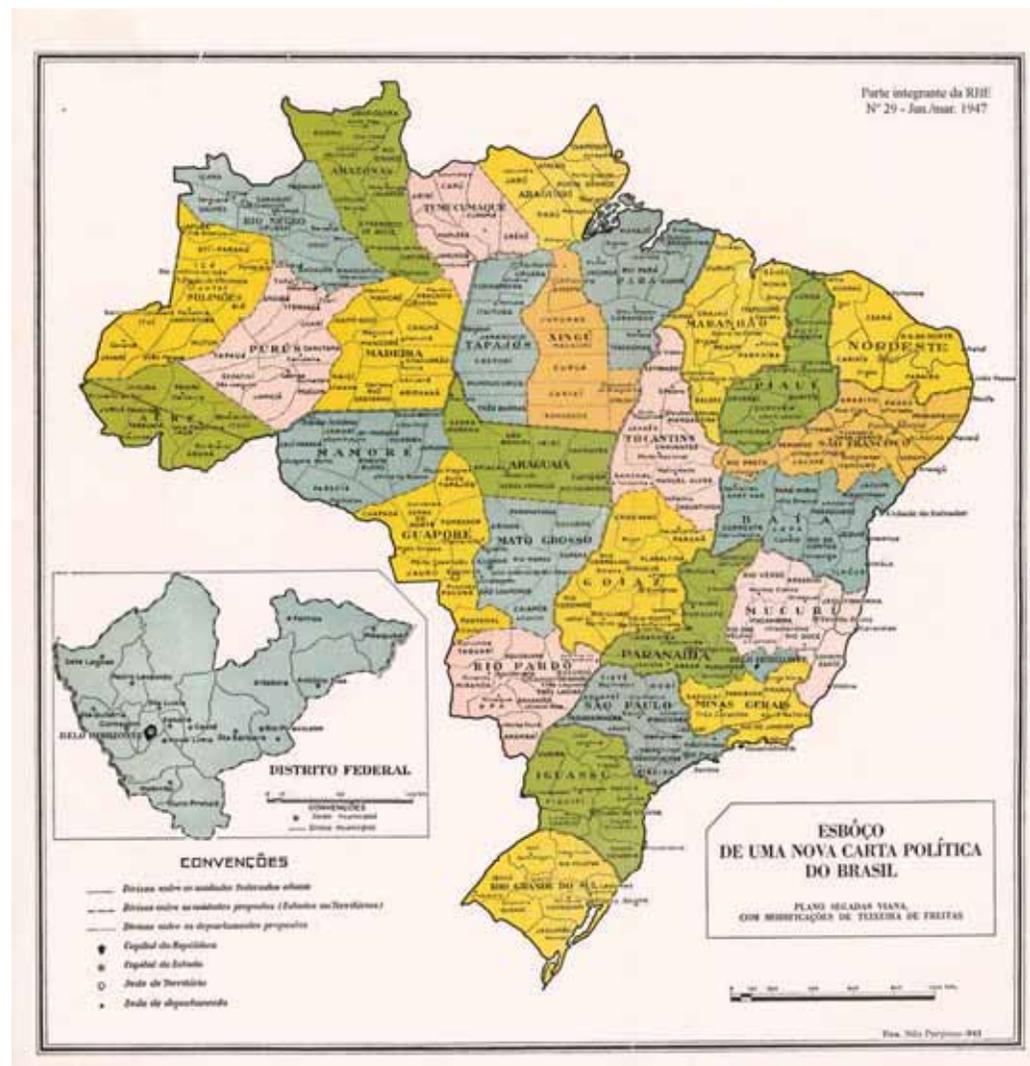
Ora, os trabalhos de campo da Comissão, de que sou Presidente, desautorizam completamente essas levianas conclusões (COELHO, 1948, p. 9-10).

Importava, assim, para as atividades da Comissão observar as condições do solo, a existência de água potável, o potencial hidrelétrico e as condições naturais para as atividades agro pecuárias e as possibilidades de colonização. Esse conjunto de preocupações fica bastante evidente no trabalho realizado pelas duas expedições geográficas ao Planalto Central organizadas pela Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil e constituídas por membros do Conselho Nacional de Geografia⁸. A primeira, dirigida por Francis Ruellan, estudou em detalhes as oito zonas previamente definidas no intuito de indicar os *sítios* mais adequados para a transferência. A segunda ficou sob responsabilidade de Fábio de Macedo Soares Guimarães, com orientação científica de Leo Waibel, e analisou o Planalto Central em seu conjunto tendo em vista definir a melhor *posição* (GUIMARÃES, 1949)⁹.

Para o geógrafo Fábio de Macedo Soares Guimarães a posição deveria ser o critério prioritário, pois a nova capital deveria ocupar situação central em relação às áreas povoadas do País e permitir fácil comunicação com as diferentes regiões (GUIMARÃES, 1949, p. 497). Ao se levar em conta o sítio e a posição, as seguintes características deveriam ser estudadas para definir a localização da nova Capital: a altitude; os estados de tempo, as condições do lençol d'água, o relevo,

⁸ O Conselho Nacional de Geografia e o Conselho Nacional de Estatística, também citado neste texto, eram órgãos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A este respeito ver: Senra (2008).

⁹ O *sítio* referia-se aos aspectos intrínsecos ao local visitado e a *posição* compreendia a situação da cidade a ser construída em relação ao conjunto do País (GUIMARÃES, 1949).



Mapa do Brasil com a divisão territorial proposta por Teixeira de Freitas. Acervo da Memória Institucional do IBGE



Membros da Comissão Polli Coelho (da esq. para a dir.): Luís Vieira, Coimbra Bueno, Djalma Polli Coelho e Francisco de Souza; sentados: Antonio Carlos Cardoso, Lucas Lopes e Christovam Leite de Castro
Acervo do IBGE

a estrutura geológica, a drenagem, a vegetação, os solos, a ocupação humana, as atividades econômicas, as vias de transporte e comunicações; e a incidência de malária, problema que era relacionado à altitude, considerando-se que as chapadas elevadas tendiam a ser isentas da doença. Um aspecto importante nos trabalhos das expedições geográficas consistiu na preocupação com o registro fotográfico de acidentes do relevo; da vegetação, das cachoeiras, mas também da ocupação humana, com ênfase nas atividades agrícolas já existentes e nas colônias que se formavam (GUIMARÃES, 1949).

Os dados obtidos pelas duas expedições foram essenciais para o relatório da subcomissão de assuntos geográficos, sob responsabilidade de Christovam Leite de Castro e orientação científica de Leo Waibel. Nesse documento, o "Retângulo Cruls" ficara em sexto lugar entre as oito localidades investigadas, pois, segundo Waibel (1961), se teria privilegiado a geografia humana. Essa foi uma posição minoritária na Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil que concluiu pela alternativa Cruls, considerando o critério geopolítico como o mais importante. Perspectiva adotada por Polli Coelho, o argumento geopolítico deve ser entendido à luz dos debates travados à época.

Não se tratava de uma simples atualização da ênfase de Varnhagen na necessária defesa da Capital, mesmo porque na década de 1940, e ainda mais após a Segunda Guerra Mundial, outra era a compreensão sobre a defesa da soberania nacional e dos meios técnicos e militares necessários para tanto. Além de se apoiar em geopolíticos europeus influentes no Brasil, a exemplo de Rudolf Kjellen e Otto Maul, Polli Coelho tinha na obra de Alberto Torres, com sua crítica ao centrifugismo, às oligarquias estaduais e sua defesa de uma nova organização nacional, uma das principais referências (COELHO, 1948).

Dessa forma, a questão geopolítica priorizada pelo presidente da Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital incidia sobre a natureza do Estado brasileiro, entendendo que este era mal-estruturado, apoiado em um federalismo frágil. Invertendo explicações anteriores sobre os problemas nacionais - os "males do Brasil"-Polli Coelho afirmava que da débil organização política resultariam o analfabetismo e a doença. Sua crítica ao federalismo tinha como cerne a heterogeneidade dos estados no que se referia às áreas, às populações, às riquezas, aos climas e ao solo. Em sua perspectiva, isto explicaria "tudo o que ocorre de desagradável no Brasil: despovoamento, falta de ligações internas, subalimentação do povo, permanência de endemias, etc." (COELHO, 1948, p. 13).

Nesse ponto havia um forte ponto de convergência com a posição de membros do Conselho Nacional de Estatística que, em Assembléia Geral realizada em julho de 1948, manifestou plena concordância com as conclusões da Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital (IBGE, 1948)¹⁰. E entre os estatísticos brasileiros, foi Mário Augusto Teixeira de Freitas quem mais se pronunciou em defesa do documento final da Comissão Polli Coelho.

Diretor de Informações, Estatística e Publicidade do Ministério da Educação e Saúde, de 1931 a 1952¹¹, Teixeira de Freitas desempenhou papel chave na criação do Instituto Nacional de Estatística, em 1936, e em sua transformação em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, dois anos depois. Também em 1936 assumiu a Se-

¹⁰ A Resolução nº 388, de 21 de julho de 1948, da referida assembleia, apresenta entre suas resoluções: Artigo 3: O Conselho assinala, ainda, o fato de coincidir integralmente com o pensamento que os Estatísticos Brasileiros já firmaram, há muito, unanimemente, o ponto de vista claramente exposto pelo general Djalma Polli Coelho, Presidente da referida Comissão e que, por feliz coincidência, também fala em nome do Serviço Geográfico do Exército. (IBGE, 1948, p. 7).

¹¹ Teixeira de Freitas foi também presidente da Sociedade Brasileira de Educação, de 1935 a 1938 (CAMARGO, 2008a, p. 393).

cretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística, cargo que ocupou por 12 anos. Ao lado dessa intensa atuação institucional, dedicou-se em inúmeros trabalhos às relações entre a natureza do conhecimento estatístico e as políticas de desenvolvimento e povoamento do País (CAMARGO, 2008a, p. 383)¹². Defensor das políticas de interiorização e da transferência da capital para o Planalto Central, foi também um dos principais organizadores do *Batismo Cultural de Goiânia, em 1942*, responsável pela realização do VIII Congresso Brasileiro de Educação na nova capital de Goiás. (CAMARGO, 2008b, p. 603).

À semelhança de Polli Coelho, Teixeira de Freitas tinha Alberto Torres como uma de suas principais referências intelectuais, daí reportar-se com frequência à frase "O Brasil é um país a organizar". Era à crítica ao federalismo brasileiro que se voltava grande parte de seus textos nos quais se dedicou ao projeto de reformulação do mapa político do Brasil. Em longa carta ao presidente da Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital, ao mesmo tempo em que defendia a opção pelo Planalto Central, situava-a no âmbito de uma proposta mais ampla concernente ao tema que o ocupava "há cerca de 40 anos": uma nova divisão política do Território Nacional, por meio do estabelecimento de novos Estados-membros da Federação, com destaque para a formação de um consórcio entre Minas Gerais, Rio de Janeiro e o antigo Distrito Federal (FREITAS, 1947). Essa proposta já constava de documentos anteriores de Freitas sobre uma nova divisão política para o País nos quais ele argumentava que "a proporcionalidade da extensão geográfica, através da cessão de

parte da área dos atuais estados maiores para aqueles de menor porte, anulariam os conflitos regionais, afastando o risco do separatismo e estimulando a consciência nacional de toda a população". (CAMARGO, 2008a, p. 387).

Com a perspectiva de sugerir medidas necessárias para viabilizar a transferência da Capital, Freitas apresentou a Polli Coelho a alternativa de instituir em Belo Horizonte uma sede transitória, proposta que, sem mencionar a cidade mineira, figurava entre as resoluções do Conselho Nacional de Estatística: "transferência provisória dos principais órgãos do Governo e da República para uma cidade do interior, desde que esta ofereça as condições necessárias e esteja colocada a meio caminho entre o Rio de Janeiro e o Planalto Central (IBGE, 1948, p. 8).

Toda a discussão travada partia do pressuposto do papel irradiador civilizatório de uma capital no sertão do País, capaz de contribuir para a superação da diátese social lembrada por Freitas, com base em uma evidente inspiração euclidiana. Naturalmente não havia consenso em torno de tal proposta e não por acaso o relatório da comissão presidida por Polli Coelho gerou tão intensa mobilização que abarcou desde a Assembleia do Conselho Nacional de Estatística a cartas a parlamentares e entrevistas à imprensa. Afinal, como já assinalado, havia opiniões divergentes no interior mesmo da Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital, destoando do que ocorrera à época da Comissão Cruls, caracterizada por um alto grau de unidade, ao menos no que se refere às manifestações públicas de seus integrantes.

Os membros da Comissão Polli Coelho dividiam-se entre os que defendiam uma área localizada no Triângulo Mineiro e os que consideravam o quadrilátero Cruls como principal referência para a

Teixeira de Freitas (primeiro a direita) na cerimônia do Batismo Cultural de Goiânia. Acervo do IBGE



Pedro Ludovico, Teixeira de Freitas e Christovam Leite de Castro no Batismo Cultural de Goiânia. Acervo do IBGE

¹² Note-se que, na publicação do IBGE, *A localização da nova capital da república*, além da já mencionada resolução do Conselho Nacional de Estatística e do estudo de Polli Coelho sobre o espigão mestre, são reunidos "esclarecimentos e sugestões (documentos subscritos pelo antigo Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)," o que demonstra a importância atribuída às posições de Teixeira de Freitas (1948).

mudança. Na argumentação do primeiro grupo, era frequente a anteposição do centro geográfico ao centro demográfico ou econômico. O dilema foi resumido por Polli Coelho com a seguinte pergunta: "haverá uma técnica capaz de dar solução ao problema da mudança, que é um problema antes de tudo político?" (COELHO, 1948, p. 12). Ele questionava a possibilidade de resolver o problema da localização a partir do trabalho de uma comissão técnica de 12 membros e, como já observado, elegia o problema geopolítico como o principal a ser levado em conta para tal decisão.

No âmbito da Comissão, a minoria, que contava entre seus proponentes com Paula e Souza, Christovam Leite de Castro e Lucas Lopes, defendeu uma área de 6 000 km², localizada no Triângulo Mineiro, apoiando-se na tese do centro demográfico ou econômico (VIEIRA, 2007). Um dos mais entusiastas defensores dessa proposta, Lucas Lopes, afirmaria anos mais tarde em um depoimento:

[...] havia os que tinham uma visão global, de que o importante era que a capital ficasse não no interior de Goiás, mas num ponto que dominasse politicamente o Brasil Central. Todo o meu interesse em levar a capital para o triângulo Mineiro foi de caráter político. Eu sentia que a capital no Triângulo Mineiro seria capaz de conquistar o Brasil Central porque aquela região tinha bases econômicas boas e estava ligada ao que eu chamava de core área, a área medular do Brasil econômico. Todo o efeito econômico do Triângulo Mineiro poderia ser projetado sobre a bacia amazônica, o Tocantins, etc. Além disso, era uma área próxima às fronteiras do sul do Brasil, que eram as fronteiras mais tensas. (LOPES, 1991, p. 100).

Por sua vez, a maioria, que contava com a liderança do presidente da comissão, Polli Coelho, optou por uma área de cerca de 78 000 km², formada de terras do leste do Estado de Goiás, confinando a leste com os Estados da Bahia e Minas Gerais, e abrangendo ao sul e parte do oeste o retângulo demarcado pela Comissão Cruls em 1892,

e ao norte a Chapada dos Veadeiros (VIEIRA, 2007, p. 84-85). Assim, tal como consta na mensagem que acompanhou os estudos da comissão encaminhada ao Presidente da República em 21 de agosto de 1948:

[...] A conclusão aqui encaminhada é no sentido de estabelecê-lo no planalto goiano aproveitando integralmente a área proposta em 1892 pela comissão Cruls, em zona de confluência das bacias dos rios Amazonas, Paraná e São Francisco. Não se teve em vista unicamente a ideia de respeitar a tradição constitucional, mais ainda os efeitos favoráveis sobre a economia geral da Nação e sobre a estruturação geopolítica do estado, considerando este como um todo unificado e consolidado [...]. (VIEIRA, 2007 p. 85).

O documento citado foi encaminhado pelo Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, ao Congresso Nacional, que criou uma comissão especial para sua análise e realização de estudos complementares. Em seu relatório final, esta última indicou uma área de cerca de 50 000 km² a ser escolhida na região Anápolis-Goiânia. Entretanto, apenas em 1953, durante o segundo governo de Getúlio Vargas, a questão da transferência foi retomada com a nomeação de uma nova comissão de estudos dedicada à escolha definitiva do local da nova Capital.

Das comissões de estudo da década de 1950 à construção de Brasília

[...] O Brasil deve ser louvado pelo fato de ser a primeira nação na história a basear a seleção do sítio de sua capital em fatores econômicos e científicos, bem como nas condições de clima e beleza. A localização geral do Novo Distrito Federal foi determinada após longos anos de acurados estudos dos fatores regionais [...] (BRASIL, 1957, p. 20).

A escolha da área específica em que seria construída Brasília ficou sob responsabilidade da Comissão de Localização da Nova Capital, sob a liderança do general Aguinaldo Caiado de Castro, Chefe da Casa Militar da Presidência da República¹³. De acordo com o decreto que a instituiu, os seguintes requisitos deveriam ser considerados para escolha definitiva do local: clima e salubridade favoráveis, facilidade de abastecimento de água e energia elétrica; facilidade de acesso às vias de transporte aéreo; topografia adequada; solo favorável às edificações; existência de materiais de construção; proximidade de terras para cultura e, por último, paisagem atraente (BRASIL, 1953).

Após a trágica morte de Getúlio Vargas e sob a presidência de Café Filho, o marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque substituiu o Gal. Caiado de Castro.¹⁴ Na condução dos trabalhos, ele coordenou os levantamentos necessários para definir a localização com base no laudo técnico da empresa de engenharia norte-americana Donald Belcher que indicara cinco áreas como mais adequadas à construção. Para a escolha, mais uma vez foram acentuadas as condições climáticas e de salubridade (VIEIRA, 2007, p. 103). Em abril de 1955, a comissão definiu uma área de 5 850 km², situada entre os rios Preto e Descoberto, a ser desapropriada para que se iniciasse a construção da nova Capital. Dessa forma, quando Juscelino

¹³ Integram a Comissão: Tasso da Cunha Cavalcanti; Capitão Paulo Bosiso, Coronel Aureliano Luiz de Faria, Jorge d'Escragnoille Taunay, Ademar Barbosa de Almeida Portugal, Flávio Vieira, João Castelo Branco, Paulo Assis Ribeiro, Valdir Niemeyer, Coronel Júlio Américo dos Reis, Engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno (já participara da comissão Polli Coelho), Major Mauro Borges Teixeira e Coronel Deoclécio Paulo Antunes (VIEIRA, 2007, p. 101).

¹⁴ Alguns membros permaneceram na Comissão - Aureliano Luiz de Faria, Ademar Barbosa de Almeida Portugal, Flávio Vieira, Paulo Assis Ribeiro, Coronel Júlio Américo dos Reis. Passaram também a integrá-la José Peixoto da Silveira (então Secretário de Saúde do Estado de Goiás); Sílvio Borges de Souza Mota, José Eurico Dias Martins, Fábio de Macedo Soares Guimarães (participara da Comissão Polli Coelho); Lucídio Albuquerque; Augusto Sérgio da Silva, Felinto Epitácio Maia e Rubens d'Almeida Horta Porto (VIEIRA, 2007, p. 102).

Kubitschek assumiu a Presidência da República, em janeiro de 1956, já estava definido o local onde se ergueria Brasília (BOJUNGA, 2001).

Foram muitas as controvérsias a respeito dessa localização. As críticas à escolha foram divulgadas tanto em revistas especializadas, a exemplo do *Boletim Geográfico*, como nas páginas da revista *O Cruzeiro*, o magazine de maior circulação àquela época. Uma das principais dirigia-se à aridez do solo do Planalto Central e às dificuldades para se desenvolverem atividades agrícolas no cerrado. Devido a elas e à carência de indústrias na região, acentuavam-se, em vários artigos, os problemas de abastecimento (VIEIRA, 2007, p. 103-110).

No âmbito da comissão presidida por Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, as defesas mais veementes da escolha foram feitas pelo médico Peixoto da Silveira, secretário de saúde do Estado de Goiás, que compartilhava a tradição dos médicos seus conterrâneos na defesa da mudança da Capital. O trecho de sua entrevista publicada em *O Globo* dá uma noção do teor de seus argumentos:

[...]Completando as indiscutíveis condições de salubridade, há numerosos cursos de água, em abundância, de fácil captação e excelente índice de potabilidade. A própria topografia da região, que não é montanhosa e nem chata, mas suavemente ondulada, além de proporcionar os mais belos panoramas, muito facilitará a arquitetura e as obras públicas de calçamento, água e esgoto. Nestas condições – e debeladas algumas endemias de fácil saneamento, hoje, pelos modernos processos – Brasília será uma nova e verdadeira "Xangri-Lá" [...]. (SILVEIRA, 1957, p. 203).

Um passo decisivo foi dado com a transformação da comissão presidida por José Pessoa em Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal. Em junho de 1956, o médico Ernesto Silva assumiu a sua presidência e, logo após, lançou o edital do concurso para o Plano Piloto de Brasília e os entendimentos com

VERDADES DE
BRASILIA

o Departamento Nacional de Endemias Rurais para que se estudassem as condições de salubridade e se planejassem as ações de saúde que deveriam acompanhar a construção da nova cidade. No mesmo ano, a Comissão foi extinta e criada a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, sob a presidência de Israel Pinheiro e tendo na diretoria Bernardo Sayão, Íris Meinberg e Ernesto Silva, responsável pelo Departamento de Assistência Social e Saúde. No que se refere a esse departamento, as preocupações voltavam-se para importantes diretrizes do governo Juscelino Kubitschek.

Ainda que, como salientou Gilberto Hochman (2009), a saúde não fosse um ponto central do programa de governo de Kubitschek, a preocupação com as endemias rurais e sua relação com o desenvolvimento nortearam a sua plataforma para esse setor. Nele se afirmava que o Brasil não era mais "o vasto hospital da frase, que se tornou histórica porque verdadeira, da observação clarividente de Miguel Pereira." (KUBITSCHKEK, 1955, p. 53). No caso específico da construção de Brasília, a preocupação com as endemias rurais intensificava-se no que tangia à possibilidade de infestação por barbeiros. Esta era constante, como se pode verificar no artigo publicado pelo médico Isaac Barreto Ribeiro:

[...] medidas estão sendo tomadas relativas à construção das habitações rurais, no sentido de tornar impossível nelas a existência do inseto transmissor. Vimos um rancho derrubado por não preencher os requisitos acima, sendo assim proibida a construção de casas de tipo primitivo, de paredes barreadas e cobertas de capim, etc., que possibilitem a proliferação dos triatomídeos. (RIBEIRO, 1957, p. 197).

Conforme demonstra o estudo de Tamara Rangel Vieira (2007 e 2009), os médicos de Goiás, e em particular os que se articulavam

Situação geográfica das áreas propostas para o futuro Distrito Federal
Acervo do IBGE





Capa da *Revista Goiana de Medicina*, v. 4, n. 1, jan-mar 1958
Acervo da Associação Médica de Goiás

em torno da *Revista Goiana de Medicina*, desempenharam um papel relevante na transferência da capital para o Planalto Central e na construção de Brasília. No período de construção da cidade, tal importância acentuou-se, pois, como observa a autora, "Brasília projetada como expressão de arrojo e da modernidade de uma época não poderia prescindir de um planejamento que levasse em conta suas condições de salubridade" (VIEIRA, 2009, p. 298).

A experiência de planejar e construir a nova capital também envolvia fortemente a importância atribuída ao urbanismo e à arquitetura – uma aposta de redefinição do espaço social a partir do traçado das cidades. Tal importância, ao lado da preocupação com as condições de salubridade, aproxima o projeto realizado pelo governo de Kubitschek a duas outras experiências urbanas instigantes ocorridas no Brasil: a transferência da capital de Minas Gerais para Belo Horizonte¹⁵, em 1897, e a de Goiânia, que se tornou capital de Goiás em 1937 (VIEIRA, 2009).¹⁶

A comparação entre Belo Horizonte e Brasília motivou Helena Bomeny a considerá-las cidades-irmãs no modernismo, com seu apelo às largas avenidas, ao universalismo e ao cosmopolitismo (BOMENY, 2002). Outra afinidade modernista entre elas viria dos projetos urbanístico e arquitetônico realizados durante a gestão de Juscelino Kubitschek quando prefeito da primeira cidade, de 1940 a 1945. A conexão entre as construções de Oscar Niemeyer no

bairro da Pampulha e em Brasília indicam, para a autora, a expressão da "importância do modernismo mineiro no estabelecimento de políticas arquitetônicas no Brasil" (BOMENY, 2002, p. 205).

VERDADES DE
BRASÍLIA

Por sua vez, a experiência de Goiânia e suas afinidades com as escolhas políticas que antecederam a definição do sítio e a construção da nova Capital, estiveram muito presentes nos textos publicados de 1940 a 1960. Desde a época do *batismo cultural* da capital de Goiás, muitas páginas foram escritas sobre o significado de uma cidade planejada com o forte concurso das ciências – da higiene ao urbanismo. Monteiro Lobato foi um dos escritores a saudar aquele experimento urbano. Escrevendo na década de 1940, em uma de suas obras de literatura infantil, manifestou o encanto com a nova capital e seu impacto para um estado que dava a impressão de um deserto. Ao elogiar o seu plano urbanístico, no qual, em sua opinião, tudo estava previsto, afirmava que foram verdadeiros estadistas os que tiveram a "ideia de criar essas cidades certas" (LOBATO, 1957, p. 64).

As referências à Goiânia foram também frequentes durante os anos de construção da nova capital do País. Entre outros autores, Rachel de Queiroz, acentuava em artigo da revista *O Cruzeiro*, o dinamismo de Goiás e a importância das cidades que seriam vizinhas à Brasília – Santa Luzia, Planaltina, Formosa, Anápolis e, sobretudo a "jovem e crescente Goiânia" (QUEIROZ, 1957, p. 130). No mesmo periódico, Gilberto Freyre que criticava a arquitetura escultural e a cidade concebida a partir de um plano urbanístico, a seu ver pouco considerando aspectos sociológicos, enaltecia a experiência de Goiânia e o projeto de levar a capital para o interior, "Goiânia foi o primeiro grande arrojo no sentido de realizar-se o já velho desejo de muitos brasileiros de transferirem a Capital do seu país, do litoral para um interior ecológica, econômica e sociologicamente estratégico." (FREYRE, 1960, p. 36).

¹⁵ Sobre as questões de saúde envolvidas na construção de Belo Horizonte, em especial no que se refere ao bócio endêmico, ver: Marques e Mitre (2004). Sobre as relações entre saúde e a experiência dessa cidade, ver: Silveira (2004). Sobre o mesmo tema na história de Goiânia ver: Freitas (1999).

¹⁶ Uma outra discussão relevante refere-se às experiências de transferência de capitais e construção de cidades planejadas em outros países, em particular a partir do Século XIX. A propósito, a fundação de Washington e São Petersburgo é lembrada nas discussões sobre a mudança da capital no Brasil, entre outros autores, por Varnhagen (1877) no texto aqui comentado.

Entretanto, ainda que tivesse tantos laços com a tradição de se pensar as integrações territorial e política do País e apresentasse afinidades com as experiências anteriores de Belo Horizonte e Goiânia, era à imagem de um País que se desenvolvia em ritmo acelerado que mais se associava o projeto da nova Capital. Brasília se tornou a meta-síntese da presidência de Juscelino Kubitschek e se este não participara da decisão do local onde deveria ser erguida a nova cidade, transformou-a em um monumento do Brasil moderno que concebeu. (BENEVIDES, 1976; LAFER, 2002; GOMES, 2002; BOMENY, 2002; FARO; SILVA, 2002). Cidade símbolo de uma época de otimismo, tal realização não esteve infensa a paixões e fortes antagonismos. Críticas e defesas veementes à nova capital ocupavam o Congresso Nacional e as páginas dos principais periódicos (VIEIRA, 2007). Em muitas delas apontavam-se problemas de gasto público e mesmo de corrupção¹⁷; em outras se atacava, por exemplo, o que se considerava um problema de difícil solução: as favelas do Rio de Janeiro¹⁸. As vozes favoráveis consideravam, sobretudo, que Brasília representaria o elemento essencial para a efetiva marcha para Oeste, alterando a geografia econômica e a política do País¹⁹.

¹⁷ Este era um dos principais problemas apontados no discurso de oposição ao governo Kubitschek, principalmente pelos políticos da União Democrática Nacional - UDN. Ver a respeito: Benevides (1976). Na imprensa, o jornalista David Nasser (1957a, 1957b; 1959) foi o que mais levantou a questão, tal como pode ser visto nos artigos que publicou em *O Cruzeiro*.

¹⁸ É interessante observar que a mobilização contrária a Brasília durante o governo de Juscelino Kubitschek levantasse com frequência a crítica ao grande volume de recursos aplicados na construção da nova capital e a indiferença pelo problema representado pelas favelas do Rio de Janeiro. Tal visão teria motivado o jornal *O Estado de São Paulo* a contratar a conceituada Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais - SAGMACS para realizar uma extensa pesquisa sociológica nas favelas cariocas. O mencionado estudo foi publicado como suplemento do jornal *O Estado de São Paulo* e alcançou grande repercussão. A este respeito, ver: Lima (1989) e Valladares (2005).

¹⁹ Ver a respeito os artigos publicados pelo economista Benjamim Cabello (1959a, 1959b), na revista *O Cruzeiro*.

A capital no sertão: considerações finais

Cinquenta anos passados de sua inauguração, Brasília permanece um desafio para a análise acadêmica e a imaginação política. O legado de tantos projetos, dispositivos constitucionais e estudos, cujas origens remontam ao Século XVIII e que foram brevemente comentados neste texto, não poderia explicar as especificidades do processo de construção, afirmação e mudanças dessa cidade. Não é possível dissociá-lo, entretanto, da história dos projetos de transferência da capital para o interior. E em particular da tradição de pensar o Brasil a partir do sertão, termo polissêmico, por vezes designando o lugar do atraso, por vezes a raiz de uma nação autêntica; ora paradisíaco, ora lugar da doença e do abandono. Isto em uma sociedade na qual, como advertiu Roger Bastide (1978), a geografia não se separa da história.

Consórcio peculiar entre ciência e política, nesse encontro com o sertão, as missões ao interior desempenharam importante papel. Ente elas, as sucessivas comissões de estudos responsáveis pela demarcação do melhor sítio para a Capital, não apenas o fizeram reafirmando, a despeito das inúmeras controvérsias, a opção pelo Planalto Central. Empreenderam, ao mesmo tempo, um notável trabalho de exploração científica, contribuindo, desse modo, para alargar o conhecimento sobre o Território Nacional, além de terem criado imagens duradouras sobre a região e sobre o País. O balanço desse legado é parte da história das ciências e também da história social e política do Brasil. Se a utopia da integração nacional, sempre lembrada pelas diferentes comissões de estudo, não se realizou, a mudança da capital alterou o mapa político do País, contribuindo para a ocupação do Centro-Oeste e gerando impactos em todas as regiões brasileiras.

Flor no deserto, nas palavras do filósofo Roland Corbisier (1960); uma clareira no sertão, imagem corrente que mereceu a crítica arguta de Rachel de Queiroz (1957), Brasília ainda hoje divide opiniões. Difícil ficar indiferente à cidade traçada por Lucio Costa e marcada pela arquitetura de Oscar Niemeyer. Sob seu traçado, camadas arqueológicas de uma história por vezes invisível podem levar a múltiplos caminhos e visões de seu presente, mas também de seu passado. Objeto de desejo da ciência, sonho aristocrático e irrealizável de uma cidade protegida de movimentos e demandas populares, utopia igualitária: cada uma dessas projeções não poderia determinar os rumos e a criação cotidiana de uma cidade. Brasília se transformou, mas ainda hoje guarda um pouco da poesia da *Sinfonia da Alvorada*, que, em sua referência ao *Genesis*, faz pensar tanto na capital no sertão, como na reinvenção permanente de um país:

No princípio era o ermo

Eram antigas solidões sem mágoa.

O altiplano, o infinito descampado

No princípio era o agreste:

O céu azul, a terra vermelho-pungente

E o verde triste do cerrado.

Eram antigas solidões banhadas

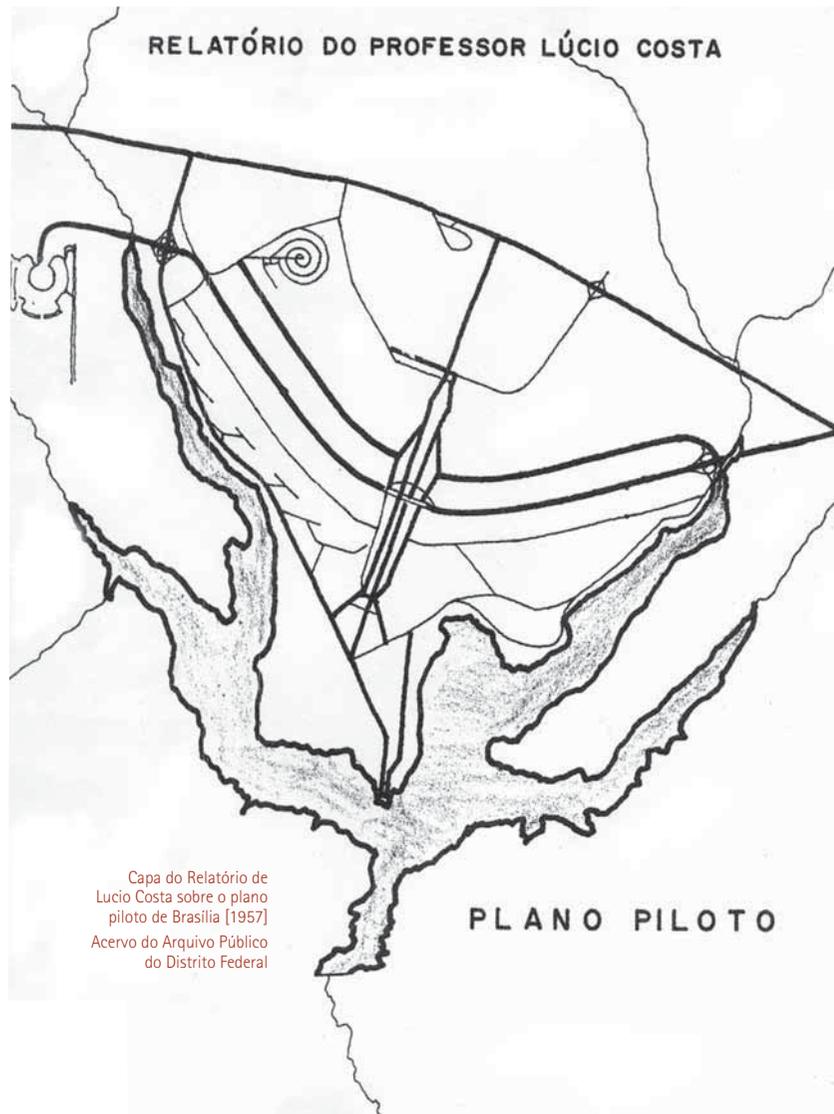
De mansos rios inocentes

Por entre as matas recortadas

Não havia ninguém.

'Brasília, Sinfonia da Alvorada'

Vinicius de Moraes e Antônio Carlos Jobim'



Capa do Relatório de Lucio Costa sobre o plano piloto de Brasília [1957]
Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal

RELATÓRIO DO PROFESSOR LÚCIO COSTA QUE SE CONVERTEU NO
PLANO PILOTO DE BRASÍLIA

...José Bonifácio, em 1823, propõe a transferência da Capital para Goiás e sugere o nome de BRASÍLIA

Desejo inicialmente desculpar-me perante a direção da Companhia Urbanizadora e a Comissão Julgadora do Concurso pela apresentação sumária do partido aqui sugerido para a nova Capital, e também justificar-me.

Não pretendia competir e, na verdade, não concorro, — apenas me desvencilho de uma solução possível, que não foi procurada mas surgiu, por assim dizer, já pronta.

Compareço, não como técnico devidamente aparelhado, pois nem sequer disponho de escritório, mas como simples maquis do urbanismo, que não pretende prosseguir no desenvolvimento da idéia representada senão eventualmente, na qualidade de mero consultor. E se procedo assim cãndidamente é porque me amparo num raciocínio igualmente simplório: se a sugestão é válida, estes dados, conquanto sumários na sua aparência, já serão suficientes, pois revelarão que, apesar da espontaneidade original, ela foi, depois, intensamente pensada e resolvida; se o não é, a exclusão se fará mais facilmente, e não terei perdido o meu tempo nem tomado o tempo de ninguém.

A liberação do acesso ao concurso reduziu de certo modo a consulta àquilo que de fato importa, ou seja a concepção urbanística da cidade propriamente dita, porque esta não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa d'êle; a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região. Trata-se de um ato deliberado de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial. E o que se indaga é como no entender de cada concorrente uma tal cidade deve ser concebida.

Ela deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como urbs, mas como civitas, possuidora dos atributos inerentes a uma capital.

VERDAS DE
BRASÍLIA

1ª página do Relatório de Lucio Costa sobre o plano piloto de Brasília [1957]

Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal

Referências

AMADO, Janaina. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais; Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, v. 8, n. 15, p. 145-51, 1995.

BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. Prefácio de Paulo Duarte. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. 2.ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1978.

BENCHIMOL, Jaime (Coord.). *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001. 496 p.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Angela Maria de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2002.

_____. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Prefácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 294 p.

BESKOW, Gabriela Carames. *A pátria é a terra: as representações sobre o campo e o homem rural construídas pelo Estado Novo*. 2010. Tese (Doutorado)-Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Centro de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BOJUNGA, Cláudio. *JK, o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 798 p.

BOMENY, Helena. Utopias de cidade: as capitais do modernismo. In: GOMES, Angela Maria de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2002.

BRASIL. Decreto nº 32.976, de 08 de junho de 1953. Cria a Comissão de Localização da Nova Capital e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action?tipoPesquisa=3>>. Acesso em: 7 fev. 2007.

BRASIL. *O relatório técnico sobre a nova capital da República*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1957.

CABELLO, Benjamim Soares. Brasília. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 13 jun. 1959.

_____. Alvorada sob sombras. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 28 nov. 1959.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. O ideário cívico do IBGE: reformas sociais de base e Projeto de Brasil aos olhos da Estatística. In: SENRA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008a. v. 3: Estatísticas organizadas (1936-1972), p. 370-409.

_____. Um homem de fronteiras: ação e criação de José Carlos de Macedo Soares. In: SENRA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008b. v. 3: Estatísticas organizadas (1936-1972), p. 558-613.

CARVALHO, José Murilo de. Brasil: nações imaginadas. In: ANNINO, Antonio; LEIVA, Luis Castro; XAVIER-GUERRA, Francisco (Org.). *De los imperios a las naciones: Iberoamerica*. Zaragoza: IberCaja, Obra Cultural, 1994. p. 401-423.

CASTRO-SANTOS, Luiz Antonio de. Poder, ideologias e saúde no Brasil: ensaio de sociologia histórica. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. 567 p.

_____. O pensamento sanitário na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados: revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Vértice, v. 28, n. 2, 1985.

_____. *Power, ideology and public health in Brazil 1889-1930*. 1987. 358 f. Tese (P.H.D.)-Harvard University, Cambridge, 1987.

CEBALLOS, Viviane Gomes de. *E a história se fez cidade...: a construção histórica e historiográfica de Brasília*. 2005. Dissertação (Mestrado)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. [São Paulo]: Companhia das Letras, 1996. 250 p.

COELHO, Djalma Polli. Estudos do general Djalma Polli Coelho, diretor do serviço Geográfico do Exército e Presidente da Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil. In: A LOCALIZAÇÃO da nova capital da república. Rio de Janeiro: IBGE, 1948. Parte I, p. 9-28.

CORBISIER, Roland. *Brasília e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1960. 74 p. (Textos sobre a nova Capital, v. 1). Conferência pronunciada no auditório do Ministério da Educação e Cultura, no dia 31 de março do ano de 1960.

COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 399 p.

CRULS, Luiz. *Relatório Cruls: relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2003. (Coleção Edições do Senado Federal, v. 22). Edição fac-similar.

EDLER, Flávio Coelho. *A constituição da medicina tropical no Brasil oitocentista: da climatologia à parasitologia médica*, 1999. Tese (Doutorado)-Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

FARO, Clovis de; SILVA, Salomão L. Quadros da. A década de 1950 e o Programa de Metas. In: GOMES, Angela Maria de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2002.

FERREIRA, Luís Otávio. Uma interpretação higienista do Brasil Imperial. In: HEIZER, Alda; VEIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. Trabalhos apresentados no Colóquio Ciência, Civilização e Império nos Trópicos, organizado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins e pela UERJ, nos dias 7 e 8 de novembro de 2000.

FIGUEIRÔA, Sílvia. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: Hucitec, 1997. 270 p.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. Goiânia: *Iocus* privilegiado da saúde. In: _____. (Org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível: uma contribuição para a medicina em Goiás*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1999.

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Palavras de agradecimento. Carta enviada ao general Djalma Polli Coelho, em 9 de junho de 1947. Rio de Janeiro. In: A LOCALIZAÇÃO da nova capital da república. Rio de Janeiro: IBGE, 1948. Parte II, p. 37-69.

FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.

_____. O significado nacional de Goiânia. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, p. 36, 26 mar. 1960.

_____. Ainda sobre Goiânia. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, p. 103, 2 abr. 1960.

GOMES, Angela Maria de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2002. 223 p.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. O Planalto Central e a mudança da Capital. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, n. 4, out./dez. 1949.

HOCHMAN, Gilberto. O Brasil não é só doença: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. *História, ciência, saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v. 16, p. 313-331, 2009.

_____. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec. 1998. 261 p.

IBGE. Resolução nº 388, de 21 de julho de 1948, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística. In: A LOCALIZAÇÃO da nova capital da república. Rio de Janeiro: IBGE, 1948. Parte I.

JOBIM, Anísio. *O Amazonas: sua história (ensaio antropológico e político)*. São Paulo: Nacional, 1957. 301 p. (Bibliotheca Pedagógica Brasileira. Série 5. Brasileira, 292).

JORDANOVA, Ludmilla. The social construction of medical knowledge. *Social History of Medicine*, [S.l.]: Oxford University Press, v. 8, n. 3, p. 361-381, 1995.

KROPF, Simone. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação 1909-1962*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009a. 596 p.

_____. Carlos Chagas e os debates e controvérsias sobre a doença do Brasil (1909-1923). *História, ciência, saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v. 16, p. 205-227, jul. 2009b.

KUBITSCHKE, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Brasília, DF: Senado Federal, 2006.

_____. *Programa de saúde pública do candidato Juscelino Kubitschek*. São Paulo: L. Nicollini, 1955.

LAFER, Celso. *JK e o programa de metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste: os anos 30*. 2. ed. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1986.

LESSA, Renato. *A Invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988. 173 p.

LIMA, Nisia Trindade. Euclides da Cunha e o pensamento social no Brasil. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, n. 62, p. 108-135, 2010.

_____. Uma brasileira médica: o Brasil Central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Julio Paternostro. *História, ciência, saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v. 16, supl. 1, p. 229-248, jul. 2009.

_____. Public Health and Social Ideas in Modern Brazil. *American Journal of Public Health*, Boston: American Public Health Association, v. 97, n. 7, p. 1168-1175, jul. 2007.

_____. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro; Universidade Cândido Mendes; Revan, 1999. 222 p.

_____. *O movimento de favelados do Rio de Janeiro: políticas do estado e lutas sociais (1954-1973)*. 1989. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)-Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro-IUPERJ, Rio de Janeiro, 1989.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *Terra prometida: um história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 211 p.

LOBATO, Monteiro. *Geografia de dona Benta*. São Paulo: Brasiliense, 1957. (Obras completas de Monteiro Lobato).

LOPES, Sérgio. *O território do Iguçu no contexto da marcha para oeste*. Cascavel: Edunioeste, 2002. 263 p.

LOPES, Lucas. *Memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991. 346 p.

LÖWY, Ilana. *Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política*. Tradução de Irene Ernest Dias, revisão técnica de Flávio Edler. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. 427 p.

MARQUES, Rita de Cássia e MITRE, Sérgio Munir Colina. Bócio endêmico em Minas Gerais: a pesquisa biomédica na terra dos "papudos". In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (Org.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004. p. 182-193.

MIRANDA, Antonio. Notícia bibliográfica sobre o Dr. Antonio Martins de Azevedo Pimentel, precursor da historiografia brasiliense. In: PIMENTEL, Antonio Martins de Azevedo. *A nova Capital Federal e Planalto Central do Brasil*. 2. ed. Brasília, DF: Thesaurus, 1985. 134 p. Edição fac-similar.

NASSER, David. Simpatia não governa. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, p. 16-17, 15 jun. 1957a.

_____. Enquanto Brasília não vem. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, p. 100-101, 22 de junho de 1957b.

_____. Alegria de palhaço. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, p. 16-17, 21 mar. 1959.

NEIVA, Arthur; PENNA, Belisário. Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v. 8, n. 30, p. 74-224, 1916.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Brasiliense. 1990. 208 p.

PEIXOTO, Afrânio. Moinhos de vento. *Saúde: revista de higiene e ciencias correlatas* Rio de Janeiro: Liga Pro-Saneamento do Brasil, v. 1, n. 1, 1918.

PIMENTEL, Antonio Martins de Azevedo. Histórico da mudança da Capital Federal. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, Rio de Janeiro: IHGB, v. 73, n.121, 1910.

PRADO, João Fernando de Almeida. *São Vicente e as capitânias do sul do Brasil: as origens (1501-1531)*. São Paulo: Nacional, 1961. 513 p. (Bibliotheca Pedagógica Brasileira. Série 5. Brasileira, 314).

QUEIRÓZ, Rachel de. Goiás e a capital nova. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 20 abr. 1957.

RIBEIRO, Isaac Barreto. Profilaxia da doença de Chagas em Brasília. *Revista Goiana de Medicina*, Goiânia: UFGO, Faculdade de Medicina, v. 3, n. 3, jul./set. 1957.

ROSAS, Roberta Jenner. *Do paraíso ao grande hospital: dois olhares da ciência sobre o sertão (Goiás: 1892-1912)*. 1996. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1996.

ROURE, Agenor de. *A constituinte republicana*. Brasília, DF: Senado Federal, 1979. (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos, n. 17: Séries Estudos Jurídicos).

SÁ, Dominichi Miranda de. A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o imenso hospital. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v. 16, supl. 1, p. 313-331, jul. 2009a.

_____. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v. 16, supl. 1, p. 183-203, jul. 2009b.

SÁ, Dominichi Miranda de SÁ, Magali Romero; Lima, Nisia Trindade. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v. 15, p. 779-810, 2008.

SCHWARZ, Lilia Katri Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 288 p.

SENRA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 4 v.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *A influenza espanhola e a cidade planejada - Belo Horizonte, 1918*. 2004. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

SILVEIRA, José Peixoto da. *A nova capital - por que, para onde e como mudar a Capital Federal*. [Rio de Janeiro]: Pongetti, 1957. 357 p.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 328 p.

STEPAN, Nancy. *Picturing tropical nature*. Ithaca, N.Y.: Cornell University, 2001. 283 p.

THIELEN, Eduardo et al. *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. 154 p.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. 204 p.

VARNHAGEN, Francisco, Visconde de Porto Seguro. *A questão da Capital: marítima ou no interior?* Vienna, D'Austria: Do Autor, 1877.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato (um estudo comparativo da fronteira em movimento)*. São Paulo: Difel, 1976. 261 p. (Corpo e Alma do Brasil, 45).

VERGARA, Moema de Rezende. Território e saúde: o estudo de Antônio Pimentel sobre o Planalto Central. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v. 15, p. 865-881, 2008.

_____. Ciência e história no relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central na Primeira República. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v. 13, n. 4, p. 909-925, out./dez. 2006.

VIEIRA, Tamara Rangel. No coração do Brasil, uma capital saudável - a participação dos médicos e sanitarianos na construção de Brasília (1956-1960). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v. 16, supl. 1, p. 289-312, jul. 2009.

_____. *Uma clareira no sertão? Saúde, nação e região na construção de Brasília (1956 - 1960)*. 2007. 173 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde)-Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

WAIHEL, Leo. Determinismo geográfico e geopolítica (contribuição ao problema da mudança da capital). *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, n. 164, p. 612-617, 1961.

A Comissão Cruls e o projeto de mudança da Capital Federal na Primeira República

Moema de Rezende Vergara

Introdução

No final do Século XIX, a recém-instaurada República tinha em suas mãos uma nação de proporções continentais, herdada da Monarquia, mas os conhecimentos geográficos a respeito deste território eram ainda bastante lacunares e havia o sentimento generalizado da necessidade de maior integração entre o litoral e o interior. Talvez por isto mesmo, naquele momento, se decidiu formar uma comissão que deveria demarcar o local da Capital Federal no interior do País: a Comissão Exploradora do Planalto Central, de 1892, chefiada pelo astrônomo Luiz Cruls¹. A comissão era composta por membros de outras instituições científicas, além do Exército brasileiro, com a participação de soldados e oficiais, todos egressos da então chamada Escola Superior de Guerra.

A decisão da mudança da Capital Federal seria uma tentativa de realização do antigo desejo de transferência da Capital para o interior, como foi expresso em um artigo de Hypólito da Costa publicado em 1808 no *Correio Brasiliense*. Durante o Império, o mais ardente defensor desta ideia foi Varnhagen, que desde 1839 expôs as vantagens de uma capital no interior numa carta ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB e no Memorial Orgânico de 1849. Varnhagen voltou ao tema em um texto de 1877, que narrou sua viagem ao sertão em direção a Goiás. Em seu retorno a Viena, onde era embaixador, o historiador escreveu *A questão da capital: marítima ou no interior?*, onde afirmou que tinha encontrado o lugar determinado pela própria Providência para a nova capital, formado pelas três lagoas Formosa, Feia e Mestre-de-Armas, das quais manam águas para o Amazonas, para o São Francisco e para o Prata. Os principais motivos para a mudança da Capital defendida pelo historiador seriam basicamente a segurança – uma capital marítima ficaria à mercê das esquadras inimigas –, a salubridade e a maior integração da corte com as demais províncias. Argumentos que retornaram com força no contexto republicano.

A trajetória da Comissão Exploradora do Planalto Central começou com a primeira constituinte da República brasileira por um decreto proposto pelo delegado catarinense Lauro Müller, que definiu a transferência da Capital Federal para o Planalto Central. A Constituição de 1891 trazia

^{*} Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio. Coordenadora da História da Ciência Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST/MCT.

¹ O belga Louis Ferdinand Cruls, quando chegou ao Brasil aportuguesou o seu nome para Luiz Cruls, assinando documentos oficiais e trabalhos acadêmicos, por isto mesmo o presente texto utilizar-se-á a versão em português. Na historiografia da ciência no Brasil, é possível encontrar textos que empregam seu nome grafado de ambas as formas.

Luiz Cruls

Acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST



Expedição Cruls (da esq. para a dir., sentados): Dr. P. A. Gouveia, Dr. A. Pimentel, Dr. Luiz Cruls, Dr. J. Lacaille, Dr. A. Cavalcanti, Dr. Celestino Bastos; (em pé): Dr. T. Fragoso, E. Chartier, Dr. Hussak, F. Souto, Araújo Costa, Dr. Henrique Moritze, Dr. Ule, Dr. A. Gama, Dr. H. Moura, Melo, A. Abrantes, Peres Cuiabá, capitão Pedro Carolino
Acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST



em seu 3º artigo a instrução da mudança futura da Capital da Federação². Para acatar a decisão do Congresso Nacional, a comissão foi organizada pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, que destinou para a missão o montante de 350:000\$000. O texto constitucional já determinava uma área de 14 400 km² para a nova capital, ou seja, dez vezes o tamanho da Capital Federal no Rio de Janeiro. A Comissão Exploradora do Planalto Central viajou de junho de 1892 a março de 1893, tempo no qual foram percorridos mais de quatro mil quilômetros e feito um levantamento topográfico, climatológico, hidrográfico, geológico, da flora e da fauna, visando à futura exploração econômica da região.

Após um período de interrupção de alguns meses, os trabalhos foram retomados sob o nome de Comissão de Estudos da Nova Capital da União que vigorou de agosto de 1894 a dezembro de 1895, também chefiada por Luiz Cruls, mantendo praticamente todos os seus membros. A missão desta comissão era complementar os trabalhos topográficos iniciados em 1892. Ao que tudo indica, no Congresso Nacional havia discordâncias sobre a continuidade de tal comissão e no orçamento de 1894 não foram previstos os créditos necessários para o seu funcionamento. Mesmo assim, o governo cedeu recursos extraordinários para o estudo da região, privilegiando a construção de uma estrada de ferro de Catalão a Cuiabá, que ampliaria as ligações do Planalto Central com o restante do País. Esta nova fase deveria se dedicar aos trabalhos de triangulação³. O relatório ministerial fez um balanço do que fora realizado anteriormente, destacando princi-

² Até a fundação de Brasília em 1960, todos os textos constitucionais possuíam um item sobre a mudança da Capital Federal, com a exceção da Constituição de 1937.

³ Método topográfico ou geodésico de localização de um ponto a partir de visadas de outros pontos, especialmente controlados, de forma a que, com duas visadas para dois pontos não dispostos em linha reta, define-se a posição topográfica do ponto de interesse que será o vértice de um triângulo.

palmente o levantamento do sistema hidrográfico. O problema para a continuação do serviço, segundo este relatório, estaria na falta de orçamento previsto, mas afirmava que os trabalhos deveriam continuar, principalmente para a realização de estudo de uma estrada de ferro com um traçado direto entre a futura capital e a atual (BRASIL, 1895, 1896).

O Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1892 era bastante claro quanto ao que a Comissão deveria fazer: explorar o Planalto Central do Brasil e demarcar o local da futura Capital da República:

No desempenho dessa importante tarefa deveis proceder aos estudos indispensáveis ao conhecimento da posição astronômica da área a demarcar, da topografia, orografia, hidrografia, condições climáticas e higiênicas, natureza do terreno, quantidade de águas que devem ser utilizadas para o abastecimento, materiais de construção, riqueza florestal, etc., da região explorada [...]. Podereis realizar, não só os estudos, que julgardes de vantagem e utilidade para mais completo desempenho de vosso encargo, mas ainda os que possam concorrer para a determinação de dados de valor científico com relação a essa parte ainda pouco explorada do Brasil. (BRASIL, 1893, p. 235).

Segundo as instruções de 1894, era preciso produzir um mapa, após o levantamento do perímetro realizado anos antes. Para tal, era necessário dar início aos trabalhos de triangulação "único processo rigoroso para não só levantar a planta topográfica da zona, como também para a fixação definitiva dos quatro vértices que devem encerrar uma área de 14.400 km²" (CRULS, 1896, p. 11). Naquele momento, a escolha do local exato da futura Capital já estava mais definida:

Sob o ponto de vista da qualidade, abundância de água, natureza e topografia do terreno, salubridade e condições climatológicas, é provável que esta escolha se fixe defini-

tivamente quer na região compreendida entre os rios Gama e Torto, no vale do rio Descoberto. (CRULS, 1896, p. 12).

A expedição fora equipada com teodolitos, aneróides, bússolas e podômetros, sextantes, lunetas, instrumentos meteorológicos e material fotográfico. Todo o equipamento, inclusive barracas, armas e mantimentos, ocupou 206 caixas que viajaram em 9 de junho do Rio de Janeiro para Uberaba, ponto terminal da linha férrea da Companhia Mojiana. Desta cidade mineira se organizou durante 20 dias a entrada no sertão, que tinha como meta Pirenópolis em Goiás. Ali chegando, se deu o início da expedição em 1^a de agosto, terminando em janeiro de 1893 no Tocantins.

O governo federal previa que a cidade teria um milhão de habitantes e precisaria de 500 litros de água diários por habitante. Por isto mesmo as instruções ministeriais determinavam a busca por dados acerca do clima, de água, de material de construção, enfim, elementos imprescindíveis para se erguer a cidade planejada.

Do ponto de vista cartográfico, é possível sintetizar estas duas viagens ao Planalto Central da seguinte forma: a primeira realizada em 1892 estabeleceu o perímetro, um primeiro levantamento da área, já a segunda em 1894 teve a missão de mapear a região através das técnicas mais avançadas daquele momento, ou seja, a triangulação. Para melhor compreensão do que foi a chamada "Missão Cruls" é fundamental a leitura conjunta dos relatórios de ambas comissões, uma vez que são complementares em vários aspectos, isto é, para a compreensão global dos trabalhos de Luiz Cruls no Planalto Central é preciso conhecer os dois relatórios. Cabe esclarecer que entre as duas viagens chefiadas por Luiz Cruls, sua equipe retornou ao Rio de

Janeiro para realizar os trabalhos de gabinete no Observatório então instalado no Morro do Castelo. A Comissão Exploradora do Planalto Central produziu um relatório final, em 1894, o relato mais conhecido pelo público em geral sobre o Planalto Central brasileiro. A Comissão de Estudos da Nova Capital da União elaborou somente um relatório parcial, publicado em 1896, e talvez por isto mesmo menos divulgado que o primeiro. A estrutura de ambos os relatórios é a mesma, ou seja, há uma introdução geral escrita pelo chefe da comissão, em seguida vem os relatos dos chefes de turmas e os anexos com as análises dos especialistas no final.

O Planalto Central

Uma das primeiras questões que Cruls se colocou ao interpretar o 3^o artigo da Constituição era saber a definição exata do que se entendia por *Planalto Central* do Brasil. Segundo ele, era evidente que por planalto central se deve entender a "parte mais central do planalto brasileiro em relação ao território" (CRULS, 2003, p. 18). Por planalto, Cruls utilizou a definição já estabelecida pelos geólogos, de um terreno que variasse entre 300 e 1 000 metros de altitude.

O Planalto brasileiro abrange vários estados, como o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Sul. O que seria levado em consideração era a parte a que caberia a denominação de *central*, e que se achava nas proximidades dos Pirenéus, no Estado de Goiás, não só por ser, na realidade, a mais próxima do centro do Brasil, como também por se acharem aí as cabeceiras de alguns dos mais caudalosos rios do sistema hidrográfico brasileiro. Os



A Expedição Cruls nas margens do Rio Paranaíba. Cruls (2003)



Azimute acotovelado: instrumento (Século XIX) utilizado para determinar, ao mesmo tempo, as duas coordenadas de um astro. Acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST



Círculo Meridiano portátil: instrumento (Século XIX) que determina as declinações (ou distâncias polares) das estrelas e a latitude de um lugar. Este modelo portátil foi desenvolvido para facilitar o transporte em expedições. Acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST

Círculo azimutal: instrumento (Século XIX) utilizado no apoio aos levantamentos geodésicos e topográficos no território nacional, nas determinações das posições geográficas e na demarcação de limites. Acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST

rios eram parte fundamental daqueles estudos, pois eles, além do fornecimento das águas, seriam vias de transporte. Cruls em seu primeiro relatório já sinalizava que nem todos aqueles rios eram navegáveis e deveriam ser complementados pelas vias férreas. A relação no pensamento geopolítico brasileiro entre rios e território é antiga, consolidada pela ideia mitológica de "Ilha Brasil", ou seja, de que as fronteiras naturais do País teriam sido desenhadas pela Providência por meio dos principais rios, o Amazonas e o Prata. Esta ideia, existente entre os cartógrafos desde os tempos da colônia, justificara a expansão do Brasil na direção oeste. Neste sentido, ao buscar o local da futura Capital na confluência destes rios, a República brasileira estava, de certa forma, atualizando o mito da Ilha Brasil.

O ponto mais alto do Planalto seria o Pico dos Pirineus, nome de origem indígena segundo Saint-Hilaire, que já tinha visitado aquela região. Cruls citou os livros dos geólogos Orville Derby *Os Picos altos do Brasil* e Charles Hartt, *Geology and Physical Geography of Brazil*. Segundo Hartt (*apud* CRULS, 1957, p. 71) "os pontos mais altos de Goiás são os montes Pirineus, perto da cidade de Goiás, que segundo dizem, excedem a 9500 pés." A altitude do pico dos Pirineus, estabelecida em cerca de 3 000 metros por Emmanuel Liais, Charles Hartt e Orville Derby, foi contestada por Cruls, pois segundo seus cálculos os Pirineus teriam 1 385 metros. Este pico faz parte da Chapada dos Veadeiros, rica em itacolomita, quartzo e xisto.

O Planalto Central foi descrito por Cruls como formado por uma série de chapadões cujas altitudes vão crescendo de sul a norte, e embora ocupe realmente uma extensão bastante considerável, tem a sua região central localizada na zona onde se encontram as cabeceiras dos principais rios do sistema hidrográfico brasileiro: o Tocantins, o São Francisco e o Paraná. A altitude média fica entre 900 e 1 300

metros, e "um número não pequeno de rios torna esta região rica em águas potáveis" (CRULS, 2003, p. 69).



Os trabalhos de delimitação

O conhecimento da posição astronômica era indispensável para demarcar a área da futura Capital e por isto mesmo fora nomeado um astrônomo de conhecido zelo e provada competência (BRASIL, 1893, p. 235). A relação entre conhecimento astronômico e demarcação se dá na aplicação da astronomia de posição, que se utiliza dos astros para a orientação na superfície da Terra (ARANA, 2000, p. 8). Sem dúvida alguma, Luiz Cruls era a pessoa certa para executar esta missão, uma vez que já possuía seu nome firmado como importante astrônomo; entre seus feitos estava a correção da paralaxe solar, na ocasião da passagem de Vênus pelo disco solar em 1882, o que lhe garantiu uma medalha Valz pela Academia de Paris em 1883 (CRULS, G., 1957, p. 13). Tradicionalmente, os biógrafos de Luiz Cruls destacam sua contribuição à astronomia e aos estudos de climatologia no Brasil, dando pouca importância aos seus trabalhos na área de geodésia, que é uma forma de aplicação da astronomia. Contudo, cabe lembrar que sua primeira atuação profissional no Brasil foi como membro da comissão da *Carta Geral do Império*, de 1875, na seção de geodésia, encarregado de comprar instrumentos científicos na Europa. Na época da Comissão do Planalto Central, ele era professor de geodésia da Escola Militar, além de ser o diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro.

Para delimitar a zona da futura Capital, Cruls optou por adotar o método de determinação das fronteiras dos estados empregado

pelos Estados Unidos da América, produzindo assim um quadrilátero, localizado em torno dos 15ª aos 16ª de latitude sul e por volta de 47ª a 49ª de longitude oeste, em detrimento do método irregular tomando como referência os sistemas orográfico e hidrográfico, que seria mais demorado e mais custoso. Segundo Cruls (2003), o quadrilátero esferoidal teria ainda a vantagem de produzir uma figura geográfica regular, o que oferecia a vantagem de evitar no futuro questões litigiosas entre os estados limítrofes. A primeira solução, isto é, a forma irregular, além de outras desvantagens, necessitava de muito maior tempo para sua demarcação, pois se tornava indispensável o levantamento de todo o perímetro da zona, assim como a medição de uma base geodésica, para atingir o grau de precisão desejado. Isto não significa que Cruls estava descartando definitivamente este tipo de levantamento; para ele, quando ocorresse a demarcação definitiva seria necessário um levantamento geodésico preciso e mais detalhado.

Assim, Cruls, em sua primeira viagem, dividiu a Comissão em quatro equipes que deveriam caminhar em direção aos vértices deste quadrilátero já determinado e depois retornar ao ponto inicial em Formosa: Turma SW (sudoeste) Luiz Cruls (chefe), Hastimphilo de Moura, Eduardo Chartier, Francisco Souto, Pedro Carolino Pinto de Almeida e Henrique Silva. Turma NW (noroeste) Tasso Fragoso (chefe), Celestino Alves Bastos, Alfredo José Abrantes e João de Azevedo Peres Cuyabá. Turma SE (sudeste) Henrique Morize (chefe), Alípio Gama e José Paulo de Mello. Turma NE (nordeste) Antonio Cavalcante Albuquerque (chefe), Julião de Oliveira Lacaille (depois exonerado da comissão), Pedro Gouvêa, Antonio Jacintho de Araujo Costa e Joaquim Rodrigues de Siqueira Jardim. A equipe também era formada pelo médico higienista, Antônio Martins de Azevedo Pimentel, pelo geólogo Eugênio Hussak e pelos botânicos A. Glaziou e Ernesto Ule.

Todos os itinerários percorridos pela Comissão foram levantados pelo processo americano de caminhamento, servindo-se do podômetro⁴, da bússola e do aneróide, que permitiu não só a verificação das coordenadas, mas a exploração do terreno aproveitando quando possível as estradas e caminhos já existentes, e desenhando diariamente e papel milimétrico o caminhamento percorrido na escala de 1/1 000 000.

Chegando ao vértice, a turma deveria fazer uma escavação, com um metro de largura e 1,3m de profundidade. Em seu centro será depositado um documento assinado pelo chefe e membros da turma, em que serão escritas as coordenadas, e depois convenientemente lacrado. Em seguida seria feito um marco no local para identificação imediata e futuros trabalhos de triangulação. (CRULS, 2003, p. 77).

Estas instruções reforçam a noção de que mapear é uma forma de apropriação e dominação do território. O mapa é um poderoso instrumento de posse na medida em que comprova a existência do terreno em questão e através do mesmo permite se retornar ao local. A dominação se manifesta em vários elementos, como a ordenação do território ainda desconhecido pelo princípio do método científico, com o desenho em escala pré-determinada no papel milimétrico, com instrumentos que garantem seu rigor e precisão. Concomitante ao processo de apropriação do terreno pelo método científico, observa-se a formulação de um rito simbólico ao depositar no vértice, um documento assinado e lacrado, com a esperança de que fosse (re) descoberto por futuras gerações, convergindo espaço e tempo no mesmo marco.

⁴ O uso do podômetro foi assim explicado por Alípio Gama (1896, D-9): "O podômetro foi carregado sempre suspenso dentro do bolso do peito do colete, onde com a posição vertical e comprimido ao corpo do cavaleiro, pode melhor participar do movimento que determina a sua marcação. Ordinariamente se costuma carregá-lo suspenso a uma das casas de botões do colete, o que é mais cômodo, mas não conveniente, porque nas subidas o cavaleiro naturalmente inclina o corpo para frente e o podômetro, perdendo este apoio do corpo ao qual vinha encostado, procura a posição vertical, que não adquire, e fica suspenso, oscilando no ar. Estas oscilações as vezes são grandes e perturbam a marcação".



Membros da Expedição Cruls em Goiás: (da esq. para a dir.) Julião de Oliveira Lacaille, Alípio Gama, João de Azevedo Peres Cuyabá, Henrique Morize, Ernesto Ule. Acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST



Louis Cruls (segundo da esq. para a dir.) e membros de sua Expedição
Acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST

O relato de Henrique Morize, chefe de turma SE, demonstrou que a realidade oferece frequentemente resistências ao que se imagina ser o ideal. Ele informou que por falta de material não foi possível cumprir à risca as instruções de instalação do marco. A alternativa foi colocar no vértice um tronco de aroeira de dois metros e meio de comprimento. Contudo o lado ritualístico não foi esquecido por Morize, que além da assinatura dos membros da comissão colheu a de testemunhas conferindo ao "ato de posse" um aspecto ainda mais solene:

[...] depois de convenientemente arrolhado e lacrado, um vidro contendo um documento assinalando a posição geográfica do vértice, assinado pelo pessoal da turma e por *diversas pessoas presentes*. (MORIZE, 2003, p. 156, grifo nosso).

O método de demarcação empregado pela Comissão Exploradora do Planalto Central era utilizado nos Estados Unidos da América desde o Século XVIII. Os quadriláteros do território americano seriam uma forma de ordenar a terra, ao aplicar o desenho clássico no terreno, criando uma "tela em branco" a ser preenchida tanto pela cultura quanto pela natureza (HARLEY, 2001, p. 58). Para John Noble Wilford (2000, p. 251), o quadrilátero, ao demarcar áreas a partir das longitudes e latitudes⁵, poderia retratar regiões que se constituem em vazios cartográficos, ainda inexplorados no terreno. Após a delimitação, o trabalho do cartógrafo seria preencher o quadrilátero com informações geológicas, topográficas, hidrográficas e assim por diante.

⁵ Cabe lembrar que as latitudes do sistema de coordenadas geográficas são paralelas ao Equador formando uma série decrescente de anéis concêntricos. Já os meridianos de longitude se posicionam de forma inversa: eles enlaçam o globo do Pólo Norte ao Pólo Sul, "formando grandes círculos de tamanhos idênticos, todos convergindo para os mesmos pontos nas extremidades da Terra" (SOBEL, 2008, p. 11).

E isto foi feito pela *Comissão*. Dadas as latitudes de dois arcos de paralelo bem como as longitudes de dois arcos de meridiano que limitam a área demarcada, torna-se possível verificar a todo o tempo a posição exata no terreno dos limites da zona. A geometria da forma, produzida pela astronomia, daria os parâmetros científicos para esta empreitada.

O chefe da Comissão instruiu suas equipes a determinar diariamente a longitude e a latitude. Bem como quaisquer fenômenos que pudesse servir para a determinação da longitude, como os eclipses do 1º satélite de Júpiter e ocultações, sempre observados em pelo menos, três pontos do itinerário. Cabe sublinhar que a repetição sistemática das observações astronômicas é o que garante a exatidão desta ciência. Os fenômenos celestes listados pelo chefe da comissão eram regulares e permitiam que o observador determinasse a longitude da localidade em que se encontrava ao ver, por exemplo, a passagens de uma estrela e calcular a diferença entre a hora local e a hora em que o mesmo fenômeno ocorresse no meridiano de referência. O método recomendado para a determinação da longitude seria por distâncias lunares (como foi feito na cidade de Santa Luzia), pela passagem da lua e de uma estrela pelo mesmo meridiano (CRULS, 2003, p. 63).

Ao longo do Relatório de 1892, observa-se a utilização de três diferentes meridianos iniciais para o cálculo da longitude: o de Greenwich, o do Observatório do Rio de Janeiro e o de Paris. Somente a partir de 1884, no Congresso Internacional do Meridiano Zero de Washington, Greenwich passou a ser considerado universalmente o meridiano de referência ou inicial⁶.

⁶ O objetivo deste congresso era estabelecer um padrão universal para os cálculos de longitude, segundo Wilford (2000, p. 258), antes deste congresso, havia 14 meridianos diferentes utilizados na confecção dos mapas. Interessante notar que o representante brasileiro foi o próprio Luiz Cruls, que foi voto vencido ao defender a utilização de um meridiano que passe preferencialmente em sua maior parte pelo mar, evitando ao máximo percorrer a Terra.

A utilização de diferentes meridianos de referência ou zero pode ser explicada pelo fato de que na época da expedição a resolução do Congresso em Washington ainda ser recente e não estar totalmente incorporada pelos técnicos na confecção das coordenadas. A falta de padronização do meridiano zero no cálculo das longitudes deve ter tornado mais demorada e trabalhosa a redução dos mapas nos trabalhos de gabinete.

Para a determinação de longitude, nota-se que em algumas turmas foi possível utilizar o método telegráfico, somente quando a equipe estava próxima da Capital de Goiás. As diferenças de longitude entre Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro foram determinadas por este processo. Entretanto pela impossibilidade de contar com os serviços telegráficos ao longo de toda viagem, foi adotado o transporte da hora, ou seja, através da leitura de cronômetros cuidadosamente calibrados por observações astronômicas.

Do ponto de vista da demarcação, o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas avaliou positivamente a expedição e anunciou em seu relatório a Floriano Peixoto que os trabalhos de campo da Comissão estavam completos e que já se tinham "informações suficientes para se formar opinião segura a respeito da zona demarcada" (BRASIL, 1894, p. 353). Ainda estavam sendo elaborados um relatório final com os cálculos das posições geográficas e mapas dos itinerários e coleção numerosa de fotografias. O relatório ministerial também afirmou que os trabalhos de gabinete foram paralisados em grande parte devido à Revolta da Armada de 1893.

Preenchendo o quadrilátero

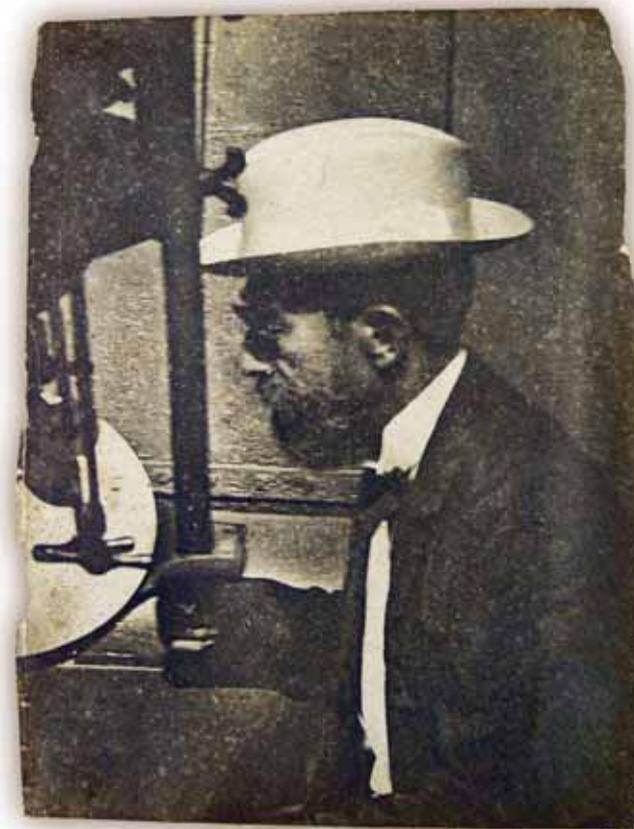
A ideia polêmica de levar a Capital da República para um local distante do litoral provocou imediatamente o debate na imprensa.

O jornalista paulista Domingos Jaguaribe, por exemplo, escreveu no jornal *O Município* em uma série de artigos criticando a expedição chefiada por Luiz Cruls. Para o jornalista, se a questão era buscar um local de clima ameno, ele propunha Campos do Jordão como cidade ideal para a nova capital, afirmando que os estudos sobre o Planalto Central eram um desperdício de tempo e dinheiro público (JAGUARIBE, 1896). Além disso, para Jaguaribe, se o quadrilátero poderia ser feito através das latitudes e longitudes, a expedição ao local era desnecessária. Ao responder a estas críticas Cruls se mostrou bastante indignado e em sua resposta pode-se apreender a necessidade de se fazerem os trabalhos de campo:

Realmente, é o cúmulo da inépcia! Segundo o Dr. Jaguaribe, não é necessário estudar as condições topográficas da região, sua climatologia, a natureza e abundância das águas, etc. etc.; tudo isso é supérfluo, e resolve-se a bico de pena, entre quatro paredes! Mas o Dr. Jaguaribe perde de vista que a competência, a que alude só se adquire por meio dos estudos que se fazem no terreno e que os trabalhos de gabinete e de laboratório, são somente complementos daqueles, que vêm em primeiro lugar e antes de tudo! (CRULS, 1896b, p. 13).

A ideia expressa nesta passagem remete para o fato de que naquele momento havia uma maior ênfase na produção científica que se fazia no local e não através de especulações da filosofia natural, como ocorria no Século XVIII, por exemplo. Isto se deve ao grande destaque que os estudos experimentais estavam alcançando na segunda metade do Século XIX, principalmente a partir dos avanços da ciência segundo os parâmetros estabelecidos por Claude Bernard.

À diferença das características das viagens dos períodos anteriores, ao viajar equipado com uma grande quantidade de instrumentos científicos, o ato de ver do viajante se desloca da esfera de contemplação para o da objetividade. Nas viagens do Século XVIII



Henrique Morize, astrônomo, cientista, vice-diretor do Observatório Nacional, autor das fotografias da Expedição Cruls. Acervo do Museu de Astronomia

e início do Século XIX, que possuem Alexander Humboldt como seu paradigma máximo, havia um maior espaço para a expressão da subjetividade do observador. A valorização estava na capacidade do viajante em transmitir sua sensação de êxtase e vertigem ante os cenários do Novo Mundo. Claro que estes viajantes levavam consigo instrumentos científicos, mas a ênfase estava em colocar em primeiro plano sua capacidade individual de apreensão da natureza que os cercava. No contexto das viagens de Cruls, a objetividade era um dos principais atributos que se buscava na prática científica. Por isto mesmo, em seus relatórios, os instrumentos científicos ganham uma enorme relevância e uma série de informações passam a merecer destaque, tais como os fabricantes dos instrumentos, suas condições de uso e medições, que são cuidadosamente anotadas. A partir daí, o conhecimento científico que se tem do mundo natural depende dos instrumentos de medição, como teodolito, barômetro e o cronômetro. Assim, o conhecimento se tornou atrelado àquilo que se pode medir. Neste sentido, os instrumentos científicos podem ser tidos como "as salvaguardas mecânicas" que protegeriam o cientista de sua própria subjetividade. Segundo Lorraine Daston (1999), isto marcaria outra compreensão dos fenômenos naturais a partir dos avanços técnicos. Assim, era preciso entender a natureza utilizando novas lentes, visão presente nos relatórios escritos por Luiz Cruls.

Outro aspecto importante para se entender a produção destes relatórios, é que eles compartilhavam características comuns aos demais produzidos na Primeira República, principalmente em áreas pouco exploradas: além de prestar contas do objetivo principal da missão, sempre traziam outras informações sobre topografia, hidrografia, geologia, botânica, meteorologia, coordenadas geográficas, população, presença de índios, etc. O uso de recursos iconográficos, como mapas e fotografias também eram frequentes nestes tipos

de relatórios (FIGUEIRÔA, 2008, p. 770). Para a autora, as imagens fotográficas nos relatórios de comissões de exploração produzem uma imagem do homem "vencendo a natureza" e cumprindo "papel essencial na transmissão e produção de uma ideologia progressista-triunfalista" (ARRUDA, 2001, p. 201).

Pode-se afirmar que os relatórios das comissões exploradoras da Primeira República não se dirigiam apenas ao Estado; mas visavam também a uma opinião pública urbana que desejava informações sobre este "território desconhecido", ou nas palavras de Euclides da Cunha desta "terra ignota". Não por acaso, são recorrentes a publicação de partes destes relatórios em revistas e jornais de grande circulação. Neste sentido, entende-se o esforço dos agentes civilizatórios de então, seja o Estado sejam as instituições científicas, em produzir um conhecimento acerca do Território Nacional em termos das categorias e padronizações estabelecidos pela ciência para organizar todos os elementos desta natureza e dispô-los em um mapa nacional, produzido em bases convencionadas como "científicas".

No Relatório de 1892, o anexo sobre a geologia, escrito por Eugenio Hussak (2003, p. 294), inicia-se com uma referência ao problema da falta de um mapa nacional confiável. Segundo ele, seus trabalhos não poderiam ser considerados completos, pois careciam de algo essencial para o estudo da geologia, que seria "uma boa representação cartográfica da região a ser estudada". O problema da cartografia também foi mencionado por Tasso Fragoso, chefe da turma NW, que utilizou uma das cartas mais conhecidas naquele momento do Estado de Goiás, organizada em 1874 por Moraes Jardim. Segundo Tasso Fragoso (2003, p. 173), aquela carta estava

[...] indubitavelmente errada quanto à hidrografia do terreno da margem esquerda do Maranhão, pois lá figura o

rio Angicos que não só não foi transposto por mim, como jamais achei quem dele me desse notícia. Assim ou esse rio está grosseiramente mal figurado na carta ou trata-se não do rio dos Angicos e sim do Monteiro, o que parece-me mais verossímil.

VERDADES DE
BRASILIA

Tal qual outros demais comissários, Hussak citou os viajantes que percorreram aquela área anteriormente, como, por exemplo, Johann Emanuel Pohl, concordando com este sobre a grande presença de granito na parte mais próxima à Minas Gerais. Afirmou, também, que não encontrou fóssil e sugere que a região provavelmente se remetia a idade paleozóica, como descrita por Derby em seu relatório sobre o rio das Velhas.

A mineração recebeu bastante atenção de Hussak (2003, p. 299), que constatou a presença de ouro, diamantes, cristais, quartzo, turmalina e moscovita. Para ele, o declínio da mineração do ouro na região estava relacionado com o fim da escravidão, pois "não havia à disposição outra força que permitisse continuar com proveito no sistema primitivo com bateia e os mineiros não sabiam aplicar os novos métodos, que na Califórnia e Austrália, economizam o trabalho manual".

A fauna ficou a cargo de Antonio Cavalcanti de Albuquerque que descreveu macacos, aves, morcegos, onças, lobos, cobras e diversas ordens de insetos. Albuquerque narrou que foi oferecida a Cruls uma pele de cuica d'água, "belo marsupial, hoje raro em todos os estados do Brasil, o *chironectes palmatus* dos zoólogos" (CAVALCANTI, 2003, p. 324). A caça que mereceu figurar em seu relato era a do tatu, que ocorria quando este ia buscar alimentos saindo de seus esconderijos. O autor denuncia o perigo da extinção das emas, cujos bandos, segundo relatos, eram outrora mais numerosos. Ele explica o fato da procura da população de Goiás pelos ovos para aplicações culinárias.

No Relatório de 1896, Glaziou (1896, F-3) escreveu o Anexo, "Notícia sobre Botânica Aplicada". Para ele o Planalto Central possuía uma série de vantagens para atender às necessidades humanas. Estes recursos naturais deveriam ser reunidos e cultivados "racionalmente n'um viveiro experimental do Estado, estabelecimento de máxima utilidade logo no que diz respeito à alimentação e ao progresso da sociedade". E conclui assim a nota antecipando o que seria a Brasília de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer:

Graças ao poder do Governo da União, auxiliado pelo bom senso e o talento de proficientes arquitetos, que saberão aproveitar as belezas naturais desses lugares e harmonizá-las com suas obras de arte, espero que, n'um futuro próximo, veremos erguer-se a cidade modelo projetada e, do íntimo do coração, almejo o raiar desse faustoso dia. (GLAZIOU, 1896, F-13).

Estes relatórios feitos por especialistas deveriam dar um panorama geral da área. Contudo, muitas vezes esta visão era contrariada pelos chefes de turma em suas viagens pelos itinerários, o que pode ser explicado pela abrangência da área que abrigaria ecossistemas diferentes de difícil síntese. Segundo o relato do major Celestino Alves Bastos, a flora e a fauna por onde atravessou, isto é, de Araxá em Minas à cidade de Santa Luzia em Goiás, eram paupérrimas, "naquela região predominava a vegetação do cerrado, pouco variada, mirrada e raquitica" (BASTOS, 1896, B-4).

O botânico da comissão, Ernesto Ule (2003, p. 343), descreveu as chapadas, os vales, as cabeceiras dos rios, a floresta e a serra dos Pireneus. Um elemento recorrente na narrativa de todos os cientistas era a reclamação pela falta de tempo para análises mais detalhadas. Mesmo assim, afirmou que "já se encontraram espécies novas e dois gêneros novos. Os últimos são a Composta da serra dos Pireneus e a Papilionacea da serra da Balisa; a nova Wunderlichia [foi] nomeada

em honra de nosso chefe – *Wunderlichia Crulsiana*". O Planalto era coberto por uma vegetação de arbustos, chamada de *cerrado*, alterando nos campos pela ocorrência de *gramínea*. O tom geral deste relatório era enfatizar as possibilidades do aproveitamento do solo para diversas culturas úteis e as riquezas florestais da região. Cabe a ressalva de que do ponto de vista da descoberta científica propriamente dita, os únicos registros couberam à botânica.

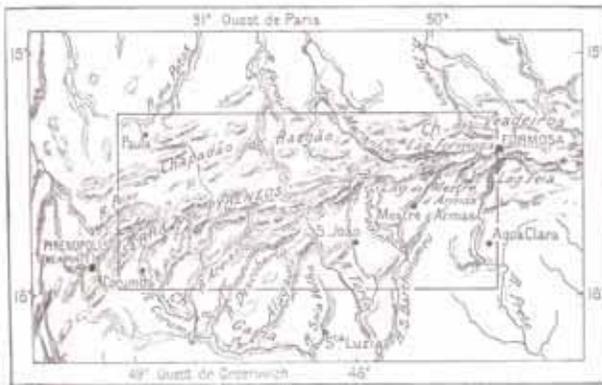
O relatório do médico higienista da comissão, Antônio Martins de Azevedo Pimentel, foi um dos mais divulgados, principalmente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Sobre sua experiência no Planalto Central, Pimentel (1907, p. 262) afirmou mais tarde: "Tive em minha vida a feliz ocasião de visitar as terras elevadas do Brasil central [...] e pus em contribuição os conhecimentos que no

correr de alguns anos tenho adquirido na leitura e estudo das coisas que dizem respeito à minha pátria".

É no relatório de Pimentel (2003, p. 238) que se desenvolveu uma das principais teses nas quais se apoiavam os defensores da mudança da capital, a questão da salubridade: "Todo mundo sabe que o povoamento do Brasil quase que se limita exclusivamente à faixa do litoral, [...]. Justamente nesta região é a salubridade subordinada, em geral, ao grau do paludismo, visto ser baixa, úmida e quente e palustre toda essa zona".

Para este médico, o Planalto Central era diferente, principalmente por sua altitude, que produzia temperaturas mais frescas e solos férteis, "tudo enfim, que tem as mais estreitas relações com os





d'après une carte provisoire de Louis Cruls

Segundo uma carta provisória de Cruls. Reclus (1894)

progressos materiais de uma grande cidade e com o bem-estar dos seus habitantes" (PIMENTEL, 2003, p. 238). A ideia de que o clima da região era adequado para a instalação de uma próspera cidade corroborava uma das principais conclusões do *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central*, que afirmava que seu resultado mais importante era concernente ao clima da região:

Em resumo, a zona demarcada goza, em sua maior extensão de um clima extremamente salubre, em que o emigrante europeu não precisa de aclimação, pois encontrará aí condições climatéricas análogas às que oferecem as regiões mais salubres da zona temperada européia. (CRULS, 2003, p. 111).

Assim, nestas viagens pode-se observar um consórcio de técnicos e cientistas: médicos, engenheiros e astrônomos trabalhando juntos para desmistificar a ideia de que "todo o interior do Brasil ainda hoje passa por ser País doentio, muito quente e mesmo inóspito" (PIMENTEL, 2003, p. 239). Estes homens não estavam de todo livres de uma visão pessimista da influência dos trópicos, mas afirmavam que mesmo nas latitudes de clima tropical poder-se-iam encontrar áreas temperadas, como já observava Humboldt, autor largamente citado no Relatório, em sua viagem à América do Sul. Isto se devia principalmente à análise da altitude como importante fator dos estudos da climatologia, juntamente com o estudo das condições do solo e vegetação, entre outros. Nas palavras de Pimentel (2003, p. 256):

A altitude representa um papel importante na modificação dos climas tropicais, temperando-lhes o calor, tanto que muitas regiões situadas abaixo do equador ou dele muito próximas têm as temperaturas diminuídas a tal ponto que apresentam médias análogas às dos países temperados da Europa, como se dá com a Argélia, o cabo da Boa Esperança e com as Índias Orientais, etc.

Ao dar este peso à altitude, nota-se que naquele momento ainda não se havia descartado por completo a noção negativa da possibilidade de civilização nos trópicos. A revisão do determinismo climático da nosologia brasileira, por exemplo, só ocorrerá alguns anos mais tarde com o movimento sanitário que buscará as explicações para as doenças nas singularidades patológica e social do País (LIMA; HOCHAMAN, 1996). O texto de Pimentel é permeado por referências neo-hipocráticas, baseadas na relação intrínseca entre doença, ambiente e sociedade (LÉCUYER *apud* FERREIRA, 2001, p. 208). Como, por exemplo, a condenação, pelo médico da comissão, da ingestão de alimentos fortemente condimentados ou do descuido da moça que contraiu pneumonia por lavar a cabeça ao meio-dia.

Importante destacar que o higienismo era uma preocupação constante da República, tanto para atrair a imigração europeia, quanto para resolver o problema da insalubridade do Rio de Janeiro, que segundo a concepção da época, retardava o desenvolvimento econômico do País. Pimentel afirmava que não havia nenhuma doença endógena na região e que os casos encontrados são alienígenas e decorrentes de outros fatores. Nesta fonte vemos, também, que Pimentel se aproxima da escola tropicalista de medicina, quando cita como argumento de autoridade os médicos Bilharz e Wucherer, de quem apoia as teorias parasitárias. Esta escola postulava que a umidade e o calor tinham o poder de exacerbar as doenças, que eram associadas à pobreza, má nutrição, falta de saneamento e comportamento inadequado (EDLER, 1999). Estes fatores eram identificados, não só no texto de Pimentel, mas nos dos demais membros da Comissão, que associavam estes problemas ao passado colonial. Aquela geração se via como portadora do progresso, simbolizado inequivocamente pelas ferrovias, referências constantes ao longo do *Relatório Cruls*. Se os caminhos



Azimute Prismado: instrumento (Século XIX) utilizado para determinar a altura dos astros com grande precisão. Acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST

naturais do Planalto Central eram os rios, a ferrovia iria ligar mais facilmente o litoral ao centro do País. Na visão de Pimentel (1900, p. 217) estas estradas de ferro deveriam ser elétricas, já que:

[...] a produção de eletricidade é extremamente fácil e que não há de ser nunca com o carvão de pedra inglês, norte-americano ou outro qualquer de países remotos, com que se há de mover as locomotivas das vias férreas destinadas a levar a civilização e a vida ao esplêndido araxá brasileiro.

A construção do território brasileiro como se conhece atualmente foi um processo dinâmico que contou com diversos fatores ao longo da história, entre ações do Estado, expedições científicas e implementação de novas tecnologias, como a estrada de ferro e o telégrafo. Segundo Cruls, uma objeção constante à transferência da Capital era o problema da distância, que para o chefe da comissão seria resolvido pela construção de estradas de ferro como acontecera nos Estados Unidos. A distância entre a zona demarcada e o Rio de Janeiro é de 1 200 km, que levariam 20 horas para ser percorridos em uma velocidade média de 60 km/hora, o que para ele não seria um problema grave (CRULS, 2003, p. 111).

Como já se afirmou anteriormente, a prioridade durante a segunda viagem era fazer a triangulação do terreno, mas sem esquecer que o contexto era pouco favorável em termos de recursos. Neste sentido, era frequente a reivindicação por mais material, animais e reforço do contingente para execução dos trabalhos, tendo o chefe da comissão que voltar ao Rio de Janeiro com o fim de solicitar aumento de verbas. Além disso, a comissão era também refém do mau tempo, o que tornava ainda mais penosa a missão. Responsável pelo estudo do rio São Francisco e sua ligação com o Planalto Central, Henrique Morize (1896, p. A-7), relatou da seguinte forma as dificuldades que encontrou:

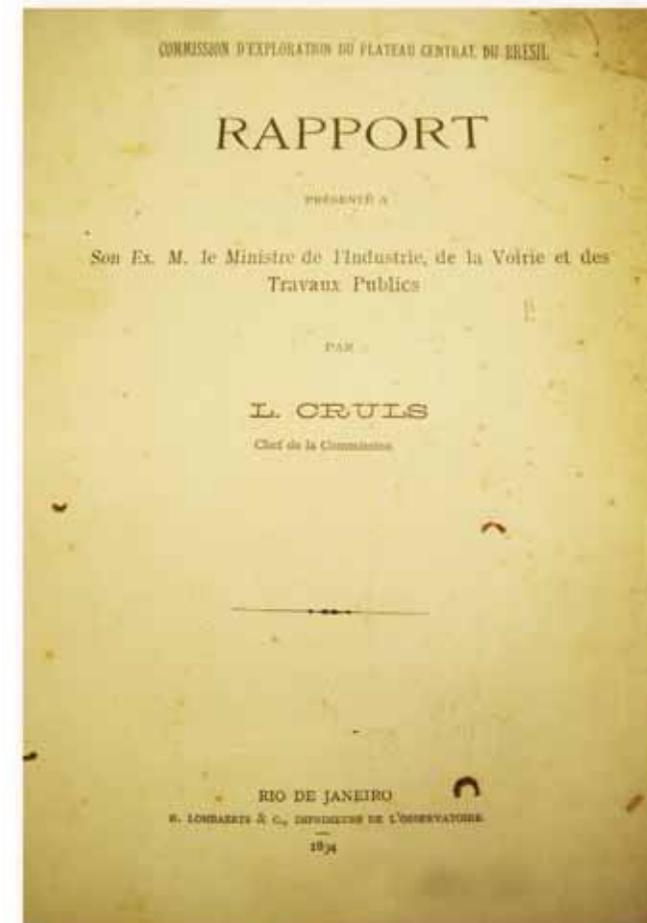
Como estivéssemos então na estação chuvosa, que dificulta consideravelmente os trabalhos de campo, mandei prosseguir os serviços de escritório, cálculos de desenho, aproveitando, contudo o ensejo de alguns dias de estiada para exercitar os ajudantes na medição dos trabalhos geodésicos, utilizando para isso três sinais geodésicos dos morros da Frota, Santa Barbara e Boa Vista.

Os problemas do dia a dia da comissão foram de ordem diversa: a turma "Oeste de Minas", chefiada por Alípio Gama não conseguiu realizar todas as determinações de coordenadas de seu itinerário, prejudicada tanto por questões climáticas, como o tempo chuvoso e o céu encoberto, como por acidentes: na cidade de Paracatu o chefe da turma foi mordido por uma cobra que o paralisou parcialmente impossibilitando-o de manusear os instrumentos com firmeza (CRULS, 1896, D-22).

Conclusão

Na historiografia da ciência no Brasil, as viagens ocupam grande parte da literatura desde a colônia até a República. Nesta longa duração, os significados da viagem não são os mesmos, nem as motivações, muito menos os agentes. Sabe-se que a região explorada pela Comissão do Planalto Central já havia sido visitada por viajantes estrangeiros, tais como Saint-Hilaire e Castelnau, e nacionais como Varnhagen, todos mencionados nos relatórios da Comissão. Contudo, o que tornou as viagens chefiadas por Luiz Cruls diferente?

Se aquela região já havia sido visitada por outros viajantes, a Comissão Cruls não pode possuir um aspecto de descobrimento ou "desbravamento dos sertões". Sua característica principal pode ser vista como a sistematização e classificação da natureza daquele lo-



Folha de rosto do Relatório Cruls editado em francês
Acervo de Maria José Teixeira Soares, bisneta de Cruls

cal, segundo os padrões científicos, a partir de uma equipe composta por especialistas de diversas áreas. Todos estes dados inscritos e mapeados no quadrilátero esferoidal proposto por Luiz Cruls, que organizou este conhecimento, produzido por instituições científicas nacionais, tais como o Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, o que representou mais um passo no sentido da institucionalização das ciências no Brasil.

Outro aspecto importante a salientar com relação à Comissão Cruls é a recorrente citação na historiografia que liga esta Comissão do final do Século XIX ao surgimento de Brasília em 1960. Entretanto esta história não é linear, apesar dos cálculos de Cruls para a futura Capital terem sido utilizados pela comissão de Polli Coelho de 1947. Talvez um dos motivos da permanência do nome de Luiz Cruls à determinação do local da futura Capital esteja no fato de seu relatório ter sido lido como um livro de geografia ao longo da primeira metade do Século XX. Deve-se lembrar o livro de Élisée Reclus, *Nouvelle géographie universelle* de 1894, que no capítulo sobre o Brasil possui uma parte dedicada à descrição do Planalto Central. O autor afirmou que recebera um mapa e notícias sobre o Planalto Central ainda em notas manuscritas de Luiz Cruls. Em 1947, época em que a questão da mudança da Capital volta à cena, o relatório foi editado na *Coleção Brasileira*, por iniciativa do filho do astrônomo, o literato Gastão Cruls, com o auxílio do general Hastimphilo de Moura, que participara da Comissão. Depois seria novamente editado por José Olympio, em 1957, na *Coleção Documentos Brasileiros*, estas reedições foram um fator de sua popularização. Isto favoreceu a permanência do *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central* em inúmeros trabalhos que tratam aquela Comissão como o marco zero da história de Brasília.

Antes de ser publicado em forma de Relatório, as notícias desta expedição já circulavam nos principais jornais do País, como o *Jornal do Commercio*, e mais tarde, em artigos de revistas, como a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. As notícias da Comissão também foram publicadas em revistas internacionais como a francesa *A Travers le Monde* com o artigo "La future capitale du Brésil" e a inglesa *The Geographical Journal*, "Explorations in Central Brazil".

No texto do *Relatório*, há uma interpenetração de questões que estavam afligindo determinados setores da sociedade brasileira da época, como a salubridade do clima brasileiro para o imigrante europeu, a definição das fronteiras e a integração do território. Os relatos de Cruls continham uma série de elementos que empolgavam os leitores urbanos como as possibilidades de exploração das riquezas naturais e descrições do sertão. Cabe também lembrar que neste momento nem todas as fronteiras nacional e internacional do País estavam demarcadas, e que o público acompanhava a conquista do território passo a passo.

Se na passagem para o Século XX, a geopolítica fica num segundo plano em relação à novidade que a natureza do Planalto Central trazia, aquela não foi esquecida por alguns setores da sociedade, como, por exemplo, os militares. Isto fez com que o *Relatório da Comissão* fosse exaustivamente analisado no que se refere à construção da nova Capital, em 1960. Uma alternativa a esta produção historiográfica teleológica seria ler o *Relatório* não como o antecedente histórico de Brasília, mas como um diálogo entre a ciência e as preocupações mais gerais da sociedade na Primeira República. A importância do Relatório Cruls e as notícias publicadas em livros e revistas nacional e internacional possibilitaram a permanência da Comissão Exploradora do Planalto Central na memória nacional. Assim, em uma

das maiores comemorações para celebrar a nação brasileira, o Primeiro Centenário da Independência, em 7 de setembro de 1922, uma placa foi descerrada na área demarcada por Luiz Cruls, garantindo a associação do nome deste cientista à fundação da cidade de Brasília.

Referências

- ARANA, José Milton. *Astronomia de posição*: notas de aula. Presidente Prudente, SP: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Cartografia, mar. 2000. Mimeo.
- ARRUDA Gilmar. *Fotografias de cidades de fronteira*: a vitória sobre a natureza. In: ARRUDA, Gilmar; TORRES, David Velázquez; ZUPPA, Graciela (Org). *Natureza na América Latina: apropriações e representações*. Londrina: Ed. UEL, 2001. p. 193-216.
- BASTOS, Celestino Alves. Relatório do Dr. Celestino Alves Bastos, chefe da turma n. 2. In: CRULS, Luiz. *Relatório parcial apresentado ao exm. Sr. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires* [...]. Rio de Janeiro: Typ. Lith.C. Schmidt, 1896. p. B1-B5.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. *Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza, no anno de 1893*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial>>. Acesso em: mar. 2010.
- _____. *Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general Dr. Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas em maio de 1894*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894. Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial>>. Acesso em: mar. 2010.
- _____. *Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo engenheiro Antonio Olyntho dos Santos Pires ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas em maio de 1895*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial>>. Acesso em: mar. 2010.
- _____. *Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, engenheiro Antonio Olyntho dos Santos Pires em maio*

de 1896. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial>. Acesso em: mar. 2010.

CAVALCANTI, Antonio. Relatório de A. Cavalcanti, chefe da turma NE (Anexo III). In: CRULS, Luiz. *Relatório Cruls*: [relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil]. Brasília, DF: Senado Federal, 2003. (Coleção Edições do Senado Federal, v. 22). Edição fac-similar. p. 175-236.

CRULS, Gastão. Luiz Cruls: esboço biobibliográfico. In: CRULS, Luiz. *Planalto Central do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957. p. 9-27.

CRULS, Luiz. Exploration in central Brazil. *Geographical Journal*, London, GB: Royal Geographical Society, v. 9, n. 1, p. 64-67, jan. 1897.

_____. Le future capitale du Brésil. *A Travers le Monde*, Paris: Hachette, n. 17, p. 129-132, avril 1896a. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k344599.image.langFR.f1.pagination>. Acesso em: mar. 2010.

_____. *Mudança da Capital da União; resposta ao dr. Domingos Jaguaribe*. Rio de Janeiro: Typ. Alex Villela, 1896b. 19 p.

_____. *Planalto Central do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957.

_____. *Relatório Cruls*: [relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil]. Brasília, DF: Senado Federal, 2003. (Coleção Edições do Senado Federal, v. 22). Edição fac-similar.

_____. *Relatório parcial apresentado ao exm. Sr. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires* [...]. Rio de Janeiro: Typ. Lith.C. Schmidt, 1896.

DASTON, Lorraine. As imagens da objetividade: a fotografia e o mapa. In: GIL, Fernando (Coord.). *A ciência tal qual se faz*. Lisboa: João Sá da Costa, 1999. p. 79-104.

EDLER, Flavio Coelho. *A constituição da medicina tropical no Brasil oitocentista*: da climatologia à parasitologia médica, 1999. Tese (Doutorado)-Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

FERREIRA, Luis Otávio. Uma interpretação higienista do Brasil Imperial. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (Org.). *Ciência, civilização e impérios nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 207-234.

FIGUEIRÔA, Sílvia. Batedores da ciência em território paulista. *História, ciência, saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v. 15, n. 3, p. 763-777, jul./set. 2008.

FRAGOSO, Tasso. Relatório de Tasso Fragoso, chefe da turma NW (Anexo II). In: CRULS, Luiz. *Relatório Cruls*: [relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil]. Brasília, DF: Senado Federal, 2003. (Coleção Edições do Senado Federal, v. 22). Edição fac-similar. p. 163-174

GAMA, Alípio. Relatório do Dr. Alípio Gama, chefe da turma n. 4. In: CRULS, Luiz. *Relatório parcial apresentado ao exm. Sr. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires* [...]. Rio de Janeiro: Typ. Lith.C. Schmidt, 1896. p. D1-D60.

GLAZIOU, A. Relatório do Dr. A. Glaziou, botânico. In: CRULS, Luiz. *Relatório parcial apresentado ao exm. Sr. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires* [...]. Rio de Janeiro: Typ. Lith.C. Schmidt, 1896. p. F3-F16.

HARLEY, John Brian. *The new nature of maps: essays in history of cartography*. Edited by Paul Laxton; introduction by J. H. Andrews. Baltimore: Johns Hopkins University, 2001. 331 p.

HUSSAK, Eugênio. Relatório de Dr. Eugênio Hussak, geólogo da Comissão (Anexo V). In: CRULS, Luiz. *Relatório Cruls*: [relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil]. Brasília, DF: Senado Federal, 2003. (Coleção Edições do Senado Federal, v. 22). Edição fac-similar. p. 293-320.

JAGUARIBE, Domingos. *Mudança da Capital Federal do Brasil. O Município*, São Paulo, 1896.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil: Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, 1996. p. 23-40.

MORIZE, Henrique. Relatório de Henrique Morize, chefe da turma SE (Anexo I). In: CRULS, Luiz. *Relatório Cruls*: [relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil]. Brasília, DF: Senado Federal, 2003. (Coleção Edições do Senado Federal, v. 22). Edição fac-similar. p. 151-162.

_____. Relatório do Dr. H. Morize, 1º engenheiro. In: CRULS, Luiz. *Relatório parcial apresentado ao exm. Sr. Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires* [...]. Rio de Janeiro: Typ. Lith.C. Schmidt, 1896. p. A1-A11,

PESSOA, José Cavalcanti de Albuquerque. Notícias sobre a fauna. In: CRULS, Luiz. *Relatório Cruls*: [relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil]. Brasília, DF: Senado Federal, 2003. (Coleção Edições do Senado Federal, v. 22). Edição fac-similar. p. 321-328.

PIMENTEL, Antônio. O Brasil Central. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: IHGB, v. 68, p. 260-376, 1907.

_____. *Mudança da Capital Federal. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: IHGB, v. 63, p. 207-237, 1900.

_____. Relatório de Dr. A. Pimentel, médico higienista da Comissão (Anexo IV). In: CRULS, Luiz. *Relatório Cruls*: [relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil]. Brasília, DF: Senado Federal, 2003. (Coleção Edições do Senado Federal, v. 22). Edição fac-similar. p. 175-236

RECLUS, Élisée. *Nouvelle géographie univesalle; la terre et les hommes*. Paris: Hachette, 1894. v. xix.

SOBEL, Dava. *Longitude*: a verdadeira história do gênio solitário que resolveu o maior problema do século XVIII. Tradução Bazán Tecnologia e Linguística. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008. 149 p. Tradução de: Longitude: the true story of a lone genius who solved the greatest scientific problem of his time.

ULE, Ernesto. Relatório de Dr. Ernesto Ule, botânico da Comissão (anexo VI). In: CRULS, Luiz. *Relatório Cruls*: [relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil]. Brasília, DF: Senado Federal, 2003. (Coleção Edições do Senado Federal, v. 22). Edição fac-similar. p. 329-343.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *A questão da capital*: marítima ou no interior? [Rio de Janeiro: Archivo Nacional, 1935]. Edição fac-similar.

WILFORD, John Noble. *The mapmakers*. Rev. ed. New York: A.A. Knopf, 2000. 507 p.



Instrumento (Século XIX) para colocação de retículos em lunetas para realização de trabalhos astrométricos. Acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST

Louis Cruls: o homem que seguiu as estrelas até a futura capital do Brasil

Marco Aurélio Martins Santos*

Louis Ferdinand Cruls nasceu em Diest, pequena cidade belga localizada na região de Flandres, na província de Brabante Flamengo, em 21 de janeiro de 1848, filho de Auguste Cruls e Anna Elisabeth Jordens.

Ao tempo de fazer seus estudos secundários seguiu para a cidade de Gand, na mesma região, onde também cursou engenharia civil, primeiramente em faculdade, posteriormente se transferindo para a Escola dos Aspirantes da Engenharia Militar, onde concluiu o curso como segundo-tenente. Ele ficaria engajado no Exército belga até 1874, quando pediu baixa. Um convite o fez trocar a carreira militar por uma aventura que lhe estimulava a curiosidade. O brasileiro Caetano Furquim de Almeida o convenceu a vir ao Brasil, para onde ele embarcou no paquete "Orénoque" naquele mesmo ano. Na viagem, conheceu Joaquim Nabuco com quem travou amizade.

Chegando ao País, foi apresentado por seu novo amigo ao imperador Pedro II e ao ministro Buarque de Macedo, sendo nomeado para a Comissão da Carta Geral do Império, cujo chefe era o marechal Henrique Beaurepaire-Rohan. Cruls permaneceu neste cargo até que a Comissão fosse extinta. Depois de ter publicado, na

Bélgica, um trabalho sobre métodos de repetição e reiteração para leitura de ângulos, foi admitido como Astrônomo-Adjunto no Observatório Imperial do Rio de Janeiro¹. Ali estudou o planeta Marte profundamente. Ele ainda faria observações sobre a órbita de Vênus e participaria da primeira observação de um cometa, em 1882, que acabou recebendo o seu nome. Como reconhecimento de sua valiosa contribuição para a Astronomia, uma cratera em Marte e outra na lua foram batizadas como "Cruls" em sua homenagem. Cruls foi o criador da *Revista do Observatório*, o primeiro periódico científico no Brasil.

Louis Cruls viveu por muitos anos no Rio de Janeiro, inclusive ele optou por abraçar seu primeiro nome, para *Luiz*. Aqui se casou, constituiu família e tinha a sua casa no bairro carioca de Laranjeiras.

Em 1884, representou o Brasil em Washington, na conferência que tinha o objetivo de adotar um meridiano único (Meridiano Zero) para a Terra. De 1887 a 1889, esteve em Paris, representando o Brasil nas conferências que trataram da elaboração de uma nova Carta Celeste. Ainda em 1889, foi nomeado professor de Geodésia e Astronomia da escola Superior de Guerra.

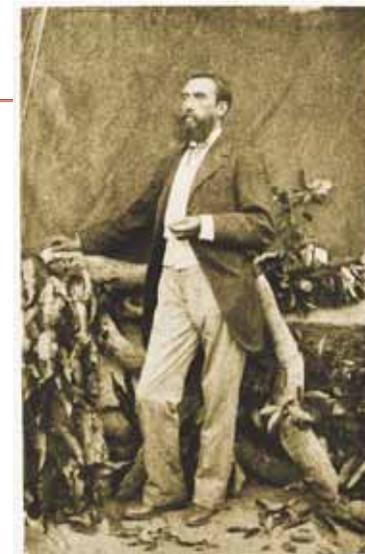
A Constituição de 1891 determinou que a Capital Federal fosse transferida para o interior do País, conforme rezava o Artigo 3º: "Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14 400 km², que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal".

Para atender a este preceito constitucional, o então presidente Floriano Peixoto nomeou², em 1892, uma comissão para realizar estudos sobre o local ideal para a construção da nova capital. A chefia desta comissão foi entregue a Louis - ou melhor, Luis, como ele preferia ser chamado - Cruls.

Ele então organizou uma equipe de 21 pesquisadores, entre geólogos, geógrafos, botânicos, naturalistas, engenheiros, médicos e higienistas, para rumarem na direção do Planalto Central, usando trem e cavalos, percorrendo cerca de quatro mil quilômetros até a região que explorariam. Em determinado momento, Cruls e sua equipe se encontraram no meio do Nada, sem qualquer ponto de referência, que os localizasse geograficamente. Astrônomo experiente, bastou Cruls olhar para cima para obter sua exata localização. A partir da posição das constelações, ele e sua equipe sabiam exatamente qual rumo iria tomar em pleno Brasil Central.

Ao demarcar os 14 400 km² constitucionais da pré-área escolhida para sediar a nova capital, a Missão Cruls aproveitou para realizar estudos científicos inéditos na região neste espaço, que seria posteriormente conhecido como "Quadrilátero Cruls". Este foi demarcado no espaço delimitado pelas lagoas Formosa, Feia e Mestre D'Armas. Curiosamente, o mesmo local indicado por Varnhagen, em 1877.

Ao retornar de sua missão e apresentar os resultados, o engenheiro belga foi nomeado, em junho de 1894, presidente da Comissão



Luiz Cruls
Acervo do Museu de Astronomia

* Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE, jornalista, Analista em Planejamento e Gestão de Informações Geográficas e Estatísticas no IBGE.

¹ Posteriormente ele seria nomeado diretor do Observatório, cargo que ocupou até sua morte.

² Por intermédio do ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Antão Gonçalves de Farias, em Portaria nº 119-A de 17 de maio de 1892, constituindo a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil.

perfil

de Estudos da Nova Capital da União. Ele, então, organizou uma segunda expedição para retornar ao "Quadrilátero" e selecionar o local definitivo onde seria edificada a nova capital brasileira. Após estes estudos, Cruls elaborou um meticuloso relatório, incluindo levantamento sobre a topografia, clima, hidrografia, fauna, flora, pedologia, recursos minerais além dos materiais de construção disponíveis na região. O relatório bilingue (português e francês na versão original) incluía fotografias, tabelas, cálculos e croquis, assim como um atlas com 83 mapas da região. Ele fazia, inclusive, projeções sobre o total máximo da população da nova capital e o respectivo abastecimento de água do local, conforme pode ser lido no *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Engenheiro Antonio Olyntho dos Santos Pires, ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas em maio de 1895*: "Por aviso de 6 de fevereiro último, foi aprovada a base de um milhão de habitantes para o máximo da população da futura capital e 500 litros de água para o mínimo a fornecer diariamente a cada habitante" (BRASIL, 1895, p. 468).

Todavia, com o fim do governo de Floriano Peixoto (1839-1895), todo o processo de mudança da capital foi interrompido. Os estudos só seriam retomados mais de 40 anos depois.

Além da expedição para determinar o local onde seria construída a nova capital, ele participaria de outra missão de alto valor científico. Cruls chefiou, em 1901, a Comissão Limites, expedição encarregada de explorar as nascentes do rio Javari, no Acre e também determinar as coordenadas da nascente do rio Jaquirana, com a finalidade de demarcar a fronteira com a Bolívia. Concluiu seu relatório no ano seguinte. Por esta ocasião, contraiu malária que o atormentaria

por anos. Em 1908, seguiu para Paris em busca de tratamento para sua moléstia, vindo a falecer.

Depois de seu passamento, em Paris, no dia 21 de junho de 1908, foi encontrado entre seus pertences, um texto de autor desconhecido descrevendo sua trajetória de vida. A parte final deste texto é particularmente tocante e atesta o extremo amor que Louis Ferdinand Cruls dedicava ao Brasil, sua segunda pátria.

Um fato que muito me impressionou, e que me foi narrado há tempos por sua esposa, passou-se a bordo do navio que levava o ilustre casal para a Europa. Todas as noites, Cruls costumava contemplar demoradamente, do tombadilho, o céu meridional que ia aos poucos desaparecendo, substituído cada dia mais pelas constelações do setentrão. O Cruzeiro do Sul cada noite se apresentava mais baixo o que Cruls fazia questão de assinalar à sua companheira com emoção, como se tratasse do próprio Brasil que ficava mais distante. Até que certa noite em que Cruls tinha se demorado no tombadilho até mais tarde, ele entra no camarote e diz à sua esposa, pálido e emocionado: "Está tudo acabado". Era o Cruzeiro do Sul que afinal mergulhava definitivamente horizonte e não seria mais visto, como não foi, por aqueles olhos sonhadores de quem amou tanto a terra do Brasil".³

Referência do perfil

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. *Relatório apresentado ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo engenheiro Antonio Olyntho dos Santos Pires ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas em maio de 1895*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial>>. Acesso em: mar. 2010.

³ Ver *síte*: Grupo Escoteiro Luiz Cruls. Disponível em: <<http://luizcruls.multiply.com/journal/item/7>>. Acesso em: 15 dez. 2009.

Casa em que Cruls nasceu, em Diest, na Bélgica com placa comemorativa no detalhe
Acervo de Maria José Teixeira Soares, bisneta de Cruls





Duas outras comissões (Polli Coelho e Caiado / Pessoa) ainda seriam formadas, até que a nova capital pudesse ser construída. Então, atrairia muitas e muitas pessoas, abrindo muitas frentes de emprego, como mostra esta imagem. Arquivo Público do Distrito Federal.



Na boca do sertão ou integrada ao ecúmeno? Militares, estatísticos, geógrafos e a localização da nova capital

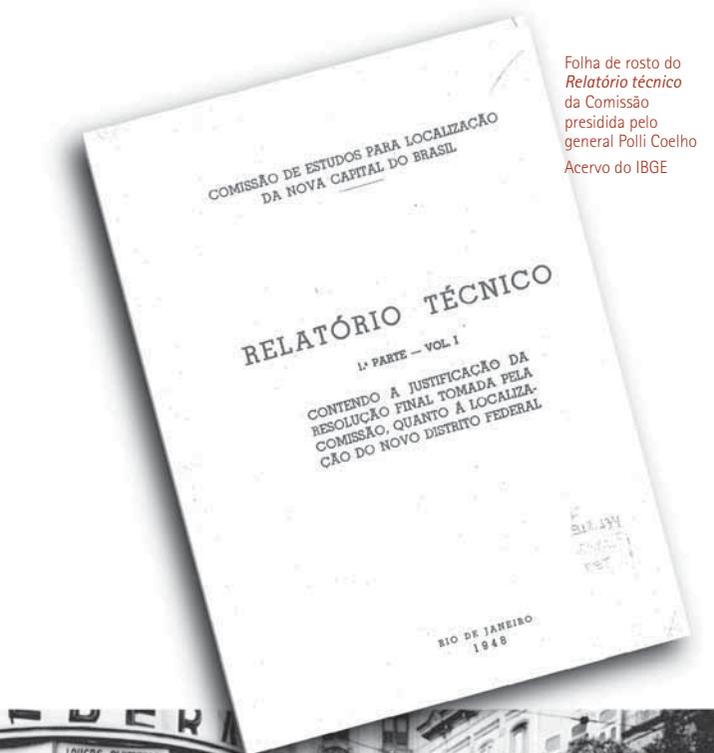
Sergio Nunes Pereira*

Observadores minimamente familiarizados com a história brasileira sabem que a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o interior do País é uma ideia não somente antiga como recorrente. Com base em argumentos estratégicos, descentralizadores e de integração nacional, tal ideia foi defendida pelos conjurados de Vila Rica (1792); pelo jornalista Hypólito José da Costa, no seu *Correio Brasiliense* (1813); e por José Bonifácio de Andrada e Silva, em memória encaminhada à Assembleia Constituinte de 1823. Motivou, ainda, profecias místicas como o sonho do bispo D. João Bosco, em 1833; um projeto de lei em 1852 e, em 1877, a viagem ao Planalto Central do historiador e diplomata Varnhagen, já agraciado Visconde de Porto Seguro. A Constituição de 1891 endossaria o projeto, resultando, no ano seguinte, numa expedição exploradora chefiada pelo astrônomo Louis Cruls, que delimitaria o quadrilátero do futuro Distrito Federal. Reafirmada pela Constituição de 1934, sem gerar ações concretas, a proposta voltaria a aparecer na Carta de 1946, desenterrando velhos argumentos e suscitando novos ânimos e paixões.

Neste capítulo¹, examinamos a participação do IBGE e de alguns de seus quadros profissionais no esforço oficial com vistas a dar uma solução definitiva à questão, em obediência ao artigo 4º das disposições transitórias da nova Constituição. Mesmo num livro organizado de forma cronológica, parece evidente que o recorte considerado na análise – de 1946 a 1953, tempo de vigência da Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil, criada pelo dispositivo constitucional – não deve se limitar rigidamente ao período de existência institucional da agência, sob pena de ter engessada a sua compreensão. De fato, referências a ideias e ações do passado se fariam sentir no juízo dos técnicos encarregados de estudar o problema da interiorização da capital, da mesma forma que, antecedendo em pelo menos uma década os trabalhos da Comissão, autores independentes e órgãos técnico-administrativos governamentais vinham dedicando considerável atenção ao tema. Daí que a influência de um pensador do Século XIX como Varnhagen, ou de trabalhos mais recentes produzidos no âmbito do Conselho Nacional de Estatística, sob a inspiração de Teixeira de Freitas, também sejam considerados na análise, na medida em que encontram ressonância no discurso e nas práticas dos técnicos empossados em 1946.

* Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo; professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense.

¹ Agradecemos a Felipe Souza Silva pelo competente trabalho de levantamento e sistematização de artigos da Revista Brasileira de Geografia e do Boletim Geográfico.



Folha de rosto do Relatório técnico da Comissão presidida pelo general Polli Coelho
Acervo do IBGE



Rio de Janeiro, então Distrito Federal
Acervo de Marco Santos

Por outro lado, o estudo de uma comissão oficial específica, com todas as suas tensões internas, injunções políticas e vinculações institucionais – com destaque para aquelas envolvendo o IBGE, em suas distintas ramificações – oferece uma possibilidade interessante para se compreender os meandros de uma operação política que, além de mobilizar a opinião pública do País, evidenciou diferentes concepções quanto ao papel da organização do território como elemento catalisador do "desenvolvimento nacional". Para tanto, utilizamos a documentação referente à Comissão; resoluções da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística - CNE; artigos publicados à época na *Revista Brasileira de Geografia* e no *Boletim Geográfico*, mantidos pelo Conselho Nacional de Geografia - CNG e, finalmente, trabalhos acadêmicos voltados para o tema da transferência da capital e da criação de Brasília.

Com vistas a melhor descrever as fontes bibliográficas e documentais referidas, adiantamos a seguir informações mais detalhadas sobre as mesmas. Os *relatórios técnicos* compõem-se de três volumes: o primeiro deles apresenta a resolução final vencedora na Comissão, em texto assinado por seu presidente, general Djalma Polli Coelho, além de sugestões operacionais para a instalação da nova capital; o segundo, o mais extenso de todos, contém as declarações de votos de cada membro do coletivo de especialistas, eventualmente justificadas e acompanhadas por anexos; e o terceiro reúne as atas das 23 reuniões plenárias que, de novembro de 1946 a agosto de 1948, registraram as discussões travadas em torno da questão. Esses três volumes, perfazendo um total de 280 páginas, são identificados como a "1ª parte" do relatório. No prefácio ao volume III, há referência à publicação futura das 2ª e 3ª partes, destinadas a conter pontos de vista individuais dos membros da Comissão e de outros estudiosos do tema da mudança da capital. No entanto, não encontramos nenhuma

evidência de que tenham sido, de fato, publicadas. Mas não chegam a fazer falta, dado o desembaraço com que os técnicos expressaram suas posições no volume II.

Afora os relatórios citados, a documentação oficial da Comissão inclui ainda dois volumes extranumerários. Um deles, trazendo o selo "reservado" no frontispício, contém os pareceres do Estado-Maior do Exército e do Estado-Maior Geral (do conjunto das Forças Armadas) sobre questões estratégicas e de segurança nacional implicadas na transferência da capital. Já o outro volume, intitulado *A localização da nova capital da República*, consiste em um autêntico dossiê montado pelo presidente da Comissão com o intuito de corroborar sua posição quanto à solução do problema. Sem qualquer página introdutória, o general Polli Coelho insere no documento uma resolução da Assembleia Geral do CNE² solidária às suas ideias, da qual constam ainda dois de seus estudos sobre o tema, na forma de anexo. Na segunda parte do mesmo documento, são apresentadas duas cartas e uma entrevista de Teixeira de Freitas, principal mentor do CNE e antigo secretário-geral do IBGE, expondo sua antiga militância em favor da transferência da capital para o interior do Brasil.

A rede de afinidades costurada por Polli Coelho, no entanto, não cobriria todo o aparelho administrativo ao qual pertencia o CNE. O regulamento da Comissão previa o funcionamento de subcomissões de estudos especiais ou seções especializadas³ com autonomia para

² Trata-se da Resolução nº 388, de 21 de julho de 1948, cujo conteúdo será discutido mais adiante.

³ A documentação examinada utiliza indistintamente os dois termos, ao passo que outras fontes em geral registram "comissão técnica" (QUEIRÓS, 1949). Pelo sentido claro que denotam e em favor da fluidez do texto, preferimos o termo Subcomissão, que será usado ao longo do capítulo. Além da Subcomissão de Estudos Geográficos, havia equivalentes nas áreas de geologia, energia, agronomia, clima e urbanismo.

a realização de estudos de determinadas questões (cujos resultados, no entanto, deveriam ser submetidos ao Plenário). Dirigida pelo engenheiro Christovam Leite de Castro, integrante da Comissão e secretário-geral do CNG, a Subcomissão de Estudos Geográficos levaria a cabo, por sua própria conta, duas expedições ao Planalto Central. O resultado das mesmas – por sinal destoante da posição de Polli Coelho – foi reunido num texto de 137 páginas, apresentado por Leite de Castro e publicado como documento interno do CNG. Os argumentos aí contidos, porém, bem como comentários adicionais posteriores, encontrariam divulgação mais ampla nas páginas da *Revista Brasileira de Geografia* e do *Boletim Geográfico*, os novos periódicos científicos editados pelo CNG. Na linha de frente ou nos bastidores, a recente comunidade científica dos geógrafos não se furtaria a opinar sobre tema tão importante da vida nacional.

Na análise dos documentos e artigos de época apontados, nos valem também de alguns trabalhos acadêmicos que, sob diferentes prismas, lançam luz sobre o tema da interiorização da capital de forma crítica. O principal mérito dessa bibliografia é o de oferecer uma abordagem do problema alternativa à perspectiva linear e à apologética de estudos anteriores de cunho jornalístico ou memorialista (VASCONCELOS, 1978; VITOR, 1980; SILVA, 1985). Distanciadas em forma e conteúdo dessas *histórias de Brasília*, os trabalhos do geógrafo José William Vesentini (1986) e dos historiadores Luís Carlos Lopes (1992) e Laurent Vidal (2009) ancoram-se em sólidas pesquisas, desenvolvidas em teses de doutoramento. Nessa mesma linha, artigos recentes sobre aspectos mais específicos da construção de Brasília merecem igualmente registro (VIEIRA, 2009). Vesentini aguçou nossa percepção do aspecto geopolítico da questão, não apenas em seu sentido histórico geral, mas também na controvérsia verificada entre a Presidência da Comissão e os técnicos da Subcomissão de Estudos

Geográficos; por outro lado, Laurent Vidal, além de deslocar o olhar sobre o tema para o debate parlamentar (fora, portanto, do âmbito estritamente estatal), proporcionou uma chave de leitura interessante para a dimensão geopolítica valorizada por Vesentini, ao entendê-la como "uma linguagem técnica e relativamente consensual, a qual recorreu um grupo social determinado (os militares e os técnicos) para justificar uma posição particular com relação à mudança da capital" (VIDAL, 2009, p. 166).

Definidas as bases documental e bibliográfica que dão suporte a este capítulo, resta esclarecer seus objetivos e conteúdos, no contexto do presente livro. Pelo até aqui exposto, já sabemos que ao menos duas posições se confrontaram nas discussões travadas quanto à localização da nova capital. Se estas ainda não foram identificadas, podem, contudo, ser deduzidas a partir do título do capítulo. Mas o que exatamente queremos traduzir, através das expressões "boca do sertão" e "ecúmeno"? Deixemos a resposta para um personagem diretamente envolvido nos trabalhos empreendidos para a solução do problema que, por sinal, acreditava no caráter estritamente técnico de sua contribuição. Diz o geógrafo francês Francis Ruellan, consultor contratado do CNG:

Finalmente, é necessário definir o que esperamos da nova capital. Deve ela ser exclusivamente um centro político e administrativo, gozando de todas as comodidades possíveis para ela mesma e seus arredores, *localizada no centro de uma zona já muito povoada*? Nesse caso, é no sul do Planalto Central que se encontram os melhores sítios. Ao contrário, se a capital deve ser como um fermento, *um centro de colonização e irradiação até o sertão ou interior do Norte e do Oeste*, é preciso situá-la como são situadas as grandes cidades, *na porta da estepe ou do deserto*. Pequim, por exemplo, é capital política, mas é, ao mesmo tempo, porto terrestre e ponto de partida das caravanas até a Mongólia e a Manchúria (RUELLAN, [2004], p. 24, grifo nosso).



O geólogo francês Francis Ruellan
Acervo da Memória Institucional do IBGE



General Polli Coelho, presidente da Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital Federal do Brasil
Acervo da Memória Institucional do IBGE

A pergunta era respondida de modos diferentes no interior da Comissão. Cogitavam-se ainda soluções intermediárias, como a mudança para o interior mais profundo em uma etapa posterior, após um período de permanência da capital na fronteira econômica do País. Nos ocuparemos dessa controvérsia, buscando situar as linhas de força existentes e suas bases de sustentação. Nos limites deste texto, concentramos a atenção na Comissão e no corpo técnico do IBGE, recorrendo eventualmente a Laurent Vidal para um enquadramento da questão no nível político mais geral. Com base em tal direcionamento, identificamos os grupos envolvidos na querela como *estatísticos*, *geógrafos* e *militares*, considerando não suas formações profissionais, falsamente indicadoras de suas reais especializações,⁴ mas os âmbitos institucionais em que estavam inseridos. Assim, chamamos de *estatísticos*, os quadros técnicos atuantes no CNE; de *geógrafos*, aqueles vinculados ao CNG, procedentes das mais diversas áreas do conhecimento e de militares, o Presidente da Comissão, diretor do Serviço Geográfico do Exército, bem como os oficiais de Estado-Maior com os quais este mantinha interlocução.

Dilemas de uma Comissão: Triângulo ou Retângulo?

Ao reconstituir o ambiente político em que foi introduzida a questão da mudança da capital na Constituinte de 1946, Vidal lembra que, em meio aos debates travados na Assembleia, o tema quase caiu no esquecimento dos representantes eleitos para elaborar a nova Carta. A primeira versão do anteprojeto de Constituição sequer

⁴ A título de exemplo, tomemos o caso dos engenheiros. Dos 12 membros da Comissão, dez eram engenheiros, fato que, como veremos, encobria especializações em agronomia e geologia, por exemplo. Afora isso, Christovam Leite de Castro, secretário-geral do CNG, era engenheiro de formação; mesmo o general Polli Coelho poderia ser enquadrado em tal categoria, por sua condição de engenheiro-geógrafo.

apresentava a ideia, sendo necessária a intervenção de última hora do ex-Presidente Arthur Bernardes (na ocasião, deputado pela União Democrática Nacional - UDN mineira), para inseri-la na versão final do anteprojeto. Formada uma comissão para a redação do texto, não tardaram a surgir divergências na formulação de emendas e nas sessões plenárias subsequentes, reveladoras de interesses regionais. Os deputados de Minas Gerais inclinaram-se por uma alternativa envolvendo o Triângulo Mineiro, enquanto os goianos e nordestinos cerraram fileiras em torno de Goiânia, como solução provisória para a transferência definitiva da capital ao Retângulo Cruis (VIDAL, 2009, p. 162-63).

Quanto à participação partidária nos debates sobre a mudança, o autor destaca o quase monopólio do Partido Social Democrata - PSD nas iniciativas, em contraste com o reduzido envolvimento da UDN, representante da elite tradicional anterior a 1930. Vidal conclui desse fato a preponderância dos herdeiros do sistema político de Vargas na condução e direção das discussões, a qual, no entanto, dado o desdramatamento tecnicista do impasse constitucional, pouco lhes valeu:

A nomeação de uma comissão técnica para a localização da capital, a participação constante do IBGE nos estudos e nos trabalhos de reflexão confirmam [...] [a] "confiscação" do projeto de mudança pelos militares, pelos técnicos e pelos cientistas cujo poder dentro da sociedade cresceu consideravelmente desde 1930 (VIDAL, 2009, p. 165).

Definido o texto constitucional, ficou registrado no artigo 4º de suas disposições transitórias que a capital da União seria transferida para o Planalto Central do País. Para tal fim, o Presidente da República nomearia uma comissão de técnicos de "reconhecido valor" para efetivar o estudo da localização da nova capital; esta, por sua vez, encaminharia o resultado de seu trabalho ao Congresso Nacional, a fim de que fosse aprovado e deliberado, na forma de lei especial.

Mas quem eram afinal esses técnicos de "reconhecido valor"? Já sabemos que a presidência foi confiada ao general Djalma Polli Coelho, diretor do Serviço Geográfico do Exército, que conhecera altos e baixos em sua trajetória, mas se fortalecera com o esforço de guerra, no período 1941-1945. Seguindo a hierarquia, a vice-presidência coube ao engenheiro Luiz Augusto da Silva Vieira, notabilizado por sua passagem na Inspetoria de Obras Contra Secas e pela construção de açudes e usinas hidrelétricas. Os demais integrantes, nove engenheiros e um médico sanitaria, por possuírem o mesmo *status* na hierarquia da Comissão, são apresentados a seguir no mesmo bloco:

- Christovam Leite de Castro, secretário-geral do CNG desde sua fundação, tendo chefiado anteriormente a Seção de Estatística Territorial da Diretoria de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura;
- Antonio Carlos Cardoso, professor da Escola Politécnica de São Paulo, autor do projeto de eletrificação da Estrada de Ferro Sorocabana e membro, em 1941, da comissão que estudou a instalação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda;
- Lucas Lopes, Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio de Minas Gerais, durante o Estado Novo e, após a redemocratização, Secretário de Viação e Obras Públicas do mesmo estado;
- Jerônimo Coimbra Bueno, responsável pela construção de Goiânia, em seguida, concessionário da rodovia que ligava o sul de Goiás a São Paulo, pelo Triângulo Mineiro e, por fim, candidato eleito ao governo de Goiás, em 1947;
- Arthur Eugenio Magarinos Torres Filho, ao mesmo tempo, docente e diretor da Escola Nacional de Agronomia, reitor da Universidade Rural e presidente da Sociedade Nacional de Agricultura;

- Luiz de Anhaia Mello, ex-prefeito de São Paulo (1930-1931), professor da Escola Politécnica da USP e fundador da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da mesma instituição;
- Odorico Rodrigues de Albuquerque, diplomado pela Escola de Minas de Ouro Preto, autor de estudos pioneiros sobre a geologia da Amazônia e sobre recursos naturais do Vale do rio Doce, com vistas à instalação de siderúrgica;
- Geraldo H. de Paula e Souza, médico higienista do antigo Instituto de Higiene de São Paulo, transformado em Faculdade de Saúde Pública quando incorporado à Universidade de São Paulo - USP;
- Jorge Leal Burlamaqui, engenheiro ferroviário, com carreira exercida na Estrada de Ferro Central do Brasil; e
- Francisco Xavier Rodrigues de Souza, especialista em meteorologia.

A partir da observação da lista, com seus nomes e informações profissionais, podemos arriscar algumas conclusões. A variedade de especializações abarcadas pelos membros da Comissão – agronomia, geologia, meteorologia, higienismo e diversas engenharias – demonstra que o problema da localização exata da futura capital envolvia múltiplas facetas, tais como clima, salubridade, fertilidade, disponibilidade de recursos naturais e facilidade de acesso à região. Assim, aspectos práticos também tinham de ser levados em consideração, e não somente políticos, como a gosto de alguns estudiosos da questão. Este seria, desde sempre, um dos pontos de divergência entre os membros da Comissão, demarcando posições mais técnicas, valorizadoras do *sítio* no qual se ergueria a cidade, e outras mais comprometidas com um pensamento geopolítico pautado na ideia de *posição*

Christovam Leite de Castro em reunião no CNG, com Macedo Soares e Teixeira de Freitas
Acervo da Memória Institucional do IBGE





A Expedição comandada por Fabio Guimarães chegou ao Marco Comemorativo de 1922. Acervo de Fabio Celso de Macedo Soares Guimarães



Chegada do general Polli Coelho ao Planalto Central em avião do tipo Stinson. Acervo do IBGE

– no caso, a mais central e interiorizada possível, de modo a gerar o efeito desejado de propagação das “forças da nacionalidade” para todo o País.

Afora a questão dos critérios a se considerar na decisão, as divergências também possuíam um caráter latente, herdado dos acalorados debates ocorridos na Constituinte. Não é por outro motivo que, mal iniciados os trabalhos da Comissão – e apesar de sua propalada “neutralidade técnica” – reproduziu-se em seu interior exatamente a mesma polarização da Assembleia: uma tendência favorável à localização no Triângulo Mineiro e outra em Goiás, próxima ao retângulo demarcado por Cruls. Não era desconhecida dos outros membros da Comissão, a estreita colaboração do engenheiro Lucas Lopes com os deputados mineiros que mantiveram ativa campanha em prol do Triângulo, como Israel Pinheiro e Juscelino Kubitschek,⁵ ambos do PSD. Para suas intervenções nos debates, Juscelino ancorou-se num estudo realizado por Lopes sobre a evolução geográfica do “centro demográfico brasileiro”, situado à época pelo autor em ponto próximo ao Triângulo Mineiro (VIDAL, 2009, p. 163, n. 49).

A antigas desconfianças somavam-se novas. A Comissão fora empossada pelo Presidente Dutra, em novembro de 1946, e dera início à sua rotina de trabalho. Contava com o engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno entre seus membros, o qual seria eleito, no início do ano seguinte, governador do Estado de Goiás. Em tais circunstâncias, o Presidente da Comissão poderia considerar incompatíveis as duas funções, solicitando ao Presidente da República a nomeação de um substituto. A julgar pela ata da 7ª sessão plenária, ocorrida em 10 de abril de 1947, Polli Coelho consultou Dutra sobre o problema. Este úl-

⁵ Não deixa de ser irônico que, quando Presidente da República, o ex-deputado defensor da “causa” mineira, tenha concretizado a instalação definitiva de Brasília no Retângulo Cruls.

timo, embora compartilhasse a preocupação do primeiro, não chegou a encaminhar nenhuma substituição (COMISSÃO..., 1948, v.3, p.30). Mas atas, quase sempre polidas e austeras, não costumam ser boas fontes para se detectar insatisfações. Para além do tema da duplicidade de funções, havia, entre alguns membros da Comissão, o receio de certa parcialidade de Coimbra Bueno em suas avaliações (VIEIRA, 2009, p. 296). Vale lembrar que os parlamentares goianos, com os quais o novo governador teria que se relacionar politicamente, se destacavam entre os mais mobilizados com os planos de mudança da capital – obviamente para o seu estado.

A resolução final sobre a localização da futura capital seria tomada através de votação envolvendo a totalidade dos membros da Comissão – seu *Plenário* – segundo o artigo 14º do regulamento baixado em 10 de abril de 1947. Porém, antes que isto finalmente ocorresse, o Plenário deveria decidir sobre todas as questões relacionadas aos trabalhos da Comissão, aprovar os programas de estudo propostos e examinar pareceres e relatórios da Presidência e dos diretores das subcomissões. Qualquer que fosse a matéria em julgamento, a deliberação seria tomada por maioria de votos dos presentes, com a permissão de voto por escrito para os ausentes e a prerrogativa do “voto de Minerva” para o Presidente (artigos 11º e 12º) (COMISSÃO..., 1948, v.3, p. 95).

Conforme já informado, a Comissão realizou um total de 23 reuniões plenárias, de novembro de 1946 a agosto de 1948, quase todas na sede do Ministério da Justiça, na então capital. Somente uma dessas sessões, a 17ª, teve lugar na Fazenda São Bento, situada no Mu-

nício de Cavalcante, centro de Goiás.⁶ A consolidação de uma forte tendência, no interior do grupo, de não se limitar à ratificação do Retângulo Cruls conduziu a uma multiplicação dos estudos, produzindo uma massa de documentos e informações que passou a constituir a matéria principal tratada nas reuniões subsequentes. A complexidade gerada contrastava fortemente com a redação simplória do artigo 4º das disposições transitórias da Constituição: "a capital da União será transferida para o Planalto Central do país". Ora, naqueles tempos em que o CNG mal completara uma década – e, portanto, pouco havia feito em termos de pesquisa sistemática do espaço físico brasileiro – o que se entendia por *Planalto Central*? É compreensível que a nova geração de técnicos, geógrafos ou não, não se desse por satisfeita com definições literárias ou imprecisas, como a que figurava na introdução do Relatório Cruls:

É evidente que por *planalto central* se deve entender a parte do planalto brasileiro *mais central* em relação ao centro do território, isto é, mais próximo deste. Esta é, indubitavelmente, a única interpretação exata da expressão *planalto central* que figura na Constituição [...].

Este planalto ocupa grande parte dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, parte menor do de Goiás, estende-se, sob forma de faixas estreitas, uma na Bahia, a leste do rio São Francisco, outra a oeste deste mesmo rio, até os limites do Estado de Goiás com os do Maranhão e do Piauí, outra, finalmente, ao longo do litoral, em direção ao sul, até o rio Grande. Eis, em traços largos, a configuração geral do planalto brasileiro que nos interessa diretamente.

⁶ A viagem coletiva dos membros da Comissão a áreas do Planalto Central selecionadas para estudo foi proposta na 15ª sessão (13.11.1947), não sem certa resistência de alguns técnicos, sob a alegação de que, naquela altura dos trabalhos, seria mais produtivo aprofundar os estudos de gabinete. O membro mais entusiasta da viagem era Christovam Leite de Castro que, na condição de diretor da Subcomissão de Estudos Geográficos, organizou seu roteiro. A reunião foi realizada em 22.05.1948, num barracão próximo à fazenda. Estiveram presentes sete membros da Comissão (incluindo o Presidente).

Deste planalto, porém a única parte à qual cabe a denominação de *central* é aquela que se acha nas proximidades dos Pirineus, no estado de Goiás, não somente por ser, na realidade, a mais próxima do centro do Brasil, como também, por se acharem aí as cabeceiras de alguns dos mais caudalosos rios do sistema hidrográfico brasileiro, isto é, o Tocantins, o São Francisco e o Paraná [a parte mais elevada, onde seria inscrito o famoso quadrilátero] (CRULS, 1957, p. 50-51, grifo do autor).

Veremos, mais adiante, que a concepção de Cruls e de seu principal inspirador, Varnhagen, seria aceita sem restrições por Polli Coelho e assimilada, graças à campanha movida pelo Presidente e por alguns técnicos. Por ora, no entanto, concentraremos nossa atenção no grupo empenhado em definir um conceito de Planalto Central alternativo àquele estabelecido pela tradição histórica. Nesta posição, encontrava-se a Subcomissão de Estudos Geográficos, a qual, após uma série de trabalhos de gabinete referenciados em estudos anteriores de Orville Derby, Teodoro Sampaio e Delgado de Carvalho, apresentou uma noção mais precisa que, mais tarde, seria aprovada no Plenário. Na impossibilidade de acesso direto à resolução,⁷ fiquemos com um trecho da mesma, citado em parecer posterior do relator Eunápio Queirós, no momento em que o resultado final dos trabalhos já estava sob apreciação do Congresso Nacional:

A Comissão adota, para efeito de seus estudos, o seguinte conceito geográfico de "Planalto Central do país" – é a parte central do planalto brasileiro compreendendo o maciço que tem por limites ao sul o rio grande, a leste o rio São Francisco, que, ao norte a ao oeste, descamba suavemente na direção geral do noroeste, estendendo-se até às primeiras

⁷ Nem todo o trabalho da Comissão, transformado em programa de estudos e pareceres, era anexado aos relatórios técnicos. Também não encontramos referência à resolução nas atas das reuniões plenárias, somente uma curta passagem na qual Christovam Leite de Castro propõe que a Comissão considerasse como Planalto Central a região central do maciço brasileiro (10ª sessão, em 16.04.1947). (COMISSÃO ..., 1948, v. 3, p. 37).



Localização aproximada do Planalto Central, segundo a Subcomissão de Estudos Geográficos
Arquivo do IBGE

Francis Ruellan sobre caminhão que está sobre um vagão de trem no rumo do Planalto Central
Acervo de Alain Ruellan



Junta de bois desatolando caminhão da Expedição Ruellan
Acervo de Alain Ruellan



Fábio de Macedo Soares Guimarães, ao centro, e membros de sua Expedição
Acervo de Fabio Celso de Macedo Soares Guimarães

cachoeiras a jusante dos rios amazônicos e até as bordas da encosta envolvente do pantanal mato-grossense (QUEIRÓS, 1949, p. 352).

A mudança de concepção traria implicações profundas no trabalho da Comissão. Ao se negar o monopólio da identificação do Retângulo Cruls com o Planalto Central, admitia-se implicitamente que outras áreas do interior brasileiro seriam potencialmente capazes de sediar a nova capital, desde que incluídas nos limites propostos. Esta seria, igualmente, uma maneira de neutralizar a polarização estabelecida *a priori* – Retângulo *versus* Triângulo – ampliando as possibilidades de escolha e transferindo seus critérios para o âmbito dos trabalhos de campo, já demandados por algumas subcomissões e membros individuais. Nessa linha, o próximo passo seria selecionar, dentro da vasta região planáltica considerada, as áreas onde seriam realizadas inspeções. Decidiu-se, então, que a densidade demográfica das mesmas não deveria ser menor do que 5 hab./km² (valor médio do Brasil à época) e a altitude, inferior a 700 metros, de modo a compensar os efeitos climáticos da baixa latitude. Ainda assim seriam admitidas algumas exceções – a começar pelo Retângulo Cruls – quanto ao aspecto da densidade populacional.⁸

A definição das áreas não foi tão rápida ou automática como pode sugerir o parâmetro de seleção. O processo iniciava com o parecer submetido ao Plenário pela Subcomissão de Estudos Geográficos, após a conclusão dos trabalhos de gabinete. Se aprovadas as áreas sugeridas, passava-se à próxima etapa, correspondente aos trabalhos de campo. De qualquer forma, era necessário obter o sinal verde da

⁸ Igual tolerância seria estendida à Chapada dos Veadeiros, por apresentar qualidades compensatórias; de forma análoga, a área de Ituiutaba seria admitida, apesar de situar-se aquém da cota de altitude estipulada.

Comissão e, para tanto, havia que se dobrar certas resistências como a que se nota num registro da 9ª sessão:

O Engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno apresentou uma segunda proposta de emenda ao parecer [...], no sentido de que a Comissão verifique preliminarmente "in loco" se o planalto indicado por Cruls satisfaz ou não as condições necessárias para localização da capital, diante das exigências atuais e futuras; que, em caso afirmativo, a Comissão adote essa região indicando o local até agosto próximo [...]; em caso contrário que se inicie o estudo das outras regiões, fazendo previsão do tempo indispensável para a segurança dos trabalhos, fundamentando as razões que condenaram aquela Região, já tradicionalmente enraizada no espírito nacional, há mais de meio século [...] (COMISSÃO..., 1948, v. 3, p. 34).

Apesar dos contratemplos, o ponto de vista dos *geógrafos* acabou se impondo. Os provisoriamente vencidos, como Odorico de Albuquerque, não deixaram de alertar para o risco de "uma tendência de expansão para o sul" estar desvirtuando o sentido da Comissão, "com [a] sumária exclusão da zona indicada por Cruls" (COMISSÃO..., 1948, v. 3, p. 37). Talvez por isso, após terem sido admitidas "cinco regiões selecionadas" – pela Subcomissão de Estudos Geográficos – Albuquerque tenha se somado a Coimbra Bueno em sua proposta de considerar, além daquelas, "uma 6ª região, que incluísse a Chapada dos Veadeiros". Ao deslocar o conjunto para o norte (a direção dos grandes "espaços vazios"), a manobra fazia sentido. O jogo, porém, estava em aberto: "o Eng. Lucas Lopes declarou então que, neste caso, pleitearia a inclusão de uma sétima região correspondente à ponta do Triângulo Mineiro e à faixa territorial isolada entre o retângulo de Cruls e a divisa de Minas" (COMISSÃO..., 1948, v. 3, p. 35) Encerrado o cabo de guerra, as áreas que deveriam ser submetidas a trabalhos de campo eram oito. Acordou-se, também, que tal seleção não impediria a admissão de outras áreas que se revelassem interessantes no decorrer das investigações.

Todo o conjunto estava situado no que se convencionou chamar, como medida de consenso, de sudeste do Planalto Central. As áreas específicas, identificadas por letras, podem ser observadas na relação abaixo e no mapa que lhes oferece localização.

- A – Uberaba;
- B – Ituiutaba;
- C – Uberlândia;
- D – Patos de Minas;
- E – Ipameri;
- F – Goiânia;
- G – Quadrilátero Cruls;
- H – Chapada dos Veadeiros.

A Subcomissão de Estudos Geográficos apressou-se em iniciar a nova etapa do trabalho, premida pela aproximação da época de chuvas na região do Planalto e sem esperar pela aprovação parlamentar do crédito financeiro que lhe cabia (os recursos foram adiantados pelo CNG). Entre julho e setembro de 1947, duas expedições percorreram cerca de 200 000 km² do Triângulo Mineiro e do sul de Goiás, com objetivos diferentes. A primeira, chefiada pelo geógrafo francês Francis Ruellan, visava estudar detalhadamente as oito áreas pré-selecionadas em termos de topografia, relevo, clima, natureza do solo, abastecimento de água e de alimentos, comunicações e disponibilidade de materiais de construção. O objetivo desse levantamento – levado a cabo por uma equipe numerosa (40 membros) e interdisciplinar –⁹ era o de identificar sítios específicos favoráveis à instalação da nova

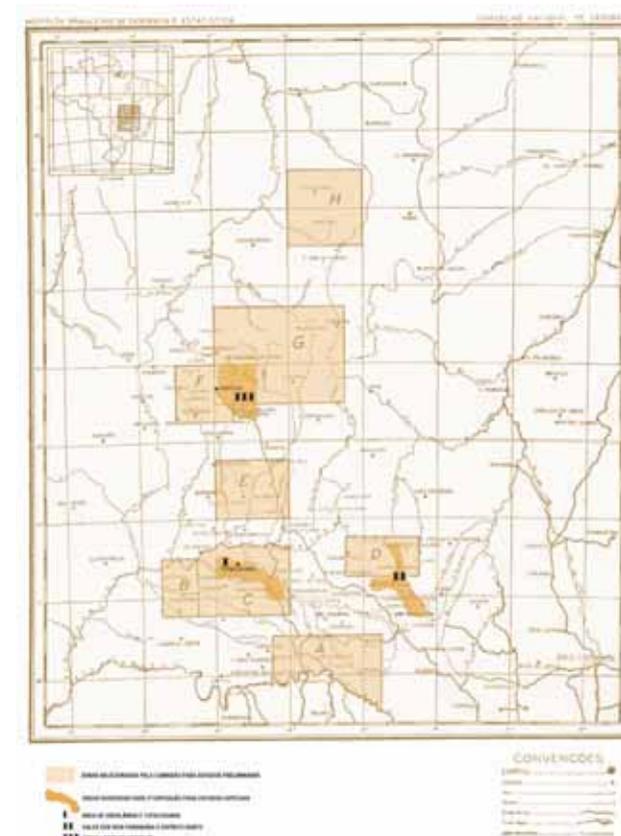
⁹ O contingente era formado por alunos e ex-alunos de Ruellan da Universidade do Brasil, além de especialistas em geodésia, botânica e zoologia. Deixemos a caracterização mais completa para o chefe da expedição: "[os] grupos eram uniformemente compostos de três equipes: a primeira, de geomorfologia, encarregada do levantamento topográfico; a segunda, de climatologia e biogeografia, era também encarregada das medições hidrográficas; e a terceira, de geografia humana, encarregada de estudar os modos de vida, as questões econômicas e as possibilidades de colonização" (RUELLAN, [2004], p. 9).

capital. Após 65 dias de trabalho, Ruellan propôs 15 possíveis locais: cinco em Minas Gerais, dois no limite Minas-Goiás e oito em Goiás, dos quais seis na "zona G" – o Retângulo Cruls. Tais sítios não foram hierarquizados, mas tão-somente descritos em suas características individuais, sem qualquer sentido comparativo. Para o geógrafo francês, uma classificação dos mesmos implicava se considerarem fatores que não eram de sua competência específica: "O problema é, com efeito, essencialmente político e a técnica só poderá intervir para informar [as] autoridades responsáveis das vantagens e dos inconvenientes de cada zona e de cada sítio possível" (RUELLAN, 1947, p. 51). A imparcialidade, no entanto, convivía com a discreta preferência por uma alternativa goiana, que não escaparia a certos registros.¹⁰

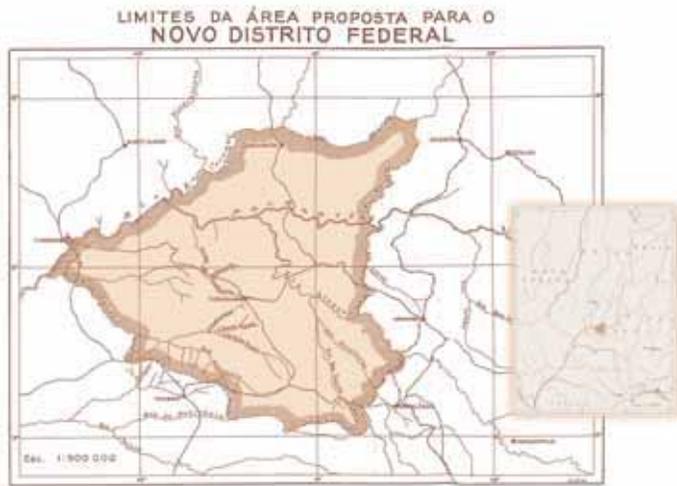
A segunda expedição, transcorrida em paralelo à primeira, foi confiada a Fabio de Macedo Soares Guimarães, o segundo nome mais importante do CNG, contando ainda com a consultoria científica de um experiente geógrafo alemão, Leo Waibel. Apesar de menos numerosa (contava apenas com sete geógrafos, um botânico e um pedólogo), seu objetivo era mais amplo que o da expedição anterior: "o conceito de posição da Nova Capital foi sempre o guia que presidiu a escolha dos itinerários, procurando-se ao mesmo tempo estudar não só [...] as oito zonas [...] escolhidas pela Comissão como também os espaços entre elas compreendidos" (GUIMARÃES, 1947, p. 2).¹¹ Afora isso, dessa vez não se evitava a comparação entre as zonas referidas.

¹⁰ Além da interpretação do próprio relatório, vejamos o depoimento do filho, Alain Ruellan, integrante da expedição aos 16 anos: "Francis Ruellan descreve as vantagens e desvantagens [...] de cada um dos sítios]. Recusa-se, no entanto, a classificá-los comparativamente. Mas podemos sentir nitidamente que seu coração pende mais para o norte, para Goiás, para o papel pioneiro, desenvolvimentista e unificador da futura capital: para ele, Brasília deve contribuir fortemente para a construção da Nação brasileira como um todo" (RUELLAN, [2004], p. 5).

¹¹ O relatório foi publicado integralmente, dois anos mais tarde, na *Revista Brasileira de Geografia*, v. 11 n. 4 em 1950, com o título "O Planalto Central e o problema da mudança da capital no Brasil"; no entanto, nesse capítulo, demos preferência a utilizar a versão original.



Sudeste do Planalto Central e zonas selecionadas pela Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil
Acervo do IBGE



Território Federal do Planalto Central, segundo a resolução final da Comissão Polli Coelho
Acervo do IBGE

Ao contrário. Como resultado de 80 dias de trabalho, o relatório final apresentava uma classificação das melhores *posições* das mesmas, com nítida vantagem para aquelas localizadas em Minas Gerais. O Retângulo Cruls figurava em sétimo lugar, à frente apenas da Chapada dos Veadeiros. Cabe dizer que tal classificação se orientava por parâmetros da geografia política e da econômica, segundo os quais a capital, por suas múltiplas funções, deveria localizar-se próxima às regiões mais povoadas – integrada ao ecúmeno, e não na boca do sertão. Havia toda uma argumentação para justificar tal preferência, que discutiremos mais adiante, na análise das diferentes perspectivas demonstradas por estatísticos, geógrafos e militares ao abordarem a questão.

A problemática dos sítios foi considerada na expedição através de um complexo sistema de pontuação,¹² aplicado em relação a cada uma das oito áreas selecionadas. Concluída a operação, os índices alcançados foram integrados à classificação referente à posição, chegando-se a um resultado final em que o Retângulo Cruls aparecia em quinto lugar. A área de Uberlândia foi apontada como a mais qualificada para abrigar a capital, seguida das zonas de Pato de Minas e Goiânia-Anápolis, nessa ordem. Na última página do relatório, intitulada *Sumário das Conclusões*, o chefe da expedição sugeria que as três zonas fossem objeto de estudos topográfico e hidrológico pormenorizados, a fim de se completar o reconhecimento geográfico preliminar nelas efetuado.

¹² Tal sistema levava em conta as seguintes variáveis, listadas aqui em ordem decrescente de importância: topografia e clima (peso 20); abastecimento de água e proximidade de florestas (15); energia hidráulica e paisagem atraente (10) e, por fim, natureza do subsolo e matérias de construção (5).

A pincelada final cabia ao diretor da Subcomissão de Geografia e seria dada com firmeza. Em seu relatório-síntese de seis páginas, Christovam Leite de Castro assume a responsabilidade de classificar os 15 sítios assinalados por Ruellan, dividindo-os em três classes: 1) *muito bons* (os localizados nas zonas de Uberlândia e Goiânia-Anápolis); 2) *bons* (os que se encontravam na zona de Pato de Minas e no vale do rio São Marcos, fora das zonas selecionadas); e 3) *regulares* (os restantes). Quanto à segunda expedição, Leite de Castro não fez mais que endossar as três preferências apontadas, tornando mais claro, porém, o descarte das demais alternativas:

Trata-se de uma segunda seleção, pois a Comissão, em excelentes estudos de gabinete, escolheu oito regiões, reduzindo de muito a imensa área do planalto.

Em nova fase de estudos, que seria concentrada nas três regiões apenas, todos os aspectos do problema da localização seriam examinados em minúcia e a fundo, para chegar-se à solução ótima desejada por todos (CASTRO, 1947a, p. 6).

Ao acompanharmos os geógrafos em suas incursões pelo Planalto Central, quase nos perdemos do restante da Comissão. Retomemos, pois, esse contato. Após um longo recesso das sessões para a realização dos trabalhos de campo – de meados de maio ao início de novembro de 1947 – os debates foram retomados. A apresentação do relatório da Subcomissão de Estudos Geográficos, nas 12ª e 13ª reuniões plenárias, obedeceu a rotina protocolar sem que se tivesse registrado, nas atas, maiores incidentes. Na realidade, após um ano de trabalho, as posições quanto à localização da nova capital já estavam bem consolidadas, sendo pouco afetadas pelas novidades aportadas pelos geógrafos.

O Retângulo Cruls, "tradicionalmente enraizado no espírito nacional", como já dissera Coimbra Bueno, iria revelar-se um baluarte inextinguível. E mais, numa versão geograficamente ampliada. O Presidente da Comissão amadurecera uma proposta na qual o quadrilátero original, de 14 400 km², era expandido para norte e nordeste, de modo a formar o *Território Federal do Planalto*, com cerca de 52 000 km². O objetivo alegado era o de se colocar a área – o novo Distrito Federal – sobre a bacia do rio Tocantins, dando-lhe acesso à foz do Amazonas; além disso, apostava-se que os recursos naturais ali existentes a capacitariam a prover cerca de 80% de suas próprias necessidades. O território proposto seria aumentado em suas dimensões. Baseando-se nos mesmos princípios e em estudos da Comissão, o engenheiro Luiz Augusto da Silva Vieira estendeu-o ainda mais para o norte, enquanto Coimbra Bueno desenhou-lhe limites naturais na parte acrescida, em lugar das linhas geodésicas originais. Chegou-se, assim, a uma área de 77 953 km², maior que muitos estados brasileiros.¹³

No outro extremo, os membros da Comissão contrários a uma interiorização exagerada da capital, a ponto de afastá-la dos centros mais desenvolvidos, também procuravam afinar suas posições. Entre estes, havia certo consenso quanto à sua instalação num trecho da divisa entre Minas e Goiás, abrangendo o Triângulo, bem como quanto à criação de um Distrito Federal de dimensões relativamente reduzidas (cerca de 5 000 km²).¹⁴ Não havia, no entanto, coincidência precisa quanto à sua localização e limites. Alguns, como Chistovam Leite de Castro e Antonio Carlos Cardoso, apontavam um trecho do vale do Paranaíba a noroeste de Uberlândia; Lucas Lopes indicava a mesma região, só que mais próxima a Tupaciguara; Geraldo de Paula

e Souza, por sua vez, alargava o conjunto, estendendo-o ao mesmo tempo para o sul e para o norte. Como medida de última hora, já em regime de votação, Leite de Castro, Cardoso e Lopes fizeram anexar ao volume II do relatório uma complementação de voto, ajustando seus pontos de vista quanto à localização da capital na zona limítrofe entre Minas e Goiás.

A visualização das duas propostas num mesmo mapa, proporcionada em alguns trabalhos, fornece elementos interessantes para a compreensão das lógicas geopolítica e econômica que as sustentavam. O recurso permite ainda a comparação entre as áreas dos respectivos distritos federais e suas distintas posições em relação aos fatores levados em consideração nas referidas propostas: a centralidade geométrica, o acesso à bacia do Tocantins e a proximidade do ecúmeno. Cabe informar que a alternativa de localização da capital no Estado de São Paulo, sugerida em alguns esquemas, não era cogitada pela Comissão.

Definidas as posições em seus últimos contornos e já avançado o ano de 1948, restava formalizar a decisão. Na 20ª reunião ordinária, realizada em 21 de julho, foi feita a primeira votação, tendo sido a reunião do dia seguinte dedicada à confirmação dos votos. Por sete a favor e cinco contra, placar apertado, a Comissão aprovou a resolução final que fora motivo de tantas discussões. Na proposta vencedora, mantinha-se o território delimitado por Cruls, em 1892, e acrescentava-se ao mesmo cerca de 52 000 km² – situados ao norte, na boca do sertão. Em 12 de agosto de 1948, o relatório com a resolução foi enviado à Presidência da República, de onde seria encaminhado ao Congresso Nacional, em 21 de agosto do mesmo ano.

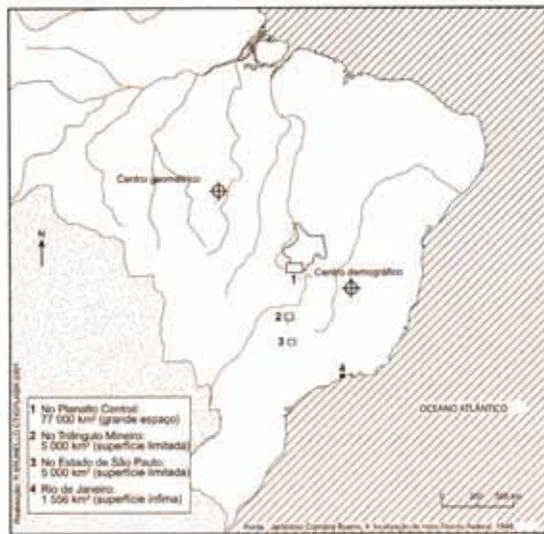
Região do Brasil Central com indicação da área proposta para o novo Território Federal e das ligações entre esse território e as regiões vizinhas.



Distrito Federal na divisa entre Minas Gerais e Goiás, proposto pela minoria vencida na Comissão
Acervo do IBGE

¹³ Apenas para efeito comparativo, o Rio de Janeiro possui 43 600 km² e o Espírito Santo, 46 000 km².

¹⁴ O Distrito Federal organizado em 1960, onde se localiza Brasília, possui 5 800 km².



Proposta de localização e áreas do novo Distrito Federal, segundo esquema de Jerônimo Coimbra Bueno. Vidal (2009, p. 164)

Convergências e divergências em torno da nova capital

Na segunda parte deste capítulo, voltaremos nossa atenção para os argumentos sobre a interiorização da capital formulados por personagens e instituições envolvidos, direta ou indiretamente, nos trabalhos da Comissão. Nossa intenção é apreciar esses atores de forma mais individualizada, de modo a perceber os traços característicos – e fundamentais – de sua atuação. Iniciamos pelo representante dos militares, general Polli Coelho, figura dominante na Comissão pela condição de Presidente e por personalidade; seguimos com os estatísticos, na figura laboriosa do secretário-geral do CNE, Teixeira de Freitas; passamos pelos geógrafos, representados pela expertise de Christovam Leite de Castro, Fabio Guimarães e Leo Waibel; por fim, encaminhamos o encerramento do capítulo com a sentença do deputado Eunápio Queirós, relator da comissão parlamentar sobre a mudança da capital nomeada pelo Congresso Nacional.

O general: tradição histórica e razão geopolítica

As ideias do general Polli Coelho mostraram-se onipresentes na Comissão. Era ele quem apresentava os relatórios técnicos e demais documentos, escrevia a justificativa da resolução final tomada e, como se não bastassem esses deveres de ofício, foi de sua autoria a mais longa justificativa pessoal de voto – 69 páginas, das 140 do volume correspondente. Já sabemos que tal obsessão pela palavra tinha uma finalidade bastante clara: defender a "solução histórica" proposta por Cruls de outras alternativas que circulavam em certos âmbitos, mesmo antes de a Comissão ter sido formada.

Questionamentos ao Retângulo, acumulados com o avanço dos trabalhos da Comissão, eram contestados pelo general de diferentes modos. Os críticos, em geral, consideravam a região um "deserto demográfico", isolado e estéril. A isto, numa estratégia que podemos chamar de defensiva, Polli Coelho respondia com argumentos contrários, como o laudo da Subcomissão de Estudos Agrônômicos favorável à área ou comprovações de sua excelência climática. Por vezes, o contra-ataque precisava ser mais contundente, ocasiões estas em que o general habilmente explorava contradições presentes nos relatórios de seus oponentes. Assim, valendo-se das conclusões de Ruellan – que, recordemos, não eram desfavoráveis ao Retângulo Cruls – Polli Coelho as utilizava para atestar a viabilidade energética do mítico quadrilátero.

Num contexto em que outras opções eram aventadas, respaldadas em sucessivos trabalhos de gabinete e de campo, era conveniente uma diversificação dos argumentos. Nesse sentido, o general mostraria-se arrojado e criativo. A fim de combater a imagem da área de sua preferência como zona desfavorecida – que exigiria pesados investimentos da União caso viesse a abrigar o Distrito Federal – Polli Coelho, paradoxalmente, propôs a ampliação de seus limites territoriais rumo ao Norte do País. Tal solução, que resultaria no Território Federal do Planalto figurado na resolução final, buscava seu fundamento em riquezas naturais supostamente existentes naquela localidade, capazes de prover em grande medida o sustento da futura capital,¹⁵ e em razões geopolíticas que logo discutiremos.

¹⁵ "Pela [...] maior extensão da nova Capital verificou-se agora de toda vantagem a provisão do seu abastecimento em mor [sic] parte por meios locais ou regionais [...]. Para uma população oficial que, à data da mudança da Capital, deverá ser de 200/250 000 habitantes e à qual se deverá somar mais uns 50 000 habitantes exigidos pelas atividades locais privadas e públicas, certifica-se da viabilidade de abastecimento, pela própria região, de 70/80%, ao menos, das necessidades dos consumidores urbanos" (COELHO, 1948a, p. 17, grifo nosso).

Seria um erro, no entanto, concluir que a ideia de "deserto" associada ao Planalto Central estimulava uma atitude apenas defensiva da parte de Polli Coelho, no sentido de negá-la. Este era somente um lado da moeda. Em outros momentos, o general abordava o tema em sua positividade, como fica patente no trecho a seguir:

O quase nulo desenvolvimento econômico da região e a baixa densidade de sua atual população, longe de serem empecilhos ao empreendimento, só tornarão essa solução de mais fácil execução e de maiores repercussões imediatas. Levando os poderosos recursos de execução da nova Capital para uma região que se mostra, ainda hoje, de difícil exploração às iniciativas privadas, *dispor-se-á, para o livre desenvolvimento do plano geral, de campo largo e desembaraçado*, sem [maior] ônus de desapropriação de benfeitorias existentes [...] e sem os inconvenientes, que existem em outros lugares, de fatal destruição ou desequilíbrio das atividades econômicas da região pela ação dos trabalhos de implantação da nova Capital (COELHO, 1948a, p. 16, grifo nosso).

Em termos concretos, o planalto goiano, com sua vastidão de terras devolutas de preço relativamente baixo, mostrava-se mais atrativa que outras áreas nas quais se cogitava a instalação da nova capital. Quando evocada, como no trecho citado, a oportunidade de se ter pela frente "campo largo e desembaraçado", estava implícita a ideia de que a história futura do País poderia ser escrita a partir de um novo patamar, sem os entraves do passado, aos quais se relacionava a presença nociva de interesses particulares e de elites parasitárias. Assim, o "terreno nu" sobre o qual o general sonhava erguer a nova capital não possuía somente uma conotação física ou material.

Em momento algum Polli Coelho identifica o Retângulo Cruls como área dotada de qualidades naturais excepcionais,¹⁶ "uma dessas

manchas privilegiadas e singulares" existentes no País. Prefere considerá-lo uma "região representativa das condições gerais do meio brasileiro", a qual, ao viabilizar o sonho da transferência da capital, implicaria a "inauguração de uma grande escola, cujas experiências e lições irão valer para todo o Brasil" (COELHO, 1948a, p. 18). O planalto goiano, diria o general em outra ocasião, não era "nem estéril, nem fértil", era apenas "uma região que espera o homem se revelar totalmente" (COELHO, 1948b, p. 16). Nesse sentido, havia desafios consideráveis:

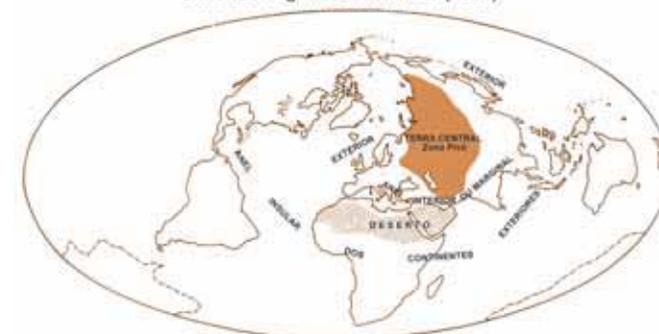
A necessidade de trabalhos enormes para exploração, recuperação e conservação dos recursos naturais do Território, a obrigação de atacar múltiplos serviços para a defesa sanitária e a valorização humana dos habitantes da região, serão pesados encargos que devem ser assumidos sem hesitação, provadas que hoje estão a sua possibilidade técnica e até mesmo a sua rentabilidade econômica e, com sua plena realização, patentear-se-á que se poderá criar nas zonas tropicais uma civilização superior, com todas as condições de salubridade, de conforto e de produção (COELHO, 1948a, p. 18).

Quais seriam, então, as qualidades dessa região supostamente predestinada, se é que existiam? Para Polli Coelho, certamente existiam, mas não podiam ser percebidas no enquadramento tradicional no qual eram geralmente apreciadas. No encaminhamento da resposta, o general nos oferece lições elementares de geopolítica: "O Brasil é [...] um Estado que possui uma imensa base geográfica, estando colocado em posição especial dentro do continente sul-americano, do qual ocupa grande porção" (COELHO, 1948a, p. 19). Tal posição *sui generis* não teria escapado à visão de "homens notáveis" do Século XIX, como Varnhagen e Cruls, e deveria novamente guiar o pensamento dos brasileiros chamados a pensar a mudança da capital, naquele presente momento.



General Polli Coelho em visita a uma fábrica de carros de bois, em 1947, em Planaltina, GO
Acervo do IBGE

O mundo segundo Mackinder (1904)



Hipótese geopolítica da Terra Central (Heartland) segundo Halford Mackinder.
Chaliand e Rageau (1983, p. 21)

¹⁶ A não ser quanto ao clima que, devido às "condições de latitude, altitude e arejação [sic] do Planalto Central [...] [seria] mais benigno que a média dos observados no País" (COELHO, 1948a, p. 18).



O "Planalto Central" do general Polli Coelho, situado frente às bacias hidrográficas brasileiras e seus divisores. Coelho (1948, p. 117)

Dita assim de forma isolada, a primeira lição não parece muito esclarecedora. Será preciso ampliar a escala geográfica para se compreender melhor a situação e, daí, voltar ao tema da capital. O general recorria então ao geógrafo britânico Halford Mackinder (1861-1947), autor de uma das mais influentes teorias geopolíticas acerca do poder mundial. Segundo Mackinder, o mundo era composto por uma única grande ilha, formada por um núcleo continental denominado "Terra Central" (*Heartland*), localizado no coração da Eurásia e cercado, por sua vez, por terras peninsulares anexas (seu "anel periférico interior") e, mais remotamente, por um "anel exterior ou insular".

A partir dessa configuração desigual, Mackinder extraiu importantes conclusões geopolíticas¹⁷ que iriam seduzir acadêmicos, militares e estrategistas. A ideia-chave era a de que a Terra Central, por suas características intrínsecas – grande extensão, abundância de recursos, mobilidade interna e proteção natural contra invasões – possuía enorme importância geopolítica, constituindo a base do poder mundial. Formulada em plena era imperialista e num contexto de antagonismo entre a Grã-Bretanha (potência marítima) e a Alemanha e a Rússia (potências centrais), a teoria encontrava certo respaldo empírico nas duas guerras mundiais e naquilo que era tido, na conjuntura da Guerra Fria, como o "novo imperialismo russo". A emergência da União Soviética como potência mundial e, antes disso, sua resistência frente à invasão alemã, eram vistas como demonstração cabal da tese de Mackinder, uma vez que o país ocupava justamente a Terra Central.

Analistas sentiam-se tentados a aplicar a teoria a outros contextos continental e nacional. Extensas regiões interiores, como as ricas pradarias da América do Norte ou, na América do Sul, o vasto *hinterland* situado entre a Amazônia ocidental no Brasil e as planícies do Pantanal e do Chaco (incluindo Argentina, Bolívia e Paraguai), eram alvos atraentes para especulações. Em tal contexto estimulante, Polli Coelho não se furtaria a esboçar sua própria versão:

Na América do Sul, o Brasil possui uma grande área que se pode chamar também de Terra Central, ou Heartland. Essa Terra Central, que pertence integralmente ao Brasil, não está entretanto ocupada pelos brasileiros senão em proporções insignificantes. Vazia de população, nossa Terra Central nada significa como ecúmeno no conjunto do continente. Suas riquezas são apenas potenciais. A grandiosidade da sua área está em violento contraste com a mediocridade de sua economia. Entretanto, essa Terra Central será perfeitamente habitável e aproveitável, se não faltar ao Brasil a autodeterminação indispensável a qualquer nação que não deseje ser relegada para planos secundários da vida internacional, *com risco para sua própria existência* (COELHO, 1948a, p. 21, grifo nosso).

A preocupação aludia, em parte, a circunstâncias recentes de guerra que haviam reciclado antigas restrições à "capital marítima" (VARNHAGEN, 1978), mas também ultrapassava a perspectiva tradicional. A novidade estava no reconhecimento de que, naquele momento histórico, o poder de uma nação calcava-se sobretudo em seu poderio econômico, o qual dependia, "em última análise, dos recursos naturais que se retira da terra" (COELHO, 1948a, p. 22). Daí que a resistência militar e econômica do Brasil, numa eventual invasão inimiga, pudesse ser melhor organizada a partir da Terra Central. Assim, do ponto de vista da geopolítica e da segurança do Estado Brasileiro, não haveria dúvida quanto à tarefa a ser feita: ocupar, o quanto antes, a Terra Central do País. Tratava-se, segundo o general, de um "*lebens-*

¹⁷ A teoria é apresentada no artigo "The geographical pivot of History", publicado na revista da Royal Geographical Society (Geographical Journal v. XXIII, n. 4, p. 421-437, 2004); posteriormente, foi republicado no mesmo periódico em razão de seu centenário (v. 170, n. 4, p. 298-321, 2004).

raum¹⁸ pacífico", alcançável sem que fosse necessário tomá-lo do vizinho: "Já é nosso. Resta só marchar sobre ele, com as armas do progresso nas mãos e ocupá-lo" (COELHO, 1948a, p. 22).

Ficam patentes, nesse quadro, os imperativos da localização da nova capital. Sua interiorização obedecia a um diagnóstico estritamente geopolítico, pois, como "posto de comando para toda a Nação, deve ficar nessa mesma região [a Terra Central], porque então o comando será mais facilmente exercido, em todas as direções e com equivalente alcance em profundidade" (COELHO, 1948a, p. 23). A fim de se maximizar o objetivo centralizador almejado, era de vital importância – ainda mais para um engenheiro-geógrafo acostumado à precisão geométrica – definir o *ponto ótimo* a partir do qual a integração nacional seria coordenada. Sobre isso, o general não tinha dúvidas: tal ponto estava localizado na região mais elevada do "verdadeiro planalto central do Brasil", "para os efeitos da mudança da capital, aquela parte do 'espigão mestre' ou *divortium aquarium* das bacias amazônica e platina, a qual, situada em território goiano, vem morrer nas encostas ocidentais do vale do Rio São Francisco" (COELHO, 1950, p. 123). Tal como dissera Varnhagen,¹⁹ tal como demarcara Cruls. A tradição estava mantida e, ao mesmo tempo, atualizada, segundo os modernos parâmetros do pensamento geopolítico.

Diante dessas questões imperiosas, as demais ficavam totalmente obscurecidas. A Polli Coelho pouco importava a excelência dos sítios de outras regiões – apontadas, sobretudo, pela Subcomissão

¹⁸ Espaço vital, segundo a concepção clássica de Friedrich Ratzel (1844-1904), que caíra, no entanto, no domínio discursivo comum na primeira metade do Século XX.

¹⁹ "[...] a verdadeira paragem para ela [a nova capital proposta] é a [...] natureza quem aponta, e de modo mui terminante... É a em que se encontram as cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná, dos dois grandes rios que abraçam o Império; isto é, o Amazonas e o Prata, com as do São Francisco [...]. É nessa paragem bastante central e elevada, donde partem tantas veias e artérias que vão circular por todo o corpo do Estado, que imaginamos estar seu verdadeiro coração; e aí que julgamos que deve fixar-se a sede do governo" (VARNHAGEN, 1978, p. 12-13).

de Estudos Geográficos – ou as ponderações de que a nova capital não deveria se afastar da fronteira econômica do País, feitas pelos engenheiros Lucas Lopes e Luiz de Anhaia Melo. No caso do Brasil, por sua posição *sui generis* no continente sul-americano, o critério geopolítico deveria prevalecer sobre qualquer outro, no que dizia respeito à mudança da capital. Aos partidários de áreas ecologicamente mais favoráveis, localizadas em Minas ou em outros trechos de Goiás, respondia:

É muito frágil o argumento de que só é possível aproveitar bem as regiões excepcionalmente férteis, que aliás existem no planalto central. Contra esse argumento temos, no Brasil, os exemplos de Belo Horizonte e de Goiânia, cidades que foram edificadas sobre solos considerados impróprios e que hoje desempenham perfeitamente as funções de Capitais, sendo até apontadas como grandes atos geopolíticos, que na verdade são (COELHO, 1948b, p. 14).

E concluía:

Essa [a razão geopolítica] é a única questão que tem importância e, diante dela, somente deveria ser abandonada a região do planalto goiano se ali existissem circunstâncias que tornassem impossíveis, ou pelo menos difícil, a existência da população da nova capital e de seus arredores (COELHO, 1948b, p. 15).

Estatísticos: elites técnicas e "organização nacional"

Ao considerarmos a atuação dos estatísticos nas discussões sobre a mudança da capital, devemos recordar, mais uma vez, que eles não participaram diretamente da comissão criada especialmente para aquele fim, embora a figura mais destacada da categoria, Mário Augusto Teixeira de Freitas, estudasse o tema desde seus primeiros tempos de serviço público, prestado no Rio de Janeiro e no Estado de Minas Gerais. Na representação do IBGE na Comissão, porém, era o

CNG com seus *geógrafos* que estava na linha de frente, e não o CNE. Mesmo assim, este não deixaria de atuar nos bastidores, o que traz questões interessantes para discussão.

A impressionante trajetória de Teixeira de Freitas na administração pública²⁰ nos estimula a examinar a emergência de quadros técnicos investidos de autoridade político-administrativa pelo Estado brasileiro, na década de 1930, então em franco processo de fortalecimento e modernização. Para tanto, recorremos a estudos sobre a constituição de grupos profissionais com papel relevante na reorganização da burocracia estatal, como os de Helena Bonemy (1993) e Angela de Castro Gomes (1994). Enfocando os anos de 1920, quando já se esboçava a montagem de novos quadros administrativos no País, as autoras situam com precisão a crise do chamado "bacharelismo". O *bacharel*, homem público originário do Império, de formação jurídica e hábitos intelectuais ligados à cultura humanística, cedia lugar a um novo tipo de elite dirigente, encarnada exemplarmente na figura do *técnico*. Este, devido à sua formação especializada e seu suposto isolamento da política, estaria mais capacitado a enfrentar resolver os problemas nacionais (GOMES, 1994, p.1-3).

²⁰ Para um breve resumo desta trajetória, oferecemos a ótima síntese elaborada por Alexandre Camargo: "Mário Augusto Teixeira de Freitas nasceu em São Francisco do Conde, Bahia, em 31 de março de 1890. Ingressou, em 1908, na Diretoria Geral de Estatística, subordinada ao Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas, onde promoveu numerosas pesquisas estatísticas, até então inéditas no País. Graduou-se com distinção no Curso de Direito, em 1911, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Logo se tornaria o principal nome na estatística brasileira [...]. Primeiro como delegado geral do censo de 1920 em Minas, depois como chefe do departamento de estatística daquele estado, Teixeira de Freitas teve a oportunidade de aplicar sua eficiente fórmula de cooperação administrativa entre as esferas de governo e de lançar importantes trabalhos, entre eles o Anuário Estatístico do estado, o Anuário Demográfico e o Atlas Corográfico Municipal de Minas Gerais. Após a revolução de 1930, Freitas emergia nacionalmente como o grande organizador da atividade estatística, o que lhe credenciou a chefiar os serviços de estatística do ministério da Educação, e a moldar e dirigir o Instituto Nacional de Estatística (logo IBGE), criado em 1934 e instalado em 1936. [...] Criado o IBGE, desportaria mundialmente como uma excelência brasileira nas pesquisas estatísticas, tornando-se vice-presidente do International Statistical Institute, sócio-fundador e primeiro presidente do Inter-American Statistical Institute, além de idealizar e dirigir a Sociedade Brasileira de Estatística, de 1941 até sua morte, em 1956" (CAMARGO, [20--]).

Segundo Angela Gomes, caberia ao pensamento autoritário do início do século, especialmente a Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, a melhor sistematização da crítica às antigas elites dirigentes. De acordo com esse pensamento, a erudição dos bacharéis consistia num fator de atraso econômico do País, cuja modernização demandava outro tipo de liderança, dotada de mentalidade racional-cientificista. "O Brasil precisava não de 'profissionais da política', mas de profissionais com formação técnica específica ao desempenho das novas funções do Estado, cada vez mais intervencionista e autoritário" (GOMES, 1994, p. 4-5). No momento em questão, a racionalização do aparelho de Estado era uma tendência mundial, à qual não estavam necessariamente associados o novo modelo de administração pública e o autoritarismo político. No Brasil, porém, as duas perspectivas convergiam.

Ao mesmo tempo, importantes mudanças no *modus operandi* da administração pública eram efetivadas. Nesse sentido, o aspecto mais evidente a destacar é a introdução de critérios meritocráticos na prática administrativa. Como aponta Helena Bonemy (1993, p. 25), a antiga tradição assentada em "formas personalistas, hierárquicas e excludentes" passava a ser questionada *pari passu* ao reconhecimento crescente da competência técnica, revestida de uma aura científica. Os que falavam em nome da ciência apossavam-se de um poder distinto da autoridade política tradicional – o poder da própria ciência – que lhes conferia, por sua vez, "o argumento central da legitimidade tanto da crítica aos padrões convencionais, quanto da eleição de novos procedimentos" (BONEMY, 1993, p. 27).

A partir desse contexto, podemos compreender a atuação de Teixeira de Freitas. Sua grande obsessão, no exercício do elevado cargo que lhe cabia no CNE/IBGE, era a racionalização do quadro territorial brasileiro, a fim de compatibilizá-lo com os projetos governamentais

nos campos político e econômico. Por apresentar fortes características do regime político, composição de forças e organização social anteriores a 1930, tal quadro era visto pelo organizador das estatísticas brasileiras como inadequado e pernicioso, favorecendo tendências local e regional supostamente ameaçadoras da "unidade nacional". Tal diagnóstico vale dizer, era compartilhado por pensadores como o engenheiro Everardo Backheuser e o militar Segadas Vianna, entre outros.

A primeira manifestação pública de Teixeira de Freitas sobre o tema que se tem registro é uma conferência proferida, em 28 de outubro de 1932, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sua ocorrência a menos de um mês do fim dos combates da Revolução Constitucionalista nos oferece uma mostra do ambiente político com que foi recebida, por parte dos assistentes. Seu próprio título – *O reajustamento territorial do Brasil* – já deixa transparecer o conteúdo: a redivisão do espaço político brasileiro, modificando-se drasticamente a proporção nele ocupada pelas Unidades Federadas, de modo a se obter maior coesão, equilíbrio e unidade (FREITAS, 1936). A proposta seria retomada em dezembro de 1937, em estudo publicado alguns anos depois pela Revista Brasileira de Geografia (FREITAS, 1941). Não seria casual que a sistematização das ideias sobre o tema tenha ocorrido entre o período do Governo Provisório e a instalação do Estado Novo, e já no IBGE. Em tal situação – que combinava fortalecimento da autoridade política e formação de um eficiente órgão técnico-administrativo – a pesquisa científica tornava-se instrumento potencial de ações governamentais.

Proposta sem parcimônia, a redivisão territorial do Brasil de nada valeria se não viesse acompanhada de outras iniciativas centralizadoras, capazes de fortalecer a base daquilo que Teixeira de Freitas

denominava "organismo nacional". "É preciso também cuidar da articulação dos 30 membros do corpo político da nacionalidade, centralizado o sistema por uma metrópole no interior do País e bem à altura, sob todos os pontos de vista, da sua alta finalidade" (FREITAS, 1936, p. 19). O plano contemplava, portanto, a mudança da capital, mas não diretamente para o Retângulo Cruls. Embora reconhecesse a transferência para esta área como solução *ideal*, Teixeira de Freitas preconizava a instalação temporária do poder central em uma cidade já existente, dotada de feição moderna, infraestrutura e edificação (de modo a acelerar o processo e reduzir seus custos). Essa nova capital política ainda deveria estar ligada, por meio de eficientes vias de comunicação, ao Rio de Janeiro e outros centros dinâmicos do Brasil. Por atender satisfatoriamente os aspectos considerados e estar situada no Planalto Central, Belo Horizonte era apontada como uma possível solução provisória.²¹

A maneira quase absoluta com que as ideias de Teixeira de Freitas se impuseram no CNE deixa patente a direção centralizadora do secretário-geral, a ponto de se confundir sua própria figura com a do órgão colegiado. Prova cabal desta ordem de coisas é o estudo *Problemas de base do Brasil*, publicado sem a assinatura do secretário, mas imbuído, a cada parágrafo, de sua marca inconfundível. O referido texto foi submetido ao Governo Federal, em 1941, como contribuição ao estudo dos "problemas fundamentais da organização nacional, com base em documentação estatística" (IBGE, 1955, p. 3). Sua estrutura retoma de forma sintética e contundente

²¹ Em geral, a alternativa de transferir a capital para o Planalto Central "em etapas" tem sido entendida como uma preocupação basicamente financeira, tendo em vista a crise econômica mundial iniciada em 1929. Tal argumento, contudo, só atende parcialmente à questão. Ao menos para Teixeira de Freitas, o processo todo envolvia algumas décadas, pois deveria ser acompanhado tanto de intervenções materiais concretas (ampliação da rede viária e da infraestrutura, por exemplo), quanto de medidas situadas no plano jurídico e administrativo. Como estratégia territorial, a transferência da capital só alcançaria seu objetivo se fosse "parte integrante do esforço de reenquadramento político do Brasil" (FREITAS, 1932, p. 20).

as linhas gerais da conferência de 1932, acrescentando-lhe outros temas. Sem a necessidade de voltar a tais conteúdos, nos limitamos a registrar a existência de um capítulo sobre a *interiorização da metrópole federal*, estrategicamente situado após uma discussão sobre *equilíbrio e equidade na divisão territorial brasileira*.

Se preocupações e conteúdos pouco mudavam, o mesmo não se pode dizer das condições em que Teixeira de Freitas realizava suas pesquisas. Anteriormente um investigador isolado, o secretário-geral do CNE trabalhava a partir de então em um órgão público concentrador das informações estatística e geográfica, contando com uma equipe de colaboradores e nutrido-se, certamente, de contatos políticos²² que lhe valiam acesso a fontes privilegiadas e outras facilidades. Teixeira de Freitas sempre teve um *projeto*, mas somente a partir da implementação da tecnoestrutura necessária estaria em condições de realizá-lo. Para tanto, contava em muito a quantidade e variedade de dados dos quais começaria a dispor, graças ao poder de alcance dos órgãos que dirigia. Sobre isso, nada se pode acrescentar ao comentário de Roberto Schmidt de Almeida (2000, p. 122, grifo do autor):

Concebido como uma super agência de informações, o *Instituto Nacional de Estatística* [logo IBGE] abrangeria a totalidade do território nacional em quase todos os aspectos, constituindo um dos principais fatores de coesão do governo Vargas. Sua estrutura de funcionamento contemplava todas as instâncias de governo e caracterizava o que podemos definir como *Agência Capilarizada do Poder Central*, isto é, um órgão de informações diretamente subordinado ao Gabinete da Presidência da República, mas com alcance até a instância municipal.

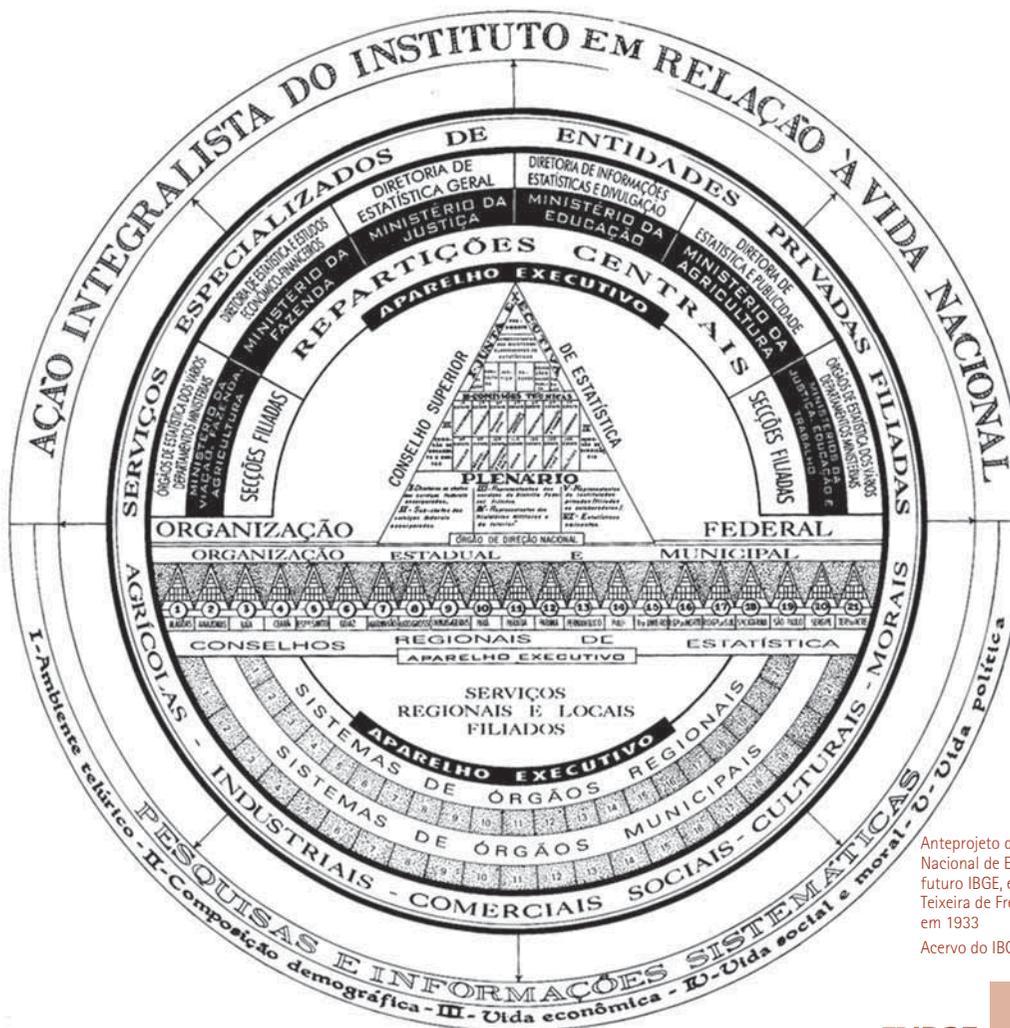
Após conhecermos as ideias e os meios de trabalho de Teixeira de Freitas, cabe verificar sua influência nos rumos da Comissão.



²² Com base em Roberto Schmidt de Almeida (2000, p. 123), podemos indicar alguns desses contatos: Juarez Távora, Francisco Campos e Gustavo Capanema.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

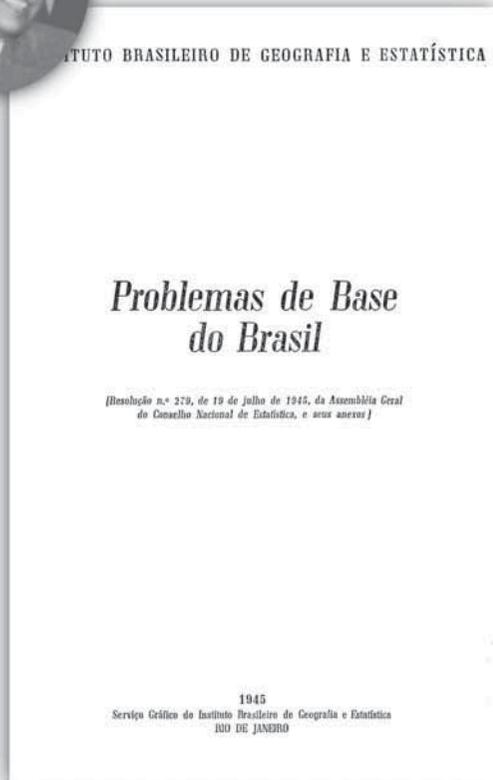
DIREÇÃO, ESTRUTURA E ATIVIDADES



Anteprojeto do Instituto Nacional de Estatística, futuro IBGE, elaborado por Teixeira de Freitas, em 1933
Acervo do IBGE



Teixeira de Freitas
Acervo da Memória
Institucional do IBGE



Folha de rosto da publicação *Problemas de base do Brasil*. Esta obra teve cinco edições, todas com a chancela do IBGE, sem autoria. Após a morte de Teixeira de Freitas, ele foi oficialmente reconhecido como autor desta obra
Acervo do IBGE

Entre 1947 e 1951, o secretário-geral manteve um diálogo cordial com o general Polli Coelho, caracterizado por iniciativas de apoio mútuo e afinidade de posições.²³ Há dois registros principais dessa interação entre os personagens. O primeiro é uma longa carta de Teixeira de Freitas ao Presidente da Comissão, por ele anexada a um documento complementar aos relatórios técnicos (FREITAS, 1948). O segundo é uma resolução da Assembleia Geral do CNE, aprovada em 21 de julho de 1948, mesmo dia da votação preliminar da resolução final sobre a localização da capital, que envolvia os membros da Comissão (IBGE, 1950). Discutiremos a posição do secretário-geral a respeito do tema a partir desses dois textos, buscando destacar seus traços mais representativos.

Um aspecto que chama imediata atenção nesses textos é o uso que neles se faz de uma ideia cara ao pensamento social brasileiro da década de 1930, tomada de um estudo anterior de Alberto Torres. Trata-se da ideia de *organização nacional*, cunhada em obra homônima de 1914 e aplicada por Teixeira de Freitas em sua análise sobre o quadro territorial do Brasil. O que estava em jogo, no caso, era evitar que as forças social e econômica do País adquirissem uma orientação espontaneísta, fortalecendo condicionamentos regionais fragmentadores do corpo político da Nação. Partidário da vertente centralizadora do regime vigente e portador da mentalidade cientificista que lhe conferia eficiência administrativa, o mentor do CNE detectava em suas pesquisas estatísticas a ausência de organização da sociedade brasileira.

²³ Tal cordialidade seria rompida no final de 1951, quando Polli Coelho, nomeado Presidente do IBGE, criticaria severamente o estado das estatísticas brasileiras. O episódio inaugura a chamada "crise do IBGE", que se estenderia pelo ano seguinte e culminaria na destituição de Polli Coelho do cargo (SENRA, 2008). O mero registro do episódio, sem a preocupação de desenvolvê-lo, deve-se à sua exterioridade em relação ao conteúdo deste capítulo.

A reflexão sobre os números lhe indicava uma tendência à concentração urbana, em "metrópoles viciosamente dilatadas [na quais] avultam e se agravam os problemas do trabalho, da assistência, da habitação, do abastecimento e da ordem pública"; no mesmo compasso, crescia o "abandono do Brasil interior", transformado em "espaços vazios" ou "imensos latifúndios coloniais" (IBGE, 1950, p. 109). Aos dirigentes da Nação cabia conter, ou pelo menos atenuar tal movimento migratório, considerado avesso à vocação histórica do País por Teixeira de Freitas. Os esforços no sentido de se reverter este quadro podem ser vistos como claro indicador do princípio de organização preconizado sob a forma de política territorial:

A verdade é que não é possível "esperar" que os núcleos sociais interiores vão aparecendo por si mesmos, que suas atividades produtivas se organizem [...]. Como poderemos ficar na confiante expectativa de que a população se desloque espontaneamente pelo Brasil adentro, e lá conserve a saúde e adquira cultura com os seus próprios recursos, abra as vias de comunicação, desbrave uma natureza ingrata, e crie riquezas compensadoras, tentando, por si mesma, a aventura dessa formidável empresa que seria a "mise en valeur" do solo pátrio? (FREITAS, 1948, p. 38-39).

Nada iria ocorrer espontaneamente. Ficava patente a responsabilidade do poder público em promover *ações territoriais organizadas*, dentre as quais figurava a transferência da capital. Com as forças econômicas e correntes demográficas atraídas para as metrópoles litorâneas, tornava-se indispensável a criação de um novo centro de gravidade no interior do País. Tal intenção traduzia-se na resolução da Assembleia Geral do CNE, através da seguinte formulação:

[...] constitui providência de alcance nacional capaz de efetivar tal conversão de tendências a mudança da Capital da República para um ponto de onde lhe fiquem assegurados tanto no presente como no futuro, o *optimum* de atuação coordenadora sobre toda a Nação e o aproveitamento das

forças propulsoras e civilizadoras, decorrentes de sua missão política, em benefício direto de ampla região central e em progressiva e equilibrada influência sobre as demais áreas do país (IBGE, 1950, p. 110, grifo do autor).

O colegiado dos estatísticos, sob a sombra permanente de seu secretário-geral, concluía que a capital interior construiria no espaço nacional uma situação de maior equilíbrio ou mesmo de uma "dúplice polaridade", com efeitos imediatos sobre os deslocamentos das massas rurais. Revertendo parcialmente o fluxo migratório, a iniciativa igualmente atuaria em benefício de uma maior integração nacional, outro objetivo da mudança da capital.

O documento apresenta grande afinidade de pensamento entre os estatísticos e a Presidência da Comissão, sobretudo quanto à necessidade de transferência imediata da capital e suas razões (embora fossem justificadas pelos primeiros através de argumentos mais tecnocráticos). Mas persistia uma diferença. A "transferência imediata" clamada pela resolução não seria para o terreno nu do Planalto Central, e sim para uma cidade interior situada a meio caminho entre este último e o Rio de Janeiro aquele (Art. 7º, III). Dessa vez, no entanto, não se fazia menção a Belo Horizonte.

Três anos depois, a Assembléia Geral do CNE aprovaria outra resolução com teor semelhante (Resolução nº 492, de 12 de setembro de 1951), na qual se retomava, ainda, a complementaridade sugerida por Teixeira de Freitas entre a mudança da capital e a revisão do quadro político-territorial do País. O Conselho endossava a primeira, mas em contrapartida, solicitava soluções quanto à segunda, seja no sentido tradicional já apontado (equilíbrio e equidade entre as Unidades da Federação), seja propondo novas fórmulas, tais como o "agrupamento sistemático de municípios, segundo suas afinidades geográficas" (IBGE, 1952).

Geógrafos: a centralidade em outra perspectiva

A análise dos diferentes enfoques sobre a localização da nova capital não ficaria completa sem um comentário sobre os geógrafos, tal como propomos entendê-los aqui: quadros técnicos do CNG e especialistas da Subcomissão de Estudos Geográficos. Com vistas a uma caracterização satisfatória, seria conveniente apontar alguns traços distintivos deste grupo em relação aos que acabamos de tratar na segunda parte do capítulo. Os *geógrafos* em questão formam claramente uma comunidade híbrida, se levamos em conta a composição dos quadros do CNG desde sua criação. Além de engenheiros – a começar pelo núcleo diretor, composto por Leite de Castro e Fábio Guimarães – o órgão contratara profissionais de diversas procedências, unificando-os em torno de uma nova e atraente área de estudo, embora pouco definida. Um grande esforço foi realizado no intuito de se desenvolver padrões profissionais baseados na ciência geográfica praticada na Europa e na América do Norte. Exemplo disto é a contratação de consultores como Ruellan e Waibel, bem como o envio de geógrafos brasileiros para especialização nos Estados Unidos, entre 1944 e 1947. O principal resultado deste aprendizado foi a definição de um estilo de pesquisa fundado na observação de campo, na descrição e na síntese. Graças ao apostolado estrangeiro, criava-se uma identidade mínima para o coletivo.

Tais características estão evidentemente presentes nos estudos realizados pelo CNG, entre os quais se pode incluir, como tarefa integrante da Comissão, os trabalhos de campo realizados no Planalto Central, em 1947. Quanto a isto, nosso procedimento será o de mostrar como a tese favorável à localização da nova capital junto ao ecúmeno ganhou força entre os geógrafos, sintetizada na ideia de que a me-



Orlando Valverde (esq.) na expedição comandada por Fabio Guimarães. Acervo de Fabio Celso de Macedo Soares Guimarães



Geógrafos do IBGE em campo (da esquerda para a direita): Lysia Calvacanti, Nilo Bernardes, Carlos Augusto, Dora Romariz. Acervo de Alain Ruellan



Membros da Expedição Ruellan (da esq. para a direita): Ney Strauch, Henrique Pimenta Veloso, Marília Galvão e Alain Ruellan. Acervo de Alain Ruellan

lhor solução seria proporcionar o contato da capital tanto com a área de maior expressão econômica e demográfica do País – localizada em sua parte meridional litorânea – quanto com a porção centro-ocidental do território brasileiro, localizada em seu interior (resultando, daí, uma maior integração entre ambas as partes, em benefício recíproco). Esta seria a marca distintiva da Subcomissão de Estudos Geográficos nos debates internos, assemelhada a posicionamentos dos engenheiros Lucas Lopes e Antonio Carlos Cardoso.

O envolvimento dos geógrafos nos trabalhos da Subcomissão foi mencionado em partes anteriores deste texto, mas de forma um tanto anônima, reduzida às figuras de Christovam Leite de Castro e dos chefes das duas expedições, Francis Ruellan e Fabio de M. S. Guimarães. Quem formava a equipe desses chefes? Uma consulta aos relatórios revela nomes àquela época desconhecidos, mas que anos depois se tornariam profissionais destacados pela atuação acadêmica e pela folha de bons serviços prestada ao IBGE. São eles Ney Strauch, Marília Galvão, Antonio Teixeira Guerra, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, Dora Amarante Romariz, Nilo Bernardes, Lysia Cavalcanti (logo Bernardes), Walter Egler, Speridião Faissol, Orlando Valverde, Lúcio de Castro Soares, Lindalvo dos Santos e José Veríssimo da Costa Pereira, entre outros. Muitos desses calouros já não traziam a marca híbrida da primeira geração de profissionais do CNG. Eram "geógrafos especializados" do órgão ou alunos e ex-alunos de Ruellan na Faculdade Nacional de Filosofia.

Já distanciados da descrição anteriormente feita a respeito dos trabalhos de campo da Subcomissão, nos vemos forçados a recuperar alguns de seus aspectos, a fim de extrair elementos úteis para uma caracterização da perspectiva dos geógrafos diante da questão, nosso

objetivo nesse item. O fazemos, contudo, em um registro diferente que, além de aportar alguns dos elementos referidos, ainda fornece informações interessantes sobre os trabalhos de campo e seus participantes. Trata-se, no caso, do depoimento de Speridião Faissol, um dos personagens envolvidos na aventura. Diz o geógrafo, em uma entrevista:

Foram realizadas duas excursões, nas quais o objetivo básico era a posição da nova capital e não apenas o sítio. Delimitaram-se sete ou oito áreas, onde os grupos do prof. Francis Ruellan, inclusive eu, estavam estudando sítios, fazendo trabalhos de levantamento. [...] O Orlando Valverde era o principal assistente do Waibel. Este grupo fez um reconhecimento geral, permanecendo uns dois ou três meses em todos os locais. Sentíamos muito a responsabilidade, já que todos – eu, Orlando, Lúcio, Lindalvo, Veríssimo – estávamos na casa dos vinte anos. Somente o Fábio era mais velho. O propósito deste grupo era descobrir qual seria a posição relativa mais adequada, associada à existência de sítios favoráveis. O Waibel tinha trazido da África a experiência de localizações urbanas, pequenas vilas etc. Preocupava-se com a existência de bacias de recepção de água, as quais procurávamos. [...] A excursão era organizada de uma forma curiosa, o Fábio era o responsável, a maior autoridade no Conselho de Geografia, mas Waibel não admitia que alguém [lhe] dissesse o que fazer. Ele marcava todo mundo, não era fácil! Comentava com a gente, discutia, fazia reuniões. A ideia fundamental era, pare ele, a posição da nova capital, que deveria ser mista, ao mesmo tempo de apoio ao pólo de desenvolvimento brasileiro e de projeção sobre a área não povoada. Mas não podia sair do pólo, não podia ser no "meio do deserto". Concluiu-se pelo Triângulo como melhor posição e fez-se o relatório (FAISSOL, 1997, p. 83-84).

Fica evidente, a partir do texto, que sítio e posição eram considerados de forma integrada nos estudos, e também que a posição possuía, para os geógrafos, um sentido distinto daquele evocado pelo general Polli Coelho. Em passagens anteriores, nos referimos a essas duas categorias sem a preocupação de distingui-las mais detalhadamente. Agora não há como deixar de fazê-lo, tendo em vista a compa-

ração pretendida e em respeito ao relatório da Subcomissão, que dedica ao tema parte substancial de suas páginas. Assim, encontramos ali a seguinte diferenciação:

Entende-se por *sítio* o conjunto de aspectos intrínsecos do local em que se acha a cidade, bem como das zonas imediatamente circunvizinhas. São as características do relevo, do clima, do solo, da vegetação, etc., da área ocupada pela cidade e suas circunvizinhanças, considerados em si mesmos.

Por *posição* compreende-se a situação da cidade em relação a outras áreas distintas, mesmo que muito afastadas, em relação ao conjunto do país e até do continente, em suma. Não é um conceito puramente geométrico, que se possa exprimir simplesmente pelas coordenadas geográficas [...], pois envolve considerações a respeito das condições geográficas de outras áreas que não aquela que se acha estritamente ocupada pela cidade. Tais considerações se referem, por exemplo, à situação da cidade em relação a acidentes geográficos distintos, tais como as grandes linhas de relevo, os cursos d'água importantes, as fronteiras políticas, as vias mestras de transporte e comunicações; à proximidade ou o afastamento do mar; às suas relações com outras regiões do país, tendo em vista as facilidades ou dificuldades de comunicações, de intercâmbio econômico, etc. (GUIMARÃES, 1947, p. 29-30).

Em seguida, o relatório discorre sobre o conceito de "boa posição" para uma capital, abstratamente e no caso de uma localização no Planalto Central brasileiro, repetindo a operação em relação ao sítio. Nos abstermos de comentar essa parte, pela redundância que significaria frente ao já discutido, mas também por não considerá-la a melhor fonte para se abordar a os aspectos distintivos do *modus operandi* dos geógrafos no enfrentamento do problema. Nesse sentido, preferimos utilizar uma série de artigos escritos por Christovam

Leite de Castro para a *Revista Brasileira de Geografia*²⁴ e o *Boletim Geográfico*, editados pelo CNG desde 1939 e 1943, respectivamente.

Foram analisados seis artigos, sendo alguns breves relatos ou editoriais. Nosso interesse em relação ao conjunto recaiu principalmente no modo recorrente de o autor apresentar os textos, caracterizado por uma explicação do método de pesquisa utilizado pela Subcomissão de Geografia em seus trabalhos no Planalto Central. Leite de Castro denomina tal método uma "sequência de aproximações sucessivas", organizada em ordem decrescente de escala geográfica. O artifício é bem caracterizado em um dos primeiros artigos da série, embora de modo um tanto longo (CASTRO, 1946, p. 571-572), razão pela qual optamos por uma apresentação resumida e sistematizada do mesmo:

- a *primeira aproximação* diz respeito à conceituação científica e delimitação cartográfica do Planalto Central;
- A *segunda aproximação* refere-se à definição da faixa pioneira de povoamento, que corresponderia tanto à fronteira econômica brasileira (oriental) como à zona de transição entre esta e a parte ocidental inexplorada e pouco ocupada;
- A *terceira aproximação* consiste na detecção das áreas de maior altitude (logo, de clima mais ameno), para fins de uma colonização mais profícua;
-

- A *quarta aproximação* prevê a determinação das áreas do Planalto Central de mais intensa e favorável influência dos grandes centros urbanos da parte oriental do País sobre a região; e
- Finalmente, a *quinta aproximação*, a mais local de todas, é a escolha propriamente dita do sítio onde se assentaria a nova capital.

De forma mais detalhada ou como referência de fundo, as "cinco aproximações analíticas" irão fazer-se presentes nos demais artigos de Leite de Castro, sobretudo em conferências transcritas (CASTRO, 1947b) e editoriais (CASTRO, 1947c). O esquema ilustra exemplarmente o ângulo a partir do qual os geógrafos conceberam o espaço regional tornado objeto de investigação, ao qual cunharam um nome – Sudeste do Planalto Central – que adquiriu certa oficialidade na Comissão. A partir da segunda aproximação, podemos afirmar ser este um espaço móvel, por conter a *região pioneira planaltina* (CASTRO, 1946). O fato adicionava complexidade ao problema da localização da capital, ao tornar relativamente transitórias noções absolutas de "sertão" e "ecúmeno", operadas por alguns membros da Comissão. Outro aporte interessante dos geógrafos era a noção de influência urbana (quarta aproximação), com a qual buscavam avaliar a qualidade das distintas posições naquele vasto *hinterland*. Por fim, novidades à parte, o esquema consagrava a tradicional inclinação da ciência geográfica em proporcionar uma análise ecológica e sintética de aspectos definidores de uma localização.

Com base nessas constatações, Christovam Leite de Castro definiu sua opção por localizar a futura capital próxima ao centro demográfico do Brasil, a qual conformaria a tendência vencida na Comissão. Tratava-se, segundo esse ponto de vista, de oferecer à sede do governo federal condições ótimas de instalação – um sítio

Membros do CNG e do CNE
Acervo da Família Teixeira de Freitas



²⁴ A publicação mais antiga tinha por objetivo "contribuir para um melhor conhecimento do território brasileiro" – objetivo do próprio CNG – e "difundir o sentido moderno da metodologia geográfica" (SOARES, 1939, p. 4). Conjugá-los era um modo de conferir legitimidade científica aos diagnósticos territoriais apresentados.

apropriado, em seus diversos aspectos – e contato com a fronteira econômica do País. Estendendo-se o mais possível a oeste e a norte sua localização, a capital deveria permanecer, contudo, dentro da região pioneira. Para Leite de Castro, esta seria a única maneira de alimentá-la do dinamismo que deveria ser repassado ao conjunto da Nação.

Se a capital deve preocupar-se, sobretudo, com a vida nacional, tem de ser localizada no palco onde se desenvolve essa mesma vida, de modo a haver a melhor vinculação possível entre o *cérebro* e o *sistema muscular do organismo nacional*. [...] Localizada desse modo ela poderá aspirar recursos e elementos da parte povoada, que refletem vitalidade política, social e econômica para projetar esses mesmos elementos em favor do vazio e, portanto, em favor da expansão geral do país (CASTRO, 1947b, p. 283, grifo nosso).

Metáforas orgânicas não eram raras entre os que se envolveram no debate sobre a capital. Desde Varnhagen, outro partidário do organicismo, a mesma era retratada como "cabeça da Nação", ou o seu coração. Respondendo às críticas de Polli Coelho ao relatório da segunda expedição da Subcomissão de Geografia, Leo Waibel não se conteve em utilizá-las. Em texto publicado em *O Jornal* no final de 1948, convertido em artigo no momento da fundação de Brasília, o geógrafo comenta o uso geopolítico do termo "coração" inspirado em Mackinder, aqui referido como Terra Central (*Heartland*, no original). Lembremos que o general o empregava fartamente para designar o Território Federal do Planalto, ou então a parte elevada e central do Brasil, de onde partiriam importantes "artérias fluviais". Waibel, habilmente, deslocava a metáfora para localização preferida pelos geógrafos:

Tal como o coração do corpo humano tem posição periférica e não está localizado no centro do corpo, assim também as terras-corações (*heartlands*) ou áreas nucleares

(*core areas*) da maioria do mundo ocupam posições periféricas. Este é certamente o caso do Brasil, cuja terra-coração, em minha opinião, se estende da latitude 20ª para o sul e tem o seu centro na cidade de São Paulo (WAIBEL, 1961, p. 616).

Sob este novo ponto de vista, outra noção de centralidade era desenvolvida.

Resultados da Comissão Polli Coelho: repercussões e desdobramentos

Encerramos este capítulo com uma breve notícia sobre a recepção da resolução final da Comissão Polli Coelho no Congresso Nacional, com base no relatório do deputado Eunápio Queirós (PSD-Bahia); em seguida, de forma igualmente breve, fazemos um registro dos desdobramentos posteriores,²⁵ quando a comissão parlamentar sobre a mudança da capital, chefiada por Queirós, teve suas conclusões rejeitadas.

Em relatório apresentado à Câmara Federal dos Deputados em 7 de dezembro de 1948, Eunápio Queirós faz uma apreciação muito crítica da resolução final da Comissão instituída em 1946. Sua argumentação segue a ordem do relatório organizado por Polli Coelho, questionando os pontos arrolados. A função colonizadora prevista para a nova capital é considerada de pouca significação, enquanto sua função política (consolidar a unidade nacional e manter o esquema federativo) careceria de melhor fundamentação. Com relação à função geopolítica, a mais duramente criticada, Quei-

²⁵ Para ambas tarefas utilizamos como apoio a análise de Laurent Vidal (2009).

rós apresenta forte objeção à visão calcada na necessidade imperiosa da mudança, em obediência a um suposto "destino histórico" (VIDAL, 2009, p. 169-170).

Tal opinião leva o deputado a posicionar-se a favor da proposta vencida na Comissão. Queirós endossa ponderações de Lucas Lopes e declara sua preferência pela localização da capital em Anápolis, uma das zonas indicadas pela Subcomissão de Geografia, embora não a primeira. Em sua justificativa, o relator formula juízos que poderiam ter sido escritos por Christovam Leite de Castro:

Não estamos tratando de construir uma cidade "boca de sertão", para impulsionar o progresso de uma região. Não lhe poderemos, também, atribuir um poder intrínseco tão grande, capaz de, por si mesma, influenciar o desenvolvimento econômico e social de uma vasta região e muito menos de um país todo.

A capital deve, forçosamente, estar apoiada nos grandes centros econômicos e sociais do país, para diante das forças do progresso. Seria uma nova base de operações, evidentemente apoiada numa poderosa retaguarda. Não podemos "saltar" e sim "avançar" (QUEIRÓS, 1949, p. 365-366).

Outro ponto de discordância com a resolução final da Comissão Polli Coelho foi quanto às dimensões exageradas do Distrito Federal aprovado (quase 78 000 km²), e sua concepção quase autárquica:

Penso que o DF deve conter a cidade-capital com todas as instalações que possa vir a necessitar para o futuro. Discordo da necessidade de bastar-se a si mesmo, pois, desde que se trata de uma cidade privilegiada, é natural que ofereça possibilidades de intercâmbio com todas as unidades federadas.

Assim, sou da opinião que uma área de 5 a 6 000 quilômetros quadrados, conforme sugere a minuta da Comissão Técnica, será suficiente (QUEIRÓS, 1949, p. 368).

A publicação do relatório suscitou reações de grupos regionais com presença na Câmara, provocando o bloqueio temporário do projeto (VIDAL, 2009, p. 171). Passados cinco anos, os resultados da Comissão Polli Coelho foram sancionados e, conseqüentemente, rejeitadas as conclusões da comissão parlamentar (Lei nº 1.803, de 05 de janeiro de 1953). O Poder Executivo ficava encarregado, uma vez mais, de realizar estudos definitivos para a implantação da nova capital na região delimitada por Polli Coelho, agora chamada "Retângulo do Congresso".

Uma nova comissão é formada em junho de 1953, confiada ao general Aguiinaldo Caiado e Castro, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. São realizados levantamentos fotogramétricos na área em questão, enviados para o exame da firma norte-americana Donald J. Belcher. Daí resultariam cinco locais possíveis para a instalação da capital, um dos quais é escolhido em 30 abril de 1955. Nesta altura, a Comissão já havia mudado de nome e de chefia. À frente dos trabalhos estava agora o marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Na explicação de Laurent Vidal, "Café Filho [que assumira a Presidência após a morte de Vargas] organiza um novo gabinete incluindo diversos responsáveis da UDN e modifica a composição da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, integrando militares que tinham rejeitado a lógica nacionalista da política de Vargas em proveito de uma visão internacionalista e anticomunista favorável a uma aliança com os Estados Unidos" (VIDAL, 2009, p. 173). Algo da história se repete? Deixemos a resposta para o próximo capítulo.

Referências

- ALMEIDA, Roberto Schmidt. *A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998*. 2000. 712 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- BONEMY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais; Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, v. 6, n. 11, p. 24-39, 1993.
- CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. *Povoar o Hinterland: o ensino rural como fronteira entre estatística e educação na trajetória de Teixeira de Freitas, [20--]*. Trabalho inédito a ser divulgado na Revista Brasileira de História da Educação.
- CASTRO, Christovam Leite de. A mudança da capital do país. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 4, n. 47, p. 1435-1436, 1947c.
- _____. A mudança da capital do país. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, n. 3, p. 449-451, 1948.
- _____. A mudança da capital do país à luz da ciência geográfica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 9, n. 2, p. 279-295, 1947b.
- _____. Seção especializada de estudos geográficos. In: IBGE. *Relatório preliminar apresentado pelo Engenheiro Christovam Leite de Castro, diretor da Seção*. Anexo nº 1. Seção Especializada de Estudos Geográficos. [Rio de Janeiro: CNG/IBGE], 1947a. p. 6.
- _____. A transferência da capital do país para o Planalto Central. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, n. 4, p. 567-572, 1946.
- CHALIAND, Gérard; RAGEAU, Jean-Pierre. *Atlas stratégique: géopolitique des rapports de forces dans le monde*. Cartographie Catherine Petit. Paris: Fayard, 1983. 224 p.
- COELHO, Djalma Polli. Espigão mestre do Brasil e conceito geopolítico do Planalto Central. In: A LOCALIZAÇÃO da nova capital da República. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. Parte I. Anexo. p. 115-126.
- _____. Justificação da resolução final, escrita pela Presidência da Comissão. In: COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL. *Relatório técnico*: contendo a justificação da resolução final tomada pela Comissão, quanto à localização do novo Distrito Federal. Rio de Janeiro, 1948a. Parte 1, v. 1.
- _____. [Justificação de voto]. In: COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL. *Relatório técnico*: contendo as justificações e declarações de votos dos membros da Comissão. Rio de Janeiro, 1948b. Parte 1, v.2.



Revista Brasileira de Geografia
Acervo do IBGE



Técnicos da Expedição chefiada por Fabio de Macedo Soares Guimarães em trabalho de campo
Acervo de Fabio Celso de Macedo Soares Guimarães

Fabio de Macedo Soares Guimarães (a esq.) em acampamento na Expedição de 1947
Acervo de Fabio Celso de Macedo Soares Guimarães



COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL. *Relatório técnico*: contendo a transcrição das Atas das Reuniões Plenárias realizadas pela Comissão. Rio de Janeiro, 1948. Parte 1, v. III.

CRULS, Luiz. *Planalto Central do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957. 333p. (Coleção Documentos brasileiros, 91).

FAISSOL, Speridião. Cinquenta anos de Geografia. Entrevista com o Prof. Speridião Faissol. *Geo UERJ*: revista do Departamento de Geografia, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 1, p. 79-94, 1997.

FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. Palavras de agradecimento. Carta enviada ao general Djalma Polli Coelho, em 9 de junho de 1947. Rio de Janeiro. In: A LOCALIZAÇÃO da nova capital da república. Rio de Janeiro: IBGE, 1948. Parte II, p. 37-69.

_____. O reajustamento territorial do Brasil. Conferência do Dr. Mario Augusto Teixeira de Freitas. *Boletim*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

_____. A redivisão política do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 3, p. 533-54, 1941.

GOMES, Angela de Castro. Novas elites burocráticas. In: _____. (Coord.). *Engenheiros e economistas*: novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 1-12.

GUIMARÃES, Fábio Macedo Soares. Relatório preliminar da segunda expedição geográfica ao Planalto Central do Brasil. In: IBGE. *Relatório preliminar apresentado pelo Engenheiro Christovam Leite de Castro, diretor da Seção*. Anexo nº 1. Seção Especializada de Estudos Geográficos. [Rio de Janeiro: CNG/IBGE], 1947. p. 76.

IBGE. *Problemas de base do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1955. 84 p.

IBGE. *Resoluções da Assembléia Geral 1948/49*. Rio de Janeiro: CNG/IBGE, 1950.

_____. *Resoluções da Assembléia Geral 1951*. Rio de Janeiro: CNG/IBGE, 1952.

LOPES, Luis Carlos. *Projeto Brasília*: modernidade e história, 1992. 256 p. Tese (Doutorado em História Social)-Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

QUEIRÓS, Eunapio. Mudança da capital do país: parecer da Comissão Parlamentar. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, ano VII, n. 76, p. 333-370, 1949.

RUELLAN, Alain. *Le choix du site de Brasília*: rôle des expéditions géographiques de juin-septembre 1947. [2004]. 11 p. Mimeografado.

RUELLAN, Francis. Alguns problemas da expedição encarregada de encontrar os sítios para a nova capital federal dos Estados Unidos do Brasil. In: CAPIBERIBE, João. *A Expedição Ruellan ao Planalto Central*. Brasília, DF: Senado Federal, 2004. 38 p. Publicado anteriormente no *Bulletin de l'Association de Géographes Français*, Paris: Centre National de la Scientifique, n. 194-195, p. 2, mai/juin 1948.

_____. Relatório preliminar da primeira expedição geográfica ao Planalto Central. In: IBGE. *Relatório preliminar apresentado pelo Engenheiro Christovam Leite de Castro, diretor da Seção*. Anexo nº 1. Seção Especializada de Estudos Geográficos. [Rio de Janeiro: CNG/IBGE], 1947. p. 51.

SENRA, Nelson. Estatísticas organizadas (c.1936-c.1972). In: _____. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. v. 3.

SILVA, Ernesto. *História de Brasília*: um sonho, uma esperança, uma realidade. Brasília: Senado Federal, 1985. 398 p.

SOARES, José Carlos de Macedo. Apresentação. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, n. 1, v. 1, p. 3-6, jan./mar. 1939.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *A questão da capital*: marítima ou no interior? precedida de um estudo de apresentação de E. d'Almeida Vitor. 3. ed. Brasília, DF: Thesaurus, 1978. 32 p.

VASCONCELOS, Adirson. *A mudança da capital*. 2. ed. Brasília, DF: Independência, 1978. 375 p.

VESENTINI, José William. *A capital da geopolítica*. São Paulo: Ática, 1986. 240 p.

VIEIRA, Tamara Rangel. No coração do Brasil, uma capital saudável – a participação dos médicos e sanitaristas na construção de Brasília (1956-1960). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v. 16, supl. 1, p. 289-312, jul. 2009.

VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília*: a invenção de uma capital, Séculos XIX-XX. Tradução Florence Marie Dravet. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2009. 351p. Tradução de: De Nova Lisboa a Brasília: l'invention d'une capitale.

VITOR, Edgar d'Almeida. *História de Brasília*. Brasília: Thesaurus, 1980. 235 p. Comemorativa do 20º aniversário da inauguração da nova capital.

WAIBEL, Leo. Determinismo geográfico e geopolítica (contribuição ao problema da mudança da capital). *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, n. 164, p. 612-617, 1961.

Uma candanga antes dos candangos: vivências de uma expedição geográfica

Cybelle de Ipanema*

Nossas vidas constroem-se com a alternância de positivos e negativos, na tentativa sempre da superação e de alcançar o patamar maior, avalizado pela autoestima. A oportunidade que propicia o IBGE, através do convite de Nelson Senra, para registrar memórias da primeira iniciativa do Século XX, tendente a concretizar o preceito constitucional da mudança da capital, movimenta lembranças de um trabalho científico a par de altamente cívico e mobilizador de orgulho não ocultado.

Se a Constituição Republicana de 1891 foi pioneira com o levantar o problema, em seu Artigo 3º, enviando a Comissão Cruls, do belga Louis Cruls, de que resultou a delimitação, no Estado de Goiás, da área da *futura* capital do País, a de 1946 (após duas outras), seria retomada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, com o objetivo de transformar o *presente* o "Quadrilátero de Cruls". Orgulho não ocultado permeia esse depoimento de uma integrante das equipes de trabalho da Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil, de 1947, confiada ao general Djalma Polli Coelho e vinculada ao ministério da Justiça e Negócios Interiores. A consciência da participação de um esforço nacional, revolucionador da vida brasileira, nos meados do século passado, é galardão que, me parece, a modéstia não deva apagar.

* Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, primeira secretária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB.

Da Comissão, composta entre outros, dos governadores de Goiás, Jerônimo Coimbra Bueno, e de Minas Gerais, Milton Campos, a Subcomissão de Investigações Geográficas, presidida pelo Dr. Christovam Leite de Castro, Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, enviou ao Planalto Central duas Expedições Geográficas, a primeira, objeto dessas linhas. Sua chefia encarregou a Francis Ruellan, professor de Geografia do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia - FNF, discípulo de Emmanuel de Martonne, que chegara durante a guerra, em 1942, a integrar a FNF, o que não era estranho, pois esta sucedera à UDF, onde tinham sido notórios os professores franceses e italianos, em especial no curso de Geografia e História. Suas aulas eram dadas em francês e o professor Ruellan, natural da Bretanha, imbuído da Geografia de campo, trazia métodos modernos e disciplina rígida em seu relacionamento com os alunos. Nunca chegou a bem dominar o português e as tarefas tinham que ser cumpridas "custe que custe", justificando: "*C'est mon système!*" (No curso da expedição, certa feita em Goiânia, como não servissem em hotel, pão à refeição, disse um dos nossos: "*C'est leur système...*").

Além da Faculdade, era o orientador das tertúlias científicas do Conselho Nacional de Geografia - CNG cujos quadros recentes estavam sendo preenchidos por alunos e ex-alunos da Filosofia. Detentor de notável capacidade de trabalho e organização, bem o demonstrou na expedição de 1947 que, durante 67 dias (de junho a setembro), percorreu cerca de 18 000 km de trem, de caminhão, a cavalo, de avião e a pé. A área abrangida foi do Triângulo Mineiro à Chapada dos Veadeiros, em Goiás.

A organização da expedição fez-se no Rio de Janeiro, convocados os participantes pelo ofício do general Polli Coelho, dirigido às autoridades a que estavam subordinados, onde o presidente da Co-



Cybelle Bouyer e Francis Ruellan no caminhão da Expedição
Acervo de Alain Ruellan



Francis Ruellan, Dora Romariz (sentada de lado) e Cybelle (de boné) entre outros membros da Expedição
Acervo de Alain Ruellan

missão ressaltava a relevância do problema da mudança, encarecida na mensagem enviada pelo presidente da República ao Congresso Nacional, e o próximo início dos trabalhos de campo.

Dos 33 componentes da primeira expedição geográfica, nove eram do CNG e sete da faculdade, ou seja 50% do total. Outras entidades também compareceram, sendo o pessoal de apoio contratado em Minas Gerais e Goiás, entre motoristas, cozinheiros e auxiliares.

A distribuição foi em cinco grupos: um de direção e quatro operacionais, compostos igualmente, de três equipes cada, como está no relatório do chefe da expedição, encarregadas dos estudos de geomorfologia, biogeografia, climatologia, hidrografia e geografia humana. O de direção compunha-se do chefe, prof. Francis Ruellan, sua senhora, Anette Ruellan, responsável pelos serviços gerais, uma secretária científica, uma secretária administrativa e um desenhista. Aluna do último ano de Geografia, coube-me a Secretaria Científica, sob o nome de solteira, Cybelle Bouyer.

Para cada grupo, foram contratados dois caminhões nos dois estados. O material seguiu do Rio de Janeiro em um jipão do exército, obtido em cima da hora, não emplacado, só com um "conhecimento". Este serviu ao grupo de direção e impressionava, sobretudo, as crianças, por suas dez "rodêras".

A partida, em duas levas, dirigiu-se a Belo Horizonte, em 27 de junho de 1947, retornando do Planalto Central, em 1ª de setembro. Dali, seguiu-se pela Rede Mineira de Viação - RMV ("Ruim, mas vai") e Estrada de Ferro de Goiás - EFG, cujo ponto final era Anápolis. O jipão nos alcançou nesta cidade, de onde partimos para localizar pessoal e equipamento em suas respectivas áreas de trabalho.

Na estação de Patos de Minas, ouvimos música que depois virou febre no Rio de Janeiro: "Eu tenho uma mula preta, com sete "parmo" de "artura"... Pró mulão de qualidade quatro milhões eu enjeitei...".

Os grupos trabalhavam todo o dia e acampavam à tarde. O de direção procurava alcançá-los e pouco acampou, tendo sido, no entanto, o jipão preparado para receber traves e uma barraca, se necessário.

De Catalão a Goiandira, para trocar da Rede Mineira para a EFG, foi necessário carregar a bagagem às costas. Os jovens, ajudando o chefe, apelidavam a deste, "a mala do trilho", pelo peso das fotografias aéreas que a integravam.

No caminhão, improvisamos uma mesa de trabalho atrás da carroceria, o que dava visão global da estrada. Nosso motorista chamava-se Alcebiades ("Cebíades", para o chefe). Em dada manobra, tombamos para trás, de pernas para o ar, chefe e secretária ..., o que ensejou: "*C'est brusque ce rapaz lá!*"

As anotações de todo o trajeto iam sendo feitas, ao lado de ditados seus que transcrevo de originais: "*Mêmes observations que précédement pendant la première heure du camion. An-delá apparait un palier ondulé...*".

Para o comum, usava-se certa técnica. Como conhecia taquiografia (em português) e ele falava muito rápido, em francês, decodificava para a nossa língua e transformava em sinais. Quando voltamos, sua preocupação era de que eu traduzisse os caracteres.

Em nossas cadernetas, registram-se, por exemplo, tomadas de altitude à meia-noite, à luz de lanterna. Anotações, aqui, ao acaso: "Saimos de Ituiutaba às 6 e 30"; "Almoço no campo, das 11 e 25 às

12 e 15". (Aliás, nesses casos era carne presuntada, em lata, queijo "Clab", um queijo amarelo, e chocolate, pela energia). "Apesar do guia que levávamos, foi impossível encontrar o caminho [...] na Chapada dos Veadeiros. A 1 e 30 da madrugada ainda não tínhamos chegado, decidindo o professor que se dormisse sobre o caminhão", sob a luz das estrelas.

Tudo vai registrado no relatório, trajetos, condições geográficas, perspectivas, de suas próprias observações e troca de informações com os chefes de grupos. Para mim, era o cerrado imensa novidade, com seus galhos retorcidos, queimados, deixando vislumbrar formas inexistentes de uma vegetação angustiada, traduzida na leve ousadia de uma inspiração poética: "Onde outrora era verde,/ Só resta fuligem./ Os galhos que clamam justiça aos que passam./ Não teem suas vozes ouvidas de alguém,/ Porque o viandante que passa na estrada/ É cruel como todos./ Ou não passa ninguém [...]"

O chiar dos carros de bois, o encontro certa vez, de nove juntas de bois puxando uma carroça com ... uma peneira, e, quando atolamos e só uma junta de bois nos retirou...

Aprendia-se – como nunca – Geografia *in loco*. Visitamos a rica Colônia Agrícola Nacional de Goiás – Ceres, administrada por Bernardo Sayão; com o prefeito de Pirenópolis, fomos à base dos Montes Pirineus; ida à Cachoeira Dourada, a Luziânia (ex-Santa Luzia), da marmelada em caixinha; Pedra Fundamental (cerca de 10 km de Planaltina), colocada a mando do presidente Epitácio Pessoa, em 7 de setembro de 1922, Centenário da Independência, decorrência da expedição Cruls. Recebemos as visitas do general Polli Coelho e do Dr. Christovam Leite de Castro. De vez em quando cruzávamos com integrantes da outra expedição (bem diferente da nossa). Em Planaltina, por exemplo, ficamos conversando à noite, na sala e o Prof. Ruellan,

vivências

com o propósito de sairmos cedo, advertiu, naquele seu espírito de responsabilidade: "*C'est complètement ridicule!*". Nessa mesma linha, ele condenava a Secretária Administrativa (que atravessou toda a expedição com sua *Remington* a tiracolo), que usava um "batonzinho": "Vai ver o *diable?*".

Éramos, então, grupo de direção, dois caminhões: o jipão e um, pequeno, comandado por sua senhora. Se íamos atrás, ela se impacientava, pois parávamos para colher rochas, fazer observações. Foi tratado que inverteriam. Passou o grande caminhão que provoca a queixa: "*Vous cassez tous les mata-burros* (aquelas travessas para impedir a entrada de animais) ..."

Curiosa foi a casa que nos cederam para base por algum tempo: construção de quadro cômodos, quadro "águas", o telhado, de telha vã, em pirâmide de base quadrada. Para economizar luz, uma lâmpada apenas, no vértice. Nesse local, determinada instalação dividia o espaço com galinheiro. E madame Ruellan (que, aliás, falava bem, português): "Está cheio de galinha "por dentro".

Todos ajudavam, todos tinham boa vontade, autoridades e populares. Deixávamos telegramas (em tempo e locais de difícil comunicação), cumpríamos um desiderato que pôde ser pelo chefe assim sintetizado: "*Le problèmes matériels ou purement techniques n'ont évidemment pas été moins sévères que les problèmes scientifiques*" (RUELLAN, 1948, p. 2).

Quero me permitir, pelo menos, mais duas lembranças. Em uma ausência do professor, era a chefe do caminhão e, tranquilamente, atravessava a ponte pênsil Afonso Pena, sobre o Rio Paranaíba (fronteira Minas Gerais-Goiás), sem parar, com um estranho jipe desemplacado... Também: carregávamos a gasolina em tambores, no caminhão.

O susto que tivemos – uma jovem professora de pouco mais de 20 anos –, viajando de Araguari, no Triângulo, para Goiás, sobre o caminhão, este sobre o trem, com uma chuva de fagulhas desprendida da locomotiva...

Os dados e a emoção suplantam o espaço. Quando, 20 anos mais tarde, fui residir em Brasília, observei que, para os naturais, ela nascera de Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, ignorando Eurico Dutra, Djalma Polli Coelho e Francis Ruellan. Publiquei, então, no oitavo aniversário da cidade, *Brasília, uma expedição injustificada*.¹

Agradeço a Nelson Senra a divulgação, como, de público, a Francis Ruellan (1895-1975), pela confiança de há 63 anos e pela dedicatória no exemplar de *Quelques problèmes [...] : "Hommage à Mademoiselle Cybelle Bouyer, en souvenir de sa collaboration pendant cette expedition où elle s'est tant dévouée"*.

Referências

RUELLAN, Francis. Quelques problèmes de l'expédition chargée de trouver des sites pour la nouvelle capitale fédérale des États-Unis du Brésil. *Bulletin de l'Association de Géographes Français*, Paris: Centre National de la Scientifique, n. 194-195, p. 2, mai/juin 1948.

¹ Ver: REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, n. 336, p. 195-203, jul./set. 1982. Transcrito do *Correio Braziliense*, datado de 21.04.1968.

Cybelle (ao centro) em trabalho de campo



As expedições geográficas do IBGE

Pedro P. Geiger*

Uma história de viagens e expedições de natureza geográfica

A prática da movimentação de pessoas para a exploração de territórios (explorar no sentido de levantar informações) se perde em tempos imemoriais. A Bíblia narra Josué, o seu povo ainda no deserto, enviando exploradores para trazer informações da terra de Canaã (Josué, cap. 2). Narrativas históricas de viagens e explorações famosas transmitiram atmosferas de aventura, como as viagens de Marco Pólo na China, na antiguidade, ou as explorações de Amundsen nos pólos, já na modernidade.

O impulso maior do movimento europeu para fora do continente, desde os chamados Grandes Descobrimentos, dos fins do século XV, ampliou o número e as dimensões de expedições associadas à conquista e ao estudo do ecúmeno. Após o descobrimento do Brasil, em 1500, o governo português organizou várias expedições de caravelas costeando o litoral brasileiro, para trazer informações e fundar postos de ocupação. O alargamento do ecúmeno foi sendo acompanhado pela expansão da prática científica de estudar a natureza e a diversidade populacional da Terra. A circunavegação de Fernão de Magalhães foi organizada para provar à redondeza da Terra. Séculos depois, as viagens de Darwin dariam origem à teoria da evolução das espécies. A procura das fontes do Nilo é outro episódio destas histórias, todas com o sabor da aventura. A organização e os custos das expedições eram providos por instituições oficiais. Quer as de na-

tureza pública, atendendo diretamente a interesses de governos. Quer as de natureza privada, nos interesses de empresas econômicas, ou de entidades civis, como as Sociedades de Geografia. O processo de viagens e de expedições se mantém na atualidade, e com novas modalidades. A aventura humana no espaço inclui hoje o mergulho no sentido macro, extraterrestre, e, através de instrumentos, no sentido micro, o das partículas e dos genes.

As expedições geográficas do passado expressavam interesses de países em outras regiões, e colonizadores. Como as do inglês Livingstone, na África. Após a Segunda Grande Guerra, meados do século XX com o fim da era colonial, as expedições compreendendo cientistas dos países do Centro passaram a se conformar aos interesses dos países nos quais elas se realizavam. Exemplo famoso foi o do estudo de tribos indígenas no Brasil pelo francês Claude Levi Strauss, e que deu origem à chamada **Antropologia Estrutural**.

Geografia universitária moderna. Excursões e expedições geográficas

O desenvolvimento de cursos universitários de moderna Geografia introduziu o trabalho de campo geográfico de forma sistemática, para fins do ensino da disciplina, e como método na produção acadêmica. Deste modo, o trabalho de campo voltou-se para interior dos próprios países em que se localizavam os cursos de Geografia.

Nos anos 1930, a reforma Capanema introduziu no Brasil as faculdades de Filosofia e seus cursos de bacharelato e licenciatura, entre os quais, os de Geografia e História. Muitos destes cursos tiveram em seu início professores visitantes, convidados do primeiro mundo. Na área da Geografia, Pierre Monbeig em São Paulo, e Francis Ruellan, no Rio de Janeiro, permaneceram no País por muitos anos. Eles intro-



Técnicos da Expedição em seu acampamento na região do Jalapão
Acervo do IBGE

Membros da Expedição ao Jalapão no local denominado "Pedra da Balaiza". Na foto: Gilvandro Pereira, Álvaro Sampaio, Pedro Geiger; Domingos Carvalho e José Silva
Acervo do IBGE



* Geógrafo aposentado do IBGE, Pesquisador Senior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Professor visitante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

duziram a prática sistemática do trabalho de campo no ensino e na pesquisa.

Surgiram dois termos associados aos trabalhos de campo: **excursão** e **expedição**. O primeiro era aplicado para deslocamentos não muito duradouros nem muito distantes. O segundo se referia às saídas para lugares distantes, por longo tempo, e acompanhados, além de instrumentos de trabalho, de equipamentos de alojamento e de mantimentos. Dadas as precárias condições das regiões percorridas. Entretanto, depois da Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento do turismo pelo mundo, alargou-se a utilização do termo excursão, mesmo para saídas longas e distantes de turistas. As empresas de turismo passaram a se articular com empresas hoteleiras e de transporte, de modo que infra-estrutura urbana passou a ser provida mesmo em regiões menos desenvolvidas. No oceano, os enormes transatlânticos se destinam atualmente quase que exclusivamente a cruzeiros, termo designativo de excursões turísticas marítimas.

O adensamento econômico e demográfico do Brasil, a implantação de infra-estrutura urbana e interurbana, mesmo em áreas menos desenvolvidas, estimuladas inclusive pelo turismo, tem reduzido a necessidade da forma expedição, para trabalho científico, a um espaço geográfico cada vez menor.

As expedições geográficas do IBGE. A expedição ao Jalapão

A partir dos anos 1940, o recém criado IBGE iria recorrer às expedições e excursões geográficas para expor a estrutura espacial do País. A instituição já dispunha de uma experiência de trabalho de campo intensivo na área dos levantamentos geodésicos cartográficos, associados à produção da *Carta do Brasil ao Milionésimo*. Em 1943, seria realizada a grande expedição ao **Jalapão**, para a confecção de

uma das últimas folhas da Carta. O Professor Ruellan que atuou também, como consultor do antigo Conselho Nacional de Geografia - CNG, sugeriu então que um geógrafo da Seção de Estudos do CNG participasse da expedição, com a missão de apresentar um relatório sobre a geografia regional. Aceita a sugestão, indicou o jovem Pedro P. Geiger, então com 20 anos de idade, cursando ainda a Faculdade para a licenciatura, e que no ano anterior indicara para trabalhar no IBGE. A participação de Pedro Geiger na expedição ao Jalapão a caracteriza como a primeira expedição geográfica do IBGE.

Pedro Geiger saiu do Rio em abril de 1943, pela Central do Brasil, para Belo Horizonte, de onde seguiu por bitola estreita, para Pirapora. Neste trecho, uma rês fez descarrilar um vagão, recolocado nos trilhos pelos passageiros. De Pirapora desceu de *gaiola* até Barra do Rio Grande, na Bahia. Enquanto aguardava os cartógrafos e o chefe da expedição, o engenheiro geodesta Gilvandro Simas Pereira, vindos de Salvador, realizou entrevistas e pegou malária. O grupo de cartógrafos era dirigido pelo, o chefe da expedição. O grupo vindo de Salvador viajou de trem a Juazeiro e de lá subiu de *gaiola* pelo rio São Francisco. O barco fazia linha para Barreiras e na escala de Barra, Pedro Geiger se juntou ao grupo. O barco entrou pela foz do rio Grande, atravessou a garganta do Boqueirão. e na confluência do rio Preto o grupo desembarcou com as suas bagagens. A partir daí, seriam iniciados os levantamentos cartográficos, geodésicos e geográficos, subindo-se pelo vale do rio Preto. Entrava-se numa região em que não se sabia o que era eletricidade, nem veículo a motor. A expedição se moveria sobre muares, pernoitava em barracas que eram montadas, ou em casebres e casas das pequenas localidades por onde passava. À noite Gilvandro observava o céu com os instrumentos, para as nove em ponto ouvir o sinal da BBC e definir a latitude e longitude do lugar em que estávamos. Os escritos à noite eram à luz de lampião.

A expedição atravessou o vale do rio Preto, subiu e atravessou os Gerais, e desceu pela bacia do Tocantins. Retornou aos Gerais

e desceu pela bacia do Parnaíba, até a histórica Corrente, no Piauí. Voltou aos Gerais e iniciou o retorno na direção do São Francisco, já em setembro, época em que as águas dos rios estão baixas e as viagens das *gaiolas* mais raras. Para não perder a licenciatura, Pedro Geiger desceu o rio Preto, desde a cidade, então, de igual nome, em balsa de buriti, utilizada pelos comerciantes locais para expedir ceras, peles, couros, até Barra. De onde retornou para o Rio, pelo mesmo trajeto de ida.

A atmosfera de aventura foi sempre mantida. Pedro Geiger deveria realizar um levantamento topográfico paralelo ao dos topógrafos, para produzir perfis geomorfológicos. O professor Ruellan ensinara que a mirada com a bússola devia ser lida dom a agulha totalmente imóvel. Os topógrafos, mais experientes, ou menos rigorosos, o faziam mais rapidamente e iam se distanciando, até que Geiger se via sozinho nos imensos gerais. Não se seguia propriamente por uma estrada, mas por picadas que se subdividiam, algumas se reencontrando adiante. Por qual seguir? Pavor, até descobrir que a mula sabia por onde devia ir. Ou, as estórias de Vitalino, o chefe dos guias contratados em Rio Preto, e com quem fez amizade, sobre a passagem da coluna Prestes pela região. Ouvir pela BBC a invasão de Sicília pelos Aliados. Pernoites no chão, à margem do rio, junto com os *tripulantes* da balsa na viagem de dias para Barra do Rio Grande. Etc.

A expedição descobriu que não havia um ponto fronteiro comum entre quatro estados, Bahia, Goiás (hoje o trecho é Tocantins), Maranhão e Piauí. Que o Maranhão não é limítrofe da Bahia, como aparecia em mapas antigos. Que *águas emendadas* é apenas um pequeno pântano de onde fluem filetes de água para afluentes das duas bacias, São Francisco e Tocantins. Pedro Geiger descreveu pela primeira vez uma pequena cadeia de centros urbanos e a sua hierarquia. Esta foi definida pelas classes sociais dominantes. A cidade de mais alta hierarquia era Barra, onde se localizavam os atacadistas, distribuidores pela região os produtos vindos de Salvador

ou do Sul. Eles compravam para reexportar produtos da pecuária local e da coleta dos gerais. Os comerciantes que não eram anteriormente fazendeiros se tornavam criadores de gado, uma condição regional de status social. A segunda hierarquia era de cidades ou vilas como Rio Preto e Formosa, onde a classe dominante era formada de varejistas importadores de Barra, e para qual enviavam como atacadistas os produtos dos gerais. Muitos dos lojistas eram imigrantes estrangeiros que também se tornavam fazendeiros, uma forma de aculturação e de assumir o *status* tradicional. Finalmente, a terceira categoria reunia centros como Corrente, onde a atividade comercial era incipiente, e onde a classe dominante ainda era a dos fazendeiros criadores, a comum, à região rural.

As expedições do IBGE foram uma das formas de penetração do poder federal no interior do País. O setor rural tradicional via com desconfiança, como preparativas de intervenções políticas futuras. Muitos fazendeiros arrancavam os marcos geodésicos por ventura fincados em suas propriedades, imaginados como instrumentos de demarcação de futuras reformas agrárias.

Nesta mesma década de 1940, o professor Ruellan conseguiu organizar excursões de logo percurso e tempo de duração, por diversas regiões do País e financiadas pelo CNG. Reunia, nas mesmas, funcionários e estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia. Tratava-se de simultaneamente praticar aprendizagem de trabalho de campo e desenvolver a nova forma de produzir Geografia moderna. O clima do CNG na época ainda apresentava a convivência da Geografia tradicional e a da Geografia moderna em expansão. A tradicional estava presente na participação de pessoas não formadas em Geografia universitária. Como dirigentes, caso de Virgílio Correia Filho, como articulistas da *Revista Brasileira de Geografia*, caso do engenheiro Moacyr Silva, autor de estudo clássico sobre transportes no Brasil. Geólogos, militares, diplomatas, políticos participavam das tertúlias semanais. Congressos nacionais eram organizados em parceria com a Sociedade

Brasileira de Geografia. A Geografia moderna se concentrava na antiga Seção de Estudos, que se ampliava com o recrutamento contínuo de novos formandos dos cursos universitários de Geografia. As expedições geográficas e as apresentações de seus resultados iriam servir para marcar a diferença e separar os dois ambientes.

Nesta década de 1940, a Seção de Estudos foi transformada, passando a se organizar em cinco Seções Regionais e um setor de Geografia Geral. Iniciou-se a prática regular de expedições chefiadas por geógrafos brasileiros. A do Centro Oeste, em 1948, chefiada por José Veríssimo da Costa Pereira durou três meses. O trecho Campo Grande/Cuiabá se fez num caminhão rasgando o cerrado, seguido de uma camionete. Os pernoites se fizeram em barraca, com fogueira acesa à frente pra espantar onças, que Veríssimo teimava ter visto. A expedição passou por Poxoreu, então um centro novo de garimpagem, razão para que o itinerário fosse sujeito a assaltantes. Além de ter contratado um pistoleiro para a travessia, Veríssimo se vestia de macacão para ocultar sua condição de chefe e portador do dinheiro.

As expedições tiveram as suas tragédias. Roberto Galvão, marido de Marília Galvão, e Walter Egler, marido de Eugênia Egler e pai de Cláudio Egler, mortos em episódios separados em rios da Amazônia.

Expedições geográficas temáticas. Brasília

Inicialmente, as expedições geográficas visavam um reconhecimento geral das áreas visitadas. Depois, evoluíram, passando a focalizar objetivos específicos. Foi o caso de expedições associadas à localização de Brasília e de expedições associadas ao estudo da colonização não ibérica.

A questão da mudança da capital do Brasil do litoral para o interior, uma idéia vigente desde o Império, voltou a ser agitada após

O vapor "Saldanha Marinho" no lugar denominado Boqueirão, no Rio Grande, por onde passou a expedição do IBGE
Acervo do IBGE



a Segunda Grande Guerra. A perspectiva de novas pressões políticas populares sobre o governo, centradas nas grandes metrópoles, e influenciadas por ideologias vindas do exterior, avivavam o velho dilema da litoralização/interiorização. A tragédia de Getúlio Vargas em 1952, mostrava o grau da tensão ideológica instalada. A mudança da capital atenderia formalmente a um desejo histórico, repetido nas constituições, mas que serviria, na verdade, como atenuante de preocupações das classes dominantes e conservadoras com o futuro. Por outro lado, a mudança se ajustaria à exposição de movimento de modernidade, caracterizado pela setorização e especialização. Por criar um ambiente singular para a gestão do País. Como fizeram os Estados Unidos, ao criar Washington DC para separar o poder federal de estados federados com altos poderes de autonomia. País onde as capitais estaduais se situam em pequenas cidades para assinalar, ao máximo, a distância entre uma economia dominante de mercado e governo. Ou como fez a Turquia, que sob a direção dos *joventos turcos*, coronéis que instalaram a República e moveram capital de Istambul para Ancara, após a derrota na Primeira Grande Guerra. No caso turco, a criação da nova capital também representava dois movimentos distintos e simultâneos: a volta às raízes nacionais asiáticas e a modernidade da separação de Estado e religião. Istambul era o ícone da islamização de Constantinopla.

Antes mesmo do governo Juscelino Kubitschek, o IBGE foi instado a realizar estudos para a localização da nova capital. A primeira expedição foi chefiada por Francis Ruellan. Geomorfólogo, Ruellan percorreu o Planalto Central goiano, área prevista historicamente para a localização da capital, estudando as condições regionais gerais e as possibilidades de estabelecer áreas de agricultura para abastecer a futura capital.

A segunda expedição, chefiada por Fábio de Macedo Soares Guimaraes foi assessorada por Leo Waibel, geógrafo alemão, da área humana e econômica, radicado nos Estados Unidos, fugido do nazis-

mo desde antes da Guerra. Waibel consagrou a descrição topográfica do planalto central, de grandes superfícies aplainadas contendo depressões suaves de montantes de rios, as *dales*, cuja presença de água levava à localização dos históricos centros urbanos do planalto.

O professor Waibel em sua estadia no Brasil orientou trabalhos de campo, dirigidos para temas específicos. Especialmente excursões e expedições voltadas ao estudo da colonização europeia no Sul do Brasil, e dos sistemas agrícolas estabelecidos no País.

O sentido das expedições

Descoberto o Brasil, os portugueses organizaram primeiro, expedições marítimas, como a de Martins Afonso de Souza, para balizar e fincar pé no litoral. Depois, vieram as penetrações terrestres, como as das *Entradas* e *Bandeiras*, para explorar e ocupar o imenso interior. Com o Brasil independente desde 1822, expedições de diversas naturezas, inclusive militares, estabeleceriam relações de poder entre os centros nacionais instalados no litoral e o interior. Como as de Rondon para instalar linhas telegráficas.

Nas primeiras décadas do século XX, formou-se a idéia do País composto de dois ambientes sociais. O da *litoralização*, onde se concentravam, nas grandes cidades, o comércio e a entrada de ideologias e costumes vindos do exterior; e o da *interiorização*, que se estabelecia com a instalação das fazendas e de pequenas cidades, e onde o estilo de vida tradicional era preservado. Para uns, o litoral era o emissor da modernização, o propulsor do progresso. As resistências do interior deviam ser necessariamente dissolvidas para o País se desenvolver plenamente. Para outros, os verdadeiros valores morais de brasilidade se encontravam no interior, os que davam um sentido próprio ao País. No litoral se encontravam as forças comerciais e financeiras que procuravam subjugar um país "essencialmente agrário".

Um litoral por entravam ideologias e costumes ameaçadores à ordem moral e social, e à identidade nacional.

A realidade da história vem mostrando erros maniqueístas nas duas posturas. O Brasil atual foi, e vai se compondo num processo contínuo de interpenetrações de forças, imanentes, do um interior territorialmente pleno, e transcendentais, vindas do exterior. Forças que dizem respeito a diferentes setores sociais, de elites e de camadas populares, e diferentemente distribuídas regionalmente.

A criação do antigo CNG e sua integração com o órgão estatístico pré-existente, o CNE, deu ensejo à formação do IBGE. O aparecimento desta instituição foi um marco da relação litoral/interior. Através das expedições, geodésicas, cartográficas, geográficas, assim como através das Agências de Estatística, o IBGE participou, até os anos 1960, deste movimento litoral/interior. Que começou a ser recoberto pela idéia do *Brasil Grande*, do golpe militar de 1964. As antigas expedições do IBGE como que reproduziram as ondas oficiais de modernização partidas do Rio de Janeiro. Expedições para conhecer e modernizar, como desconfiavam os fazendeiros que arrancavam fora os marcos geodésicos de suas propriedades.

A despeito destas resistências, o Brasil foi se tornando outro, multiplicando enclaves de modernidade, como Brasília, a *Novacap*, e criando extensões desenvolvidas. Hoje, a maior parte do País oferece condições para trabalhos de campo na forma de excursões. Expedições brasileiras, agora, se encontram na Antártida. Ou no Haiti.

General Djalma Polli Coelho: entre glórias e crises

Marco Aurélio Martins Santos*

Djalma Polli Coelho nasceu em Curitiba, a 17 de outubro de 1892, filho de José Manoel da Silva Coelho e Amália Polli Coelho. Na fase escolar, entrou para o Colégio Militar, no Rio de Janeiro, estabelecimento de ensino fundado pelo conselheiro Tomás Coelho (1837-1895), onde foi aluno destacado, chegando ao posto de comandante-aluno, em 1909.

Sua trajetória no Exército Brasileiro foi vertiginosa. Aos 18 anos, ingressou na antiga Escola de Guerra do Realengo, no então Distrito Federal, passando a aspirante, em 1914. Daí chegou a 2ª tenente em 1916, a 1ª tenente em 1920, capitão em 1926, major por merecimento em 1934, tenente-coronel também por merecimento em 1939, general-de-brigada em 1946 e general-de-divisão em 1952. Fez inúmeros cursos na Infantaria e na Cavalaria.

Por formação era engenheiro-geógrafo. Chefiou por bom tempo o Serviço Geográfico do Exército, de 1946 a 1951. Este órgão foi criado em 1890, inicialmente anexo ao Observatório Nacional, posteriormente transferido para o Ministério da Guerra. A partir de 1917, recebeu o nome de Serviço Geográfico Militar, voltando a ter a antiga denominação em 1932.

No ano de 1946, Polli criou o "Quadro de Topógrafos do Serviço Geográfico do Exército", assim como o Curso de Topografia para Oficiais das Armas na Escola Técnica do Exército, hoje Instituto Militar de Engenharia. O general era esperantista e admirador do positivismo.

* Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE, jornalista, Analista em Planejamento e Gestão de Informações Geográficas e Estatísticas no IBGE.

Polli Coelho entrou para o Conselho Nacional de Geografia, representando o Ministério da Guerra, em meados dos anos de 1940. Àquela altura, já tinha desempenhado vários cargos em sua carreira militar, destacando-se os de diretor da Escola de Geógrafos do Exército, sub-chefe da Comissão Demarcadora de Limites (Setor Sul), chefia interina do Departamento Técnico e de Produção do Exército. Mas foi em novembro de 1946 que ele recebeu uma missão muito especial: o então presidente da República, Eurico Gaspar Dutra (1883-1974), o nomeou chefe da Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital.

Esta comissão, a ser composta por técnicos de reconhecido cabedal, tinha a incumbência de realizar estudos no interior do Brasil para atender ao preceito constitucional que vinha se repetindo desde 1891, o de realizar a mudança da Capital Federal da República para o interior do Brasil.

Polli solicitou a ajuda do Conselho Nacional de Geografia e, por extensão, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para cumprir a missão. E vários dos geógrafos mais importantes do Brasil davam expediente exatamente lá. Organizaram-se duas expedições: uma comandada pelo geógrafo francês, consultor técnico do CNG, Francis Ruellan (1894-1975); outra, chefiada por Fábio de Macedo Soares Guimarães (1906-1979), com a assessoria técnica do geógrafo alemão Leo Waibel (1888-1951).

Embora a Comissão Cruls tenha ficado mais famosa, hoje se reconhece o valor da chefiada por Polli Coelho. Suas conclusões são tidas como absolutamente perfeitas, refletidas após observações *in loco* feitas no maior rigor e seriedade. Para que os melhores locais fossem apontados a fim de se erigisse a nova capital do Brasil, levaram em conta fatores como clima, geologia, solos para a agricultura, fontes de energia elétrica, suprimento de água, flora e fauna, vias de comunicação, enfim, todo um relatório de necessidades e de impacto sobre a



General Djalma
Polli Coelho
Acervo da Memória
Institucional do
IBGE



General Polli Coelho segurando
um enorme cristal na Região de
Veadeiros, no Planalto Central
Acervo do IBGE

região. O próprio general esteve percorrendo os caminhos do Planalto Central indicados pelas expedições que integravam a Comissão por ele chefiada.

Feitos os estudos e avaliações pelos técnicos das duas expedições, que percorreram milhares de quilômetros, a Comissão chefiada por Polli se reuniu em uma espécie de plenário para decidir que local seria o mais apropriado. Havia duas correntes: uma defendendo a melhor localização no Triângulo Mineiro e outra apontando a área histórica já percorrida por Cruls e seus técnicos no interior de Goiás. Cada técnico pôde se manifestar e após as discussões realizaram um pleito eleitoral entre os membros. Por sete votos a cinco, venceu a que defendia o Quadrilátero Cruls, no coração de Goiás. Isto em 7 de julho de 1948.

Mas Polli queria se cercar de todas as certezas possíveis. Desde o ano anterior ele tinha enviado ofício pedindo a opinião do Estado Maior do Exército, que lhe respondeu concordando com a indicação do Planalto de Goiás, conforme estava na Constituição, segundo tinha sido definido pela Expedição de Louis Cruls (1848-1908) como o melhor local.

Em 12 de agosto de 1948, o general Polli Coelho entregou o relatório final com a necessária justificativa, sugerindo áreas como as mais indicadas. De forma geral, a Comissão concordava com o definido no Quadrilátero Cruls, só indicando uma expansão dos 14 400 km² para mais ao norte, mais próximo da Bacia Amazônica, totalizando 77 250km².

No documento dirigido ao presidente Dutra, ele dizia:

Se o Congresso Nacional aprovar a resolução final que este relatório encaminha em primeiro lugar à alta consideração de Vossa Excelência, penso que a Nação brasileira poderá assistir, dentro de pouco tempo, ao início de transformações políticas e econômicas da mais alta significação. O interesse nacional reclama, porém, no modo de ver desta Comissão, que a mudan-

ça seja realizada com método e calma, iniciando-se a grande operação com a criação e a organização do Distrito Federal, o qual deverá ser colonizado, florestado, dotado de estradas de rodagem, de eletricidade etc., antes de ser iniciada a construção de qualquer grande cidade (COMISSÃO..., 1948, p. 6).

Depois de ter remetido o relatório ao presidente, este o enviou para o Congresso, pela Mensagem 293, de 21 de agosto de 1948. Lá, o tema ficou em discussão por cerca de cinco anos, sofrendo as pressões políticas dos deputados que militavam na tendência "mineira" e dos que defendiam a vertente "goiana". O presidente seguinte, Getúlio Vargas, só iria tratar do assunto no final de seu governo, justamente naquele momento conturbado que já faz parte da História.

Djalma Polli Coelho ficaria no comando do Serviço Geográfico do Exército até 1951, quando de lá saiu para assumir, no dia 2 de maio, a presidência do IBGE. Foi a primeira e única vez que um geógrafo chegou à presidência do órgão. Todavia, o período de sua administração não foi um bom momento para o Instituto.

Com o fim do governo Gaspar Dutra e a posse, em janeiro de 1951, de Getúlio Vargas, presidente eleito no pleito do ano anterior, *José Carlos de Macedo Soares* (1883-1968) resolveu deixar a presidência do IBGE, que ocupava desde sua fundação, em 1936. Polli se interessou em ocupar aquela cadeira da Casa de Teixeira de Freitas que iria vagar e começou a se articular para isso. Buscou o apoio de Adhemar de Barros (1901-1969), político paulista que estava deixando o cargo de governador de São Paulo, mas, como homem forte do Partido Social Progressista, da base do presidente eleito, tinha enorme influência. Embora Polli fosse um nome que não exatamente agradasse aos funcionários da Casa, acabou contando com a concordância de Teixeira de Freitas (1890-1956), que via com bons olhos a presença de um homem de Geografia na direção do IBGE.

O general tomou posse e seus primeiros atos despertaram desconfianças na Casa. Mas o pior estava por vir, como num clima de filme de suspense. Em fins de 1951, o jornal carioca *Correio da Manhã* divulgou uma nota solta acusando o IBGE de ser um "relógio de platina atrasado", pois era um aparelho caro que, contudo, falava de um tempo passado, visto que seus resultados mais recentes se referiam a anos bem anteriores. O presidente Polli se apressou em mandar uma resposta ao jornal. Ao invés de defender o Instituto, concordou que havia erros, mas se isentando deles, pois tinha recém-assumido. E mais: com todas as letras, reconhecia de público que as estatísticas ibegeanas eram "realmente atrasadas, caras e, pior que tudo isso, de duvidosa precisão." (COELHO, 1952, p. 3).

Tais palavras foram suficientes para detonar uma bomba de muitos megatons no Instituto. Teixeira de Freitas e Waldemar Lopes especialmente se incumbiram de demolir os argumentos do general presidente. Antigos e importantes técnicos da Casa pediram demissão em desagravo às atitudes de Coelho. Começou na imprensa uma batalha de artigos contra Polli, que tentava responder, mas não dava conta. Uma das manchetes dizia: "Teixeira de Freitas pulverizou Polli Coelho", esclarecendo com minúcias os argumentos do fundador do IBGE, defendendo a sua obra com a inteligência e a argúcia que lhes eram peculiares.

Por fim, o presidente Getúlio Vargas interveio e resolveu demitir o presidente do IBGE que ele nomeara. Polli saiu do Instituto pela porta dos fundos, sendo responsável pela maior crise da história da instituição, quase provocando a sua extinção. Ele retornou ao Exército, onde se recolheu, lambendo suas feridas, como chefe do Departamento Técnico e de Produção.¹

¹ Para mais detalhes sobre o que foi a chamada "Crise do IBGE", ver: SENRA, Nelson. *Histórias das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. v. 3: Estatísticas organizadas (c-936-c1972). Cap. 12-14.

Ali a morte o alcançou, em 18 de outubro de 1954, quando faleceu em sua residência, vítima de um fulminante ataque cardíaco. Talvez por conta de seu retiro e de mágoas não cicatrizadas, saiu no seu obituário em *O Globo* um detalhe que não passa despercebido: "a família dispensou as honras militares a que o general tinha direito" (GENERAL..., 1954, p. 8).

Polli Coelho foi um técnico respeitado, autor de uma obra consistente. Nela, destacam-se: *História da triangulação do Distrito Federal*, *Espigão mestre do Brasil e conceito geopolítico do Planalto Central* (que inclusive consta da Resolução nº 388, da Assembléia Geral do CNE, de 21 de julho de 1948), *O ponto mais oriental do Brasil e Geógrafos, cartógrafos e demarcadores*, esta última, curiosamente, foi lançada no período em que era presidente do IBGE, mas saiu pelo *Anuário do Serviço Geográfico*.



Francis Ruellan
Acervo da Memória Institucional do IBG

Francis Ruellan: um mestre geógrafo em campo

Marco Aurélio Martins Santos*

Francis Ruellan¹ veio ao mundo no dia 30 de setembro de 1894, na cidade de Rennes, capital da Bretanha, no noroeste da França. Seu pai, François, era um modesto funcionário da ferrovia; sua mãe, Marie, ajudava no orçamento domiciliar como costureira.

O menino Francis fez seus estudos, do básico à graduação, em sua cidade natal. Formou-se em História e Geografia pela Universidade de Rennes (que hoje está dividida em duas, com os departamentos de Ciências Sociais ficando na *Université Rennes 2 Haute Bretagne* – Universidade de Rennes 2 Alta Bretanha). Sua formação era bastante eclética. Além de estudar Geografia, frequentou, especialmente depois da guerra, aulas no curso de Economia na Faculdade de Direito, de Mineralogia e Geologia na Faculdade de Ciências e no Museu de História Natural.

Depois de formado, ele foi convocado, aos 21 anos, para lutar na Guerra Mundial contra a Alemanha e o império austro-húngaro. O soldado Francis Ruellan, que chegou à patente de tenente, esteve na frente de batalha até o fim da guerra, em novembro de 1918. Quando o cessar-fogo foi declarado, ele estava em Estrasburgo, capital da Alsácia, no extremo leste da França, próximo à fronteira com a Alemanha. Ali, ele conheceu Annette Scheer, com quem veio a se casar em

* Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE, jornalista, Analista em Planejamento e Gestão de Informações Geográficas e Estatísticas no IBGE.

¹ Para a elaboração deste perfil o autor contou com a valiosíssima ajuda do professor Alain Ruellan, filho de Francis Ruellan, que lhe cedeu diversas informações.

perfis

1921. Deste casamento, nasceriam os filhos Claude, em 1924; Alain, em 1931; e Jean, em 1932.

De volta à Bretanha natal, ele foi nomeado professor de Geografia e História na comuna de Quimper, no extremo ocidental francês, onde permaneceu por um ano (1923-1924), seguindo depois para Brest, cidade portuária próxima, onde lecionou durante um ano na Escola Naval (1924-1925).

Em 1925, Francis Ruellan foi para o Japão, para trabalhar na Casa Franco-Japonesa, na capital, Tóquio, seguindo posteriormente para Kyoto, onde fundou e foi o primeiro diretor do Instituto Franco-Japonês do Kansai. Este estabelecimento foi criado por Ruellan, em 1927, na colina de Kujoyama, no leste da cidade, com o objetivo de promover o intercâmbio entre Japão e França. Quando o geógrafo francês trabalhava em Tóquio, ele aproveitava para passar o verão em Kyoto, fazendo estudos e pesquisas no Monte Hiei, na parte nordeste da cidade. Um dia, ele teve a idéia de criar uma espécie de escola de verão, onde poderia ensinar o francês e também um pouco de Arte, História, Geografia, Filosofia, aspectos da cultura francesa, de modo geral. Sua proposta despertou o interesse de seus pares da Universidade Imperial (atual Universidade Nacional) de Kyoto e também da Universidade de Kansai. Restava só conseguir alguma entidade que financiasse a empreitada.

Por essa época, era embaixador francês no Japão o poeta e dramaturgo Paul Claudel (1868-1955), que demonstrou vivo interesse no projeto de Ruellan, prometendo empenhar-se para conseguir os recursos necessários. E o capital necessário veio de empresários industriais japoneses da cidade de Osaka, financiadores do novo instituto que, por conta de razões políticas, recebeu o nome de Instituto

Franco-Japonês do Kansai e não de Kyoto, embora esteja ali localizado. Kansai é uma região da ilha de Honshu, na área centro-sul, da qual fazem parte seis províncias, entre elas, Kyoto e Osaka.

À esta época, Francis Ruellan elaborava a sua tese de doutorado sobre a geomorfologia da região de Kansai. Por esta ocasião, ele também fez viagens até à China, Manchúria e Sibéria. Neste período, Ruellan contou com a inestimável ajuda do eminente geógrafo o professor Emmanuel de Martonne (1873-1955), que ele considerava como seu grande mestre.

Ruellan, sua esposa Annette e seu filho mais velho Claude, estiveram no Japão entre 1925 e 1931. Quando Annette estava grávida de seu segundo filho, Alain, eles retornaram à França, numa longa viagem de navio que quase fê-la perder o bebê. Francis Ruellan e família – Annette, Claude, Alain e o caçula Jean – permaneceram no país natal, morando nos arredores de Paris até 1934, quando ele precisou retornar ao Japão para concluir alguns trabalhos. Ele obteve os recursos necessários do governo francês e seguiu para o país do Sol Nascente naquele ano, somente acompanhado da esposa, deixando os três filhos com os avós maternos, em Estrasburgo. Após alguns meses, ele retornou à França, concluindo sua temporada no Oriente em 1934, empreendendo a volta ao continente europeu pelo trem Transiberiano.

Ruellan assumiu o cargo de diretor-adjunto de estudos em geografia na *École Pratique de Hautes Études*, em Paris, lecionando também em diversos outros estabelecimentos de ensino. Em 1940, publicou sua tese de doutoramento *Le Kansai: étude géomorphologique d'une region japonaise (O Kansai: estudos geomorfológicos de uma região japonesa)*. Esta tese é considerada por estudiosos como um importante avanço metodológico da geomorfologia moderna.

Francis Ruellan (de pé) e Alain Ruellan (sentado ao lado, no caminhão) na Expedição A
Acervo de Alain Ruellan



Com a eclosão da II Guerra Mundial, em 1º de setembro de 1939, Francis Ruellan foi convocado para o Exército, na patente de capitão, sendo designado para o Estado-Maior por seus conhecimentos internacionais, especificamente por ter vivido no Japão, um dos países integrantes do Eixo. Em fevereiro de 1940, ele foi nomeado adido militar das embaixadas francesas instaladas na América Central e no norte da América do Sul. Ele deixou a França em 19 de abril de 1940, por navio, em viagem que durou quase um ano, parando em New York (EUA), Porto Príncipe (Haiti), Santo Domingo (República Dominicana), Havana (Cuba), Panamá, Fort-de-France (Martinica), Caracas (Venezuela) até chegar no Rio de Janeiro (Brasil), onde aportaram em 11 de março de 1941, curiosamente em um navio japonês.

Em 23 de março daquele ano, Francis Ruellan deu baixa no Exército francês – pouco depois da França ter sido ocupada pela Alemanha nazista – todavia permanecendo à disposição do Ministério das Relações Exteriores da França. Foi nomeado professor de Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia - FNF, no então Distrito Federal (Rio de Janeiro). Ele ficaria neste cargo até 1956, formando toda uma geração de geógrafos e professores de Geografia.

Em 1941, quando entrou para o quadro docente da futura Universidade do Brasil, ele substituiu um outro grande mestre francês: Pierre Deffontaines (1894-1978), que fundara a cadeira de Geografia da Universidade de São Paulo, em 1935, e também lecionava no Rio de Janeiro (até 1939), quando resolveu retornar para a França. Ambos teriam – em momentos diferentes – significativa participação no Conselho Nacional de Geografia – CNG. Nesta época, já lecionavam Geografia na FNF dois eminentes geógrafos brasileiros: Victor Ribeiro Leuzinger (Geografia Física) e Josué de Castro (1908-1973)

(Geografia Humana). Um outro grande geógrafo francês, Pierre Monbeig (1908-1987), já ocupava a cátedra de Geografia Humana desde 1935, na Universidade de São Paulo.

Ainda neste ano, Francis Ruellan aceitou o cargo de consultor científico do Conselho Nacional de Geografia, criado em 1937, e que no ano seguinte juntou-se ao Conselho Nacional de Estatística, compondo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Foi Ruellan quem estabeleceu uma espécie de "ponte" entre os alunos do curso de Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia e o CNG. Ele levou vários de seus alunos para o principal órgão de Geografia da época, com a devida anuência do então secretário-geral do Conselho, Christovam Leite de Castro (1904-2002), e de Fábio de Macedo Soares Guimarães (1906-1979).

Esta era uma de suas características principais: unir, em vinculação estreita, o ensino teórico em sala de aula ao prático, no campo – especialmente – e no laboratório (para os geomorfológicos). Um defensor ardoroso do trabalho de campo, e também da fotogrametria, da qual ele foi um especialista. Como escreveu, em artigo para a *Revista Brasileira de Geografia*, "Só existe geografia de gabinete para o compilador. Para o pesquisador, serve apenas de complemento da investigação no campo que é a fonte viva de toda observação e interpretação nova" (RUELLAN, 1944, p. 44-45).

Sua sólida disciplina e seu extremo senso de organização o celebrizaram entre seus alunos. Cybelle de Ipanema, atual presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, e que foi aluna de Ruellan, além de partícipe de expedição comandada por ele, lembra que toda manhã ele acordava os técnicos em campo, dizendo "*en*

route! en route!"², o que despertou um comentário jocoso deles, que perguntavam: "mas quem é esta Dona Rute?"

No período em que ele esteve atuando no CNG, participou de muitas expedições que levaram geógrafos do IBGE para vários lugares do País. Sobre Ruellan, escreveu *Roberto Schmidt*, autor de excelente tese de doutorado sobre os tempos áureos da Geografia do IBGE:

Em função de sua posição de liderança num período onde o IBGE possuía um enorme prestígio perante o governo federal, seus projetos de excursões alcançavam qualquer parte do Brasil, sem limitações de ordem financeira ou logística, podendo contar com um grande número de participantes, alunos da universidade ou profissionais de pesquisa do IBGE (ALMEIDA, 2000, p. 126).

Há registros no IBGE dando conta que das principais excursões geográficas realizadas pelo IBGE, entre os anos de 1940 e 1950, 11 delas foram chefiadas por Francis Ruellan entre 1941 ("Baía da Guanabara e Serra do Mar") e 1951 ("Bacia do Rio São Francisco"). Entretanto, talvez a mais significativa entre todas tenha sido a que saiu do Rio de Janeiro, em 1947, com o intuito de selecionar áreas para a construção da nova capital do Brasil, atendendo ao preceito constitucional que vinha desde 1891 e se manteve nas Constituições de 1934 e 1946.

O então presidente Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) designou o general Djalma Polli Coelho (1892-1954) para chefiar uma comissão encarregada de efetuar estudo no Planalto Central, com vias de propor espaços que poderiam ser adequados para a instalação da nova Capital Federal do Brasil. Poli Coelho solicitou a participação do prestigiado Conselho Nacional de Geografia nesta comissão, que por sua

² "A caminho! A caminho!"

perfil

vez indicou dois eméritos geógrafos para chefiarem duas expedições que deveriam percorrer o Triângulo Mineiro e parte do Estado de Goiás para indicar as melhores áreas para a construção do novo Distrito Federal. Uma destas expedições foi comandada por Francis Ruellan e a outra, por Fábio de Macedo Soares Guimarães com a consultoria técnica do célebre geógrafo alemão Leo Waibel (1888-1951).

Ruellan partiu do Rio em 27 de junho de 1947, nas palavras de Alain Ruellan, filho do geógrafo e que participou, com 16 anos, da expedição, "com dezenas de pessoas, incluindo 40 cientistas, com o objetivo de fazer o estudo detalhado de oito pré-áreas selecionadas, mas também regiões entre as áreas, a fim de propor sítios específicos" (RUELLAN, 2005, p. 2, tradução nossa). Francis Ruellan, com sua equipe multidisciplinar, percorreram cerca de 18 000 km, investigando aspectos geomorfológicos climáticos topográficos da região, assim como relevo, vegetação, solos, potencial hídrico, tipo de ocupação humana. Retornaram em 1ª de setembro daquele ano, com o geógrafo entregando minucioso relatório sobre a expedição e inclusive sugerindo as melhores áreas. Uma delas, oito anos depois, a partir de outra excursão, foi a indicada para a construção de Brasília.

Em 1950, Francis Ruellan foi convidado para realizar um trabalho na Amazônia, onde esteve por várias vezes.

Entre 1946 e 1956, ele se dividiu entre a França e o Brasil, desenvolvendo inúmeros projetos tanto no âmbito acadêmico, nas universidades de Rennes (França), do Brasil e de São Paulo, quanto em trabalhos de campo em sucessivas excursões geográficas. Na sua França natal, ele criou, em Dinard, região costeira a 80 km de Rennes, um laboratório de geomorfologia litoral, organizando e incentivando cursos, estágios, programas de pesquisas nos quais contaram com a participação de inúmeros geógrafos brasileiros.

Em 1956, retorna de vez para a França, estabelecendo residência em La Richardais, próximo a Dinard. Aposentou-se em 1964, embora continuasse a ministrar palestras na Europa e nas Américas.

Em 03 de outubro de 1975 veio a falecer em sua residência, em La Richardais. Muito mais que a França, o mundo inteiro lamentou o passamento de um verdadeiro sábio, um educador apaixonado pelo trabalho prático em campo, alguém que devotou a vida à Geografia e à formação de mais de uma geração de geógrafos.

Annette Ruellan (ao centro) junto com outros membros da Expedição.
Acervo de Alain Ruellan



Fábio de Macedo Soares Guimarães: presença marcante em duas comissões

Marco Aurélio Martins Santos*

Fábio de Macedo Soares Guimarães nasceu no Rio de Janeiro, em 23 de abril de 1906, filho do jurista Celso Eprigio Guimarães e de Noemia de Macedo Soares Guimarães. Fez suas primeiras letras no Colégio Pitanga, no Rio de Janeiro. Posteriormente, ele iria se transferir para o Colégio Santo Ignácio, onde concluiu ginásio e científico.

Embora tenha vindo ao mundo em uma família de notáveis homens do Direito, ele veio a se formar como engenheiro-geógrafo e civil, em 1928, pela Escola Politécnica. Um ano depois de formado, foi trabalhar na prefeitura da capital do Espírito Santo, onde permaneceu até 1933.

Retornou então ao Distrito Federal, onde conseguiu emprego como estatístico-cartógrafo no Serviço de Estatísticas da Produção do Ministério da Agricultura. Em 1936, já casado com Marina Ribeiro Corimbaba Guimarães, resolveu sem prejuízo do seu trabalho no Ministério da Agricultura, cursar Geografia e História na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, onde tirou licenciatura em 1940. Antes, em 1937, ele tinha se transferido para o Instituto Nacional de Estatística, integrando o grupo pioneiro formado por especialistas convidados a colaborar com a política governamental envolvida, naquele momento, em unificar o serviço estatístico federal naquele órgão.

* Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE, jornalista, Analista em Planejamento e Gestão de Informações Geográficas e Estatísticas no IBGE.

Ali, naquele mesmo ano, Macedo Soares Guimarães foi um dos fundadores do Conselho Nacional de Geografia - CNG, que seria incorporado, em 1938, pelo Conselho Nacional de Estatística - CNE, formando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. No novo órgão, alcançou elevados postos, chegando inclusive a secretário-geral do CNG em duas oportunidades.

Ao tempo em que era chefe da Seção de Estudos, do CNG, realizou, a partir de 1941, os primeiros estudos sobre a divisão regional do Brasil, agrupando os estados brasileiros em Grandes Regiões, referência para estudos e análises das características físico-sócio-econômicas do Brasil. Esta partição proposta por ele foi apresentada ao CNG, sendo bastante elogiada por não desmembrar as unidades políticas e por ajustar aspectos naturais como clima, vegetação e relevo, além designar as Grandes Regiões, facilitando a atuação da administração pública e do Estado como um todo. Estas partições, segundo Fábio, não deveriam ser escolhidas aleatoriamente, mas obedecendo "à disposição determinada pela natureza, de modo a que cada uma delas apresente uma unidade de conjunto, resultante da correlação entre os diversos fatos que nela se observem" (GUIMARÃES, 1941, p. 318).

Isto influenciou a própria divulgação de pesquisas do IBGE, que passaria a tabular seus resultados segundo a distribuição dos estados por suas respectivas regiões, tornando mais ágil a divulgação de dados agregados (estatísticas) sobre o País, proporcionando uma melhor ação do governo em termos de planejamento espacial.

A este tempo, ele já era considerado como um dos mais completos geógrafos de sua geração e sua proposta de divisão regional tornou-se oficial no País, pela Circular nº 1, de 31 de janeiro de 1942, da presidência da República.

Outro trabalho de suma importância realizado por Fábio de Macedo Soares Guimarães foi o referente ao cálculo do centro do Brasil, que, ao contrário do que se pensava anteriormente, não se localiza no Estado de Goiás, mas no nordeste de Mato Grosso.

Em 1945, ele chefiava a Divisão de Geografia do CNG e teve seu nome incluído na Comissão que seguiu para os Estados Unidos, visando ao curso de aperfeiçoamento profissional. Deste grupo, fazia parte os geógrafos Orlando Valverde (1917-2006), Lúcio de Castro Soares (1909-1986), Lindalvo Bezerra dos Santos e José Veríssimo da Costa Pereira (1904-1955). Lá, na Universidade de Wisconsin, estudaram matérias que foram de extrema utilidade no planejamento regional, especialidade de Fábio de Macedo Soares Guimarães. Tornaram-se alunos de Leo Waibel (1888-1951), um dos grandes geógrafos do mundo, que viria posteriormente ao Brasil a convite do CNG, vindo a trabalhar com Fábio na comissão de estudos para delimitar o local onde deveria se localizar o futuro Distrito Federal, no Planalto Central, atendendo ao dispositivo da Constituição de 1946.

A atuação de Fábio de Macedo Soares Guimarães foi marcante nos estudos encomendados para a definição do local onde deveria ser erigida a nova capital do País, atendendo a uma antiga determinação constitucional de 1891 e repetida na Constituição de 1946. Por esta recomendação, haveria de ser escolhido um local no Planalto Central onde se localizaria o novo Distrito Federal. Com a vinda ao Brasil do geógrafo alemão radicado nos Estados Unidos Leo Waibel, contratado como consultor do CNG, traz novas luzes para a Geografia no Brasil, em particular a Agrária. Em 1947, foram criadas duas expedições para a parte central do País, com o intuito de indicar sítios apropriados para a instalação da nova capital: a primeira sob orientação do grande geógrafo francês *Francis Ruellan* (1894-1975); a segunda, sob a

Fábio Guimarães no Planalto Central
Acervo de Fábio Celso de Macedo
Soares Guimarães



perfil

responsabilidade de Fábio de Macedo Soares Guimarães, orientada cientificamente por Weibel.

Tais expedições caracterizam claramente o "saber" e o "poder" dentro das relações com o órgão de estatística e geografia do Brasil. Conforme escreveu Fábio de Macedo Soares Guimarães: "a escolha da capital de um país é indiscutivelmente um problema político, mas os fundamentos são essencialmente geográficos. É perfeitamente correto denominá-lo um problema geopolítico. O político aponta os objetivos que se têm em vista, o geógrafo lhe fornece os elementos em que ele se fundamentará para atingir tais objetivos" (GUIMARÃES, 1949, p. 496).

De 1952 a 1954, ele esteve cedido à Escola Superior de Guerra, quando retornou ao IBGE para ser o primeiro secretário-geral saído dos quadros do CNG. Ele voltaria a ocupar este cargo no ano de 1961.

E como secretário do CNG ele faria parte, entre 1953 e 1955, da Comissão para Localização da Nova Capital Federal, primeiramente chefiada pelo general Aginaldo Caiado de Castro (1899-1963), posteriormente comandada pelo marechal José Pessoa Cavalcanti Albuquerque (1885-1959). Era a terceira oportunidade para se fazer cumprir o antigo preceito constitucional que vinha desde 1891. E Fábio foi a única pessoa que participou de duas comissões com o fim de delimitar o espaço onde deveria ser erigido o novo Distrito Federal: em 1947-1948 e 1953-1955.

Na Comissão José Pessoa, que se reunia na sede da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, Fábio representava o IBGE, e o próprio CNG. Ali, eles dariam o necessário prosseguimento aos trabalhos, examinando o que se tinha

feito ao tempo de Louis Cruls (1848-1908) e da Comissão chefiada pelo general Djalma Polli Coelho (1892-1954). Já estava decidido que a nova capital seria localizada no Planalto Central do País, no "Planalto da Unidade Nacional" (ALBUQUERQUE, 1955, p. V), como dizia o general Polli.

A Comissão José Pessoa definiu cinco sítios, denominados por cores (Verde, Azul, Vermelho, Amarelo e Castanho), sendo quatro deles inteiramente localizados no Estado de Goiás e um incluindo um pedaço de terras ao noroeste de Minas Gerais (o Sítio Vermelho). Por decisão unânime da Comissão, o sítio escolhido foi o Castanho.

Dessa comissão, além do marechal Pessoa e Fábio de Macedo Soares Guimarães, participaram 14 outros técnicos, a maior parte engenheiros. E ainda contaram com a colaboração técnica de 16 outros especialistas, incluindo o cartógrafo do IBGE Allyrio Hugueneq de Mattos (1890-1975).

Como já tinha participado de uma expedição ao Planalto para a mesma finalidade, a atuação presente de Fábio na Comissão José Pessoa foi de extrema valia. Sua competência como geógrafo, sua especialidade em regionalização foi capital para a boa consecução dos trabalhos técnicos daquela Comissão.

No ano de 1950, Fábio de Macedo Soares Guimarães publicou no *Boletim Geográfico* uma série de artigos antes reunidos no "Parecer sobre o aspecto geográfico da questão de limites Minas Gerais - Espírito Santo", onde tratou do conceito de serra e seus desdobramentos com o intuito de apresentar a visão estritamente geográfica a respeito da questão envolvendo os limites entre os dois estados. Ele deixa claro que era sua visão pessoal, mas é possível perceber



Fábio de Macedo Soares Guimarães

tratar-se de obra de fôlego, muito bem fundamentada na literatura acadêmica e com reflexões significativas.

Além de preocupar-se em estudar e entender a questão territorial brasileira, Fábio de Macedo Soares Guimarães também se cuidava de reverenciar seus pares, como o fez, por exemplo, em conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 28 de junho de 1955, homenageando o centenário de nascimento do baiano Teodoro Sampaio, a quem alcunhou de geógrafo (*avant la lettre*, naturalmente).

Fábio esteve no exterior em diversas ocasiões, participando como convidado ou como representante do Brasil em eventos internacionais. Um deles, por exemplo, foi a V Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia, realizada em Quito, no Equador, em 1959, onde ele presidiu a Comissão de Geografia. Além dele, estavam presentes na delegação brasileira Orlando Valverde e Carlos Delgado de Carvalho (1884-1990).

Além de geógrafo de grande renome, ele também se distinguiu como professor, lecionando Geografia do Brasil na Pontifícia

Universidade Católica – PUC, de 1943 a 1979, chegando, inclusive a dirigir o Departamento de Geografia desta Universidade. Do IBGE, aposentou-se em 1968, dedicando-se exclusivamente ao magistério até falecer em 4 de janeiro de 1979, deixando além de sua viúva, dois filhos: o economista Fabio Celso e o diplomata Luis Felipe. Foi também professor de Geografia do Instituto Rio Branco, que forma diplomatas para o Itamaraty.

Macedo Soares Guimarães escreveu vasta e importante obra científica, sendo publicado em diversos órgãos acadêmicos. Vale a pena destacar: *Divisão regional do Brasil, O Planalto Central e o problema da mudança da capital do Brasil, Distinção entre serra e divisor de águas*, entre muitos.

Em 2006, o IBGE, por intermédio do seu Centro de Documentação e Disseminação de Informações, promoveu um seminário comemorativo pelo seu centenário de nascimento, evento que contou com o apoio do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e do Departamento de Geografia da Pontifícia Universitária Católica – PUC.

Leo Waibel: uma referência entre mestres

Marco Aurélio Martins Santos*

O geógrafo Leo Henrich Waibel nasceu em 22 de fevereiro de 1888, na cidade alemã de Kützbrunn, na região norte do Estado da Baviera. Seu pai, Ludwig Waibel, era professor, e sua mãe, Theresa Waibel, dedicada às prendas do lar.

Em 1894, entrou para a escola primária em sua cidade natal, concluindo ali o curso fundamental, em 1899. Por esta época, sua família mudou-se para Heidelberg, onde o jovem Leo cursou o secundário entre 1900 e 1907. Com 19 anos começou seus estudos universitários, graduando-se em Geografia e Ciências Naturais nas universidades de Heidelberg e de Berlim – onde esteve por algum tempo, retornando depois à cidade em que morava para concluir sua graduação.

Seu interesse inicial tinha se focado nas ciências biológicas. Entretanto, após ter assistido palestras do eminente professor Alfred Hettner (1859-1941) ele mudaria de ideia. Hettner é considerado um dos fundadores da Geografia Moderna, inclusive tendo influenciado geógrafos russos. Waibel tornou-se discípulo de Hettner e voltou-se para a Geografia, especializando-se na Biogeografia, chegando inclusive a publicar trabalhos no campo da Zoogeografia e Fitogeografia. Particularmente esta última seria o seu grande interesse por toda a vida. Mas Waibel também desenvolveu pesquisas na Geografia Humana, também por estímulo de seu mestre.

* Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE, jornalista, Analista em Planejamento e Gestão de Informações Geográficas e Estatísticas no IBGE.

perfil

Em 1911, quando contava com 23 anos, Leo Waibel defendeu tese de doutoramento na Universidade de Heidelberg, sobre zoogeografia na África tropical. Após isso, ele conseguiu emprego como assistente do professor Franz T. Thorbecke (1875-1945) e o acompanhou numa expedição científica à República de Camarões, na África Ocidental, patrocinada pelo Deutsche Kolonialgesellschaft (Sociedade Colonial Alemã), onde ficou por dois anos. Esta viagem ampliou sobremaneira seus conhecimentos. Em seu relatório, ele destacava a ocupação humana naquele espaço, em que se contrastavam florestas e pastagens. Ele registrou em suas observações que lá fizeram uma "investigação antropogeográfica fisiológica da adaptação do Homem ao meio ambiente" (BROEK, 1952, p. 287, tradução do autor), que seria de extrema valia posteriormente em sua carreira.

Em 1914, Waibel foi para a Namíbia, possessão alemã no sudoeste africano, integrando a expedição chefiada por Fritz Jaeger (1881-1966), geógrafo alemão que passou boa parte de sua vida estudando o Continente Africano. Lá, os cientistas foram surpreendidos pela eclosão da I Grande Guerra, sendo obrigados a interromperem os trabalhos de campo para se engajarem como guardas territoriais da colônia. Posteriormente, Waibel foi preso pelo exército inglês, mas conseguiu permissão para voltar às pesquisas e, com isso, se embrenhou pelo Território Namíbio. Pelos cinco anos seguintes à sua chegada à África, ele ampliou ainda mais seu vasto conhecimento científico adquirido naquele continente.

Como fruto de seus anos de pesquisas em terras d'África, publicou trabalhos importantes como *Contribuição para a geografia do sudoeste africano*, com Jaeger, e *Da mata virgem ao deserto*, este sozinho, obra que alcançou enorme sucesso junto à comunidade acadêmica, por descrever com maestria e cuidadosa metodologia o modo

de vida da África Meridional, com contribuições científicas extremamente valiosas. Ele ainda publicaria outros trabalhos analisando a vegetação, clima e morfologia do sudoeste africano.

Em 1920, iniciou sua carreira universitária no magistério, vinculando-se como professor adjunto e assistente do Prof. Thorbecke, na Universidade de Colonia, e posteriormente do Prof. Albrecht Penck (1859-1945), na Universidade de Berlim. Em 1923, foi convidado para assumir cátedra e dirigir o departamento de Geografia da Universidade de Kiel (Christian Albrechts Universitat zu Kiel), onde permaneceu de 1923 a 1930. Neste cargo, desenvolveu interesse pela Geografia Econômica, particularmente na Geografia Agrícola, especialidade onde se destacaria internacionalmente. Enquanto lecionava naquela universidade, esteve no México e no sudoeste dos Estados Unidos, entre 1925 e 1926, em viagem de estudos, que gerou, inclusive trabalhos científicos bastante significativos, como *A Sierra Madre de Chiapas*, tido como modelar na interpretação geográfica de uma região com base em trabalho de campo.

Ainda em Kiel, recebeu o convite para suceder Alfred Philippson (1864-1953) na cadeira de Geografia da Universität Bonn (Universidade de Bonn), onde atuou entre 1929 e 1937.

Em 1933, ele publicou um livro contendo cinco ensaios sobre geografia agrícola que se revelou como uma esplêndida contribuição para os fundamentos teóricos da ciência.

Desde aquele ano, a Alemanha estava sob o comando do partido nazista e com o passar dos anos as restrições impostas às universidades acabaram por desagradá-lo. Sob marcação cerrada do governo hitlerista, foi obrigado a se aposentar em 1º de novembro de 1937 e proibido de lecionar. E para complicar ainda mais a situação, ele era casado com uma mulher judia. Ainda assim, ele conseguiu desenvolver alguns estudos voltados para a Geografia Agrária da América Tropical.

Quando teve a chance, partiu para a América Central (em 1938) e em seguida, em 1939, transferiu-se para os Estados Unidos, onde lecionou na Universidade John Hopkins, a convite de Isaiah Bowman, e atuou intensivamente na American Geographical Society, onde encontrou fraterna acolhida da comunidade acadêmica. Entre 1941 e 1946, ele lecionou na Universidade de Wisconsin, onde teve três geógrafos brasileiros como alunos. O primeiro deles foi Jorge Zarur, eminente geógrafo pioneiro do Conselho Nacional de Geografia – CNG, e do próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Ele foi a Wisconsin pós-graduar-se em Geografia Regional, em 1943, e teve em Waibel um mestre referencial. Em 1945, foi a vez de outros dois pioneiros do CNG e do IBGE irem a Wisconsin ter aulas com Weibel: Fabio de Macedo Soares Guimarães e Orlando Valverde. Eles convidaram o mestre para vir ao Brasil, como consultor do CNG, convite prontamente aceito, embora estivesse com alguns problemas de saúde.

Com o fim da guerra, Leo Waibel recebeu convites de universidades de seu país, especialmente de Heidelberg, onde ocuparia a cátedra de seu *mui* querido mestre Alfred Hettner. Todavia, ele – que tinha se naturalizado cidadão norte-americano desde 21 de maio de 1945, recusou todos os convites, preferindo vir para o Brasil, como consultor técnico, com tempo integral para se dedicar às pesquisas, fato este que lhe dava muito prazer. Além disso, ele tinha tomado gosto pela aventura, desde seus tempos de jovem desbravador do Continente Africano.

No Brasil, fez sua primeira viagem para o centro do País, viagem esta que rendeu o artigo "Vegetação e uso da terra no Planalto Central", publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, em jul./set. de 1948. Para muitos especialistas, esta é uma obra seminal, "entre os melhores trabalhos que se produziram sobre região brasileira", conforme escreveu Nilo Bernardes (1952, p. 199-200).

Em 1947, fez parte da Missão Polli Coelho, como orientador científico da expedição que tinha como meta encontrar o local mais apropriado para que fosse implantada a nova capital do Brasil, atendendo a um preceito constitucional que vinha desde 1891.

Ele participou da chamada "Segunda Expedição", chefiada por seu ex-aluno Fábio de Macedo Soares Guimarães, onde Waibel era o principal consultor científico. Esta expedição tinha o fito de fazer estudos regionais em si e em relação ao Território Nacional como um todo. Este agrupamento de técnicos saiu do Rio de Janeiro em 04 de julho de 1947, retornando em 22 de setembro, perfazendo 80 dias em atividade de campo, percorrendo 10 300 km em pleno coração do Brasil.

Após a conclusão deste trabalho, Leo Waibel se dedicou a ajudar a formar no campo uma nova geração de geógrafos brasileiros. Também se aplicou em estudar a colonização do País. Em suas palavras: "O nosso modo de encarar a colonização é espacial: onde há ainda terra disponível para expansão do povoamento? De que espécie é a terra? Quanta gente sustentaria ela? Qual será a maneira de usar a terra?" (BERNARDES, 1952, p. 200).

Waibel fez várias viagens pelo Brasil, especialmente para o sul, excursões estas que geraram artigos publicados na *Revista Brasileira de Geografia* e no *Boletim Geográfico*. Alguns tiveram repercussão no exterior, sendo republicados em publicações estrangeiras, como a *Geographical Review*.

Em setembro de 1950, ele retornou aos Estados Unidos para ocupar a cátedra de Geografia na Universidade de Minesotta e também atuar na União Geográfica Internacional. No ano seguinte, retornou à Alemanha natal, já com a saúde bastante abalada. Foi recebido

carinhosamente por antigos alunos e amigos diletos. Poucas semanas após seu retorno, "a mais indesejada das visitas", na forma de um ataque cardíaco, o surpreendeu no dia 4 de setembro de 1951, na cidade de Heidelberg onde sua vida acadêmica começara. Partia do mundo dos vivos deixando vasta e imprescindível obra.

Referências destes perfis

- ALBUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti de. *Relatório Final da Comissão de Localização da Nova Capital*. Rio de Janeiro, 1955. 181 p. Mimeografado.
- ALMEIDA, Roberto Schmidt. *A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998*. 2000. 712 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- BERNARDES, Nilo. Leo Waibel. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 2, p. 199-200, abr./jun. 1952.
- BOEK, Jan. O. M. Leo Heinrich Waibel: an appreciation. *Geographical Review*, New York: American Geographical Society, v. 42, n. 2, p. 287-292, abr. 1952.
- COELHO, Djalma Polli. *A questão do Conselho Nacional de Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, jan. 1952. 44 p.
- COMISSÃO DE ESTUDOS PARA A LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL. *Relatório técnico*: contendo a justificação da resolução final tomada pela comissão, quanto à localização do novo Distrito Federal. Rio de Janeiro, 1948. pt.1 v. 1,
- GENERAL Polli Coelho. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 8. 19 out. 1954.
- GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. Divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 2, p. 318-373, abr./jun. 1941.
- _____. O Planalto Central e o problema da mudança da capital do País. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 11, n.4, p. 471-542, out./dez. 1949.
- RUELLAN, Alain. *Le choix du site de Brasília: rôle des expéditions géographiques de juin - septembre 1947*. Montpellier, 2005. Disponível em : <<http://pagesperso-orange.fr/alain.ruellan/MyWebsite/page6/page2/page2.html>>. Acesso em: fev. 2010.
- RUELLAN, Francis. O trabalho de campo nas pesquisas originais de geografia regional. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, n. 1, p. 35-45, jan./mar. 1944.



Leo Waibel
Acervo do IBGE

Leo Waibel

Brasília, codinome Vera Cruz: a comissão engenheira que fundou as bases da construção da nova capital

*Luiz Henrique G. Castiglione**

Palácio da Alvorada em construção
Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal



A história de Brasília parece reafirmar a percepção de que é a emoção que põe os homens em movimento. A razão os equilibra, dá certa coerência ao movimento. A força motriz, entretanto, parece mesmo produzida pela emoção, pelos idealismos, pelas paixões, pelo amor e o entusiasmo que a emoção instila. Os relatos sobre a construção de Brasília com frequência se referem à doação de corpo e alma daqueles que dela participaram. As doações de corpo e alma, entretanto, não se restringiram à construção. Aliás, a construção encerra e corporifica um trabalho que começa muito tempo antes, mas que, no entanto, não deixa palácios que parecem flutuar sobre as águas e, por isso, mais facilmente são esquecidos e tornados pouco importantes. O texto que se apresenta a seguir trata dos trabalhos da Comissão de Localização da Nova Capital Federal – CLNCF, instituída em junho de 1953. Nos documentos que se consegue recuperar das atividades desta Comissão, não faltam evidências de um trabalho apaixonado. Um trabalho orientado não apenas à busca de um local, um sítio para a nova Capital, mas também à produção mais abrangente possível dos estudos básicos de engenharia que deveriam anteceder os anteprojetos e projetos que orientariam a construção. Definitivamente, esta não foi uma Comissão diletante. A paixão pela causa que a movia, a transferência da Capital para o Planalto Central, jamais a deixou perder de vista o objetivo de promover os estudos básicos necessários à materialização consequente do sonho. Esta é sua marca principal, e talvez a razão do pouco reconhecimento histórico da importância de seu trabalho. Afinal, em face do justo deslumbramento que a arquitetura de Brasília provoca em quem a contempla, quem iria se interessar pelos estudos básicos de engenharia que suportaram tão belo empreendimento?

A rigor, esta é mais uma comissão de estudos de engenharia e urbanismo do que uma expedição geográfica. Há expedições no sentido tradicional, como houve nas missões anteriores de Luiz Cruls e de Polli Coelho; no entanto, os estudos aqui empreendidos para a escolha do local tiveram mais suporte nos métodos ditos indiretos, aerofotogrametria, do que nos métodos diretos de exploração de campo. Os trabalhos partem da definição, por lei, de um retângulo no Planalto Central. Neste quadrilátero os estudos deveriam identificar, de acordo com critérios preestabelecidos, cinco locais, cinco sítios, na terminologia usada pela lei, com potencial para localização do núcleo urbano da futura cidade. Definido o sítio, os objetivos da Comissão deveriam se voltar para a definição da área do distrito que envolve o núcleo urbano, que neste caso é o Distrito Federal.

* Engenheiro Cartógrafo, Doutor em Ciência da Informação, Professor no Departamento de Engenharia Cartográfica, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

Consequentemente, num primeiro momento, resultariam do trabalho da Comissão a definição do melhor local para a construção da cidade e a delimitação de seu distrito. Aprovados sítio e delimitação do distrito, os trabalhos da Comissão deveriam se voltar para os estudos das condições à construção e transferência da Capital Federal para esta nova cidade. Simples assim. Com base numa descrição assim sintética, parece até que Brasília surgiu de um nada, como por vezes dizem as versões da história.

O objetivo deste texto é descrever a essência dos trabalhos promovidos de 1953 a 1956, por conta da atuação de uma Comissão do Governo Federal que, trabalhando quase apenas por amor à ideia da interiorização da Capital Federal, lançou as bases que viabilizaram a construção da cidade em prazo recorde. Como se intentou aqui evidenciar, é mítica a ideia de que a cidade se fez quase de um nada. Não fossem as paixões que engendraram a gênese de codinome Vera Cruz, a revelação à luz da bela Brasília teria se dado em outro momento, e, provavelmente, em outras condições.

Contextualização inicial

O marco inicial é o fim da longa hibernação da questão da Capital Federal no Congresso e a promulgação da Lei nº 1.803, de janeiro de 1953. A promulgação interrompeu um longo descaso com a Mensagem nº 293, de agosto de 1948, enviada ao Congresso pelo Presidente Dutra, como decorrência dos trabalhos da Comissão Polli Coelho (KUBITSCHKE, 1975, p. 25), que tratou da questão da seleção de locais adequados à nova Capital. O projeto de lei original era de pouco mais

de quatro anos antes e decorria do Relatório Geral da Comissão Polli Coelho, que havia, em linhas gerais, mantido o chamado retângulo de Cruls, como a área proposta para o futuro Distrito Federal (SILVEIRA, 1957, p. 267-268). É deste ano de 1948, também, a Resolução nº 388, da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística - CNE, que considerava segundo Silveira (1957, p. 267) que "a construção da nova Capital do Brasil é poderoso instrumento de que dispõe a Nação para provocar a mudança de rumos que a vida nacional reclama."

Duas outras questões amplas podem, talvez, sinalizar as razões desta longa hibernação de 1948 a 1953: a primeira, relativa a pouca prioridade desta imediata questão, em face da observação de Boris Fausto (2004, p. 404) de que "as manobras para a sucessão presidencial começaram antes de Dutra completar a metade de seu mandato. Getúlio aparecia como um polo de atração." A segunda questão ampla parece se ater à pouca, ou nenhuma, crença que Getúlio destinava à transferência da Capital. Ronaldo Costa Couto, em seu livro *Brasília Kubitschek de Oliveira*, transcreve história do jurista Vicente Rao que, tratando da questão mudança da Capital com Getúlio, havia dito ao presidente que alguém poderia, depois dele, efetivar a mudança. Getúlio teria respondido simplesmente: "[...] só se for um maluco!" (COUTO, 2006, p. 9).

Sejam quais forem as razões, a Lei nº 1.803, de janeiro de 1953, é promulgada e, logo na sequência, para operacionalizar sua execução, são postos em vigor o Decreto nº 32.976, de junho de 1953, que cria a Comissão de Localização da Nova Capital Federal - CLNCF e define sua composição e sua competência; e, o Decreto nº 33.769, de setembro de 1953, que complementa o anterior e define a constituição dos órgãos deliberativo e executivo da CLNCF, como Diretoria Técnica e Secretaria Administrativa.

A rigor, a lei guarda certa dissonância com a realidade da época, na medida em que estabelece objetivos e prazos que são de difícil conciliação. Define que os estudos deverão considerar as questões referentes a: clima e salubridade favoráveis, facilidade de abastecimento de água e energia elétrica, facilidade de acesso às vias de transportes terrestres e aéreos, topografia adequada, solo favorável às edificações e existência de materiais de construção, proximidade de terras para cultura e paisagem atraente. Por métodos convencionais à época, ou seja, por levantamentos diretos no campo, seria necessária a mobilização de um enorme contingente de técnicos para execução do previsto. Não se teve acesso a registros que evidenciassem a razão do prazo de três anos. Em face da cultura política brasileira, não parece absurdo especular que este prazo foi concebido para que os estudos se concluíssem quando do término do mandato presidencial àquele tempo em vigor, janeiro de 1956, quando se encerraria o governo Getúlio Vargas. Outra opção é que se pensou, mesmo, em usar métodos indiretos - aerofotogrametria - para os levantamentos que instruiriam a definição dos cinco sítios.

Seja como for, o fato é que a Lei nº 1.803 avança bastante numa questão importante. Ela confina os estudos a uma área aproximada de 52 000 km², chamada de Retângulo do Congresso. (KUBITSCHKE, 1975, p. 25). Trata-se de um quadrilátero geodésico, definido por duas seções de meridianos (46º 30' e 49º 30' Oeste de Greenwich) e duas seções de paralelos (15º 30' e 17º Sul).

Em termos metodológicos amplos, o estudo deveria abranger toda a área do Retângulo do Congresso, enfocando cada um dos condicionantes definidos pela lei - clima e salubridade, topografia, etc. Depois, analisando espacialmente a articulação destes fatores no

território do Retângulo, o estudo deveria selecionar os cinco sítios que apresentassem a melhor solução de compromisso entre os condicionantes. A escolha do local, em que se situaria a futura cidade, sairia da avaliação dos cinco sítios e da definição de qual sítio melhor se adequaria ao estabelecimento da Capital Federal.

Vale destacar duas questões complexas que se associam ao processo: a primeira é de que haveria subjetividade na consideração da importância relativa de cada fator. Ordenar os sítios segundo uma série de adequabilidade poderia não ser fácil; a segunda é de que haveria questões de sigilo sérias envolvidas no processo, uma vez que a definição do sítio poderia ensejar uma corrida especulativa à compra das terras da região, dificultando, encarecendo e até colocando sob o risco de impasses jurídicos o processo de desapropriação necessário à construção da cidade. No caso do processo que aqui se reporta, para preservar o sigilo do posicionamento de cada sítio no território estudado, eles foram identificados apenas por cores. O sítio afinal escolhido, por exemplo, foi o chamado Sítio Castanho¹.

O início dos trabalhos da CLNCF sob a presidência do general Aginaldo Caiado de Castro

A análise de um processo de longa duração que transcorreu de forma adequada, quando feita *a posteriori*, muitas vezes esmaece a percepção de um importante ponto de inflexão, situado em deter-

¹ Cada um dos cinco sítios era identificado por uma cor. Eles eram sítios vermelho, amarelo, azul, verde e marrom, ou, na palavra que se usava à época para esta cor, castanho. Em Portugal, esta cor continua sendo identificada até hoje pela palavra castanho, que, afinal, parece ser mais empática do que a palavra marrom. Mesmo no Brasil, coisas podem ser *marrom*, mas olhos e cabelos, neste mesmo tom, são *castanhos*.

minada altura do processo, que poderia, na hipótese de uma decisão equivocada, ter comprometido todo o desenvolvimento futuro e mesmo a viabilização do resultado final. A decisão de Caiado de Castro de contratar estudos para a análise dos sítios potenciais para a localização da nova Capital, com uso da fotointerpretação de fotografias aéreas, parece ser um desses casos. Não foram encontradas evidências textuais que manifestassem as razões do presidente da CLNCF, no tempo de Getúlio Vargas, para a tomada desta decisão. No entanto, parece bastante razoável considerar que se os estudos tivessem se desenvolvido por métodos convencionais, por meio de estudos diretos no campo, e não indiretamente, através de aerofotografias, os dados básicos necessários ao lançamento da construção de Brasília, no início do governo de Juscelino Kubitschek, a tempo de terminá-la antes do final de seu mandato, não estariam prontos. A questão das razões pelas quais Caiado de Castro se decidiu pelo uso de um método não convencional, inovador para a época, pode seguir como objeto de pesquisa.

Se o governo Getúlio Vargas orientava-se pela aparente pouca crença de seu líder na mudança da capital, tudo leva a crer que o general Caiado de Castro, chefe do Gabinete Militar e um dos mais próximos e fiéis colaboradores do presidente, tenha atuado de forma pragmática na condução da CLNCF. Ele precisava não deixar dúvidas de que a Comissão operava, ainda que, em termos de equipe, ela parecesse reduzida a seu presidente. Se foram pressões políticas que levaram à sanção da Lei nº 1.803 por Getúlio, não havia mesmo porque criar mais uma zona de atrito político com sua não implementação. Neste contexto, parece ainda importante considerar que os anos de 1953 e 1954 não foram fáceis para o governo de Getúlio Vargas. O ano de 1953, primeiro de vigência da nova lei, é um ano marcado por uma série de greves importantes, dentre elas a greve geral de março em São



Getúlio Vargas com o general Caiado de Castro e Juscelino Kubitschek

Acervo da Fundação Getúlio Vargas – FGV/CPDOC

O presidente Eurico Dutra no IBGE, entre Macedo Soares e Teixeira de Freitas
Acervo da Memória Institucional do IBGE



Imagem de aerofotogrametria com
a respectiva análise
Acervo do IBGE

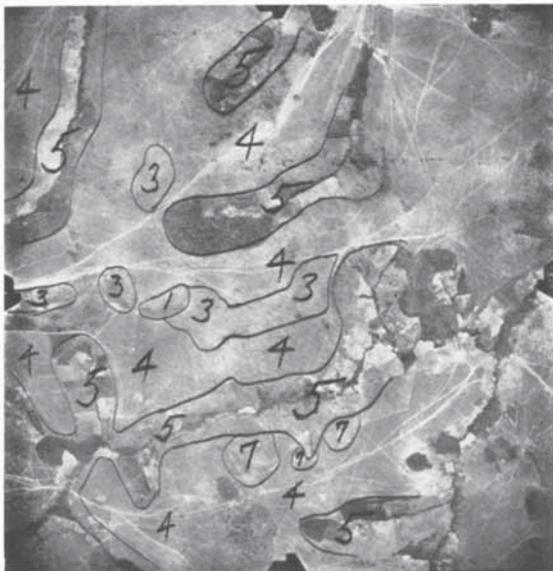


Figura 9 — Correlação entre os limites das categorias 3, 4 e 5. A capa de argila friável da Categoria n.º 4 é facilmente reconhecida pelo entrelaçamento dos caminhos. Pode-se observar que as áreas mapeadas como Categoria n.º 3 são as mais afastadas das linhas de drenagem, ocupando as partes mais altas ou os outeiros que se elevam acima das áreas da Categoria n.º 4

Paulo e a greve geral dos marítimos em junho, no Rio de Janeiro, Santos e Belém (FAUSTO, 2004, p. 412). Entre junho e julho de 1953, Getúlio modificou seu ministério (FAUSTO, 2004, p. 410), o que voltou a fazer em fevereiro de 1954 (FAUSTO, 2004, p. 415), em meio às turbulências de um momento político delicado. Considerando a proximidade e o papel importante, inclusive em termos políticos, que o general Caiado de Castro tinha na Presidência da República², parece difícil imaginar que ele tenha podido, neste período de relativa e crescente conturbação, dedicar pouco mais que alguns poucos momentos eventuais às providências com a CLNCF.

Em face destas circunstâncias, valorizam-se as duas mais importantes e pragmáticas decisões que toma Caiado de Castro à frente da Comissão. A primeira a de contratar, ainda em 1953, o recobrimento de toda a área do futuro Distrito Federal com fotografias aéreas métricas, através das quais se é possível produzir mapeamentos com precisão. A aerofotogrametria da área, hoje uma solução quase óbvia em relação a um problema desta natureza, não era à época um método convencional. Apenas duas eram, a este tempo, as principais empresas privadas aparelhadas à execução de aerofotogrametria: a VASP Aerofotogrametria e a Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul, a primeira de São Paulo e a segunda do Rio de Janeiro. A utilização da técnica da fotogrametria no mapeamento, àquele tempo, era predominantemente feita pelo Exército, através do Serviço Geográfico, o que pode em parte explicar a decisão do general Caiado de Castro. Se, pelo bom senso, se pode especular que ele tenha feito consultas antes de tomar a decisão, tudo leva a crer que o tenham

² O general Caiado de Castro participou ativamente, ao lado de Getúlio, de todos os desdobramentos da crise que levou o presidente ao suicídio. Saiu da vida militar, após o governo Getúlio.

aconselhado a usar a fotogrametria, porque somente através dela se poderia dar conta do prazo de três anos definido pela Lei nº 1.803. E, ao fim e ao cabo, Caiado de Castro havia sido um comandante militar ativo na Segunda Guerra Mundial, na qual a fotografia aérea de reconhecimento teve um papel muito importante em termos estratégicos.

Entretanto, fora do Serviço Geográfico do Exército, a técnica fotogramétrica não era ainda usual. Este era um tempo no qual a cartografia nacional em escalas superiores a 1:250 000 era privativa das Forças Armadas. Um trabalho apresentado no Congresso Brasileiro de Geografia de 1954 por Allyrio Huguene de Mattos ilustra muito bem como ainda era incipiente o uso da técnica fotogramétrica. Numa argumentação que os mais de 50 anos decorridos tornam ainda mais valiosa, Allyrio, então Diretor de Cartografia do Conselho Nacional de Geografia - CNG/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, professor emérito da Universidade do Brasil e uma das maiores autoridades brasileiras em Geodésia e Cartografia, observa que "um mapa moderno deve ser executado com o auxílio do método aerofotogramétrico, que não só reduz o tempo e o custo do trabalho, como também enriquece os detalhes e isso tudo, sem prejuízo da precisão." (MATTOS, 1954a, p. 13). Neste mesmo trabalho, que por razões não muito claras despertou polêmicas à época (MATTOS, 1954b, p. 1), Allyrio (1954a, p. 17) trata de outras iniciativas da fotogrametria no nível regional, que antecederam o uso da técnica nos estudos de localização da nova Capital, como no caso do vale do rio São Francisco. De uma maneira geral, em termos civis, os usos mais importantes da fotogrametria no Brasil se davam em áreas urbanas.

Caiado de Castro contratou o levantamento aerofotogramétrico com a Cruzeiro do Sul, mas não contratou a chamada restituição das

fotos, ou seja, a elaboração dos mapas a partir destas fotos aéreas. O recobrimento fotogramétrico ficou pronto em janeiro de 1954, mas o conjunto de fotos, apenas, sem nenhuma produção de informações sobre ele, não teria praticamente nenhuma utilidade. Tomou então a sua segunda providência pragmática, a rigor, viabilizadora de tudo que viria na sequência: em fevereiro de 1954, contratou a empresa americana Donald J. Belcher and Associates Inc. para proceder aos estudos e à seleção dos cinco sítios mais adequados à localização da nova Capital, com base numa metodologia que, articulando serviços de campo e, principalmente, fotoanálise e fotointerpretação das fotografias aéreas, era absolutamente inovadora no contexto da engenharia brasileira à época³. Ernesto Silva observa em seu livro *História de Brasília* que "o General Caiado de Castro [estava ciente] que duas firmas, uma alemã e outra americana [Belcher], realizavam, em vários países, modernos estudos de pesquisas, baseados na interpretação de fotografia aérea." (SILVA, 1985, p. 76). A Belcher, na introdução de seu relatório, observa que a empresa era, àquele tempo, "a mais antiga firma deste ramo e a única especializada nos campos da Geologia, Engenharia e Agricultura." (DONALD..., 1956, p. 16).

Donald Belcher era um dos pioneiros no uso das técnicas de fotointerpretação. Desde seu doutoramento, concluído em 1946, ele vinha pesquisando e trabalhando com as aplicações da aerofotogrametria nos estudos de engenharia. Hoje em dia, ele é considerado um dos pioneiros na fotointerpretação e no sensoriamento remo-

³ Observe-se que uma cláusula do contrato com a Belcher dizia que "tendo em vista que há o maior interesse em preparar e utilizar ao máximo engenheiros brasileiros no que se relaciona com a moderna técnica da fotoanálise e interpretação, ficam Donald J. Belcher and Associates Inc. por este instrumento, autorizados a subcontratar com engenheiros, técnicos e empresas brasileiras, serviços parciais [...]". (PESSOA, 1958, p. 44-45).

to, tendo tido uma longa carreira de realizações acadêmicas e de pesquisa e desenvolvimento junto à Escola de Engenharia Civil da Cornell University (CORNELL..., 2005).

O depoimento do marechal José Pessoa, no relatório anual de 1955 ao Presidente da República, faculta uma precisa qualificação da importância do trabalho da Belcher e do acerto de Caiado de Castro em promover a dupla providência de contratar o voo foto (Cruzeiro do Sul) e o trabalho de escolha dos sítios potenciais por fotointerpretação (Belcher).

Devo acrescentar que a firma Donald J. Belcher and Associates cumpriu seus compromissos contratuais, entregando à Comissão um substancial trabalho, constante de relatório, mapas, maquetas, overlays, etc. **que se evidenciam úteis** não somente aos misteres da Comissão como também **a serviços de engenharia, geologia, agricultura e outros que porventura possam ser necessários naquela região do Planalto Central.**

De fato, reconheço que não havia necessidade imperiosa de ter o nosso Governo se empenhado em tão vultoso contrato no estrangeiro, quando, **com métodos convencionais ou usuais, poderíamos resolver o problema, em mais largo tempo**, é verdade, mas chegando aos mesmos resultados técnicos. (PESSOA, 1958, p. 113, grifo nosso).

Os grifos intentam destacar dois aspectos importantes que se associam aos trabalhos desenvolvidos pela Belcher: seus trabalhos não simplesmente aprofundaram os estudos das expedições anteriores; eles se consubstanciaram mais propriamente na produção de estudos básicos orientados no sentido do apoio a futuros projetos de engenharia. Desta forma, eles transcenderam a simples questão da localização e criaram condições para que muitos dos trabalhos de engenharia subsequentes se fundamentassem num conjunto de dados básicos produzidos especificamente para apoio às atividades de anteprojeto e projeto. Isso deve ter feito muita diferença quando a



Allyrio Huguency de Mattos, cartógrafo do IBGE, apresentando trabalho para o censo de 1950. Acervo da Memória Institucional do IBGE



Folha de rosto do Relatório Técnico (Donald J. Belcher)
Acervo do IBGE



Marechal Pessoa (ao centro) e membros de sua Comissão
Acervo do brigadeiro José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque

Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP, tempos depois, resolveu tocar toda a construção a toque de caixa.

O outro aspecto a destacar dá conta da questão do prazo de execução dos estudos. Como observa o marechal José Pessoa, com métodos convencionais ou usuais à época, ou seja, sem o emprego de fotografias aéreas, o tempo de execução de um estudo desta grandeza seria muito maior. Hoje, analisando o processo como um todo após seu curso, parece razoável dizer que se Juscelino não tivesse encontrado os estudos da CLNCF no estado avançado que encontrou, dificilmente poderia ter tomado a decisão de construir Brasília num único mandato. Não foi apenas a decisão de Caiado de Castro que propiciou isso. Como se verá mais à frente, o comando afirmativo do marechal José Pessoa nos cerca de dois anos em que esteve à frente da Comissão também foram decisivos, a despeito da história, por vezes, destacar apenas a também fundamental coragem e competência de Juscelino em tocar a obra toda em tão pouco tempo, para não falar de todas as muitas outras competências que se associaram ao fantástico conjunto desta obra.

Contudo, o general Caiado de Castro e a sua tocada pragmática à frente da CLNCF foram interrompidos pela crise deflagrada pela morte de Getúlio e pela decorrente queda de seu governo. Assumiu o presidente Café Filho, de partido diferente, e com uma aparente postura distante e protocolar em relação à Comissão. Em seu livro de memórias, Café Filho (1966, p. 402) observa que "condicionado pelo pouco tempo de mandato, preferi dar continuidade a certas providências, não lhes distorcendo o curso de modo a apresentá-las, artificialmente, como obras do meu Governo [sic], mediante o expediente das inaugurações festivas". O novo Presidente considerava que a questão da CLNCF estava neste contexto. Não ficam claras, em seu texto de memórias, as

razões pelas quais ele convidou, em outubro de 1954, o marechal José Pessoa para assumir a presidência da Comissão. Café Filho destaca, entretanto, que o Marechal ao assumir a CLNCF imediatamente a reestruturou e a operacionalizou. O Presidente sinaliza que sua ideia ao convidar José Pessoa tenha sido a de colocar na Comissão alguém com luz própria e independência, para além de autoridade junto ao meio militar. Isso permitiria a ele, Presidente da República, não mais se preocupar com a toada dos trabalhos na Comissão, nem criar, numa Comissão que ele provavelmente entendia como sem importância, um foco de problemas ou de desgaste político. Teria, assim, Café Filho menos um problema.

Marechal José Pessoa assume a CLNCF e a faz efetiva

A presença do Marechal muda a CLNCF, inclusive ensejando uma reestruturação formal, através do Decreto nº 36.598, de dezembro de 1954. Este Decreto define de modo mais preciso as condições para que os trabalhos emanados da Comissão possam produzir os efeitos definidos pela Lei nº 1.803. Ele prevê o encaminhamento parcelado dos trabalhos à Presidência da República, providência prática importante, por conta da ampla gama de demandas definidas pela referida lei. A mudança intui a percepção de que há, agora, alguém que domina o *modus operandi* do processo e que atua para torná-lo operacional e eficaz.

Quando o Marechal assumiu a CLNCF, a Comissão não tinha espaço físico para se reunir e trabalhar. Uma das primeiras tarefas do Marechal foi constituir fisicamente a Comissão, o que ele conseguiu

por conta da cessão, pela Comissão do Vale do São Francisco - CVSF, hoje Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, de duas salas de sua sede no Rio de Janeiro. Imbuído da vontade de dar o que chamou posteriormente de "um longo passo à frente no problema" da transferência da Capital (PESSOA, 1958, p. 111), o novo presidente da CLNCF elaborou um plano de ação, no qual se destaca a criação de subcomissões de técnicos especializados, que iriam a tratar das mais importantes questões que se associam à implantação de uma cidade, em condições adequadas. O novo presidente da Comissão tinha uma visão precisa do problema essencial: a questão política da localização já estava resolvida com a imposição do Planalto Central pela Lei nº 1.803. Como precisou o Marechal, a questão que agora faltava ser bem definida era a questão técnica (PESSOA, 1958, p. 11), vindo daí sua reestruturação da Comissão como um corpo deliberativo de caráter eminentemente técnico, *engenheiro*, talvez se pudesse assim afirmar.

A criação das subcomissões especializadas tem, como consequência mais importante, o mérito de criar um corpo técnico, formado por pessoas com competência e experiência nas respectivas áreas, capaz não apenas de formular e solucionar problemas técnicos, como também de avaliar criticamente o trabalho que, à época, fazia a Belcher. Sem estas subcomissões, quem avaliaria então os trabalhos da consultora americana? Parece importante precisar que a função da Belcher no processo era de assessoria, ou seja, de instrução, com estudos orientados à definição da localização, da decisão que deveria ser tomada pelo governo brasileiro. Ao governo caberia, através da CLNCF, apreciar o relatório de forma crítica e, conscientemente, segundo seus próprios valores e interesses, decidir finalmente qual seria o sítio de localização mais adequado. Como fazer isso sem a formação de um corpo deliberativo com conhecimentos suficientes a uma decisão

independente? A percepção de importância das subcomissões e da necessidade de se ter independência crítica em relação aos estudos parece ser uma das marcas importantes deixadas pela liderança do processo pelo marechal José Pessoa.

A atitude crítica em relação ao trabalho da Belcher, pelo presidente da CLNCF, não deve ser, entretanto, entendida como descontentamento. Por conta de um compreensivo descompasso no cumprimento de compromissos contratuais que deve ter se seguido aos eventos traumáticos da transição do governo Getúlio Vargas para o governo Café Filho, José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque encontrou o contrato da Belcher com diversos atrasos de pagamento. Empenhou-se pela regularização dos pagamentos e pela normalização dos trabalhos da empresa, o que parece denotar a percepção que tinha da importância dos levantamentos e estudos básicos que estavam sendo feitos. A paixão pelo empreendimento, entendido por ele como algo que se devia tocar em etapas e a longo prazo, bem como sua consideração de que os estudos poderiam ser tocados por métodos convencionais, não o impediram de, pragmaticamente, não efetuar mudanças metodológicas estruturais que, com o trabalho em andamento, apenas atrasariam o objetivo final de mudança da Capital.

O marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque que transparece da leitura de seus relatórios e de suas exposições de motivos é um empreendedor obstinado, um idealista, um homem de atitudes independentes e soberanas, com luz própria, no nível da racionalidade, e com intensas paixões por suas ideias, no nível das emoções, como aquelas que poderiam dar a Brasília o codinome afetivo de Vera Cruz, nome para a nova Capital que ele defendeu apaixonadamente, como na exposição de motivos que fez ao Presidente da República (PESSOA, 1958, p. 233-235). As circunstâncias especiais de receber uma missão

Membros da Comissão para Localização da Nova Capital Federal, com o marechal José Pessoa ao centro, no Planalto Central
Acervo do brigadeiro José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque



baseada no uso de uma tecnologia inovadora não devem ter assustado o Marechal. Combatente na Primeira Guerra Mundial, aliado ao Exército Francês, participou, naquela oportunidade, do uso inovador de carros de combate, atividade que o fez, anos depois, introdutor dessa nova tecnologia de combate no Exército Brasileiro (CÂMARA, 1985, p. 31). Foi um renovador do ensino militar no Brasil, sendo um dos principais responsáveis pela idealização e implantação da Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN. Cultor devotado da história, como atesta o valor simbólico que atribui à construção do *Panthéon* de Caxias na AMAN, para sua tristeza até hoje não efetivada, mas com coração e mente obstinados pelo dever, o marechal José Pessoa aceitou presidir e liderar a CLNCF, sem nenhuma remuneração por isso, e depois de estar há quase quatro anos retirado de atividades profissionais cotidianas, apenas pelo senso de que o Brasil precisava de uma Capital interior. Como sintetizou bem Ernesto Silva (1985, p. 318), o Marechal era então um "jovem de quase 70 anos". Um jovem que dinamizou a questão por conta de seu idealismo acerca da importância da mudança da Capital. Passou a atuar, daí em diante, motivado pelo senso de importância de sua missão, e isso foi fundamental para atravessar as áreas de turbulência política e vazios presidenciais que viriam pela frente, mantendo em curso as providências da mudança e viabilizando as decisões arrojadas que o governo Juscelino tomaria adiante. Ernesto Silva observa ainda que

[...] as entrevistas periódicas concedidas à imprensa do País, procurando convencer a população de todos os quadrantes da pátria da necessidade inadiável da transferência da capital, a seriedade com que tratou do problema fez com que a ideia, posta em ponto morto durante tanto tempo e quase desmoralizada ante a opinião pública, ressurgisse de maneira mais viril e entusiástica. (SILVA, 1985, p. 105).

O Marechal empenhou-se pela escolha do sítio no tempo mais breve possível. Seus relatórios deixam claro sua preocupação,

desde antes de efetivada a escolha, de ampliar o leque de providências a tomar, para criar condições ao empreendimento da transferência da capital. A visão do Marechal da missão da Comissão era ampla e não se circunscrevia à questão da localização do sítio e da delimitação do Distrito Federal. A rigor, ele parecia ter tido sempre a exata noção de que a localização precisava ser definida o quanto antes para que todas as demais providências, mais trabalhosas e complexas, pudessem ser levadas a efeito. Assumiu não apenas a condução das atividades de caráter técnico, mas também vislumbrou e empenhava-se pessoalmente na busca de articulações governamentais e interinstitucionais que criassem as condições para viabilização da transferência.

Ainda em 1954, esteve com o Ministro da Guerra, general Henrique Lott, para solicitar a transferência de um dos batalhões de engenharia do Exército para Formosa, em Goiás. Com o Ministro de Viação e Obras Públicas tratou das questões relativas à ligação do futuro Distrito Federal com as ferrovias e rodovias mais próximas, inclusive solicitando que o trecho Pirapora-Formosa, àquele tempo projetado e locado para bitola de 1,00 m e de 1,60 m, fosse construído nesta última por razões de proporcionar maior capacidade de tráfego e rendimento. (PESSOA, 1958, p. 134-136).

Em 17 de novembro de 1954, escreveu ao então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, para solicitar apoio no sentido da construção de um trecho ferroviário, de Pirapora a Formosa. Um trecho da carta do Marechal a Juscelino é interessante:

Quem lançar o olhar para o mapa geográfico notará a importância desse trecho ferroviário, em bitola larga até Belo Horizonte, a fim de servir à futura Capital, o qual com o tronco ferroviário paulista-goiano, em tráfego, e a rodovia BR-14, de futuro asfaltada, todas pertencentes ao Plano de Viação Nacional, se encarregarão da tarefa propriamente dita da construção e mudança da nova cidade.

É para essa tarefa que encareço a valiosa cooperação do eminente governador de Minas Gerais, isto é, de auxiliá-los a construir o trecho em questão, o que nos permitirá ir diretamente à região, a fim de escolher o sítio onde será erguida a futura Capital, traçar o grandioso projeto da nova urbe e lançar o marco da fundação da futura Capital política do Brasil.

Com tais providências, penso que se terá aberto o caminho, e facilitado, aos que vierem atrás, encontrar o roteiro e prosseguir por ele até o término final da grandiosa jornada. (PESSOA, 1958, p. 137, grifo nosso).

Quase cinco meses antes do comício da cidade de Jataí, em Goiás, quando Toniquinho instou o candidato Juscelino a se posicionar sobre a questão da nova Capital, já havia o marechal José Pessoa dado a Juscelino uma oportunidade de refletir e assuntar sobre a questão da mudança da Capital, se é que a carta passou pela assessoria e chegou ao então governador de Minas.

Entretanto, o objetivo mais imediato era a escolha do sítio e a subsequente delimitação da área do futuro Distrito Federal.

A escolha do sítio da nova Capital

A primeira e mais importante das demandas que resulta da Lei nº 1.803, principal marco inaugurador e regulador da última etapa de estudos que antecede à construção da nova Capital, é a escolha do sítio para planejamento e implantação da cidade. A própria definição dos limites do novo Distrito Federal depende desta definição. É para esta primeira providência que se orientam, principalmente, as duas mais importantes medidas tomadas pelo general Caiado de Castro, presidente anterior da CLNCF: a tomada de

fotografias áreas da área do Quadrilátero e a contratação da Belcher para os estudos de seleção e estudos de cinco locais, com potencial para a implantação da cidade.

Os estudos da Belcher, que o marechal José Pessoa já encontra em andamento quando de sua posse, são fundamentais ao processo de escolha, bem como à preparação de dados básicos de engenharia para o prosseguimento dos estudos após este processo. O objeto amplo do contrato firmado pelo governo brasileiro com a Belcher, por intermédio da Comissão do Vale do São Francisco, preconiza a "prestação de serviços técnicos especializados relativos aos estudos de fotoanálise e fotointerpretação⁴ necessários à seleção dos sítios mais favoráveis à localização da nova Capital Federal" (PESSOA, 1958, p. 39-40).

Três das cláusulas do contrato assinado com a Belcher definem metodologicamente como deverão ser os serviços. A transcrição destas cláusulas parece importante a uma ampla compreensão da importância destas atividades para o empreendimento da nova Capital como um todo, inclusive no que tange à sua futura construção. Elas são as cláusulas quinta, sexta e sétima, transcritas a seguir:

⁴ Placidino Machado Fagundes (1968, p. 84-85), em trabalho apresentado em 1968, descrevia as diferenças entre fotoanálise e fotointerpretação, referenciando-se a um grande especialista neste assunto: Donald J. Belcher. Em síntese, a fotoanálise contemplaria a identificação de feições, elementos e características da paisagem representadas nas fotografias aéreas, enquanto a fotointerpretação contemplaria a significação disso no contexto de uma dada temática de análise (pedologia, geologia, meio ambiente, etc.). Com efeito, o analista não precisaria ser um especialista na temática, enquanto o intérprete, necessariamente, precisaria ser um especialista, uma vez que era o seu conhecimento da temática (geologia, etc.), que o permitiria modelar o conhecimento instruído pelas evidências da paisagem. Estas evidências seriam, então, as chaves para a revelação daquilo que se investigava. A larga utilização da fotointerpretação diretamente por pedólogos e por geólogos, nas áreas da pedologia e da geologia, respectivamente, ratifica a descrição teórica feita por Belcher e Placidino.

Cláusula quinta – Os estudos [...] compreenderão a elaboração de mapas básicos, mosaicos⁵ e 'overlays'⁶ onde serão representadas, para cada área, as informações essenciais relativas à geologia, mostrando os tipos e ocorrências das rochas e dos depósitos não consolidados, bem como à espessura da camada de solo sobre a rocha, além dos elementos concernentes à drenagem, ao uso da terra e sua classificação, às fontes de água superficiais e de subsolo, à localização dos depósitos de materiais de construção, aos sítios potenciais para aproveitamento hidrelétrico, à localização do aeroporto e ao traçado das vias de acesso.

Cláusula sexta – Com base nesses estudos, que serão acompanhados de relatórios especiais, Donald J. Belcher Et Associates Incorporated farão a seleção dos cinco melhores sítios dentro da área total para localização da nova Capital Federal, e nesses cinco sítios selecionados, cada um com uma área aproximada de 1000 quilômetros quadrados, procederão a estudos detalhados sobre as condições já descritas na cláusula anterior, além dos levantamentos topográficos a serem executados por restituição estereofotogramétrica, com base em triangulação terrestre, triangulação radial e nivelamentos barométricos cuidadosos, resultando dessa operação mapas básicos, desenhados em escalas apropriadas.

Cláusula sétima – Ao término dos trabalhos, dentro do prazo contratual [dez meses], Donald J. Belcher Et Associates Inc. apresentarão, além dos mapas básicos, mosaicos, 'overlays' e relatórios especiais sobre cada um dos sítios selecionados, um relatório geral, com todos os dados básicos pertinentes aos vários sítios e acompanhado de modelos em relevo e fotografias oblíquas, permitindo colocar em confronto os vários atributos de cada sítio e proceder, com o necessário rigor, à escolha final daquele que apresente melhores condições para a implantação da nova Capital Federal. (PESSOA, 1958, p. 40-41).

⁵ Em termos genéricos, mosaicos, no contexto fotogramétrico, são o produto de uma articulação e colagem de fotografias aéreas singulares contíguas, de forma a que se tenha uma visão única, relativamente uniforme, de uma região de interesse coberta por várias fotos.

⁶ *Overlays* era o termo, não traduzido do inglês, que se usava para referenciar uma folha translúcida (papel vegetal, por exemplo) ou transparente (filme) colocada sobre um mapa, para registrar, em consonância com o mapa, informações temáticas adicionais à cartografia básica. *Mutatis mutandis*, se tratava de plano (ou *layer*, note-se a relação) de informação que se sobrepunha à base cartográfica, quando os sistemas de informações geográficas não eram computacionais, mas sim meramente gráficos.



JK e Toniquinho, após Comício em Jataí

O resultado final dos trabalhos da Belcher é consubstanciado por mapas e *overlays* definidos acima e por um relatório final muito importante, na qualidade de um estudo básico de engenharia para diversos anteprojetos e projetos posteriores.

O relatório esclarece, inicialmente, que duas empresas brasileiras trabalharam como suas subcontratadas. Geocarta na elaboração de desenhos finais e Geofoto, que executou o levantamento fotogramétrico dos sítios. A direção técnica dos levantamentos topográficos dos sítios, por fotogrametria, coube ao engenheiro Placidino Machado Fagundes, que supervisionou a produção dos mapas no Rio de Janeiro. É interessante constatar a presença de mais um engenheiro, na história da Vera Cruz daqueles tempos e na Brasília de hoje, que se tornaria marcante em sua área de atuação, pelo conjunto de sua obra, como no caso de Donald J. Belcher e Allyrio Huguency de Mattos. Placidino foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Cartografia, em 1958, e um dos mais destacados especialistas em fotogrametria do Brasil no Século XX. Membro da Sociedade Internacional de Fotogrametria e Sensoriamento Remoto – ISPRS, com largo trânsito internacional na área, foi um dos principais responsáveis pelo primeiro Congresso Internacional da ISPRS fora dos centros mais tradicionais, no Rio de Janeiro, em 1984. Professor dos cursos de Engenharia Cartográfica do Instituto Militar de Engenharia – IME e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, aposentou-se da UERJ aos 70 anos, de forma compulsória, triste pela impossibilidade de se manter na sala de aula, apesar de ter seguido a trabalhar com a fotogrametria que amava, até o final de seus dias. Além de dirigir as atividades de mapeamento fotogramétrico, Placidino traduzia os relatórios da Belcher para o português, o que garantia o rigor técnico das traduções.

Em seu sumário, o relatório da Belcher traz considerações que são muito interessantes à compreensão da complexidade que se

enfrenta para a articulação de todos os fatores a considerar na escolha de um sítio adequado a uma cidade. No caso do trabalho da empresa no Planalto Central, em cinco diferentes locais, dentro do Quadrilátero definido pela Lei nº 1.803, que formariam o leque de opções sobre o qual a CLNCF escolheria o mais adequado.

O problema é determinar onde se encontra, dentro da região, a mais favorável combinação dos fatores a considerar. A configuração do terreno, o tipo de solo, o tipo e a profundidade da rocha firme, o potencial hidráulico, a altitude, a possibilidade de abastecimento adequado de água, o microclima, a possibilidade de conexão com rodovias tronco e ferrovias, o aspecto do terreno, acidentes naturais especiais que possam ser aproveitados para fins recreativos – estes são os fatores que devem ser levados em conta.

A combinação ideal destes fatores resultaria em um sítio nas partes mais altas do platô, a uma altitude de cerca de 1 000 metros. O terreno seria suavemente ondulado para proporcionar uma paisagem variada e quebrar a monotonia. As encostas seriam de pouca declividade, não excedendo 8%, assim permitindo construir sobre elas sem dificuldades. Deve haver também área, localizada em posição dominante, que possa ser aproveitada, de forma monumental, para o núcleo governamental da cidade. Os solos devem poder receber vegetação; a rocha firme deve ficar suficientemente próxima da superfície de forma a permitir fundações adequadas para grandes edifícios, embora, suficientemente profunda, de forma a que as tubulações e utilidades [redes] subterrâneas não exijam escavações em rocha. O sítio não deve ser interrompido por qualquer barreira física tal como uma garganta profunda, áreas muito acidentadas, pântanos ou serras altas. Os solos devem ser bem drenados e a configuração do terreno deve ser tal que seja possível o sistema de esgoto por gravidade. Um abastecimento d'água adequado e certo deve ser previsto. Se a fonte de água estiver a uma altitude maior que a cidade, de forma que ela possa ser alimentada por gravidade, tanto melhor. A área deve ser livre de bruma seca, de ventos fortes e desagradáveis e outras manifestações climáticas indesejáveis. Deve haver, nas vizinhanças, motivos para uso recreacional dos

habitantes da cidade, e, finalmente, o sítio deve ser atraente à vista e oferecer aos projetistas da cidade a oportunidade do aproveitamento de paisagens e outros recursos de interesse visual e beleza.

[...]

Assim, dentro da área geral, há uma grande variedade de condições que devem ser apreciadas e consideradas antes do sítio da cidade ser determinado. Todos esses fatores devem ser reconhecidos, previamente, de forma que a seleção final incorpore as condições mais vantajosas, pois uma cidade representa um investimento de vulto e as complicações econômicas de um erro em sua localização, permanecerão por centenas de anos, na sua vida. (DONALD J. BELCHER AND ASSOCIATES INC., 1956, p. 20-21).

Nos detalhados estudos básicos de engenharia que apresenta, o relatório da Belcher deixa entrever uma, pode-se dizer, pouca tradição brasileira em relação ao planejamento e à produção de dados básicos de longo prazo para o conhecimento do meio físico brasileiro. À luz da constatação de que há muito, desde os tempos do Império, se tratava da questão da interiorização da Capital, seja para o Triângulo Mineiro, seja para o Planalto Central, parece razoável considerar que deveria ter havido, por parte das autoridades encarregadas de produzir dados básicos de meteorologia e hidrologia, por exemplo, a preocupação com a produção histórica desses dados, nestas regiões. Uma das restrições importantes que os serviços de estudos básicos encontraram nesta área, como atesta o relatório, é exemplificado pela observação da Donald J. Belcher and Associates Inc. (1956, p. 121) de que "a quantidade de dados fluviométricos existentes era muito reduzida para este estudo. [...] Além disso, havia uma porção de interrupções em muitos dos registros." Estes dados, em séries históricas, são muito importantes à modelagem do conhecimento sobre o comportamento natural dos fenômenos que eles reportam,

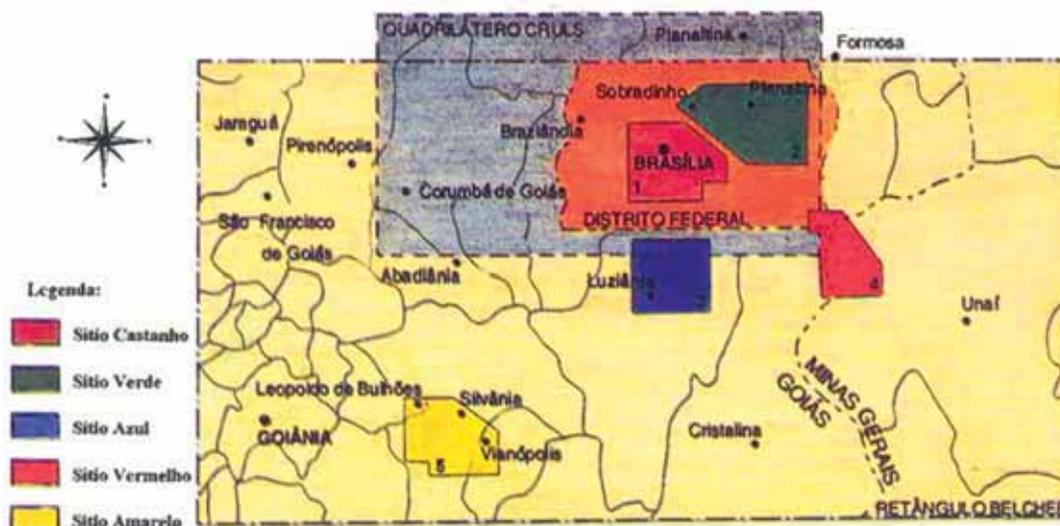
como o regime e a vazão dos rios ou como períodos de chuvas mais intensas ou de seca. No caso dos rios, de cujo conhecimento dos regimes anuais de vazão depende a estimativa de disponibilidade de água para abastecimento ou mesmo à operação de barragens. Parece importante reconhecer o problema e refletir acerca de suas consequências, em face da observação da Donald J. Belcher and Associates Inc. (1956, p. 121) de que "por todas essas razões [quantidade reduzida de dados], tornou-se impossível a determinação acurada dos volumes de escoamento para a maior parte dos rios".

Com relação ao Sítio Castanho, no local que se posicionaria futuramente a embrionária Vera Cruz e a Brasília concreta, o relatório Belcher contempla algumas observações interessantes, principalmente depois de decorridos mais de cinquenta anos e da imensa transformação pela qual a região passou. Quanto à fisiografia, o relatório diz que "seu detalhe topográfico principal é um domo de forma triangular definido pelo Córrego Fundo e o Ribeirão Bananal, quando se juntam para formar o rio Paranoá, que então corre no rumo leste para o rio São Bartolomeu." (DONALD J. BELCHER ASSOCIATES INC., 1956, p. 249). De certa forma as cidades têm, sempre, gênese espontânea, decorrente de uma complexa articulação de fatores naturais e antrópicos. Interessante perceber neste exercício de antevisão de uma cidade absolutamente planejada, num primeiro momento, a análise do local onde ela deverá se implantar. Observa a Donald J. Belcher and Associates Inc. (1956, p. 249) na sequência que "a extensa planície, de suave declividade para os rios limítrofes, presta-se ao desenvolvimento de uma grande cidade de qualquer tipo possível, sem a obrigação de interromper acidentes geográficos." Meio século depois, o crescimento da cidade foi tanto, que ela mesma acabou *criando um acidente geográfico* interposto em sua expansão, que obrigou à construção da ponte JK sobre o espelho d'água do lago Paranoá.

No que diz respeito ao sistema de drenagem da futura cidade, o relatório Belcher observa que a "configuração do terreno é tal que um sistema de drenagem compreendendo toda a cidade seria um problema muito simples. Os solos deste sítio são, provavelmente, os mais bem drenados de todos os cinco [sítios da seleção]". (DONALD J. BELCHER AND ASSOCIATES INC., 1956, p. 249). Em termos de clima da área e microclima do Sítio Castanho, a consideração é de que muitos são os aspectos favoráveis. A altitude média de 1 000 metros coloca-o como um dos de mais baixa temperatura média anual. Um ponto polêmico, entretanto, tratava do abastecimento d'água. O relatório da Donald J. Belcher and Associates Inc. (1956, p. 250) qualificava o potencial de suprimento d'água como excelente. Francisco Saturnino de Brito Filho, em novembro de 1955, num relatório solicitado pelo

marechal Pessoa, tece algumas considerações sobre conclusões do relatório e sugere que a CLNCF providencie "estudos objetivos" sobre o assunto (PESSOA, 1958, p. 201). Saturnino de Brito Filho, que tinha um renomado escritório – ESB de Engenharia Sanitária, viria a trabalhar com Juscelino nas obras de Brasília, continuando os estudos iniciados no âmbito da Comissão do marechal José Pessoa.

De uma maneira geral, considerando todos os fatores envolvidos, são poucos os quesitos nos quais o Sítio Castanho não se posiciona bem favoravelmente em relação aos outros. O sítio que mais se aproxima dele, em termos de adequabilidade, é o sítio Verde, que era vizinho do Castanho, o que o fazia compartilhar uma série de fatores positivos mais *regionais*.



Sítios selecionados pela Comissão José Pessoa, incluindo o Castanho, efetivamente o escolhido. Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal

Claro está, portanto, que o substancial trabalho de engenharia contratado junto à Belcher visava dar subsídios à decisão, e, ainda, produzir estudos que pudessem fornecer dados básicos às etapas posteriores de engenharia (anteprojeto e projeto básico, numa perspectiva simplificadora e generalista). Se o governo brasileiro iria simplesmente aceitar e acatar de forma acrítica a análise que a Belcher apresentaria dos sítios, ou se ele iria expor o trabalho à crítica de um corpo técnico competente e independente, para de forma soberana decidir a localização da nova Capital, dependia, num primeiro momento, de quem estivesse à frente do órgão responsável por isso. O órgão era a CLNCF, e o seu titular, o marechal José Pessoa já tinha, como uma de suas primeiras medidas à frente da Comissão, estruturado o processo de avaliação crítica e de tomada de decisão acerca do sítio.

O Sítio Castanho, avaliado favoravelmente pela Belcher e analisado, após o trabalho desta, pelas Subcomissões e pela Comissão, já havia sido tratado favoravelmente por estudos anteriores. Ainda assim, tomar a decisão definitiva de ali assentar a futura Capital, e bater o martelo, não é propriamente uma tomada de posição fácil. Certa insegurança, ou excesso de prudência, em face da metodologia por demais avançada para o momento brasileiro, parecem compreensíveis. Mesmo para um corpo técnico formado por homens já maduros, profissionalmente acostumados a tomar decisões em questões importantes, a presença de uma metodologia muito inovadora de produção de dados para a tomada de decisão, como no caso da Belcher, acaba por implicar numa certa insegurança em relação à eficácia do novo método. Para homens tradicionalmente acostumados à análise de dados construídos por longas jornadas de pesquisa de dados em campo, tomar uma decisão desta importância, a seleção do local de construção da Capital, com

base em dados obtidos pela interpretação de fotografias aéreas, quase equivale a decidir num ambiente virtual ao invés de fazê-lo num ambiente real, e, no limite da prudência e de uma possível descrença, quase equivale a decidir às cegas. Com relação ao levantamento dos solos da região do futuro Distrito Federal, por exemplo, um técnico havia considerado impossível se executar, por métodos convencionais, o mesmo levantamento em três anos (DONALD J. BELCHER AND ASSOCIATES INC., 1956, p. 26). Talvez sejam essas as razões que levaram a Subcomissão de Fixação de Critérios e Normas Técnicas, composta por sete membros, a elaborar um complexo sistema de pontuação e pesos para, à luz de cada um dos fatores definidos pela Lei nº 1.803, pontuar os sítios e buscar uma forma objetiva, quantitativa, para tentar subsidiar a escolha. Neste contexto, o Sítio Castanho ficou com 867 pontos, o Sítio Verde com 800 (o Verde é contíguo ao Castanho), o Vermelho com 784 pontos, o Azul com 684 e o Amarelo com 635. (SILVA, 1985, p. 94). O peso da responsabilidade, afinal, esteve nas mãos dos técnicos dessa subcomissão.

A sessão solene de escolha do sítio se realizou no dia 15 de abril de 1955, data em que foi definida a posição em que, hoje, está a cidade de Brasília. A escolha do Sítio Castanho foi unânime, aclamada por uma salva de palmas do corpo deliberativo da CLNCF. O engenheiro-arquiteto Raul Penna Firme, relator da Subcomissão de Fixação de Critérios e Normas Técnicas, fez a leitura do relatório de análises dos vários sítios. Os votos individuais foram registrados em ata e, de forma geral, consagram o trabalho da Subcomissão de Normas Técnicas.

Neste aspecto, como em diversos outros em relação ao trabalho da CLNCF, a história se faz incompleta, sempre que ela diz simplesmente que a Belcher recomendou o Sítio Castanho e que

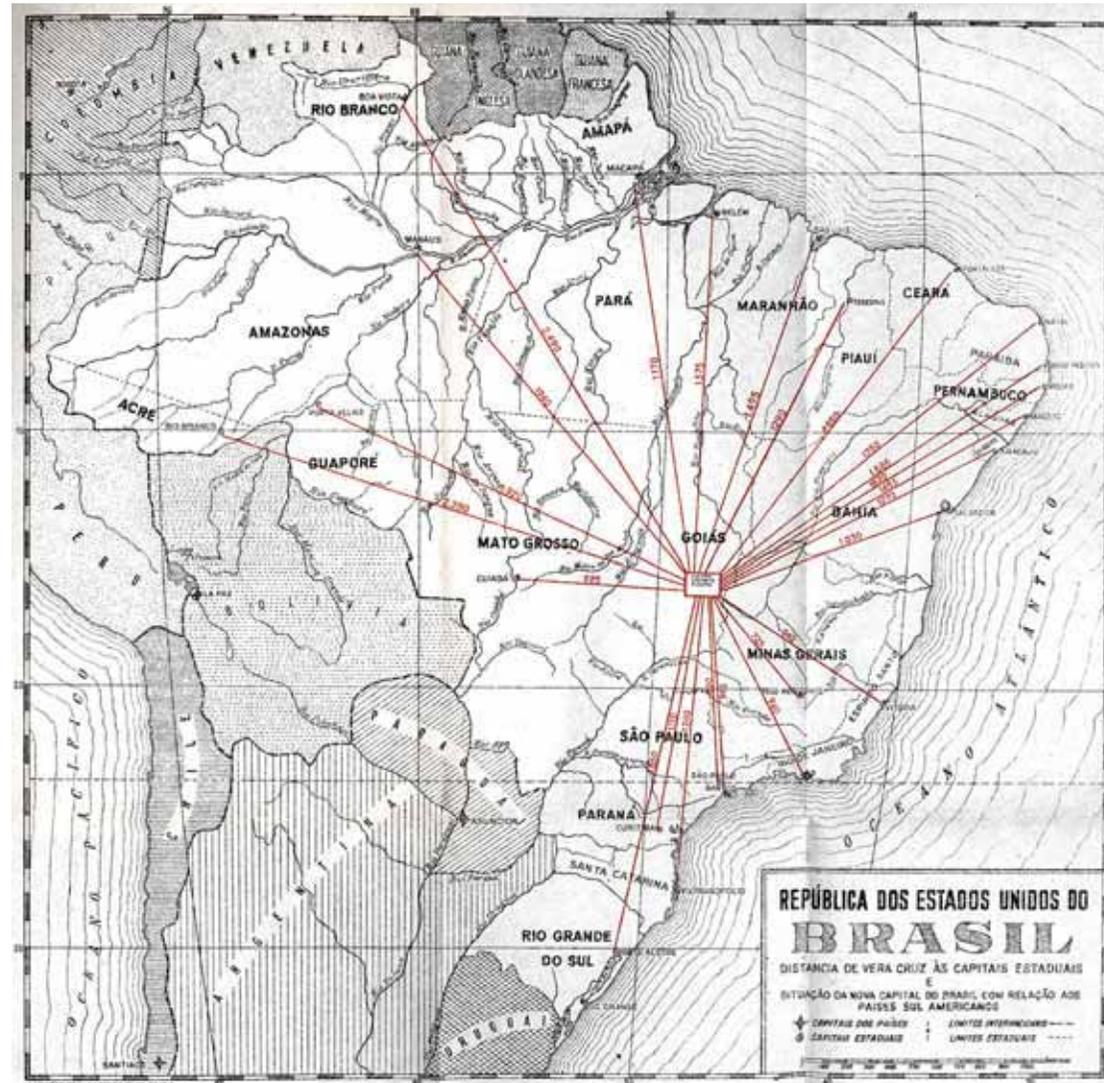
este é o sítio onde se instalou a nova Capital. De fato, a Belcher o recomendou e, afinal, esta era, mesmo, a melhor solução para a localização da futura cidade. No entanto, a decisão de colocar ali a Brasília de hoje, ou a Vera Cruz do marechal José Pessoa, não se deu por um simples referendo à proposição da Belcher. Os votos individuais transcritos na ata da plenária na qual se decidiu pelo sítio Castanho manifestam bem a análise crítica feita por sobre os estudos da consultoria americana, principalmente por parte da Subcomissão de Fixação de Critérios e Normas Técnicas para a Comparação dos Vários Locais e Seleção de Sítios. A sintética justificativa de voto do engenheiro Fábio de Macedo Soares Guimarães (*apud* PESSOA, 1958, p. 172), representante do IBGE na CLNCF, é paradigmática: "Declaro que votei no sítio denominado 'Castanho', como o que preenche as melhores condições para a localização da nova Capital do País, pelas razões que constam da ata da Subcomissão[...], da qual faço parte". O apaixonado arrazoado do Marechal para justificativa de seu voto no Sítio Castanho, que é cerca de 30 vezes mais extenso que o do representante do IBGE, fundamenta-se não apenas numa avaliação crítica do relatório da Belcher, mas também nos relatórios das missões anteriores e no trabalho da Subcomissão de Fixação de Critérios e Normas Técnicas. O trabalho da Belcher foi extremamente importante, não há dúvida; mas, avocar exclusiva ou primordialmente a ele a decisão sobre o Sítio Castanho é fazer pouco da capacidade da CLNCF de tomar uma decisão soberana, tecnicamente fundamentada e independente, no que tange à localização.

O voto do general Nelson de Castro Senna Dias, então representante do Serviço Geográfico do Exército na CLNCF, registra um aspecto interessante da escolha do Sítio Castanho. Estabelecendo a relação do trabalho feito pela Belcher com o trabalho feito pelas missões anteriores de Cruls e Polli Coelho, Senna Dias observa que "a

escolha deste sítio, baseada nos mais modernos processos de pesquisa, nada mais constitui que a confirmação dos trabalhos anteriormente apresentados." (PESSOA, 1958, p. 181).

A definição do Sítio Castanho ensejou de imediato a definição da área do futuro Distrito Federal. Quem a elaborou foi a Subcomissão de Estudos da Demarcação da Área do Futuro Distrito Federal, composta pelos engenheiros Allyrio Huguency de Mattos, do Conselho Nacional de Geografia - CNG/IBGE, Aureliano Luiz de Farias e Luiz Eugênio de Freitas Abreu, os dois últimos oficiais do Serviço Geográfico do Exército (SILVA, 1985, p. 101). A Subcomissão elaborou a delimitação em apenas 11 dias, ajustando os limites leste e oeste para que eles se posicionassem sobre elementos naturais da paisagem, facilitando a identificação no terreno destes limites. Assim é que o Córrego Santa Rita, o Rio Preto e o Rio Descoberto foram incorporados à delimitação. Os limites norte e sul seguem sendo seções de paralelos (16ª 03' e 15ª 30' Sul). A rapidez na definição da delimitação se impunha pelo receio de que um eventual vazamento das informações sobre a delimitação pudesse estimular movimentos especulativos nessas terras. Tudo tinha que ser feito rapidamente, até que legislação específica preservasse essas áreas para o empreendimento da nova Capital.

Nas reuniões da Comissão em que foram aprovados o sítio e a delimitação da área do futuro Distrito Federal, foi aprovada também a contratação dos serviços para a elaboração do anteprojeto da Capital, para o estudo da energia elétrica e do saneamento básico (SILVA, 1985, p. 185). Definida a localização, partia então a Comissão para o mais importante: anteprojetar e projetar a nova Capital. Estas contratações não se efetivaram porque a Comissão não dispunha de apoio da Presidência da República. Muitos trabalhos, entretanto,



Mapa do Brasil, incluindo a Capital Federal, com as respectivas distâncias para as capitais dos estados da União, apresentando o novo Distrito Federal com o nome sugerido pelo marechal José Pessoa: Vera Cruz. (PESSOA, 1958)

seja, ainda em abril de 1955. Preocupado com um eventual vazamento da escolha do sítio e com movimentos especulativos em relação às terras tornadas importantes à construção da cidade, o Marechal pede o apoio de Café Filho para a decretação de utilidade pública da área, que seria o primeiro passo no sentido da desapropriação de todas as áreas de interesse. Em face da pouca, ou nenhuma, importância que Café Filho dá ao pedido, Pessoa se vê obrigado a uma manobra de astúcia que, não apenas naquele momento, mas até em relação à construção, no governo Juscelino, foi absolutamente decisiva para que a Vera Cruz em gênese pudesse se transformar em Brasília: solicitou ao governo de Goiás, naturalmente interessado em viabilizar a transferência da capital, que se transformasse no executor governamental das medidas legais referentes à desapropriação. Nada havia de ilegal nisso. Ambos os poderes executivos, o federal e o estadual, tinham a competência para as ações de desapropriação. Como os compromissos do Marechal eram com o empreendimento da nova Capital e não políticos, ele agiu de forma independente e profissional, orientado exclusivamente pelos interesses da nação. Mais tarde, quando Juscelino consegue efetivamente entrar com o governo, de corpo e alma, na construção, grande parte da área já estava desapropriada pelo governo de Goiás, pronta para a *invasão* de máquinas. Se o Marechal se conformasse com a indecisão de Café Filho, Juscelino jamais poderia iniciar e terminar a construção de Brasília num só mandato, como ele entendia indispensável para que tudo desse certo.

Para se avaliar a celeridade de Goiás no apoio ao Marechal, basta observar que são três os instrumentos legais que instruíram o processo de desapropriação: o Decreto nº 480, de 30 de abril de 1955, a Lei Estadual nº 1.071, de 11 de maio de 1955 e o Decreto nº 500, de 11 de maio de 1955, todos providenciados num curtíssimo

espaço de tempo, com apoio do executivo e do legislativo do estado. Foi afinal o governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, quem primeiro oficializou a delimitação do futuro Distrito Federal (SILVA, 1985, p. 103). E no rastro deste apoio do governo de Goiás, que criou na sequência uma Comissão de Cooperação para mudança da Capital Federal, veio aquela que foi uma providência fundamental para viabilizar a construção a toque de caixa feita por JK: a primeira desapropriação da área situada entre os rios Bananal e Torto, em dezembro de 1955, onde iria ser construída a cidade (SILVA, 1985, p. 106-107). Juscelino, portanto, já toma posse com a área desapropriada, desimpedida legalmente para o início da construção.

No que diz respeito ao necessário acesso ao sítio Castanho por ar, o uso do Sistema de Informações Geográficas disponibilizado pelos trabalhos da Belcher pode ser bem apreciado nos trabalhos de definição do local para a implantação do que o Marechal considerava orgulhosamente como o *Aeroporto de Vera Cruz*. "Combinando as sobrecapas [overlays] de solos para engenharia com os mapas topográficos e os dados climáticos, engenheiros brasileiros e oficiais da Força Aérea Brasileira foram capazes de realizar uma completa e satisfatória seleção do local." (DONALD J. BELCHER AND ASSOCIATES INC., 1956, p. 237). O Aeroporto de Vera Cruz, que ficava no local onde hoje se situa a rodoferroviária, foi construído pelo governo de Goiás, sob o comando do vice-governador Bernardo Sayão, com o apoio de dois oficiais especialistas em engenharia da Aeronáutica, que o ministro Eduardo Gomes encaminhou para orientação dos trabalhos, em relação às questões aeronáuticas. A construção da pista, na realidade desmatamento e terraplenagem do terreno natural, e a construção de uma *estação de passageiros*, bastante rudimentar, foi útil para acesso ao local do Sítio Castanho, até o início das obras efetivas de construção de Brasília (SILVA, 1985, p. 109). A primeira

viagem de Juscelino à área foi feita com um avião que pousou neste *aeroporto*, e ele foi usado até que, durante a construção, o novo aeroporto tivesse sido implantado.

Definida a localização do sítio e a delimitação da área do Distrito Federal, o Marechal idealiza uma série de providências orientadas para o apoio às atividades subsequentes de engenharia: implantação de marcos referenciais para a locação futura das obras, nivelamento preciso destes marcos, em face da necessidade de projetos de saneamento básico e outros, abertura de picadas para acesso a toda a área e de uma estrada no eixo central do sítio, construção de um alojamento, levantamentos fotogramétricos nas escalas de 1:2 000 e 1:1 000, típicas de apoio a projetos, instalação de réguas de medição de nível d'água em rios e riachos e instalação de um posto de observação meteorológica ao lado do alojamento (PESSOA, 1958, p. 125-126). A CLNCF começa a se transformar, ainda mais, numa comissão engenheira.

A este tempo da Comissão engenheira, uma das subcomissões de maior destaque foi a de Planejamento Urbanístico. Participavam dela os arquitetos Raul Penna Firme, José Oliveira Reis e Roberto Lacombe. Surgiu nesta subcomissão, pela primeira vez, a ideia de convidar o famoso arquiteto e urbanista Le Corbusier, que Oscar Niemeyer (2006, p. 34), em seu livro *Minha experiência em Brasília* dizia ser "o líder máximo da arquitetura contemporânea", para aconselhar os arquitetos brasileiros. Surge destes estudos uma primeira planta de plano piloto, no qual já se encontra uma barragem que propiciará a formação do lago do Paranoá. Interessante que, mais tarde, quando a CLNCF já havia se transformado em outra comissão, o marechal José Pessoa informa que Le Corbusier havia se oferecido para confeccionar o plano piloto da nova Capital. (PESSOA, 1958, p. 364).



O presidente JK assina a lei que fixa a data da mudança para a Nova Capital, em 01 10 1957, no Palácio do Catete
Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal

Com relação às questões de energia, A Subcomissão de Energia Elétrica, no final do ano de 1955, encaminhou relatório com orientações acerca das questões da futura Capital, que se constituem em evidências da maturidade que os estudos já haviam chegado nesta fase pré-construção de Brasília. O ponto primeiro das conclusões indicava a necessidade de se prosseguir nos estudos da cachoeira do Paranoá e na preparação do projeto de aproveitamento hidrelétrico. Isso reafirma, ainda, a questão de que o lago do Paranoá era uma constante em qualquer solução urbanística para a futura capital. Por isso, inclusive, que ele foi colocado como condição inalterável à execução do Plano Piloto, quando do concurso realizado para este fim, que foi vencido por Lucio Costa. Adicionalmente, o estudo considera o inventário de outras fontes de energia hidráulica porventura existentes na região e a avaliação do prolongamento, até a nova Capital, do sistema de transmissão do rio Paranaíba. Os estudos alertam ainda para a importância da execução do anteprojeto da rede de distribuição de energia, com a localização de subestações e outras providências, tão logo se tenha uma definição do planejamento urbanístico da nova Capital (PESSOA, 1958, p. 224).

Nas questões afetas ao saneamento básico, Francisco Saturnino de Brito Filho, que depois continuaria com a NOVACAP, durante a construção de Brasília, se mostrava cético com relação à disponibilidade de água para a futura cidade, sugerindo à CLNCF que "providencie a efetivação de estudos objetivos, para um juízo satisfatório sobre a capacidade de abastecimento d'água, a fim de que na futura Capital Federal não se venham verificar, após certo tempo, as condições de penúria d'água que se encontram na atual, no Rio de Janeiro, [...]" (PESSOA, 1958, p. 201).

Em termos de planejamento, uma das mais interessantes questões que envolvem o empenho do marechal José Pessoa à frente da CLNCF envolve a ideia dele acerca de como deveria se dar a construção da cidade, de forma gradual, e de como esta construção deveria se dar de maneira autossustentável, no que diz respeito aos aspectos econômicos da questão. Juscelino, em seu livro sobre Brasília, opina que o Marechal quando renunciou à presidência da Comissão o fez porque havia assumido a recomendação do relatório Belcher de que a construção deveria se dar em etapas (KUBITSCHKE, 1975, p. 41-42). A análise do conjunto de relatórios que o Marechal produziu ao longo do tempo que esteve à frente da Comissão não sustenta, entretanto, a perspectiva de JK. Em realidade, José Pessoa entendia que a construção deveria ser progressiva, inclusive, para que ela fosse economicamente autossustentável, aspecto não enfatizado pela Belcher. Um trecho de uma exposição de motivos do Marechal à Presidência da República, ainda no ano de 1955, sobre o financiamento dos terrenos da nova Capital, é revelador:

Considerando que a área total do futuro Distrito Federal encerra cerca de 120 mil alqueires goianos (48 500 km²), infere-se, daí, que a quantia total necessária para a desapropriação será de cem milhões de cruzeiros, despesa relativamente insignificante, para o País, a qual será recuperável com larga margem, através do loteamento daquele território, cuja renda proveniente da venda dos lotes, propiciará a construção da futura capital. Somente na área urbana, a cidade contará com 100 mil lotes, que, vendidos ao preço razoável de 200 mil cruzeiros (em Goiânia, lote idêntico custa mais caro), dará 20 bilhões de cruzeiros, quantia suficiente para a construção da cidade, inclusive os principais edifícios públicos, hospital, escolas, serviços de água, esgoto, telefone e energia elétrica, além da construção de 20 mil casas para funcionários públicos, acrescentando-se, ainda, que vários dos empreendimentos acima referidos (água, telefone, energia elétrica) seriam explorados, com renda substancial para o Estado, e as casas dos funcionários pagas por estes em módicas prestações. (PESSOA, 1958, p. 228-229).

Como já se observou, entretanto, à época o presidente Café Filho não se movimentou para qualquer providência de desapropriação, obrigando o Marechal a pedir apoio ao governo de Goiás, em face da necessidade de se produzir "medidas acauteladoras contra a ganância imobiliária." (PESSOA, 1958, p. 227).

As preocupações do marechal José Pessoa com a viabilização da sua Vera Cruz eram tão amplas, que alcançaram até a questão da colonização do futuro Distrito Federal. Em ofício ao Presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o presidente da CLNCF solicita "estudos para encaminhamento àquela região [Planalto goiano], de uma corrente imigratória, composta, de preferência, de holandeses e nacionais, estes em grande maioria." (PESSOA, 1958, p. 240).

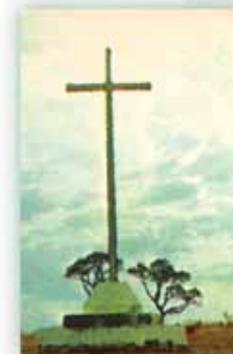
No final do ano de 1955, pouco antes da transformação da CLNCF em outra comissão, em face mesmo de ter sido superada a questão da localização que dava centralidade à atuação da Comissão, e ainda, em plena turbulência da Presidência da República, por conta da transição dos governos interinos para o já eleito, de Juscelino Kubitschek, que apenas tomaria posse em janeiro de 1956, José Pessoa insiste e faz executar aquela que seria uma das providências mais importantes à viabilização do início da construção no ano de 1956: a elaboração de um mapeamento para apoio a projetos na área do sítio, promovendo, então, concorrência administrativa entre três empresas especializadas do Brasil, VASP Aerofotogrametria de São Paulo, Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul, do Rio de Janeiro, e Geofoto, também do Rio de Janeiro, para elaboração de plantas pelo método aerofotogramétrico, de uma área de 150 km², na escala de 1:2 000, com traçado de curvas de nível a cada dois metros e com voo fotogramétrico na escala aproximada de 1:5.000. Numa área especial

de 25 km², provavelmente a área específica do plano piloto, a produção de cartas devia se dar, também, na escala de 1:1 000, com curvas de nível a cada metro. O padrão de exatidão cartográfica estabelecido pelas especificações, numa época em que ainda não havia norma sobre o assunto, equivale ao chamado Padrão de Exatidão Cartográfica – PEC – classe A, hoje normalizado pela legislação cartográfica em vigor. A vencedora do certame administrativo, que foi contratada e elaborou o mapeamento, foi a empresa Geofoto, que já havia trabalhado nas atividades de mapeamento da Belcher.

Esta foi, sem dúvida, uma providência de longo alcance da CLNCF, assim como o foi a obstinação do Marechal em promover a desapropriação da área. Não se pode dizer que seria de todo impossível construir Brasília sem essas plantas. Mas, considerando, inclusive, a necessidade depois definida de se fazer tudo a toque de caixa, para término num só governo, como foi afinal feito, todas as obras de infraestrutura, se não tivessem este mapeamento a lhes dar subsídio para anteprojeto e projeto, estariam bastante mais vulneráveis, e, adicionalmente, obrigariam a uma quantidade maior de levantamentos topográficos de campo. Vale lembrar que ao menos duas dessas obras de infraestrutura têm na representação minuciosa do relevo, nas curvas de nível, um importante condicionante: a barragem do Paranoá e o sistema de saneamento da cidade, em face de ambas demandarem, para sua precisa especificação, um conhecimento acurado das variações altimétricas do relevo. Vale observar, por exemplo, que no memorial de Lucio Costa (*apud* SILVA, 1985, p.162, grifo nosso) sobre seu Plano Piloto, logo no item 2, ele observa que "procurou-se depois a adaptação à topografia local, **ao escoamento natural das águas**, à melhor orientação, arqueando-se um dos eixos a fim de contê-lo no triângulo equilátero que define a área urbanizada." O Plano Piloto poderia até ser feito sem um mapeamento aerofotogramétrico tão



Cruz tosca colocada por Bernardo Sayão no ponto mais elevado da área onde seria construída Brasília.



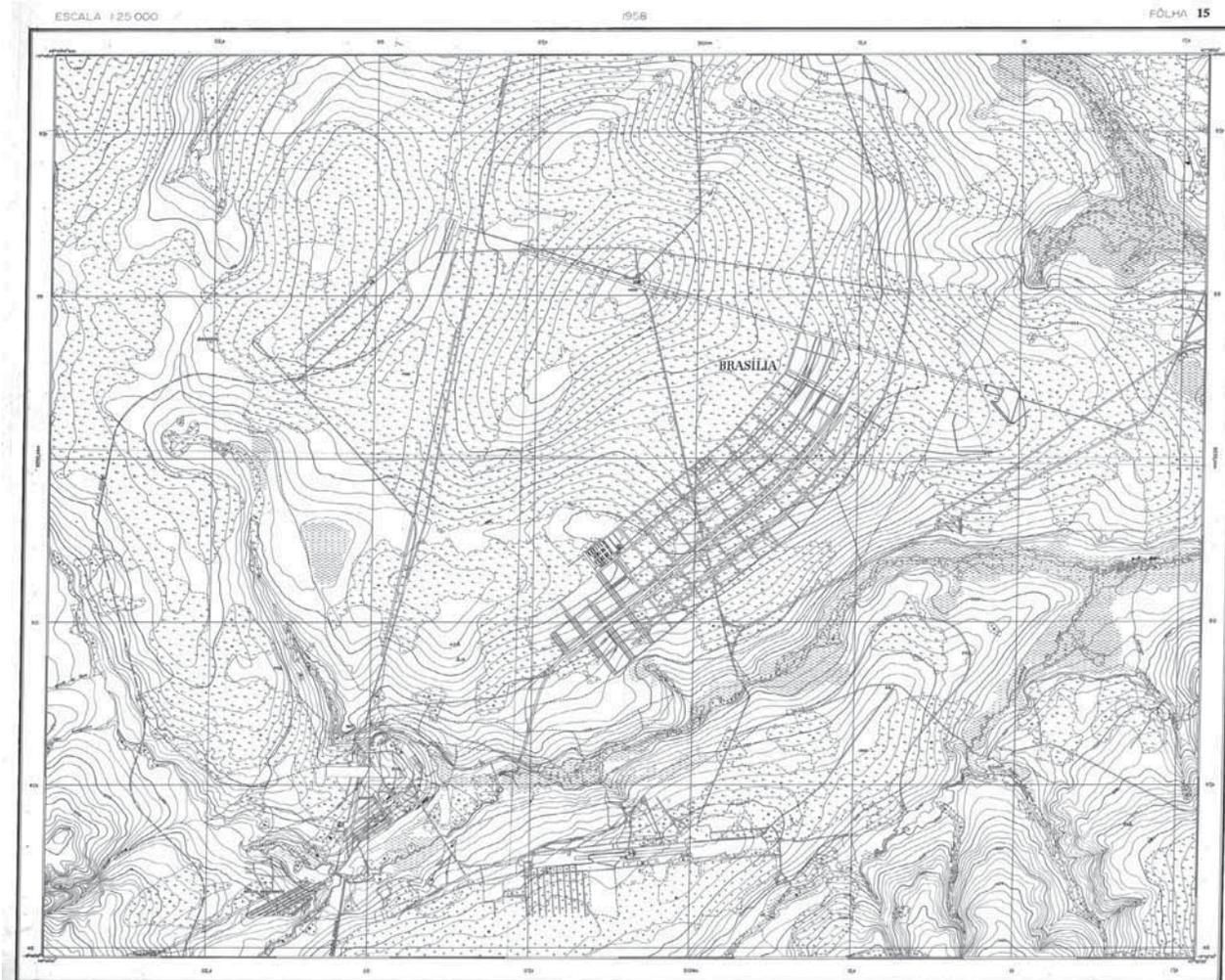
Cruzeiro erigido a mando do marechal Pessoa no ponto mais elevado da área onde seria construída Brasília.



O presidente Juscelino Kubitschek diante do Cruzeiro de Brasília

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

PLANTA AEROFOTOGRAMÉTRICA DO NOVO DISTRITO FEDERAL



Planta aerofotogramétrica confeccionada a pedido do marechal Pessoa e que foi fundamental para a inserção do Plano Piloto
Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal

detalhado. No entanto, a disponibilidade deste mapeamento de grande escala e exatidão, quando do concurso para escolha do Plano Piloto, possibilitou que a concepção do Plano se fizesse mais rica, como denota a possibilidade que Lucio Costa teve de melhor adequar sua concepção à topografia local, em face da imposição natural dada pelo escoamento natural das águas que, numa cidade, condiciona tanto o escoamento superficial, quanto mesmo o projeto das redes de infraestrutura que operam por gravidade. Como observa Ernesto Silva (1985, p. 110), essas cartas "[...] foram de preciosa utilidade para a construção da cidade e que já estavam prontas quando do lançamento do concurso para o Plano Piloto, em setembro de 1956."

Com a posse do governo JK, em janeiro de 1956, a Comissão começa a se transformar. Em realidade, ela já havia tido sua primeira transformação em dezembro de 1955, quando por conta do Decreto nº 38 281 foi transformada em Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal. Na verdade, por conta do ritmo imprimido pelo seu presidente, a CLNCF já vinha atuando no planejamento da construção desde a escolha do sítio, em abril de 1955. Com a posse de Juscelino, o Marechal entrega seu cargo, e JK não aceita sua saída, mantendo José Pessoa à frente da Comissão (SILVA, 1985, p. 107). Neste tempo, o *front* de Juscelino era jurídico, para montar o arcabouço legal que o permitisse tocar a construção da forma que ele entendia a única viável (KUBITSCHKE, 1975, p. 9).

O marechal José Pessoa permaneceu atuando na Comissão até meados de 1956, quando surgiu, nas palavras de Juscelino Kubitschek (1975, p. 28), "a primeira e última divergência entre nós dois [...], da qual resultou seu afastamento do cargo em fins de maio de 1956." Essencialmente, a questão decorria do convencimento do Marechal de que a obra não deveria ser feita em curto espaço de tempo, por

VERDADES DE
BRASÍLIA

conta da sua ideia de fazer um empreendimento auto-sustentável, em termos econômicos. Juscelino entendia que se a obra não fosse executada num único mandato da Presidência da República, ela seria inviabilizada pela troca de presidentes. Nas palavras de Kubitschek (1975, p. 42), "quase todos os governos que se iniciavam, logo revelavam a preocupação de paralisar ou de alterar as iniciativas tomadas por seus antecessores." O Marechal deve ter percebido a incompatibilidade entre o conjunto de seus planos e a ideia de estruturação do empreendimento que tinha JK, e tomou a sensata medida de sair de cena para que Juscelino, Presidente e responsável último pelo empreendimento, pudesse tocar a obra a seu modo. Parece razoável intuir que ninguém precisaria alertar um homem com a experiência de comando que tinha José Pessoa, de que consonância de ideias, num caso como esse, é imprescindível.

Com a saída do Marechal em caráter irrevogável, a nova Capital em gênese deixa de ter o codinome dado pela paixão de José Pessoa pela ideia, Vera Cruz, e fica por um tempo sem nome, até que a Câmara ressuscite o nome de Brasília, que havia sido sugerido por José Bonifácio, em 1823, em sessão da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil (KUBITSCHKEK, 1975, p. 18).

Após a saída do marechal José Pessoa, Juscelino convida Ernesto Silva, assessor do Marechal por todo seu mandato à frente da Comissão, e perfeitamente integrado às providências em curso, indicando uma espécie de reconhecimento ao trabalho feito pelas Comissões, a Comissão de Localização da Nova Capital Federal - CLNCF e sua sucessora, a Comissão de Planejamento da Construção. Outros membros da Comissão também prosseguiram, como evidencia a presença de Raul Penna Firme, Renato Lacombe e Saturnino de Brito Filho, dentre outros, nos trabalhos posteriores, inclusive da NOVACAP.

Isso parece natural, em face do bom trabalho até então desenvolvido, e até conveniente, diante da necessidade de continuidade harmoniosa entre os estudos já feitos, e os projetos e a construção que pouco à frente se iniciariam.

Conclusão

A política vive, sem culpas, da produção de mitos, da construção de versões convenientes para os acontecimentos. A investigação que deseja, entretanto, reconstruir o encadeamento dos fatos, a articulação construtiva de um processo, que o permite compreendê-lo da forma mais próxima possível de sua verdadeira gênese, não deve ceder à tentação de tratar apenas do aparente, de tratar apenas daquilo que aflora, por mais belo que seja o afloramento, como é caso desta bela e surpreendente cidade que é Brasília.

Não, Brasília não surgiu quase de um nada, como querem as versões míticas de sua construção (KUBITSCHKEK, 1975, p. 7). Há pioneiros, mas eles não se encontram apenas após a criação da NOVACAP. Fechar os olhos a todos os trabalhos que antecederam à construção e que criaram as condições para que ela ocorresse, é apenas um exercício de vaidade, uma dissimulação que visa, apenas, tornar uns mais destacados do que outros, uns mais importantes do que outros.

É preciso que se diga que sim, que realmente houve um Presidente da República que foi corajoso e competente para tocar a obra em um único mandato, a toque de caixa. E também que sim, que foram absolutamente geniais tanto o Plano Piloto de Lucio Costa quanto a arquitetura dos palácios e outras obras de arte de Niemeyer. Mas é injusto, definitivamente injusto, que a edificação da cidade



Rio de Janeiro, 1959 (Praia do Flamengo), ainda Capital Federal
Acervo de Marco Santos



Em 1959, a Nova Capital que surgia
no Planalto Central do Brasil
Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal

como um todo valha apenas pela beleza de sua arquitetura, e pelo arrojo com que sua obra foi tocada. Um País que se pretende justo, e consequente, precisa reconhecer não apenas o trabalho que aparece, que se materializa nas externalidades. É preciso, também, que se dê valor ao trabalho invisível, aquele que cria a condição para que tudo que aflora, aflore com beleza e solidez. O que seria das obras de arte geniais de Niemeyer, se não fossem os engenheiros que as tornam estruturadas e sólidas?

Tancredo Neves, trazido à baila por Ronaldo Costa Couto, permite a observação de como as coisas não se fazem a partir de um nada.

Mas o desenvolvimento não teria sido possível no governo de Juscelino se Vargas não tivesse preparado as bases, os alicerces que o possibilitassem. Você vê, por exemplo: a mudança da capital. Se o presidente Vargas não tivesse fixado o local da capital, o Juscelino ia levar o governo todo só para escolher o lugar. Quando Juscelino chega e vê Brasília fixada em um decreto – e um decreto que não veio por acaso, veio como resultante de diversas comissões que trabalharam no estudo da localização da capital – ele encontra meio caminho

andado. [...] Tudo está muito vinculado, muito estreitamente vinculado. E o caso de Brasília é típico. Nesse caso você vê que tudo estava ordenado. (NEVES apud COUTO, 2006, p. 68).

VERDADES DE
BRASÍLIA

Os trabalhos da CLNCF, que se tentou descrever e analisar neste texto, buscaram recuperar uma parte do trabalho de preparação da edificação de Brasília que, por conta da necessidade política e do deslumbramento que se associam à construção de mitos, permanece, por muito tempo, ao largo da historiografia da cidade, como se a capital tivesse, sim, sido feita de um nada.

Infelizmente, parece que a política não tem compromisso estreito com a veracidade dos fatos. Ela demanda estratégias, dissimulações e artifícios. À luz de alguns dos fatos aqui apresentados, parece realmente pouco crível que foram o comício de Jataí e o Toniquinho sejam os responsáveis pela meta-síntese do candidato Juscelino. Muito mais crível demonstra ser a perspectiva de Costa Couto de que

Brasília foi um projeto longamente amadurecido, calculado. De tramitação política quase impossível, habilmente operada, melindrosa a ponto de exigir a dissimulação da

O Palácio da Alvorada
em todo o seu esplendor
Foto: Licia Rubinstein, março de 2010
Acervo do IBGE



prioridade e interesse superior do próprio presidente. Até a inclusão no Plano de Metas foi de última hora, aparentemente improvisada. [...] Mas a ideia não era nova em JK. Estava no bolso do colete, agora presidencial, havia muito tempo. [...] Juscelino estava envolvido com esse projeto desde a Constituinte de 1946. Então deputado pelo PSD mineiro, mergulhou fundo no assunto (COUTO, 2006, p. 21).

Esta mesma dissimulação pode justificar um esquecimento, em relação aos trabalhos feitos anteriormente, um intencional não reconhecimento de importância daquilo que está na base do que se edifica depois. A observação de que “durante a gestão do Marechal algumas providências foram tomadas, visando a fazer-se um levantamento racional da região, antes que pudesse ser realizada qualquer obra” (KUBITSCHKEK, 1975, p. 28), não condiz com a continuidade dos trabalhos de infraestrutura que foram estudados desde muito antes da NOVACAP. O Plano Piloto e os palácios e grandes monumentos são todos posteriores à CLNCF, mas o que dizer da barragem do Paranoá, do sistema de saneamento, da desapropriação e do que mais se viu, e não é tudo, neste texto? Seria isso um quase nada?

O que se viu aqui neste texto foi o trabalho de uma Comissão, a CLNCF, composta por inúmeros técnicos competentes, aos quais até Le Corbusier quis se juntar, formada e operada para criar as condições para que a construção e a mudança da Capital pudessem ocorrer. A Comissão teve num primeiro momento a tocada pragmática do general Caiado de Castro, e depois o trabalho apaixonado do marechal José Pessoa, que deu à cidade o codinome apaixonado de Vera Cruz.

José Pessoa assumiu a Comissão num momento delicado, após a morte de Getúlio e a posse do governo interino de Café Filho, e a conduziu por um período delicadíssimo, no qual as instabilidades no poder federal fizeram a Presidência da República transitar de Café Filho para Carlos Luz, e deste para Nereu Ramos, a tudo isso acrescidas as manobras, frustradas, para impedir a posse do presidente

eleito, Juscelino Kubitschek (FAUSTO, 2004, p. 421-422). A CLNCF era diretamente vinculada à Presidência da República. A despeito desta quase liquefação da liderança maior da Presidência da República, neste período, José Pessoa não arrefeceu a condução do processo da nova Capital. Apesar de todas as turbulências, manteve os olhos fixos no objetivo maior de viabilizar a transferência da Capital e, com isso, manteve a Comissão operando o tempo todo, criando, com efeito, as condições de base para que a construção pudesse ser iniciada tão logo houvesse a decisão política para tal. Sua gestão para desapropriação das terras pelo governo de Goiás, em face da inoperância da Presidência da República, bem como a contratação dos mapeamentos básicos para projeto de engenharia, em plena convulsão da transição presidencial deste período, evidenciam como o Marechal comandava com os olhos fixos no horizonte, a despeito das turbulências que enfrentava. Trata-se de um exemplo da importância da profissionalização da função pública, à margem dos interesses políticos, sempre circunstanciais. Se não tivesse sido assim, muito provavelmente, Juscelino não teria encontrado condições suficientes para tomar a decisão de construir Brasília num só mandato. Sem o longo e cuidadoso desenvolvimento de um embrião chamado afetuosamente de Vera Cruz, preservado das instabilidades do meio, a bela Brasília que dele se origina não estaria pronta para nascer.

Referências

CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966. v. 2: Memórias políticas e confissões humanas.

CÂMARA, Hiram de Freitas. *Marechal José Pessoa: a força de um ideal*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985. 209 p. (Biblioteca do Exército, 546. Coleção General Benício, v. 233).

CORNELL University. Obituaries. *Cornell Chronicle*, Ithaca, New York, v. 36, n. 27, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.news.cornell.edu/Chronicle/05/3.17.05/obits.html>>. Acesso em: mar. 2010.

COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. 5. ed. ver. Rio de Janeiro: Record, 2006. 399 p.

DONALD J. BELCHER ASSOCIATES INC. *Relatório técnico sobre a nova Capital da República*. 2. ed. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1956.

FAGUNDES, Placidino Machado. Aplicações da fotografia aérea e sua adequada terminologia. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 27, n. 204, p. 83-85, maio/jun. 1968. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplio.php?link=boletimgeografico&titulo=Boletim%20Geogr%E1fico>. Acesso em: mar. 2010.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch, 1975. 370 p.

MATTOS, Allyrio Huguene de. *As necessidades da cartografia brasileira*. Trabalho apresentado no XI Congresso Brasileiro de Geografia, Porto Alegre, [1954a]. Disponível em: <http://www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/?destino=AHMattos_prodtcm.html>. Acesso em: mar. 2010.

MATTOS, Allyrio Huguene de. *A quem interessar possa*. Carta-manifesto sobre o trabalho apresentado no XI Congresso de Geografia, Rio de Janeiro, jul. 1954b. Disponível em: <http://www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/?destino=AHMattos_prodtcm.html>. Acesso em: mar. 2010.

MENDONÇA, Nadir Domingues. *21 de abril de 1960: Brasília, a nova Capital*. São Paulo: Lazuli; Nacional, 2007. 116 p.

NIEMEYER, Oscar. *Minha experiência em Brasília*. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006. 52 p.

PESSOA, José. *Nova metrópole do Brasil: relatório geral de sua localização*. Rio de Janeiro: SMG-Imprensa do Exército, 1958. 368 p.

SILVA, Ernesto. *História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 1985. 398 p.

SILVEIRA, José Peixoto da. *A nova Capital: por que, para onde e como mudar a Capital Federal*. [Rio de Janeiro]: Pongetti, 1957. 357 p.

Marechal Aginaldo Caiado de Castro: um personagem da história a ser redescoberto

Marco Aurélio Martins Santos

Aginaldo Caiado de Castro era carioca, nascido em 2 de outubro de 1899, sendo filho de João Alves de Castro e Teresina Caiado de Castro.

Caiado de Castro estudou no Colégio Diocesano São José, na cidade mineira de Uberaba, vindo posteriormente para o Rio de Janeiro completar seus estudos secundários no Colégio Militar. Entrou para o Exército em fevereiro de 1917, matriculando-se logo em seguida na Escola Militar do Realengo. Lá, fez cursos de infantaria e cavalaria.

Tornou-se aspirante em janeiro de 1921 e em fevereiro já estava inscrito no 1º Regimento de Infantaria, na Vila Militar, no Rio de Janeiro (atual Regimento Sampaio), onde serviu até 1922. Enquanto esteve ali, foi segundo-tenente, desde maio de 1921. Em outubro de 1922 já tinha sido promovido para primeiro-tenente. Em 1923, conseguiu um posto no 4º Batalhão de Caçadores, em São Paulo.

Na capital paulista, ele acabou envolvido no combate ao segundo movimento tenentista, o que ocorreu em São Paulo. No dia 5 de julho, quando irrompeu a revolta, Caiado de Castro foi aprisionado pelos rebeldes. Ele ainda tentou reverter a detenção dando voz de prisão aos líderes da revolta, general Isidoro Dias

Lopes (1865-1949) e marechal reformado Odílio Bacelar. Todavia, não conseguiu atingir seu objetivo, pois, no momento preciso, um sargento com quem combinara a tentativa resolveu trai-lo. Caiado de Castro ainda travou luta corporal com o tenente Asdrúbal Gwyer de Azevedo (1897-1970) e com o então capitão Juarez Távora (1898-1975), mas foi dominado e preso. Quando foi libertado, juntou-se aos legalistas na brigada do general Tertuliano de Albuquerque Potyguara (1873-1957) e foi abrir combate aos rebeldes no bairro paulistano da Mooca. Com o avanço dos rebeldes, Caiado de Castro foi designado para participar da escolta à comitiva que conduziu o presidente do Estado de São Paulo (cargo semelhante ao do atual governador) Carlos de Campos até Mogi das Cruzes.

Com o desenrolar dos combates, os rebeldes perderam posições e tiveram que deixar a capital paulista, movendo-se para o interior do estado e daí para os estados mais ao sul, quando se encontraram com a chamada Coluna Prestes. Em 1925, Caiado de Castro integrou um batalhão que deu combate à Coluna Prestes. No ano seguinte, o então ministro da Guerra, general Fernando Setembrino de Carvalho (1861-1947) designou o general Álvaro Mariante (1875-1950) para reunir tropas e partir para a Bahia, para enfrentar a Coluna Prestes, que já tinha chegado àquele estado. Caiado de Castro foi convidado a integrar-se ao estado-maior de Mariante, sob o comando do então capitão Pedro Aurélio de Góis Monteiro (1889-1956). Durante os combates à Coluna Prestes, Caiado recebeu a promoção para capitão, por bravura. Isso em outubro de 1926. Apesar das tentativas legalistas, os rebeldes comandados por Luís Carlos Prestes (1898-1990) conseguiram resistir e se deslocaram pelo Território Nacional até embrenharem-se na Bolívia. Caiado de Castro e Góis Monteiro redigiram o relatório, descrevendo as lutas contra os soldados da Coluna.

De 1927 até 1930, Caiado esteve lotado na Diretoria de Aviação Militar, no Rio de Janeiro, ainda sob as ordens de Góis Monteiro, ou substituindo-o interinamente, junto com outros oficiais, quando aquele se afastou do órgão. No momento em que irrompeu a Revolução de 1930, Caiado era chefe de gabinete do general Mariante e ambos não se envolveram no levante, nem lhe opuseram resistência.

Vida de militar sempre leva a transferências e viagens. Em janeiro de 1932, Caiado de Castro estava lotado no 6º Regimento de Infantaria, com sede na cidade paulista de Caçapava. Foi quando estourou a Revolução Constitucionalista, que contou com a sua adesão. Ele participou de combates contra as tropas do governo varguista em vários locais do Vale do Rio Paraíba do Sul. Com a derrota dos insurgentes, Caiado foi reformado por ato administrativo e durante o período em que esteve fora do Exército entrou para a faculdade de Direito de Niterói, vindo a formar-se advogado. Com a anistia aos revoltosos, concedida pelo presidente Getúlio Vargas, ele voltou às Forças Armadas, matriculando-se em um curso na Escola do Estado-Maior, onde permaneceu estudando de 1934 até 1936. Neste ano, alcançou a patente de major, no ano seguinte, era oficial lotado no próprio Estado-Maior do Exército - EME. Foi quando aconteceu o triste episódio de nossa História, conhecido como *Plano Cohen*, que levaria à ditadura do Estado Novo.

Há uma versão que diz que Caiado de Castro teria surpreendido o capitão *Olympio Mourão Filho* (1900-1972), integralista de quatro costados, reproduzindo em uma máquina de datilografar um documento sobre um suposta insurreição comunista. Caiado teria sugerido que ele falasse sobre o documento com o general Góis Monteiro, chefe do EME. Olympio teria respondido que não faria isso, por ser conhecido como integralista, logo, inimigo crucial do

* Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE, jornalista, Analista em Planejamento e Gestão de Informações Geográficas e Estatísticas no IBGE.

perfil

comunismo, o que poderia tirar o crédito da denúncia. Caiado de Castro, então, levou o fato ao conhecimento de seu superior, que instou Olympio a deixar uma cópia do documento em suas mãos para as devidas providências. Posteriormente, Mourão negaria esta hipótese, afirmando que aquele documento era uma espécie de "exercício dos integralistas em resposta a uma hipotética insurreição comunista" (BELOCH; ABREU, 1984, p. 722). De hipotético em hipotético, aquele documento fictício (posteriormente, a História provou que os comunistas nada tiveram a ver com ele), serviu para que o presidente Getúlio Vargas decretasse o Estado Novo, atropelando as eleições diretas marcadas para o ano seguinte, submergindo o País em ditadura atroz por oito anos.

Caiado de Castro permaneceu no EME até junho de 1938, quando se transferiu para o 14º Regimento de Infantaria, com sede no município fluminense de São Gonçalo. No ano seguinte, ele foi incorporado na missão, chefiada por Góis Monteiro, que foi aos Estados Unidos com o objetivo de planejar formas de cooperação entre os dois países, caso o perigo de guerra mundial que pairava no mundo naquele momento realmente se concretizasse.

Em maio de 1940, ele foi novamente promovido, desta vez para tenente-coronel, sendo transferido, no ano seguinte, para a 8ª Região Militar, em Belém, no Estado do Pará, onde esteve até 1943. Neste ano, ele foi novamente aos Estados Unidos para estágio, como preparação do Brasil para entrar na II Guerra Mundial. Retornando ao Brasil, foi lotado no 1º Regimento de Infantaria, na Vila Militar, no Distrito Federal, mas ainda voltaria aos Estados Unidos para fazer curso na *The Infantry School*, em Fort Benning, no Estado ianque da Georgia.

Com a participação do Brasil na grande guerra, Caiado embarcou do Rio para Nápoles, na Itália, em setembro de 1944, integrando a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, que posteriormente seria conhecida como Força Expedicionária Brasileira – FEB. No teatro de operações da guerra, ele foi inicialmente designado para o comando do 1º Regimento de Infantaria, na Itália. Em fevereiro, ele comandou as investidas brasileiras para tomar Monte Castelo, o que foi conseguido a duras penas e com pesadas baixas nas tropas brasileiras. Caiado participaria de vários combates, comandando tropas ao lado ou sob as ordens do general Euclides Zenóbio da Costa (1893-1962) e do general Osvaldo Cordeiro de Farias (1901-1981), duas legendas da FEB.

Mesmo com o cessar-fogo decretado em maio de 1945, Caiado de Castro ainda permaneceria na Itália até agosto daquele ano, quando regressou ao Brasil com seus comandados. Eram tempos de democratização e os militares se movimentaram para encerrar o Estado Novo de Vargas, depondo o presidente, com o general Góis Monteiro à frente. Caiado de Castro manifestou suas simpatias para com este movimento.

Em 1947, foi promovido a general-de-brigada, e esteve lotado em São Paulo até o ano seguinte. Em seguida, foi para Recife, como subcomandante da 7ª Divisão de Infantaria, onde permaneceu até 1949, quando voltou ao Distrito Federal para servir na Escola Superior de Guerra.

Em abril de 1952, com Vargas de volta ao poder como presidente eleito, ele substituiu o general Ciro do Espírito Santo Cardoso (1898-1979) como chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. E durante o período em que esteve no cargo, foi promovido a general-de-divisão, em 1953.



General Aguiinaldo Caiado de Castro
Acervo da Fundação Getúlio Vargas –
FGV/CPDOC

Neste cargo, Caiado de Castro participou de dois momentos significativos de nossa História. O primeiro deles foi quando Getúlio Vargas o convocou para presidir a Comissão de Localização da Nova Capital Federal. Esta comissão teria um chefe nomeado pela presidência e de um representante de cada ministério, assim como representantes do Conselho de Segurança Nacional, do Estado de Goiás, do IBGE, do Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP e da Fundação Brasil Central.

Tão logo foi empossado por Getúlio, o general Caiado de Castro contratou a empresa Cruzeiro do Sul Aerofotogrametria para proceder ao levantamento aerofotométrico da área conhecida como Retângulo do Congresso – espaço de 52 mil quilômetros quadrados determinado pelo Congresso, entre os paralelos 15 e 17 e os meridianos 46 e 49. Em janeiro de 1954, a firma brasileira que fazia parte da empresa Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda. (posteriormente absorvida pela VARIG), completou o serviço e entregou as fotografias à Comissão. Com posse do material, Caiado de Castro pesquisou no mercado uma outra empresa que pudesse realizar a análise das fotos. Havia duas firmas no mercado, uma alemã e outra norte-americana. Caiado optou pela segunda, considerada a melhor disponível. Ele entrou em contato com a empresa *Donald J. Belcher and Associates Incorporated* e, em 25 de fevereiro de 1954, foi assinado o contrato de prestação de serviços entre esta firma e a Comissão do Vale do São Francisco, que assinou "por delegação da Comissão de Localização da Nova Capital" (SILVA, 1985, p. 76). O valor do contrato foi de 350 mil dólares ou seis milhões e quatrocentos mil cruzeiros.

Em 24 de agosto de 1954, perto da conclusão dos trabalhos da Belcher, aconteceu um fato marcante na política brasileira, que traria desdobramentos nos trabalhos da Comissão. O presidente Getúlio

Vargas, pressionado a renunciar como decorrência de acontecimentos de enorme gravidade, naquele momento, suicidou-se com um tiro no coração, deixando a vida e entrando para a História.

Caiado de Castro, por esta época, já estava cuidando do segundo momento significativo de nossa História, que contou com sua participação. Por ocasião do atentado ao jornalista Carlos Lacerda (1914-1977), em que morreu o major da Aeronáutica Rubem Florentino Vaz (1922-1954), Caiado foi designado para acompanhar as investigações, apurando responsabilidades.

Após conversa com Getúlio, o general Caiado emitiu nota à imprensa, na noite do dia 22 de agosto, assegurando a intenção do presidente cumprir integralmente o seu mandato, contando com o apoio das Forças Armadas. Todavia, os generais Zenóbio da Costa, Mascarenhas de Moraes (1883-1968) e Odílio Denis (1892-1985) se reuniram com ele e asseguraram que era impossível resistir à pressão dos militares favoráveis à renúncia. Mesmo sob aquela pressão, na madrugada de 23 para 24 de agosto, Caiado reunido com o ministério e familiares do presidente, fez dramático apelo a Vargas para que resistisse. O presidente se matou e Caiado de Castro, quando soube da notícia, teve forte abalo emocional, que inclusive lhe trouxe prejuízo à saúde.

Com a assunção do vice-presidente ao cargo mandatário da Nação, Caiado de Castro deixou o Gabinete Militar e a presidência da Comissão para Localização da Nova Capital, embora o Presidente João Café Filho (1899-1970) o tenha convidado a permanecer no cargo. O General passou o comando do marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1885-1959).

Caiado optou por se candidatar ao cargo de senador pelo PTB, nas eleições de outubro de 1954, conseguindo se eleger com 331 704

votos. No momento da definição da chapa presidencial, discorreu da corrente que apontava Juscelino Kubitschek (1902-1976) e João Goulart (1919-1976) para presidente e vice, preferindo que o partido constituísse uma frente populista, apoiando a chapa Adhemar de Barros (1901-1969)-Danton Coelho (1906-1961).

Quando tentou retornar à presidência, João Café Filho, vice de Getúlio que se licenciara, encontrou resistência dos políticos e das próprias Forças armadas. O Congresso votou pelo seu impedimento e o senador Caiado de Castro foi um dos que votaram favoravelmente a esta medida.

Caiado viu a inauguração de Brasília, foi promovido a general-de-exército, em 1958, passou para reserva e nesta condição chegou ao cargo de marechal. Cumpriu fielmente o seu mandato até janeiro de 1963, e, após ter combatido o bom combate, descansou no dia 7 de julho daquele mesmo ano, deixando inconsoláveis sua viúva Josefa Freire Amazonas Caiado de Castro e sua filha Magali. O marechal Caiado de Castro definitivamente é um personagem que viveu bem perto das luzes da História recente do Brasil, e que precisa ser redescoberto e trazido aos holofotes de uma aprofundada pesquisa.



Caiado de Castro, Tancredo Neves e outros na comemoração do aniversário de Ivete Vargas. Acervo da Fundação Getúlio Vargas - FGV/CPDOC

Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque:
uma vida determinada pelo ideal

Marco Aurélio Martins Santos*

José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque nasceu em 12 de setembro de 1885, em Cabaceiras, na Paraíba, filho de Cândido Clementino Cavalcanti de Albuquerque e Maria Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Pelo lado materno, tinha familiares que se tornaram ilustres. Seu tio, Epiácio Pessoa (1865-1942), foi presidente da República de 1919 a 1922. Seu irmão, João Pessoa (1878-1930), foi presidente da Paraíba¹ de 1928 até 1930, quando foi assassinado por um inimigo político.

Quando em idade escolar, foi para a cidade da Paraíba (atual João Pessoa), capital do estado, onde fez seus primeiros estudos. Em 1903, transferiu-se para Recife, onde alistou-se no 2º Batalhão de Infantaria e de lá seguindo para o Rio de Janeiro, onde entrou para a Escola Preparatória e Tática, no bairro carioca de Realengo. Em 1909, foi para Porto Alegre, onde se matriculou na Escola Militar, saindo de lá aspirante-a-oficial. Em 1913, foi promovido a segundo-tenente, chegando a primeiro-tenente cinco anos depois. Durante algum tempo, esteve à disposição da Brigada Policial do então Distrito Federal, até ser enviado para o Mato Grosso com a missão de conter disputas entre as regiões norte e sul do estado. De lá, foi para a Bahia

* Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE, jornalista, Analista em Planejamento e Gestão de Informações Geográficas e Estatísticas no IBGE.

¹ Ao tempo da Primeira República, os dirigentes de alguns estados eram chamados de Presidente, como fora o caso da Paraíba. Outros estados já adotavam a denominação de governador, que acabou consagrado após a Constituição de 1946, e segue sendo usado até hoje.

servir como ajudante-de-ordens e assistente do inspetor da 10ª Região Militar, na Bahia.

Em 1918, ele viajou para a França para fazer um estágio na Escola Militar de Saint-Cyr. Foi quando apresentou-se como voluntário para lutar nas fileiras francesas, numa unidade de Carros de Combate – uma nova arma que surgia nos campos de batalha – naquele que seria o último ano da I Guerra Mundial. O tenente José Pessoa comandou um pelotão de soldados franceses do 4º Regimento de Dragões. Foi condecorado por atos de bravura e promovido a capitão em 1919. Com o fim da guerra, permaneceu na França como enviado do Exército Brasileiro para comprar material bélico. Aproveitou a sua permanência em terras francesas para frequentar o curso prático de artilharia de assalto no Centre D'études Des Chars de Combats (Centro de Estudos de Carros de Combate). Neste mesmo ano, foi designado para acompanhar os reis da Bélgica Alberto (1875-1934) e Elisabeth (1876-1965) em sua primeira viagem ao Brasil, assim como no seu retorno a Bruxelas.

Depois de cumprida esta missão, Pessoa retornou ao Brasil naquele mesmo 1920, "com o espírito retemperado numa guerra de grandes e com seus conhecimentos atualizados no que havia de mais moderno na tática terrestre" (MATTOS, 1985, Apresentação). Tão logo aqui chegou, foi designado para organizar a primeira unidade de tanques do Exército Brasileiro, onde permaneceu por três anos. Quando instado a escolher os primeiros carros de combate que o Exército Brasileiro compraria, ele escolheu o modelo Renault FT-17. Publicou, em 1921, o livro *Os tanks na guerra européia*, o primeiro sobre o assunto na América Latina. Em 1923, saiu sua promoção para major. Logo em seguida, foi indicado para o posto de subcomandante da Escola Militar do Rio de Janeiro. Antes de chegar à patente de



Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque
Acervo do brigadeiro
José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque

tenente-coronel, em 1927, ele recebeu a incumbência de comandar o 1º Regimento de Cavalaria Divisionária – os chamados *Dragões da Independência*. Nos anos de 1928 e 1929, ele comandava a 2ª Brigada de Cavalaria e fazia curso na Escola de Aperfeiçoamento de Cavalaria, alcançando a patente de coronel.

O turbilhão político verificado em outubro de 1930 teve a participação direta do coronel José Pessoa. Seu irmão foi assassinado na Paraíba, numa briga meramente regional entre adversários políticos, mas que foi capitalizada pelos insurgentes, que aproveitaram para insuflar a população contra o presidente Washington Luís (1869-1957). José Pessoa, então comandando o 3º Regimento de Infantaria, junta seus comandados a um grupamento civil e invade o Palácio Guanabara, onde estava o acudado presidente da República, que acabou preso, sendo conduzido pelo coronel insurgente para o Forte de Copacabana.

Com a vitória dos revoltosos de 1930, comandados por Getúlio Vargas (1882-1954), Pessoa passou um curto período como comandante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, sendo logo designado, naquele mesmo ano, para o comando da Escola Militar de Realengo, onde fora estudante no início de sua carreira militar. Era o momento ideal para ele por em prática os ensinamentos que verificara em seu período na Europa. Reformou as instalações da escola, estabeleceu uma doutrina para a formação do corpo de oficiais brasileiros, o que conseguiu com a ajuda de instrutores com curso de Estado-Maior trazido ao Brasil pela missão Militar Francesa de 1920. Ele via a Escola como um educandário, muito mais que um simples quartel. Ele fez mudança nos uniformes, recriou o espadim de Caxias como símbolo da honra militar, e com isso faz com que ser aluno da Escola galgue posições na sociedade carioca.

A partir de sua experiência no comando da Escola de Realengo, ele teve a ideia de criar uma nova escola, uma Academia que dotasse o Exército de uma formação moderna, acompanhando o que havia de melhor e mais novo no mundo. O *cadete de Caxias* teria que fazer sua formação em instalações condignas, ser submetido a um rigoroso sistema de formação, com claras e sólidas regras ética e moral.

Em 1933, ele pretendia fincar a pedra fundamental em Resende, município que escolhera para o estabelecimento de ensino. Todavia, seu projeto inicial foi desfigurado ao longo de muitos palpites de patentes bem mais altas que a sua. E ele se recusou em participar dos planos de construção da Escola que estava no papel, tão diferente da que estava na sua mente.

Ainda neste ano, ganhou promoção para general-de-brigada e, no ano seguinte, enfrentou uma forte rebelião de cadetes da Escola de Realengo. Insatisfeito com a solução dada ao imbróglio, pediu demissão do comando da Escola. Foi designado como inspetor e comandante do Distrito de Artilharia de Costa da 1ª Região Militar, no Distrito Federal.

Por ocasião da Intentona Comunista, de 1935, o então general Pessoa foi chamado a uma reunião para examinar a situação do País e para discutir sobre a necessidade de se rever as leis punitivas para os insurretos. Pessoa discordou de todos os presentes, alegando que aquela seria uma atribuição de juristas, não de generais. No seu entender, aquela reunião deveria se circunscrever a servir como moção de apoio ao ministro da Guerra, para que este, dentro das atribuições constitucionais, agisse junto aos órgãos competentes para solicitar punição aos que cometeram crimes.

Quando no ambiente político se entabulavam discussões sobre a sucessão presidencial do presidente Getúlio Vargas, em 1937, houve

Marechal José Pessoa e membros da Comissão em visita ao Planalto Central
Acervo do brigadeiro José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque



perfis

uma corrente militar contrária a realização de eleições e também havia os favoráveis e os neutros. O general **Góis Monteiro** (1889-1956), membro atuante do movimento que queria abolir as eleições marcadas, acusou o general Pessoa de inimigo do regime, por conta de uma suposta reunião na sua casa para conspirar contra o governo. José Pessoa escreveu diretamente para o presidente, desmentindo Góis e alertando que processaria o seu acusador. No decorrer dos fatos, Góis Monteiro e outros militares linha-dura prevaleceram, as eleições não aconteceram em virtude do golpe conhecido como Estado Novo. José Pessoa, que estava cotado para um cargo de comando em Belo Horizonte, ficou um tempo na condição de "homem ao mar", ou "encostado" (BELOCH; ABREU, 1984, p. 2706), segundo palavras de Nelson Werneck Sodré (1911-1999), até que foi nomeado, em 1938, comandante da 9ª Região Militar, em Mato Grosso, bem longe do centro de decisões nacionais.

Em 1940, foi promovido a general-de-divisão, três anos depois foi enviado ao Paraguai, como embaixador extraordinário à posse do presidente daquela nação. Ainda em 1943, participou da comissão que elaborou a defesa dos portos de Rio e Santos e também os portos fluviais de Mato Grosso e no rio São Francisco. Em 1944, se elegeu presidente do Clube Militar, permanecendo no cargo até 1946. Naquele ano, em 1ª de janeiro, foi inaugurada a Escola Militar de Resende, antigo sonho de Pessoa. Ele queria que o nome fosse Academia Militar das Agulhas Negras, mas por determinação do general Eurico Dutra (1883-1974), prevaleceu o nome como Escola. Somente em 1952, por decreto de Vargas, de 23 de abril, o estabelecimento adotou o nome sugerido por seu idealizador.

Por ocasião do fim da II Guerra Mundial, Pessoa foi escolhido para organizar comitês de boas-vindas aos ex-combatentes. Ele

colaborou para a queda de Vargas ao lançar um manifesto contra o "queremismo" e contra a nomeação de Benjamim Vargas para a Chefatura de Polícia do Distrito Federal.

Nomeado adido militar na embaixada brasileira na Inglaterra, esteve fora do País entre 1946 e 1948. Tomou parte na fundação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, que articulou a campanha "O Petróleo é Nosso". Ainda em 1948, chefiou o Comando da Zona Militar Sul (que mais tarde seria III Exército), que abarcava tropas de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e, no ano seguinte, na sua data do seu 64º aniversário, ele foi transferido para a reserva, como general-de-exército. Esta data se tornou especialmente grata ao velho homem de Armas. Ele fora convidado para ir até a Escola Militar de Resende que criara e lá foi designado como "comandante por um dia", entregou espadins aos cadetes, recebeu tocante homenagem do então comandante de lá, general **Cyro do Espírito Santo Cardoso** (1898-1979). José Pessoa fez um discurso memorável naquela solenidade, até hoje lembrado naquele estabelecimento de ensino.

Estava José Pessoa em seu retiro da vida pública, após uma brilhante carreira militar, desde 1953 tornado marechal, quando foi convidado, em outubro de 1954, pelo então presidente **João Café Filho** (1899-1970), que assumira o governo após o suicídio de Vargas, para uma missão especial: comandar a Comissão de Localização e Planejamento da Nova Capital Federal, no Planalto Central. E ele aceitou a incumbência com o mesmo ardor patriótico que o moveu durante sua vida. Não recebeu nenhuma remuneração por isso. E fez um excelente trabalho.

Ele herdou a Comissão após um período em que ela esteve sob o comando de um outro companheiro de armas, o general **Aguinaldo**



Marechal José Pessoa colhendo flores no Planalto Central para sua tia, Mary Sayão Pessoa, viúva do presidente Epitácio Pessoa

Acervo do brigadeiro brigadeiro José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque

Caiado de Castro (1899-1963), escolhido por Getúlio Vargas, em 1953, e que já tinha convidado uma empresa brasileira para os trabalhos aerofotogramétricos – a Aerofoto Cruzeiro do Sul – e uma firma norte-americana, a Donald J. Belcher and Associates, para realizar a devida análise e estudos aerofotogramétricos. Embora convidado a permanecer no cargo, Caiado preferiu se afastar.

Tão logo, Pessoa assumiu, verificou que a Comissão não tinha ainda uma sede própria, funcionando na sala do chefe do gabinete Militar da Presidência (o próprio Caiado de Castro). Após rápida peregrinação, ele conseguiu duas salas na Comissão do Vale do São Francisco, situada na Av. Presidente Wilson, defronte à Embaixada dos Estados Unidos. Ali ele se reunia com os membros da Comissão, incluindo o representante do IBGE, o geógrafo Fábio de Macedo Soares Guimarães (1906-1979), e o representante do Ministério da Educação e Cultura, engenheiro Paulo de Assis Ribeiro (1906-1974).

Com seu dinamismo e capacidade de trabalho, José Pessoa esteve no Planalto Central, acompanhado dos técnicos da Comissão e arrolaram cinco sítios, nomeados por cores: verde, azul, amarelo,

vermelho e castanho. A Comissão decidiu por este último, que estava localizado no centro do Quadrilátero Cruls e já tinha sido indicado pela Comissão Polli Coelho (por sugestão da expedição comandada por Francis Ruellan). O presidente Café Filho relutou em iniciar as desapropriações da área conhecida como Sítio Castanho, o que levou o marechal a viajar para o Planalto em busca de apoio do governador de Goiás, José Ludovico (1906-1989), que corajosamente aceitou a sugestão e assinou ele próprio o decreto que autorizava a desapropriação em 1ª de maio de 1955.

Em 24 de novembro daquele mesmo ano, José Pessoa entregou o relatório de sua Comissão ao presidente Café Filho. Por sua sugestão, a nova capital deveria se chamar "Vera Cruz". Há diversos documentos em que este nome aparece.

Com Juscelino Kubitschek (1902-1976) presidente eleito e assumindo o governo, Pessoa foi ao Palácio do Catete para prestar contas de sua missão e entregar o cargo. Kubitschek pediu para ele permanecer no cargo, mas em fins de maio de 1956, ele entregou o cargo de forma irrevogável por meio de uma longa carta dirigida

ao presidente. Sua missão já tinha sido cumprida, era hora do empreendedorismo avassalador de Kubitschek levar adiante o antigo sonho de mudar a capital para o Planalto Central.

Os olhos de José Pessoa não viam a capital de pé. No dia 16 de agosto de 1959 retirou-se da vida e virou História, deixando entristecidos sua esposa Blanche Mary, seus filhos Joy, José e Elizabeth, e todos os brasileiros que se orgulham de seus heróis.

Referências destes perfis

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (Org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*: 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC: Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP, 1984.

MATTOS, Carlos de Meira. Apresentação. In: CÂMARA, Hiram de Freitas. *Marechal José Pessoa*: a força de um ideal. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985. (Biblioteca do Exército, 546. Coleção General Benício, v. 233).

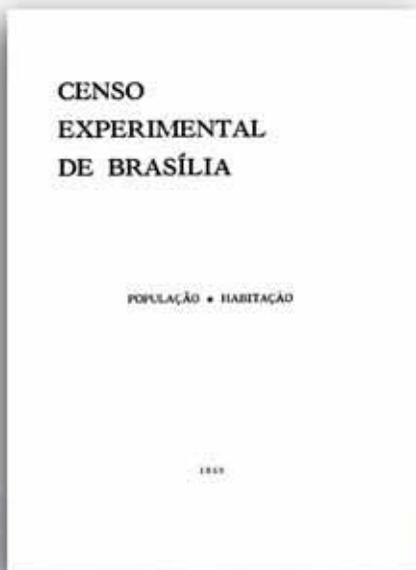
SILVA, Ernesto. *História de Brasília*: um sonho, uma esperança, uma realidade. Brasília: Senado Federal, 1985.

O INÍCIO DA CAPITAL



PARTE

Imagem de abertura da 2ª parte: Plano piloto de Brasília,
criado por Lucio Costa
Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal



Folha de rosto da publicação do *Censo Experimental de Brasília: população-habitação* Acervo do IBGE

Vista parcial de eventos no escritório-sede da NOVACAP – Candangolandia, DF

Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal



Em 1959, o censo experimental na alvorada de Brasília

Luiz Antônio Pinto de Oliveira*

Entre as atividades de planejamento dos censos demográficos no Brasil, faz parte a realização de testes-piloto para avaliação da forma e estruturação dos instrumentos operacionais censitários e, de modo mais integrado, a execução de um censo experimental, em um município selecionado, para o teste geral dos instrumentos de coleta. Tais procedimentos são adotados permanentemente nas operações censitárias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE até o presente.

Para a realização do Censo Demográfico de 1960, o IBGE encarregou o Núcleo de Planejamento Censitário, órgão do Conselho Nacional de Estatística, da preparação dos trabalhos de planejamento do recenseamento geral. Para este Censo, o IBGE introduziu alguns aperfeiçoamentos metodológico e operacional, destacando-se o procedimento pioneiro do processo de amostragem para levantamento de diversas características da população.

O Censo experimental de Brasília, realizado em 17 de maio de 1959, foi o segundo inquérito de caráter experimental realizado pelo Núcleo de Planejamento Censitário com vistas ao Censo de 1960, tendo sido o primeiro efetuado no Município de Ituiutaba, na região do chamado Triângulo Mineiro.

Em relação ao Censo de Brasília, o volume publicado pelo IBGE em 1959, denominado *Censo experimental de Brasília; população, habitação*, 17 de maio de 1959, destaca que o próprio Presidente da República havia manifestado "interesse de conhecer de forma mais ampla possível, a situação demográfica da área da Nova Capital".

Para a viabilização do censo experimental, a publicação destaca também o apoio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, das firmas construtoras, do Ministério da Aeronáutica e do Conselho Nacional de Geografia. O inquérito teve como coordenador-geral o Sr. Newton Pires de Azevedo, do Serviço Nacional de Recenseamento e do Núcleo de Planejamento Censitário e a participação na Direção de

* Mestre em Demografia Econômica, pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Coordenador de População e Indicadores Sociais, da Diretoria de Pesquisas, do IBGE.

técnicos que durante vários anos exerceram funções fundamentais no IBGE, como Heitor da Câmara Vellozo, Elson Mattos¹, Vinícius Fonseca², Mauro Gonçalves de Andrade, Célio Fonseca e Amaro da Costa Monteiro³. Coube especificamente a Heitor da Câmara Vellozo e Célio Fonseca a direção dos trabalhos de coleta do censo experimental. Para a constituição do corpo de recenseadores, coube à então Inspetoria Regional de Goiás contribuir com o maior número de recenseadores (52) tendo sido também importante a contribuição das Inspetorias Regionais de Minas Gerais e São Paulo, com 25 recenseadores cada uma.

A área recenseada abrangeu todo o território do futuro Distrito Federal (paralelos 15° 30' s e 16° 30' s), situada entre os rios Descoberto e Preto, então pertencente ao Município de Planaltina (Estado de Goiás). A chamada Zona Rural incluía as áreas fora das localidades estabelecidas para o recenseamento (acampamentos, núcleos provisórios e núcleos estáveis), compreendendo inclusive parte dos

¹ Foi o idealizador e estruturador do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO, em meados dos anos 1960. Ainda tem atuação no IBGE, sempre competente em matéria censitária.

² Foi o responsável pela transformação do Instituto Oswaldo Cruz em Fundação, a atual FIOCRUZ, da qual, na década de 1970, foi Presidente. Um "estranho no ninho", dizia com humor sobre sua presença na FIOCRUZ, já que era estatístico e economista.

³ Depois, quando da transformação do IBGE em Fundação, foi Diretor Técnico na gestão de Isaac Kerstenetzky, voltando à função pouco depois na gestão Jessé Montello.

antigos "quadros rurais" dos Municípios de Planaltina, Formosa e Luziânia, os quais são os municípios parcialmente formadores do território da nova capital.

Os instrumentos de coleta utilizados foram: o Boletim de Família (o questionário propriamente dito), a Lista de Domicílio Coletivo e a Caderneta do Recenseador. O preenchimento dos questionários teve caráter predominantemente universal, ficando a amostragem, técnica então pioneira, restrita a três quesitos do tema trabalho e rendimento, abrangendo uma amostra de aproximadamente 25% da população.

O plano de divulgação compreendeu a preparação de cerca de 21 tabelas, procurando retratar o quadro das condições de vida então existentes, na situação transitória de construção da nova capital. O volume de divulgação contém breves textos de apreciação analítica para os nove subtemas sobre características individuais da população (população total, sexo, idade, estado conjugal, cor, religião, educação, migração e características econômicas) e também para as características das famílias e dos domicílios.

No presente texto, procuraremos explorar os resultados desse censo experimental, enfatizando as características da população que então se estabeleceu no período de transição que foi a construção

da nova Capital. Para tal, desenvolvemos inicialmente uma seção que discute a questão histórica da ocupação demográfica do Estado de Goiás e da área que veio a constituir Brasília, em seguida examinaremos de forma sistemática os resultados do Censo e encerraremos com uma breve consideração sobre a evolução posterior de Brasília e seu significado para os movimentos de interiorização e ocupações demográfica e econômica do grande oeste brasileiro.

A localização de Brasília e a dinâmica regional de Goiás

A área que foi desmembrada do Estado de Goiás para a criação da nova Capital distribuiu-se pelo território de então três municípios goianos: Planaltina, Formosa e Luziânia.

O estabelecimento do sítio correspondente ao atual Distrito Federal é resultado de um longo processo de evolução histórica que, em sua gênese, remonta ao tempo do Império. A primeira Constituição Republicana, em 1891, indica expressamente o Planalto Central como local para edificação da nova capital, mandando demarcar uma área de 14 400 km², trabalho executado pela conhecida "Comissão Cruls". No centenário da Independência, o Presidente Epitácio Pessoa determinou o lançamento da pedra fundamental nas imediações do município goiano de Planaltina, a uma pequena distância do atual centro de Brasília. Iniciativas posteriores foram delimitando com maior rigor os limites, de tal forma que, em 1955, a Comissão de Localização da Nova Capital Federal escolheu uma área de 5 850 km² situada entre os rios Preto e Descoberto.



Vilarejo dentro do perímetro de Brasília, em 1958
Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal

A área escolhida compreendia porções dos três municípios goianos, sendo que a contribuição mais expressiva era dada por Planaltina, cuja cidade-sede passava a figurar no território do novo Distrito Federal. Os Municípios de Formosa e Luziânia perdiam partes de suas áreas rurais.

O que representava, no contexto de Goiás, essa área desmembrada para a criação de Brasília?

A evolução demográfica de Goiás, após um longo período de baixo crescimento, vinha apontando um surto inicial de diversificação e expansão. Os efeitos das ligações ferroviária e rodoviária especialmente com o Estado de Minas Gerais, favoreciam a internalização no território goiano de frentes pioneiras em busca de áreas de fronteira agrícola, refletindo-se tal movimento na expansão de algumas culturas comerciais como o arroz e o milho. A população havia crescido, ainda em ritmo moderado, de 512 mil para 826 mil habitantes, entre 1920 e 1940.

A Revolução de 1930, a par do fortalecimento da presença do Estado Nacional e da implementação de políticas, estimulou o debate sobre a necessidade de interiorização e ocupações demográfica e econômica dos espaços central e ocidental do País, como forma de reorganizações federativa e territorial. O avanço do povoamento, através de frentes de expansão em direção às chamadas áreas de fronteiras econômica e demográfica, desenvolveu sob o signo da chamada "Marcha para o Oeste". A criação de colônias agrícolas nacionais, em Mato Grosso e Goiás, estimulou o movimento de correntes migratórias nordestina e mineira para a área do sul e centro de Goiás, além das frentes espontâneas que já vinham avançando desde o interior de São Paulo.

Em 1940, os municípios do sudeste goiano (Catalão, Corumbaíba, Ipanameri, Morrinhos) já não eram os únicos que dominavam a produção agrícola, favorecidos pela proximidade de sua ligação com o vizinho Triângulo Mineiro. A expansão já havia alcançado o sudoeste, a partir do Município de Rio Verde. O norte do estado, incluindo regiões que hoje pertencem ao Estado do Tocantins, se destacava na pecuária (Pedro Afonso, Araguacema, Tocantinópolis), porém com povoamento bastante disperso.

Os anos de 1940 aprofundam e intensificam as redistribuições sub-regionais das atividades econômicas e da ocupação demográfica. A fundação de Goiânia, em 1942, é um marco no desenvolvimento da área central do estado. Em relação à Goiânia, é interessante lembrar o papel desempenhado pelo IBGE em um conjunto de atividades institucionais comemorativas da nova capital. Tais atividades enfatizaram o papel das estatísticas e do conhecimento do território na delimitação e articulação da coordenação entre a União, Estados e Municípios para a organização de políticas sobre a colonização territorial, o que, naquele momento, era uma "vocação do Instituto" em consonância com o ideário da "Marcha para o Oeste".

As transformações que se iniciam na década de 1940 redimensionam o antigo equilíbrio do Estado de Goiás, pautado em uma economia agropecuária tradicional que havia lentamente se consolidado após o declínio da mineração no Século XVIII. De uma certa forma, o isolamento de algumas áreas do estado foi se rompendo, para isso concorrendo o estabelecimento de sua nova capital, que evolui de um burgo rural a uma capital em processo de urbanização, com atividades mercantis e agroindustriais, as quais estabeleceram uma certa concorrência e integração com Anápolis, cidade relativamente próxima, que cumpria também algumas dessas funções. Porém, os efeitos

da expansão para o Oeste passam a ser mais concretamente sentidos através do crescimento das frentes demográficas, impulsionadas pela colonização dirigida (oficial) ou pelos movimentos espontâneos. As áreas centrais do Estado passam a receber as novas correntes migratórias, tanto no vale de São Patrício (Colônia Nacional de Ceres), ao norte de Goiânia, como, principalmente na chamada região do Mato Grosso de Goiás. Também nesse período aprofunda-se a penetração de frentes pioneiras no sudoeste do estado, notadamente em Rio Verde e Jataí. Um balanço da situação de Goiás no início da década de 1950 revela os efeitos do crescimento e redistribuição populacional. Diferentemente das décadas anteriores, quando o crescimento demográfico era mais tímido, eventualmente inferior ao próprio crescimento vegetativo (o que indica perda populacional por saldo migratório negativo), no período 1940-1950 a taxa de crescimento populacional anual de Goiás chegou a 4% (ao ano), refletindo um saldo migratório positivo. Nas duas décadas seguintes essa tendência prosseguiu com valores de 4,62% e 4,38% de crescimento anual.

Dados do Censo de 1950 mostram Goiânia já com uma população de 53,4 mil habitantes, seguida de perto por Anápolis, com 50,3 mil. A antiga capital, Goiás, é ainda o município mais populoso, com 124,9 mil habitantes. O peso da região central já se evidencia, com a chamada zona de Anápolis e Zona de Goiânia agrupando quase 410 mil pessoas, cerca de um terço da população estadual. O sudoeste, receptor de frentes recentes, também cresce, sobretudo Jataí, Rio Verde e Itumbiara, com a população quase se equiparando a do sudeste (Catalão, Morrinhos, Ipanameri), uma área de atração mais antiga. As duas áreas juntas totalizavam 25% da população estadual.

A dinâmica demográfica de Goiás torna-se tão intensa e móvel que o estado mais que duplica o número de municípios, passando de

77 municípios, em 1950, para 179 municípios, em 1960. Hoje, o total de municípios goianos é de 246.

Nesse contexto, é possível tentar responder à questão inicial dessa Seção sobre como se incorporava à dinâmica goiana a área correspondente ao Planalto de Brasília.

Como vimos, os 5 850 km² da futura capital haviam sido desmembrados principalmente de Planaltina (inclusive a área urbana) e de porções rurais de Formosa e Luziania. Esses três municípios se inseriam na Zona do Planalto, sendo que Luziania estava mais próxima de Anápolis. Suas populações eram reduzidas e o histórico de suas taxas de crescimento demográfico anual indicavam taxas muito reduzidas (1% ao ano entre 1920 e 1940), o que sugere tratar-se de áreas de emigração. Mesmo no período 1940-1950, sua taxa de crescimento anual de 2,2% ao ano foi consideravelmente inferior à média do estado no período (4,0%).

As atividades pecuárias tradicionais eram as que predominavam nessa região, sobretudo na área de Planaltina, o menos populoso dos três municípios em 1950 (7,3 mil habitantes) e aquele que cedeu não só a maior parte do território da nova capital como inclusive a sua sede urbana.

Em linhas gerais, os movimentos de ocupação demográfica e econômica que vinham mudando o perfil de Goiás desde o início do Século XX e, sobretudo, a partir das décadas de 1930 e 1940, não se manifestavam de forma mais efetiva nessa região do Planalto, seja em virtude de suas características geográfica e econômica, seja em função das dificuldades de transporte, comunicação ou integração sub-regional. A região de Luziânia e Formosa ainda apresentava uma certa diversidade na produção agrícola e na comercial, mas, no seu

conjunto, as atividades pecuárias mais tradicionais e menos dinâmicas representavam, em consórcio com atividades de subsistência, o principal modo de vida rural.

Nesse sentido, a construção de Brasília vai incidir sobre uma área de certa forma estagnada, pouco integrada aos novos eixos de desenvolvimento e ocupação do estado, abrindo, por conseguinte, campo e espaço para um novo ciclo de crescimento demográfico e valorizações econômica, política e social que irá afetar áreas específicas de Goiás nas décadas seguintes.

O censo experimental de 1959: população em trânsito, trabalhadores e pioneiros

Os contingentes populacionais

Na apreciação analítica dos resultados do censo experimental de 1959, elaborada sob a coordenação de Vinícius Fonseca, quando da caracterização demográfica do território onde se localizaria o futuro Distrito Federal, concluiu-se que, até o ano de 1950, "a marcha demográfica para o Centro-Oeste não beneficiava a área de Brasília convergiu para o sul e sudoeste de Goiás, ou para o sul de Mato Grosso" (CENSO..., 1959).

De fato, como vimos anteriormente, essa região era de povoamento estritamente rarefeito, ocupada por atividades de pecuária e subsistência, população pequena e esparsa, com dois reduzidos núcleos de antiga formação, quais sejam, a cidade de Planaltina e o povoado de Brazlândia.

Taguatinga, em 1957
Acervo do IBGE



Nos dois primeiros anos de construção da nova capital (1956 e 1957) foram lançados os alicerces do futuro povoamento. Os primeiros trabalhadores, contratados pela então recém-criada NOVACAP, teriam chegado em novembro de 1956. Em torno de 250 pessoas estavam instaladas em alojamentos provisórios em novembro, número que alcançou algo em torno de 500 pessoas no final de dezembro. Em janeiro de 1957, já com o Instituto Nacional de Imigração e Colonização iniciando a triagem de trabalhadores, estimava-se que estariam vivendo na região do Núcleo Bandeirante e nos acampamentos cerca de 2 500 pessoas.

Em julho de 1957, o IBGE efetuou uma Contagem Populacional em todo o território do futuro Distrito Federal, encontrando uma população que já atingia a 12 283 pessoas, das quais aproximadamente a metade estava radicada nas "zonas velhas", ou seja, as áreas rurais e a antiga cidade de Planaltina. Em março de 1958, oito meses depois, nova Contagem já alcançava um total de 28 804 pessoas, ou seja, um crescimento médio mensal de 2 100 pessoas em relação à Contagem anterior.

Neste momento, o crescimento demográfico estava em plena expansão, acompanhando o ritmo febril das obras. Os acampamentos, em geral situados na Zona do Plano Piloto, começavam a revelar a existência de uma população em movimento, originária de diversas regiões do País, a maioria constituída por antigos trabalhadores rurais agora transformados em serventes de pedreiro, de carpinteiro, ou em funções de vigilância e apoio. O aprendizado no trabalho constituía a principais formas de inserção e ascensão do camponês na escala ocupacional da construção civil. No outro extremo, profissionais de classe média buscavam trabalho em atividades profissionais mais especializadas, principalmente de níveis técnico e superior.

De origem social e regional distintas, esses profissionais vinham, na maioria, do eixo Rio-Minas e mais secundariamente de Goiás. Quanto aos trabalhadores da construção civil, predominavam os nordestinos, com expressiva presença de mineiros e goianos das áreas rurais.

Em face do grande afluxo populacional que se intensificou no ano de 1958 e no início do ano seguinte, com o território tomando os ares iniciais de cidade, o IBGE tomou a decisão de realizar o censo experimental em Brasília, com vistas ao Censo Demográfico de 1960, atendendo também à solicitação da Presidência da República, preocupada em conhecer a evolução demográfica da Capital que iria ser instalada em 21 de abril de 1960.

Para a realização do censo experimental de 17 de maio de 1959, o IBGE dividiu o território de forma a facultar informações mais detalhadas à NOVACAP. Assim é que foram considerados quatro agrupamentos básicos, com suas respectivas áreas de desagregação.

1. Acampamentos - Incluídas na Zona do chamado Plano Piloto, deles constavam o Acampamento Central da NOVACAP, a Candangolândia (conjunto residencial da NOVACAP), a Praça dos Três Poderes, Plano Piloto - Zona Sul e outros acampamentos.
2. Núcleos Provisórios - Bananal (núcleo residencial) e Bandeirante (área de formação do centro comercial).
3. Núcleos Estáveis - Cidade de Planaltina (Sede do antigo município), povoado de Taguatinga (área da futura cidade-satélite, criada no final de 1958)
4. Zona Rural - Áreas rurais fora dessas localidades, incluindo as áreas que faziam parte dos três municípios goianos formadores do território de Brasília.

Taguatinga, em 1967
Acervo do IBGE





Flâmula comemorativa de Brasília.
Brandão (1957, p. 35)

Vista aérea da Lonalândia
Candangolândia – DF,
em 06.08.1958
Acervo do Arquivo Público do
Distrito Federal



Os resultados do censo experimental de 1959 revelaram que em 17 de maio de 1959 a população da futura capital federal ascendia a 64 314, tendo mais que dobrado a população recenseada em março do ano anterior. Tratava-se de um crescimento extremamente intenso, algo como 123% de incremento em um prazo de um ano a três meses. A imigração era praticamente o motor exclusivo desse crescimento, atraída pelas oportunidades de trabalho que se intensificavam na medida em que o prazo final das obras se reduzia.

Ainda de acordo com os resultados do censo experimental, era possível perceber que a área abrangida pelo Plano Piloto, que incluía os acampamentos como os da NOVACAP (Central e Candangolândia) detinha mais da metade da população recenseada (34 214 moradores). O Núcleo Bandeirante, conhecido também como "Cidade Livre", onde se instalaria o centro comercial, também apresentava uma população expressiva (11 565 moradores), embora seu crescimento estivesse sendo intencionalmente contido pela NOVACAP, que proibira novas construções na chamada "Cidade Livre". Outras áreas como os núcleos estáveis de Taguatinga e Brazlândia e as áreas rurais, já então apresentavam um notável crescimento, tendo passado de 4 864 moradores na Contagem de 1958 para 16 288 no censo experimental 1959, revelando o início do crescimento das futuras cidades-satélites.

A ocupação da área correspondente à antiga cidade de Planaltina mantinha-se praticamente estagnada, com a população de apenas 2 247 pessoas.

A população contabilizada pelo censo experimental correspondia à população residente (moradores presentes e ausentes), considerando como morador todo o indivíduo domiciliado em território de Brasília. A aplicação do conceito encontrou, em alguns casos, dificuldades em função das peculiaridades de que se revestia, naquele momento, a

ocupação da cidade em obras. Foi muito freqüente a ocorrência de casos de dupla moradia, em função da existência de pessoas que embora vivendo sós (nos acampamentos ou não) tinham família domiciliada fora do território recenseado. O critério ligado à atividade foi fundamental nesses casos, figurando então como moradores as pessoas cujas atividades eram normalmente exercidas em Brasília.

A série de levantamentos populacionais construída desde 1957 demonstraria o ritmo de povoamento do território da futura capital e delineava claramente o crescimento do chamado Plano Piloto e, paralelamente, a importância inicial da ocupação de área adjacentes que viriam a constituir, mais adiante, as cidades satélite, as quais acabariam, no futuro próximo, por atrair a maioria esmagadora da população do Distrito Federal.

Sexo, idade e estado civil

Segundo o censo experimental de 1959, a população de Brasília era constituída por 42 332 homens e 21 982 mulheres, ou seja, 192,6 homens para cada 100 mulheres, o que significa uma população masculina próxima ao dobro da feminina. Para se ter uma noção comparativa, segundo o Censo de 1950, no Brasil tínhamos cerca de 99,3 homens para cada 100 mulheres e, nos três municípios formadores de Brasília (Planaltina, Formosa e Luziânia) em 1950, para cada 100 mulheres existiam 99,7 homens, ou seja, em ambos os casos, uma relação próxima ao equilíbrio.

As razões para o alto índice de masculinidade de 1959 estão obviamente relacionadas à natureza das correntes migratórias e do povoamento inicial, caracterizados pela atração do mercado de trabalho

da construção civil e dos serviços, de forte conotação masculina, bem como pelas dificuldades de alojamento para as famílias, sobretudo nas áreas dos acampamentos e núcleos provisórios. A exceção no território do futuro Distrito Federal era a cidade de Planaltina, antiga povoação ainda pouco influenciada pelos fluxos migratórios e onde a composição por sexo era de 107,8 mulheres para cada 100 homens.

A distribuição da população por idade mostrava uma alta concentração nas chamadas idades potencialmente ativas, com 57,5% da população situando-se entre os 20 e 59 anos de idade. Entre os homens, tal proporção em idade ativa subia para 64,5%. Na região do acampamento central da NOVACAP, para os homens, a proporção de população entre 20 e 59 anos alcançaria a 72,5%, sendo ainda ultrapassada no acampamento do Plano Piloto - Zona Sul, onde tal proporção batia em 79,5%. Já nos núcleos estáveis, ainda com populações pequenas, mas menos atravessadas pelos fluxos de trabalhadores em trânsito, as proporções de homens em idade ativa declinavam substancialmente, sendo de apenas 38,2% na cidade de Planaltina. Nessas localidades, predominavam os núcleos familiares constituídos, incluindo mulheres e crianças.

A proporção de crianças e jovens não deixava de ser expressiva, cerca de 41% das pessoas tinham até 19 anos de idade, mas seus valores eram claramente inferiores às médias existentes na maior parte do País. Nos três municípios formadores de Brasília, por exemplo, essa proporção de crianças e jovens chegava a 55% da população total em 1950. A redução relativa da proporção de crianças e jovens em Brasília refletia, por conseguinte, as características da população imigrante em busca de trabalho e o estágio ainda inicial da consolidação da população no território, com níveis relativamente baixos de constituição de famílias e consequente postergação na expansão do número de mulheres, crianças, jovens e idosos.

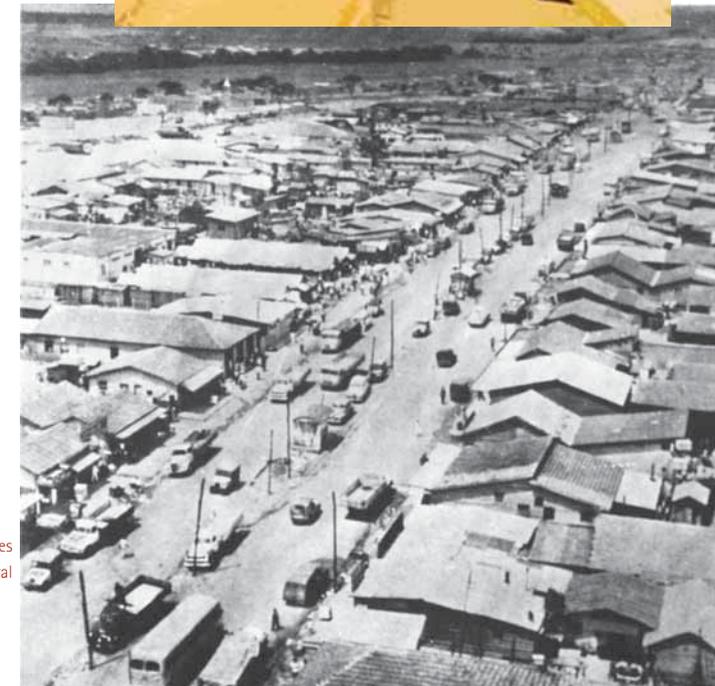
VEDAS DE
BRASILIA

Em 1959, entre as pessoas de 15 anos e mais de idade, as pessoas casadas correspondiam a 48,9% do total, as solteiras, 46,8% e as viúvas, 2,6%. Na comparação com o índice nacional em 1950, a proporção de casados e viúvos era ligeiramente maior, 54,1% e 6,6%, respectivamente, enquanto a proporção de pessoas solteiras decaía para 38,9%, uma queda mais expressiva, de cerca de oito pontos percentuais.

O relativo equilíbrio entre a proporção de pessoas solteiras e casadas no Censo de 1959 está, em grande parte, determinado pelo peso maior das pessoas em idades mais jovens, sobretudo entre 15 e 29 anos de idade, por conta das características das correntes migratórias.

Em linhas gerais, a comparação por sexo e idade verificada no Censo de 1959 e, em maior escala, a distribuição das pessoas pelo estado conjugal, refletiam preponderantemente a estrutura migratória que condicionou o povoamento de Brasília nos seus anos iniciais. O Censo Demográfico de 1960, realizado no ano seguinte ao experimental, aprofundou algumas das tendências iniciais da ocupação demográfica. Assim, em 1960, com o Distrito Federal já instalado desde 21.04.1960, a população mais que dobrou em relação a 1959, passando dos 64 314 habitantes para 140 164 habitantes, uma taxa de crescimento relativo extremamente elevada, reveladora do ritmo da etapa final de construção e do início do funcionamento da nova capital, com a instalação dos serviços públicos (remoção de servidores) e atividades em geral. Além disso, com o funcionamento da nova capital, as novas correntes migratórias estariam mais voltadas para a fixação e as novas condições de trabalho e vida, intensificando-se a formação de núcleos familiares. A população feminina começa a crescer e a razão de masculinidade decai dos 192,6 homens para cada 100 mulheres, para 164,6 em 1960. No Censo de 1970, as proporções já estão equilibradas e a partir de 1980 o número de mulheres é

Núcleo Bandeirantes
Acervo de Marcus de Grossi



Vista aérea do Núcleo Bandeirantes
Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal



Painel saudando o presidente Juscelino, pintado em parede anônima de Brasília. Brandão (1957, p. 122)

Painel pintado em uma parede anônima de Brasília. Brandão (1957, p. 167)



sistematicamente superior ao de homens. Em 1960, as proporções etárias são praticamente idênticas às de 1959 revelando ainda o significativo peso demográfico das pessoas em idade ativa que migraram para a construção e o funcionamento inicial da nova capital.

Cor e religião

O censo experimental de 1959, dentro dos princípios adotados com vistas ao Censo Demográfico 1960, procedeu à investigação do quesito "cor", seguindo critério semelhante aos já obedecidos nos Censos de 1940 e 1950. As instruções e coleta limitaram as declarações aos grupos de cor "brancos", "pretos", "amarelos" e "pardos", sendo que este último abrangeria todos os casos que não se enquadrassem nas denominações anteriores. A Comissão Censitária Nacional tinha plena consciência de algumas limitações no objeto de investigação e, segundo a publicação de 1959, "na impossibilidade de proceder ao levantamento de características étnicas propriamente ditas, os recenseamentos nacionais tem pesquisado um de seus elementos, a cor." (CENSO..., 1959).

De acordo com os resultados, 55,0% dos entrevistados eram brancos, 34,9% pardos, 8,6% pretos e 0,9% amarelo. As variações por sexo eram muito pequenas, notando-se uma leve predominância da proporção de mulheres brancas em relação aos homens (56,4% contra 54,3%) e da proporção de homens de cor preta em relação às mulheres (9,5% contra 6,9%).

Os valores encontrados não são significativamente diferentes dos registrados no Censo de 1950 para o Estado de Goiás e o conjunto da Região Centro-Oeste.

A presença mais efetiva de mulheres de cor branca é percebida na região do Plano Piloto, onde residiam quase todos os técnicos e especialistas nas atividades da construção, inclusive lá existindo as únicas residências definitivas e que eram habitadas por famílias de posição mais elevada, em sua maioria de origem branca. Nos acampamentos de Praça dos Três Poderes a proporção de mulheres brancas era de 62,0%.

Na antiga cidade de Planaltina, no núcleo provisório de Bananal e na Zona Rural, o predomínio absoluto da população de cor branca não foi registrado, sendo que, no núcleo de Bananal, onde as condições de vida mostravam-se as mais precárias entre as localidades de formação recente, a proporção de pessoas de cor branca era a mais baixa de todo o território, 41,2%.

Em relação aos municípios formadores de Brasília, onde em 1950 a proporção de brancos era de 50,1%, a de pardos 31,1% e a de pretos 18,7%, os resultados do censo correspondiam a uma efetiva modificação da estrutura étnica da região, com o aumento da proporção de brancos e pardos e a acentuada redução da proporção da população de cor preta, que passa de 18,7%, em 1950, para 8,6%. Tais alterações têm necessariamente a ver com características étnicas e socioeconômicas da população imigrante.

Quanto à religião declarada, 88,4% dos moradores de Brasília, em 1959, diziam-se de religião católica romana, número indiscutivelmente revelador da predominância deste culto. Contudo, em 1950, para o Brasil, a proporção de católicos era de 93,0%, com uma leve tendência declinante, em função da influência das religiões de imigração e das ações missionárias e campanhas de outras religiões.

Na região correspondente aos três municípios formadores de Brasília, em 1950 a proporção de católicos chegava ao elevadíssimo patamar de 97,0%.

No conjunto de Brasília, não haviam diferenças significativas na preferência religiosa entre homens e mulheres, enquanto entre as localidades era possível observar algumas distinções. Assim é que, enquanto nos acampamentos do Plano Piloto a proporção de católicos situava-se entre 88% e 89%, nos núcleos provisórios e no povoado de Taguatinga ficavam entre 80% e 87%. Já nas áreas mais antigas, como na cidade de Planaltina, Brazlândia e zonas rurais, a predominância católica crescia, variando entre 92% e 97%.

Os protestantes eram o segundo grupo, com 5,5%, chegando a 8,0% no acampamento de Candangolândia, 8,6% no núcleo Bandeirante e 12,2% no povoado de Taguatinga. Desse modo, percebe-se já no período de formação de Brasília o potencial crescimento das pessoas de culto protestante ou evangélico, notadamente aquelas que professavam cultos pentecostais, que já despontavam nos anos de 1940 e 1950.

Os adeptos do espiritismo, que representavam 2,3% da população e as pessoas sem religião, com 2,4%, também assinalavam uma tendência que iria se aprofundar nas décadas seguintes, fruto de profundas transformações estrutural e cultural em todo o País.

Características educacionais

A taxa de alfabetização das pessoas de 5 anos e mais em Brasília era, em 1959, de 55,6%, superior à média nacional de 1950 e bastante mais elevada do que a do Estado de Goiás também em 1950 (28,2%). Entre os homens, a taxa era de 58,4%, caindo para 49,7% entre as mulheres.

A maior taxa de alfabetização era encontrada no acampamento central da NOVACAP (77,9%), sendo em geral mais elevada entre os

acampamentos e o núcleo provisório de Bandeirante do que em Bananal, Taguatinga, Brazlândia e Zona Rural, onde variava entre 53,4% e 34,1% (na zona rural).

Não parece haver dúvida de que a população emigrada para Brasília, apesar de todas as dificuldades e desigualdades, possuía nível de alfabetização superior ao da população tradicional da região e do interior de Goiás.

Entre as crianças de 7 a 14 anos de idade, 49,3% frequentavam escola em Brasília. Na área do Plano Piloto, essa proporção chegava a alcançar 81,1% no acampamento da Candangolândia, sendo em geral superior a 60,0% no Plano Piloto. Já no núcleo de Bananal e na zona rural, a frequência à escola oscilava entre 20,5% e 26,3%. Desse modo, a escolarização das crianças refletia as desigualdades das condições socioeconômica e educacional das famílias conforme sua localização espacial.

As pessoas de 10 anos e mais de idade, que haviam frequentado ou estavam frequentando escola, tinham, em média, cerca de 2,26 anos de estudo no conjunto de Brasília, o que evidenciava o baixo acúmulo de instrução formal. Quando se considerava apenas as pessoas com instrução, a média de anos de estudo subia para 3,99, ou seja, praticamente equivalente ao curso primário da época.

Quando se considera as pessoas com 5 anos e mais de idade que haviam frequentado ou estavam frequentando escola, 81,2% distribuíam-se no chamado grau elementar, 16,0% no grau médio (1ª e 2ª ciclo) e 2,1% no grau superior. Com essas informações podemos ter uma ideia aproximativa do quantitativo de pessoas com formações técnica e superior especializadas, incluindo-se as 3 447 e as 1 046 pessoas que se distribuíam no primeiro e segundo ciclo do grau médio e as 596 pessoas no grau superior. Entre as pessoas

Escola na periferia de Brasília



que estavam frequentando escola, apenas uma em cada 100 pessoas atingira o nível universitário.

Os perfis educacionais, que já revelavam mudanças em relação às condições da época na região, iriam se transformar profundamente a partir da instalação e crescimento futuro do Distrito Federal.

Características migratórias

Do total de pessoas recenseadas em Brasília (64 314), exatamente 7 361 haviam nascido no território da futura capital, ou seja, menos de 12% da população era natural daquela região.

Nas áreas da antiga formação territorial (Zona Rural, Cidade de Planaltina e Povoado de Brazlândia) residia a maior parte dessas pessoas, 5 886. As crianças nascidas após o início das obras de construção da cidade, que teriam até 2 anos de idade, representavam uma proporção bastante reduzida.

Por conseguinte, quase 90% dos moradores de Brasília, em 1959, eram migrantes, ou seja, haviam nascido nas outras Unidades Federativas (55 737) ou em Países Estrangeiros (1 216).

A maior parte dos emigrantes concentrava-se nos acampamentos do Plano Piloto, nos núcleos Bandeirantes e Bananal e no recém-fundado povoado de Taguatinga, ou seja, nas áreas mais diretamente envolvidas nas obras de construção da cidade e dos núcleos de moradia.

Mais da metade dos emigrantes brasileiros eram naturais de três estados: Goiás (23,3%), Minas Gerais (20,3%) e Bahia (13,5%).

As três Unidades Federativas estão, teoricamente, entre as mais próximas ao território do futuro Distrito Federal e possuíam um considerável excedente demográfico, principalmente nas áreas rurais. Importantes correntes demográficas dirigiam-se para Brasília do sul e centro-oeste goianos, do norte, oeste e sudoeste mineiros e dos sertões da Bahia.

Em termos das Grandes Regiões, segundo a configuração regional atual, 44,0% dos migrantes nasceram na Região Nordeste, 29,4% na Região Sudeste, 24,2% na Região Centro-Oeste, 1,3% na Região Sul e 0,6 na Região Norte. Confirma-se, assim, a imagem predominante de que a migração nordestina foi a mais importantes,

do ponto de vista demográfico, para a formação de Brasília.

A esse respeito cabe uma consideração acerca da figura do migrante, notadamente o nordestino, que se transformou em um dos símbolos no período de construção e funcionamento inicial da nova capital. Trata-se da designação dada aos primeiros habitantes de Brasília, que passaram a ser conhecidos como "Candangos"

Um breve exame histórico do significado da palavra candango revela que a mesma estava carregada de sentido depreciativo. Durante a construção da Capital as pessoas que migravam para o Planalto Central, composta em grande parte por trabalhadores rurais empobrecidos ou mesmo sem-terra e que foram encaminhados para os canteiros de obra, passaram a ser progressivamente chamados de "candangos". A grande seca de 1958 no Sertão do Nordeste teve uma repercussão direta na construção de Brasília, através do fluxo de milhares de nordestinos, trabalhadores itinerantes/retirantes da seca. Parte deles foi abrigada às pressas no recém criado povoado e futura cidade-satélite de Taguatinga. Esses retirantes que se engajaram na construção de Brasília, passaram a ser chamados de candangos, palavra que, advinda da escravidão (origem angolana), em algumas regiões do Brasil referia-se às pessoas pobres e que praticavam a agricultura itinerante no interior do País (sertão), pessoas distintas daquelas do litoral. Através das correntes imigratórias do sertão esse termo chegou a Brasília.

O candango, termo que se consolidou e estendeu-se para todo o morador da cidade, foi paulatinamente mudando de conotação, passando gradativamente a ser identificado como o trabalhador que construía a cidade, que civilizava e civilizava-se. Nesta operação ideológica, seu perfil, atributos e missão foram sendo reavaliados, transformando-os paulatinamente na figura de um verdadeiro pioneiro.

VERBAS DE
BRASILIA

Painel com candangos na fila do Serviço de Alimentação e Previdência Social – SAPS. Brandão (1957, p. 170)



Não mais um peão de obras, mas sim um trabalhador com carteira de trabalho e segurança social. Um dos símbolos plásticos de Brasília, um emblema reconhecido internacionalmente, é o monumento "Os Candangos", na Praça dos Três Poderes, obra do escultor Bruno Giorgi.

O imigrante nordestino, em vários aspectos acompanhado pelos mineiros e goianos, foi, por conseguinte, um dos mais importantes inspiradores da identidade cultural e étnica de Brasília.

Voltando às características da população migrante, cabe ainda destacar a participação dos emigrantes estrangeiros, com a presença numérica equilibrada de espanhóis, italianos, portugueses e japoneses, que constituíram 60% do contingente estrangeiro. Os japoneses tiveram um papel inicial relevante na produção de um cinturão hortigranjeiro.

Características econômicas

Em 1959, o censo experimental de Brasília investigou as características da população economicamente ativa de mais de 10 anos de idade, obedecendo a critérios adotados desde o Censo de 1940.

Os resultados mostram uma alta proporção de pessoas economicamente ativas, principalmente quando a comparamos com o total de população residente (que inclui a todos, inclusive a população de menores de 10 anos de idade). Desse modo, das 64 314 residentes de Brasília, 54,7% eram pessoas economicamente ativas (35 201 pessoas), o que estabeleceria a existência de aproximadamente 0,8 não ativo para cada pessoa ativa. Por comparação, em 1950 no vizinho Estado de Goiás, haveria três não ativos aproximadamente para cada pessoa ativa e no Brasil como um todo, aproximadamente 2 não ativos para cada pessoa ativa.

Dois fatores principais explicam a alta proporção de pessoas economicamente ativas naquele momento em Brasília. Primeiro, o fato de que a cidade em formação era um verdadeiro canteiro de obras e, portanto, o volume de trabalhadores crescia permanentemente e, não menos importante, a estrutura etária da população estaria fortemente concentrada, mas idades potencialmente ativas, sendo mais reduzida a proporção de crianças, jovens, mulheres e idosos que constituíam, à época, os segmentos populacionais não economicamente ativos.

Na região do Plano Piloto, sobretudo em algumas áreas de acampamentos, a proporção de pessoas economicamente ativas atingia o patamar de 80%, enquanto nos núcleos antigos e povoados ocupados por famílias de migrantes recentes (Taguatinga e Bananal), essa proporção caía para valores entre 31% e 35%.

Em relação à população ativa, mais de 50% ligava-se diretamente às atividades de construção civil, predominando entre as ocupações as de serventes de pedreiro (21,4%), carpinteiros e marceneiros (10,5%) e pedreiros (7,0%). Expressiva era também a ocupação de trabalhadores braçais (5,9%) e trabalhadores agrícolas e de enxada (5,4%), compondo-se assim um quadro caracterizado pela predominância de ocupações formalmente ligadas à construção e desenvolvimento da cidade.

As mulheres representavam apenas 8,4% das pessoas economicamente ativas, o que se explica pela presença, na época, ainda reduzida de mulheres no conjunto da população e pela própria natureza do trabalho requerido naquela fase de implantação da capital.

Entre os profissionais liberais de formação universitária, destacavam-se os engenheiros, que totalizavam 179 ocupações, seguidos pelos dentistas (38), médicos (29), arquitetos (20) e

Candangos na inauguração do SAPS.
Brandão (1957, p. 119)





Entalhe representando um trabalhador de Brasília no SAPS. Brandão (1957, p. 164)

advogados (18). O mercado de trabalho para esses profissionais era ainda bastante limitado, indicando um estágio onde os serviços individual e coletivo ainda não se faziam efetivamente presentes e as ocupações superiores estariam atreladas predominantemente ao ritmo das obras.

Da população ocupada, 85% era empregada e 11% trabalhadores por conta própria, refletindo o mercado de trabalho fortemente direcionado para as atividades das empreiteiras de construção civil que recrutavam os trabalhadores assalariados. Com a implantação futura da nova Capital, a estrutura de posição na ocupação irá se diversificar, a partir do crescimento dos serviços autônomos.

Famílias e domicílios

O censo experimental de Brasília classificou as "famílias censitárias" de acordo com a natureza do vínculo de convivência, designando como "grupo familiar" aquelas onde o elemento básico de ligação entre as pessoas fosse o parentesco direto ou por afinidade e "grupo convivente" quando o vínculo de convivência fosse mais relacionado com o interesse comum.

Por este critério, 70% das pessoas eram componentes de grupos familiares e 30% de grupos conviventes. Esses últimos estavam fortemente concentrados na área das obras, representando mais de dois terços da população residente nos acampamentos da Praça dos Três Poderes e Zona Sul e quase metade dos moradores do acampamento central da NOVACAP. Nos núcleos provisório e estável predominavam amplamente os grupos familiares, importantes nas povoações antigas e nas migrações familiares que iriam formar os povoados que se transformariam novas cidades-satélites.

Entre os domicílios, 46,0% foram classificados como duráveis e 44,5% como rústicos, que utilizavam predominantemente material como taipa, sapé, palha, madeira não aparelhada, piso de terra, etc.

Os domicílios rústicos predominavam nos acampamentos da Candangolândia e da Praça dos Três Poderes e nos povoados de Bananal e Taguatinga, além da área rural. Na verdade, eles ilustravam o caráter transitório e improvisado da construção da cidade e da formação dos núcleos periféricos.

Os indicadores de saneamento domiciliar básico eram naturalmente precários, com apenas 22% dos domicílios possuindo água com canalização interna e fossa séptica, a grande maioria nos acampamentos do Plano Piloto. Os domicílios com iluminação elétrica chegavam a 37%, mais uma vez concentrados no Plano Piloto e núcleo Bandeirante.

Entre os equipamentos domiciliares, destacava-se a máquina de costura, presente em 34,4% dos domicílios, de forma generalizada em todos os acampamentos e núcleos, sugerindo seu caráter complementar nas economias domésticas. O rádio estava presente em 26,9% dos domicílios e a geladeira em apenas 6,4%.

Brasília e a dinâmica regional recente

O censo experimental de 1959 captou um momento significativo da formação de Brasília. A população vinha aumentando em ritmo acelerado, as correntes migratórias obedeciam a uma lógica socioeconômica e regional bem-delineada, o espaço urbano começava a se expandir e transbordar para fora dos limites prioritários e os

trabalhadores das obras constituíam o principal efetivo do mercado de trabalho. Iniciava-se, em algumas áreas, a fixação de núcleos familiares que mais tarde se imporiam na dinâmica demográfica local, enquanto as condições gerais de vida eram então transitórias e precárias, porém em ritmo inexorável de movimento e mudanças.

O Censo de 1960 mostrou a população já mais que duplicada em relação a 1959. Entre 1960 e 1970, Brasília registrou uma taxa de crescimento demográfica excepcional, 14,4% ao ano, chegando a 537 mil habitantes impondo-se então como um centro de atração migratória de ampla diversidade social e econômica.

Nas décadas seguintes, o ritmo de crescimento manteve-se intenso, com a população chegando a mais de 2 milhões de habitantes (2 051 mil) no ano de 2000.

As taxas de crescimento demográficas nas últimas duas décadas são consideravelmente superiores ao crescimento vegetativo, indicando a contribuição de um ainda expressivo fluxo migratório, em sua maior parte proveniente de Unidades Federativas (e de sub-regiões específicas) que já eram as mais relevantes em 1959, como partes da Região Nordeste, Minas Gerais e Goiás.

Já na década de 1970, Brasília havia ultrapassado as metas do planejamento inicial que previam uma população de 600 mil habitantes no ano de 2000. Sua configuração interna relegou ao Plano Piloto um papel secundário, do ponto de vista estritamente demográfico (menos de 200 mil habitantes) e regiões administrativas como Ceilândia, Taguatinga e outras surgem como os núcleos polarizadores das concentrações urbanas, comércio e serviços. A expansão de novos núcleos de povoamento teve novo ímpeto a partir dos anos de 1990 e as taxas de crescimento demográfico, impulsionadas pela migração,

VEDAS DE
BRASILIA

sugerem que Brasília poderá apresentar uma população em torno de 2,7 milhões no Censo de 2010.

Além disso, a influência de Brasília se fez sentir intensamente na chamada região do Entorno, notadamente entre os municípios goianos. A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, que compreende o Distrito Federal, 18 municípios goianos e dois mineiros, apresentava, em 2007, uma população superior a 3,5 milhões de habitantes, com alguns municípios sendo receptores de expressiva corrente migratória que buscam acesso à oferta de serviços, trabalho e oportunidades que se imaginam Brasília possa oferecer. Esse conjunto de municípios deverá continuar a crescer nos próximos anos e muito deles caracterizam-se, atualmente, por precariedade e riscos sociais.

Embora a geração de pessoas nascidas em Brasília seja bastante elevada, durante os anos de 2000 o peso das correntes migratórias (fluxo acumulado) ainda era ligeiramente predominante, incluindo migrantes de décadas atrás. As condições social e econômica de Brasília, a partir de recursos federais e da imagem da capital de um país com a importância do Brasil, contribuíram para que a Cidade - Estado ostente alguns dos melhores indicadores sociais do País, reforçando assim o seu poder de atração.

A existência de Brasília como Capital Federal foi fundamental na estratégia de interiorização do crescimento e na expansão em direção ao Oeste e Norte do País. As estradas e comunicações que foram estabelecidas, conectando o Norte e o Centro-Oeste ao Sul-Sudeste e Nordeste, através de Brasília, foram fatores decisivos no processo de povoamento, ocupação econômica e integração territorial.

A influência direta de Brasília sobre a Região de Anápolis e do entorno Goiano contribuiu para o impulso dessas áreas do Estado



Avenida W3, no início dos anos 1960



Brasília em construção
Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal



No dia da inauguração de Brasília, a festa dos candangos. Foto de Mario Fontenelle.
Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal

de Goiás. Foi igualmente importante sua influência sobre o noroeste de Minas (o Grande Sertão) e a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, que se conectaram com o sudeste de Goiás. Outras áreas também se beneficiaram do poder direto de Brasília.

Contudo, parte significativa da expansão do Centro-Oeste brasileiro seguiu uma dinâmica própria, que se inicia, como vimos anteriormente, nos anos de 1940 e 1950, com o avanço das frentes pioneiras pelo centro-sul de Goiás e sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul). A partir dos anos de 1960 e 1970, tais frentes se conjugaram com o avanço do capitalismo no campo e as migrações de pequenos e médios proprietários do Sul do País, consolidando a ocupação do Mato Grosso do Sul nos anos de 1970-1980, sul de Mato Grosso nos anos de 1980-1990 e norte de Mato Grosso nos anos de 1990-2000. Esse fluxo de ocupações demográfica e econômica obedeceu à lógica de expansão do moderno agronegócio e criou um conjunto de novos municípios com funções urbanas diversificadas, atraindo milhares de migrantes para os municípios polarizadores, criando também as condições para o surgimento e multiplicação das agroindústrias e serviços complementares. Tal movimento incorporou também o sudoeste goiano, Tocantins e o Estado de Rondônia, sendo a influência direta de Brasília, nesses casos, menos relevante.

Em suma, Brasília é hoje o resultado de vários processos que se originam de esforço pioneiro e da determinação política do final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, os quais estão estatisticamente registrados nos resultados do pioneiro censo experimental de 1959 e na série subsequente de censos demográficos e pesquisas do IBGE, os quais permitem acompanhar a notável evolução dessa que é hoje uma metrópole a caminho de se tornar a terceira cidade do País em tamanho de população.

Referências

- BERTRAN, Paulo. *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília, DF: Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN: Universidade Católica de Goiás, 1988. 140 p.
- BRANDÃO, Manoel Francisco. Brasília: folclore e turismo. Rio de Janeiro: [s.n.], 1957. Tese apresentada ao V Congresso Brasileiro de Turismo em 1957.
- CENSO experimental de Brasília; população, habitação 17 de maio de 1959. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. 109 p.
- DISTRITO Federal: síntese de informações socioeconômicas 2008. Brasília, DF: Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN, 2008. 89 p.
- LOPES, Luís Carlos. *Brasília, o enigma da esfinge, a construção e os bastidores do poder*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Unisinos, 1996. 247 p.
- PALACIN, Luiz; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de Goiás (1722-1972)*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1986.
- PINTO, Maria Magdalena Vieira. *Brasília: a nova capital do país*. São Paulo: Zenit, 1960. 48 p. Publicação comemorativa da XX Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia.
- SENRA, Nelson. Estatísticas organizadas (1936-1972). In: _____. *História da estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. v. 3.
- SILVA, Ernesto. *História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade*. 5. ed. Brasília : Do Autor, 2006. 391 p.
- VASCONCELOS, Adirson. *As grandes datas de Brasília e JK: as efemérides brasilienses*. Brasília, DF: Thesaurus, 2009. 1168 p.
- VIDESOTT, Luisa. Os candangos. *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, São Carlos, SP: Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, jan. 2008. Disponível em: <http://www.arquitetura.eesc.usp.br/revista_risco/Risco7-pdf/02_art01_risco7.pdf>. Acesso em: mar. 2010.
- VIGGIANO, Alan. *Itinerário de Riobaldo Tatarana: geografia e toponímia em Grande Sertão: Veredas*. 4. ed. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

Um candango ibgeano

Walker Roberto Moura*

Incluindo o tempo de Serviços prestados ao Recenseamento Geral realizado em 1970, quando trabalhei como recenseador dos Censos Demográfico, Agropecuário e Econômico, diria que estou completando 40 anos de serviços prestados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, na Unidade Estadual do Distrito Federal – UE/DF, neste exercício de 2010.

O meu pai Walter Moura, natural de Baixo Guandu, no Espírito Santo, sendo o segundo filho de uma família de seis irmãos, tendo a primeira nascida mulher, na década de 1920. Ela, tendo nascido numa família tradicional e interiorana, não trabalharia fora do lar. Então, ele teve que trabalhar precocemente, e com pouco mais de dez anos aprendeu o ofício de marceneiro. Aos vinte e poucos anos, já profissional reconhecido em sua cidade natal, conheceu a jovem Luzia Figueiredo e em 1946 casou-se com ela, filha única de sua família. Em 1950, o campo de trabalho estava restrito em Baixo Guandu e então a família resolveu mudar-se para Governador Valadares, em Minas Gerais, em busca de melhores oportunidades naquela cidade mais próspera, com mais oportunidades de emprego e desenvolvimento profissional.

Inicialmente, meu pai trabalhou como empregado, conheceu o mercado de trabalho e logo criou um círculo de amizades com a clientela, profissionais e empresários de seu ramo de trabalho, vislumbrou a oportunidade de estabelecer-se criando a sua própria

marcenaria. Naquela época, a fabricação de móveis tinha forte influência europeia, especialmente francesa, cujos móveis tinham partes torneadas e também entalhadas, etc. E como ele era excelente profissional, iniciou contratando colegas e conhecidos dele, com experiência, e como já naquela época existia escassez de mão de obra especializada, passou a contratar profissionais principiantes na profissão de marceneiro, inclusive seu irmão caçula, para formar a sua equipe, para atender à demanda recebida de sua clientela.

Acontece que o Sr. Walter não tivera grandes estudos, apenas o primário, mas aprendera a escrever com boa caligrafia, graças aos antigos cadernos de caligrafia, dominava bem a aritmética, era bem falante e afeito a criar círculos de amizade. Instalando a sua primeira marcenaria em prédio alugado, defronte ao portão do campo de futebol do time Democrata, que atualmente disputa a 1ª Divisão do Campeonato Mineiro, onde ele e dois irmãos mais novos jogavam futebol, um na posição de goleiro (Pedro Moura – também conhecido como Pedro), meu pai zagueiro, antigamente (beque) e Eudes, o mais novo dos irmãos no meio de campo (armador). Lembro-me que foi um tempo promissor. Entrei para a escola em 1955 – estudei os quatro primeiros anos no Colégio Ibituruna, à época, reconhecido pela qualidade dos profissionais de ensino e a educação rígida que impunham – era um colégio de padres (católico apostólico romano) com uma disciplina “espartana”. Lembro-me que no período 1950/1956 a vida era muito boa, a marcenaria era grande, muitos empregados, tínhamos caminhão para transportar madeira e móveis, e automóvel para passear, um jipe.

Então, o Sr. Walter não se contentou apenas em ser eleitor e resolveu ter participação mais ativa na política local e começaram os desequilíbrios orçamentário e financeiro, porque ele era empreendedor,



Candangos na periferia de Brasília

mas não estudara o bastante para administrar com competência o negócio e a vida.

Ainda quando criança, fomos a muitos comícios na própria cidade e em cidades vizinhas, como Caratinga, por exemplo. Com estradas péssimas, atoleiros, numa das viagens o jipe capotou com meu pai ao volante. Comícios com as presenças de Benedito Valadares e outros influentes da época, e para o governo do Estado de Minas Gerais, até Juscelino Kubitschek, o grande e ilustre mineiro de então e sempre.

Num curto espaço de tempo as despesas aumentaram muito, minha mãe adoeceu e precisou ser tratada em Belo Horizonte, MG, impondo gastos imprevistos, meu pai avalizou despesas de alguns correligionários, amigos e compadres, e em pouco tempo, para honrar os compromissos assumidos, perdemos tudo. Nem casa para morar tínhamos. Fomos morar de aluguel e depois na casa de minha avó materna, que sempre acompanhou a família, mas naquele tempo tinha a sua própria casa.

A situação ficou difícil e as notícias da construção de Brasília, a nova Capital do Brasil tomavam conta do noticiário radiofônico. Programas como "A voz do Brasil", só falavam da destinação de recursos para construção de Brasília. O "Repórter Esso" e o noticiário local, todos falando de Brasília. As discussões dividiam o povão, entre um cigarro e outro: a Capital sairia do Rio de Janeiro, quando será que a capital sairá de lá? Outros diziam que a Capital não mudaria. E todos acompanhavam as notícias sobre a construção de Brasília.

Foi então que um motorista pernambucano de nome Cristiano, que também morava em Valadares, conhecido de meu pai, tinha dito a ele que iria se "aventurar". Esse era um termo usado naquela época para quem ia tentar trabalhar em Brasília, cidade que os interioranos

nem imaginavam o tamanho traçado e a grandiosidade da obra, e nem se seria construída completamente como o foi. Então, o Cristiano sabendo da quebradeira do amigo em Valadares, escreveu uma carta a ele, dizendo que Brasília era uma coisa doida, construção para todo o lado, tinha muita gente trabalhando e chegava gente, homens o dia todo, de todos os lugares. E o chamou para ir para Brasília, pois havia emprego para todos, tinha muita construtora, pagavam em dinheiro vivo e que ele nunca tinha visto tanta gente faturando numa cidade. Lembro-me da expressão: "Aqui ganha-se dinheiro até vendendo bananas na rua". Recebida a notícia e como a situação estava difícil para o meu pai, ele reuniu a família e explicou que a nossa vida estava muito difícil naquele lugar e ele não via como recuperar tudo perdido. O único jeito era nos deixar em Valadares e viajar para Brasília, ao encontro do amigo Cristiano, que até então nenhum de nós da família, conhecíamos, e aí surgiram as incertezas... quem era aquele homem que meu pai iria encontrar?

Nossa família era composta pelas seguintes pessoas: minha mãe, Luzia, minha avó materna, Maria, minha tia Amália, irmã caçula de meu pai, que o acompanhou desde quando ele casara com minha mãe, devido ao fato de seus pais terem falecido num intervalo de seis meses de um para o outro e os familiares acabaram se dispersando em busca de trabalho, isso exatamente no ano em que nasci (1947) e os filhos, eu, com 12 anos, João, com oito, Maria, com sete e Lana Mara, com dois.

A cidade de Governador Valadares vivia os áureos tempos da exploração da mica (material isolante, largamente utilizado em eletricidade e tantas outras aplicações, cujas empresas que processavam a matéria-prima, empregavam um grande número de pessoas). Havia também a indústria madeireira no auge da exploração, industrialização e comercialização, com muitas serrarias, cujas toras eram transportadas

do mato em caminhões e de lá, por via férrea, para os grandes centros do País. Também tinha muito gado, milho e feijão, nos chamados "Armazéns Gerais", que empregavam muita mão-de-obra.

Considerando a grande atividade econômica, também era forte a quantidade de pistoleiros, jagunços e outros arruaceiros naquela região, o que tornava a vida ali bastante perigosa. Por conta disso, era enorme a preocupação de minha mãe e a nossa pela tal viagem de meu pai, que estaria indo encontrar alguém que poderia ter práticas não tão lícitas. Tudo o que acontecera em nossa vida foi muito repentino, em decorrência de política e maus negócios, fruto da pouca cultura de meu pai e de minha mãe, ambos apenas com curso primário e eu cursando a 5ª série ou admissão. E meu pai ficaria muito tempo viajando sem a família.

Depois daquela reunião familiar, passados dois dias meu pai viajou. Foi de trem até Belo Horizonte e de ônibus até Brasília, que ainda não era Distrito Federal em 1958. Chegando lá, desembarcou na rodoviária da cidade livre, atualmente Núcleo Bandeirante, e logo encontrou o amigo Cristiano, que o aguardava e o levou até a futura esplanada dos ministérios, bloco 10, atualmente sede do Ministério do Trabalho. Meu pai foi contratado como carpinteiro e posteriormente promovido a mestre de carpinteiro, e ali trabalhou até a conclusão das obras, em 1960.

Decorreram-se quase dois anos, e ele trabalhando em Brasília e mandando dinheiro e cartas para a família em Valadares. Meu pai "ocupou", para não dizer invadiu, um lote numa área de expansão, na cidade-satélite de Taguatinga, na área sul da cidade. Ele conseguiu madeira para construir um barracão, coberto com zinco, escreveu para minha mãe, comunicando que ia passar o final do ano de 1959 em Governador Valadares e que ela começasse a se preparar para a

Vivências

mudança definitiva de toda a família para Brasília. Que ela procurasse comprador para o que fosse possível vender, inclusive a casa de minha avó, pois construiríamos tudo novamente em Brasília. Não levaríamos mudanças em razão da distância e custos. E assim aconteceu, meu pai retornou de férias em dezembro de 1959; com dinheiro, proporcionou o Natal de pós-crise, resolveu em Valadares todas as pendências e lá fomos nós, de mudança para a futura nova Capital Federal.

Ao chegarmos na Cidade Livre, na rodoviária, nos deparamos com uma cidade dos filmes de banguê-banguê, todas as casas, postos de gasolina, mercado... tudo construído de madeira. Para nós, era tudo muito estranho e devido a tantas horas viajando naquele ônibus, com frente de caminhão e bancos inteiriços, sem conforto algum, ao descer do mesmo, parecia que tudo girava. Fomos para Taguatinga de táxi, asfalto tinha somente na Rodovia BR-60, Brasília/Goiânia. Entrando à direita da via para Taguatinga, era uma estrada de terra, encascalhada e com tanta poeira que nem se via o carro que ia a sua frente. Ao chegarmos, nos vimos diante de um barracão de madeira, com tábuas aproveitadas de construção, que originalmente serviam de forma para concreto daquelas colunas de sustentação dos prédios existentes na Esplanada dos Ministérios. O quintal cercado com arame farpado, ruas sem calçamento, só barro vermelho, luz de lampião a querosene ou vela, fogão a lenha. A água era tirada de poço ou cisterna, o esgotamento era por fossa, a iluminação pública inexistia. Escolas primária e ginásial ficavam a mais ou menos dois quilômetros de distância e o transporte era feito por bicicleta ou a pé. Para o hospital, a mesma distância. Casos mais graves eram levados ao Hospital Distrital de Brasília - HDB, a mais ou menos 25 quilômetros de onde morávamos. Os ônibus urbanos tinham ponto final a 500 metros de nossa casa. Isso em 1961, pois a partir de 1963, já tínhamos ponto diante de nossa porta.

Para quem saiu de Valadares, residindo em casa de alvenaria, com dois pisos, assoalho de madeira peroba, lote de terreno com cerca de 1 500 metros, frutíferas, rua calçada com pedra, água encanada tratada, luz elétrica, etc., foram muitas mudanças em pouco tempo de vida, e um aprendizado enorme. E Brasília cresceu rápido, em ritmo alucinante. Em pouco tempo, as antigas chácaras que produziam gêneros hortifrutigranjeiros foram loteadas, e onde havia plantação de alface, logo virou casas, quadras e ruas. A população do entorno de Brasília se multiplicou em muito pouco tempo, e com isso, os terrenos ficaram valorizados, pois a cada dia chegavam mais e mais pessoas para viver na Capital Federal.

Em 16 de outubro de 1961, fui contratado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, para trabalhar no Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos, onde permaneci até 1968, quando sai para cumprir o serviço militar e, ao retornar, tinha sido enquadrado na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, como servidor público, sendo lotado na Secretaria de Finanças do Governo do Distrito Federal. Ali, trabalhei na Divisão de Fiscalização, seção de Postos Fiscais, como Fiscal Arrecadador, onde permaneci até 1970, quando prestei concurso para trabalhar no Recenseamento Geral de 1970, da Fundação IBGE, em Brasília, DF, no Serviço de Coleta de Brasília - SCBR. Findo os trabalhos censitários, fui convidado a continuar trabalhando no IBGE, desempenhando a função de Agente de Coleta. Foi quando pedi licença sem vencimentos para tratamento de assuntos particulares na Secretaria de Finanças, posteriormente pedi demissão de lá e ingressei no IBGE, como Celetista, onde permaneço até esta data, morando em Brasília, cidade que praticamente vi nascer.



Catedral de Brasília em construção e Esplanada dos Ministérios
Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal

Trabalhadores (Candangos) para construir Brasília





Definida a localização, começaria a construção, com grande atração de público, e a frequente presença do Presidente da República, como nesta imagem em que ele aparece numa Romiseta.
Arquivo Público do Distrito Federal.

Geografia de esperança: a Reserva Ecológica do IBGE e a nova capital

*Mauro Lambert Ribeiro**

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, possui uma Reserva Ecológica. Situa-se a 30 km ao sul do centro de Brasília, na bacia do Lago Paranoá, concebida originalmente como "Faixa Sanitária", para proteção dos mananciais hídricos da Nova Capital. Passados 50 anos da criação de Brasília, constitui área nuclear do mosaico de unidades de conservação que protegem sua área tombada – Patrimônio Cultural da Humanidade. Com 1 398,75 hectares, abriga grande diversidade de ecossistemas e espécies da flora e fauna do Bioma Cerrado, algumas em vias de extinção. Com tantos atrativos naturais e impulsionada por iniciativas pioneira e visionária do IBGE, tornou-se "laboratório científico" comparativo para seu Centro de Estudos Ambientais do Cerrado que, em parceria com instituições científicas nacionais e internacionais, vem produzindo há 35 anos o mais importante acervo de inventários e experimentações ecológicas com vistas a subsidiar governos na busca de um planejamento territorial sustentável para o Cerrado. Testemunhas da eco-história do Planalto Central, a Reserva Ecológica do IBGE e Brasília compartilham nuances de sonho, esperança e realidade e desafios convergentes de sustentabilidade. Este capítulo traz a marca desse enlace. Justa homenagem aos condutores dessa jornada.



Exemplar da flora do
Cerrado na RECOR

Pioneiros e visionários

Não é uma cidade qualquer. Possui antecedentes históricos e razões geopolíticas incomuns. Cidade do futuro, sua construção apoteótica passou a impor novos rumos à estrutura social, à econômica e à cultural do País, cultivou esperanças e atraiu a atenção mundial. Brasília imprime sua marca.

Brasília nasceu da reflexão. Uma nova experiência geográfica, pensada para o amanhã. A mudança da capital para o Planalto Central satisfaz à solução geopolítica que visa à integração de todas as Unidades da Federação Brasileira, com equidade socioeconômica entre as regiões. Razão que dá sentido nacional à ideia. Chave de um projeto de desenvolvimento nacional que promove a unidade territorial e o povoamento dos sertões. Sua presença no centro geodésico do Brasil, berço das três principais bacias hidrográficas do País, não apenas estabelece o necessário equilíbrio funcio-

* Doutor em Zoologia pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – Unesp, Rio Claro, SP. Gerente de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, do Centro de Estudos Ambientais do Cerrado – Reserva Ecológica do IBGE.

nal do regime federado, como deve inspirar sua função civilizadora, capaz de criar na vida brasileira uma bipolaridade – o mar e o sertão, idéias difundidas por Mario Augusto Teixeira de Freitas, idealizador do IBGE (ORICO, 1960; TRÊS..., 1960).

A mudança da capital é ideia antiga. Surgiu com o registro cartográfico no "Mapa de Goyás" do geógrafo italiano Francesco Tosi Colombina. Primeiro a retratar o epicentro das três maiores bacias hidrográficas do Brasil, ao cruzar o planalto goiano entre 1749-1751, vislumbrou o valor estratégico da região e influenciou o Marquês de Pombal a manifestar a conveniência de instalar-se a sede do governo da grande colônia no sítio em que se ergueria Brasília (ORICO, 1960; COSTA; MEDEIROS, 2009). Naquela época, convém ressaltar, a colonização do Distrito Federal e seu Entorno já estava iniciada. Segundo Bertran (1994), começara em meados dos anos de 1730, pelo norte, com fazendeiros da Casa da Ponte, vindos dos sertões do rio São Francisco e noroeste de Minas Gerais. Três décadas mais tarde, 37 sesmarias já povoavam o Distrito Federal, com destaque para a extensíssima Fazenda Santa Bárbara, concedida a Serafim Camelo de Mendonça, em 1767 (onde hoje está instalada a Reserva Ecológica do IBGE). Cidades ligadas ao ciclo do ouro estavam sendo fundadas desde 1730, outras, como pouso das tropas. Estabelecimentos para arrecadação de impostos e controle de circulação de ouro, gado e mercadorias já haviam sido instalados, por onde passavam as duas estradas que ligavam o sítio em que se construiria Brasília às capitais que a antecederam (Estrada Real, em 1730, interligando o Rio de Janeiro a Belém; e a Picada da Bahia, em 1732, entre Salvador e Vila Bela, a primeira capital de Mato Grosso).

"Eis que o Distrito Federal não era sertão incomunicável". Ao contrário, a intensidade de circulação de caravanas e de mercadorias demonstra que sua "centralidade antecede em 200 anos à solução

geopolítica" (BERTRAN, 1994, p. 143). Neste sentido, a marcha para o centro com a nova capital lhe resgataria a importância experimentada por mais de meio século, perdida desde a exaustão do ouro. Reconquista que, em poucas décadas, projetaria o Planalto Central como a mais nova fronteira agrícola do País.

O determinismo histórico da mudança da capital atravessou a Colônia e o Império, para tornar-se lei na Primeira Constituição da República. Mas, de José Bonifácio a Juscelino Kubitschek, fez-se antes expectativa (ORICO, 1960). Conheceu indecisões quanto ao momento oportuno de realizá-la e suplantou dúvidas quanto à sua melhor localização, amparada nos conhecimentos científicos das três expedições geográficas constituídas para sua definição. Ressurgiria, sob o sentido de urgência e oportunidade, para tornar-se meta-síntese do governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (VASCONCELOS, 1978; 2007). A epopeia da construção de Brasília, seu caráter monumental e o entusiasmo do Presidente Kubitschek e de todos os pioneiros, infundiram confiança na capacidade criativa, tenacidade e poder de realização de nosso povo. Capital instalada no Sítio Castanho. Sonho realizado. Legado de esperanças para a Nova Era do Brasil (SILVA, 1999).

Com a inauguração de Brasília, o IBGE encaminhou à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP solicitação para que fosse concedida uma área para instalação da sede de seu Terceiro Distrito de Levantamentos Geodésico e Topográfico, transferido de Belo Horizonte e que desde 1957 atuava na área do Distrito Federal. O pleito foi atendido nos termos e sob as condições estipuladas em Resolução do Conselho de Administração da NOVACAP, em sua 138ª Sessão, em 13 de julho de 1960, publicado no Diário Oficial da Prefeitura em 07 de outubro de 1960, com escritura de doação lavrada em 10 de maio de 1961.

Dos entendimentos prévios entre o Dr. Dalmy Antônio Álvares Rodrigues de Souza, chefe daquela unidade do IBGE e o Dr. Joffre Mozart Parada, engenheiro que coordenou as desapropriações de terras para a implantação da nova capital, foi escolhida a gleba Roncador, onde a equipe de geodésia achava-se acampada desde 14 de abril de 1960 (SIMÕES, 1985). A gleba pertencia à antiga Fazenda Santa Bárbara, que desde o Brasil Colônia havia trocado várias vezes de proprietário. A partir de então, a área da família Machado, desapropriada pelo governo de Goiás, doada à União e repassada para a NOVACAP em 1959, passaria a pertencer ao IBGE. Em outubro de 1961, o IBGE produziu o novo mapa de Brasília, na escala de 1:100 000. Seria o primeiro registro da área recém-empossada pelo IBGE na Nova Capital.

O IBGE marcou imediatamente sua presença na área. Realizou o levantamento topográfico e o nivelamento do polígono, construiu a cerca de arame farpado ao longo do perímetro e os prédios provisórios de madeira, que até 1977 serviram tanto de alojamento como de escritório. Em 1965, negociou com a NOVACAP a instalação da rede elétrica entre Brasília e o Roncador em troca de serviços de levantamento topográfico. Entre 1976 e 1977, foram construídos os sete pavilhões de alvenaria que abrigariam as oficinas e demais serviços de apoio, bem como a equipe técnica (LUCARELLI, 1992).

Durante os primeiros 15 anos de Roncador, a área foi usada como campo de treinamento das práticas geodésica e topográfica, complementado por cursos de nível médio em agrimensura e geodésia, ministrados, sobretudo a partir de julho de 1968, com o convênio firmado com o Centro de Ensino Técnico de Brasília – CETEB. Essas atividades tiveram grande importância na formação dos profissionais de campo, que aprenderam o ofício durante as campanhas de levantamento geodésico e topográfico.

Além disso, geodestas altamente matematizados, com relações internacionais sistemáticas e fortemente exigentes de tecnologia, vislumbraram a conveniência de se instalar no Roncador um projeto pioneiro: Centro Geodésico Brasileiro, com funções de ensino e pesquisa, nos moldes da Cartographic School do Interamerican Geodetic Survey, localizada na Zona do Canal do Panamá (FERRARI, 1965). O Brasil dos anos de 1960 apresentava carência de formação de profissionais que atendessem às demandas dos grandes projetos nacionais desenvolvidos pelo IBGE. A Escola Sul-americana de Geodésia, idealizada como o braço de ensino do Centro Geodésico Brasileiro, visava à formação desses profissionais em vários graus de especialização, em cooperação com as universidades brasileiras e instituições internacionais. O Centro Geodésico Brasileiro promoveria ainda pesquisas e aplicações de métodos avançados das técnicas geodésica e cartográfica, além de investigações sobre as riquezas do solo (mineralógicas, petrolíferas, hidrológicas, oceanográficas e botânicas), com a oportuna integração dos profissionais da geografia física do IBGE.

Projetado para o futuro, como laboratório de tecnologias, investigações científicas e formação profissional, o Centro Geodésico Brasileiro não encontrou o necessário apoio que lhe permitiria mexer no tabuleiro de influências científicas latino-americanas. Talvez ainda sob a desconfiança que tentou destronar Brasília após a sua criação (VASCONCELOS, 1978), fez-se releitura de sua história. Permaneceu expectativa. A ideia pioneira de Dalmy e Ferrari de implantar no Roncador um centro nacional de referência em pesquisas científicas teria de aguardar até a década seguinte, para renascer sob o enfoque emergente dos estudos ambientais.

Em certa medida, a saga dos estudos ambientais no IBGE tem raízes na "velha guarda" da geografia física, que desde a década de 1940, produziu estudos clássicos notadamente de geomorfologia, cli-

matologia e biogeografia, com notável cooperação de profissionais estrangeiros, sobretudo da Escola Francesa (ALMEIDA, 2000). Mas, a complexidade das questões ambientais que emergiam no início dos anos de 1970, sobretudo relativas à erosão da biodiversidade, à perda de produtividade dos solos e à poluição crescente, impulsionados pelo modelo exponencial de crescimentos populacional e econômico, às expensas de recursos naturais finitos, necessitariam de novos paradigmas.

A gestão do Presidente do IBGE Isaac Kerstenetzky (24.03.1970 – 29.08.1979) e de seu Diretor-Geral Eurico Andrade Neves Borba foi marcada por suas concepções sistêmicas e integradoras. Resgatando

os princípios norteadores de sua fundação, emanados por Teixeira de Freitas desde os anos de 1930, vislumbraram a reestruturação de um IBGE capaz de promover a "descrição, análise e interpretação do País em todos os seus aspectos relevantes ao planejamento territorial" (ALMEIDA, 2000, p. 297). Atentos aos problemas ambientais relatados pelo Clube de Roma e pela Primeira Conferência Internacional de Meio ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, e com raro ímpeto realizador, tomaram providências que se tornariam os primeiros ensaios para a inserção da temática ambiental no âmbito do planejamento territorial do Brasil.



Localização da Reserva Ecológica do IBGE e seu primeiro registro cartográfico no novo mapa do Distrito Federal, organizado e desenhado pelo Conselho Nacional de Geografia – Divisão de Cartografia, em dezembro de 1960. Revisto e atualizado em junho de 1961. Publicado em outubro de 1961. Escala 1:100 000.



Área do Roncador utilizada para treinamentos da equipe do Terceiro Distrito de Levantamentos Geodésico e Topográfico do IBGE, entre 1960 e 1977.

Amparados pelas novas atribuições funcionais do IBGE (Lei nº 5.878, de 05 de maio de 1973), que incentivavam a produção e análise integradas de dados ambientais, criaram em 1975, a Superintendência de Recursos Naturais e Meio Ambiente – SUPREN (atual Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais – CREN), que progressivamente estruturou-se em duas linhas de atuação de vanguarda: a) bancos de dados ambientais; e b) estudos ambientais integrados. Com a inclusão do Projeto RADAM ao IBGE, a partir de 1985, os bancos de dados se expandiram e os diagnósticos ambientais integrados fomentaram importantes projetos nacionais de planejamento territorial, notadamente o Zoneamento Ecológico – Econômico do Brasil. Mais recentemente, em sintonia com os programas brasileiros relativos à Convenção da Diversidade Biológica – CDB, surgiram outras contribuições importantes: Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, Mapa de Biomas – base para a aplicação da legislação ambiental federal. A atual Presidência do IBGE e sua Diretoria de Geociências deram início ainda a três projetos inéditos: Sistema de Contas Ambientais, Rede Nacional de Riscos Ambientais e SIG Brasil, portal de acesso da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, que permitirá a integração de dados geoespaciais de todas as instituições públicas do Brasil (COMITÊ DE IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA NACIONAL DE DADOS ESPACIAIS, 2009). Essas iniciativas demonstram que a atuação ambiental do IBGE conseguiu reter ao longo de sua trajetória a essência de integração e vanguarda idealizada nos anos de 1970.

A transformação daquela área de treinamentos geodésico e topográfico em Reserva Ecológica do Roncador – RECOR (Resolução PR-26, de 22 de dezembro de 1975), rebatizada como Reserva Ecológica do IBGE (Resolução PR-5, de 03 de janeiro de 1978) e reconhecida pelo Instituto Brasileiro e Desenvolvimento Florestal – IBDF como área de preservação permanente de interesse científico

(Portaria IBDF nº. 144/78), é parte importante dessa trajetória. Não foi ato fortuito. A percepção de que o avanço da fronteira agrícola sobre o Cerrado provocaria impactos ambientais irreversíveis em um bioma com biodiversidade desconhecida e ainda pouco protegida, além do despreparo da sociedade e dos governos para lidar com suas consequências, e da necessidade de tratar essas questões no âmbito do planejamento territorial, motivaram essa decisão. Essa iniciativa teve também a preocupação de incentivar outros órgãos públicos, detentores de grandes áreas rurais, a criarem reservas ecológicas, vislumbrando a transversalidade que essas novas questões demandariam dos diversos setores da sociedade (RESERVA..., 1995).

Logo no primeiro ano, foi elaborado para a RECOR um programa inédito de pesquisas científicas. Conjugando escalas local e regional, visava ao estudo comparativo da estrutura e funcionamento do Cerrado da RECOR – área controle, ainda bem preservada – em contraponto às áreas do bioma alteradas por diferentes fontes e magnitudes de perturbação induzidas pelo homem (VALVERDE, 1978; DIAS, 1977; HERINGER, 1977). Ao avaliar o plano, o mundialmente reconhecido geógrafo francês Jean Tricart (1977, p. 1) afirmou: "a estação pode tornar-se a primeira no mundo em observações ecodinâmicas e oferecer uma contribuição brasileira de primordial importância ao conhecimento científico universal." Em 1979, foi criado o Departamento Regional de Pesquisas Ecológicas – DERPE (atual Centro de Estudos Ambientais do Cerrado – CEAC), com o objetivo de implementar as pesquisas.

Na visão de sua direção, ao estender o eixo de preocupações ambientais da Amazônia e Mata Atlântica para os cerrados, o IBGE estaria contribuindo para que a marcha para o centro, iniciada com a construção de Brasília, fosse também acompanhada pelo estudo de

alternativas para o desenvolvimento sustentável do Planalto Central do País. Para dar conta do enorme desafio, incentivaram a abertura da área da RECOR a todos os pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa do Brasil ou estrangeiras, dispostos a participar, em parceria, daquela jornada.

Passados 35 anos, a Reserva Ecológica do IBGE tornou-se referência nacional em conservação e pesquisas ecológicas no Bioma Cerrado. Suas contribuições amparam o cumprimento das Metas Nacionais de Conhecimento e Conservação da Biodiversidade, assumidas no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica. Testemunho dos enlaces históricos com Brasília e com a saga ambiental do IBGE, fez-se a um só tempo, oportunidade e propósito. A inserção da sustentabilidade do Cerrado no planejamento territorial como sonho. A interiorização das preocupações ecológicas e a integração interinstitucional como estratégia. Síntese geográfica de esperança, sob a inspiração de Teixeira Freitas e o ímpeto realizador de Isaac Kerstenetzky e Eurico Borba. Tarefa de pioneiros. Percepção de visionários. Na interpretação de Almeida (2000, p. 300) "Pensaram grande para 1975, mas pensaram certo...".

Jornadas de conhecimento

O programa científico da Reserva Ecológica do IBGE tem a marca da cooperação, entre o IBGE e as mais de 150 instituições nacionais e estrangeiras, que contribuíram na sua execução, ao longo desses 35 anos. Concorreram para seu sucesso diversos fatores: localização e acesso, relativamente próximo ao centro de Brasília, mas suficientemente afastado das áreas de maior dinamismo antrópico; infraestrutura e serviços de apoio às pesquisas; valor científico da

área, com grande diversidade de ecossistemas e espécies; acervo de dados e coleções científicas de referência para validar as informações bióticas investigadas; permissão para a realização de inventários e experimentação ecológica com manipulação de ecossistemas para testar hipóteses relativas aos impactos humanos sobre fatores-chave na manutenção da biodiversidade do Cerrado. Acrescente-se, ainda, o extraordinário acervo de informações geográficas e sobre a história natural do Distrito Federal, geradas entre os Séculos XVIII e XX, pelos inúmeros viajantes, cronistas das entradas e bandeiras que vasculharam a região em busca de ouro e índios, e pelas expedições de naturalistas. Cumpre ressaltar, sobretudo, os estudos das três missões destinadas a definir a localização da nova capital, considerados como precursores dos Estudos de Impactos Ambiental e do Zoneamento Ecológico – Econômico (BERTRAN, 1994). Brasília nasceu do registro científico.

Parte desses estudos relatam a eco-história da Fazenda Santa Bárbara, das bacias do Roncador e do Gama, itinerários de algumas daquelas expedições. Estão nos registros cartográfico fluvial, geofísico e viário do Distrito Federal no "Mapa de Goyás" do geógrafo italiano Francesco Tosi Colombina, em 1751; nos relatos geográficos do *Diário de D. José de Almeida*, escrito pelo cronista e geógrafo Tomás de Souza, autor do excelente *Mapa dos julgados*, em 1778; aparecem explícitos no pioneiro inventário natural de Joseph de Mello Álvares – 1886 (BERTRAN, 1994, p. 274); e nas exsicatas coletadas durante a Missão Cruls (GLAZIOU, 1905). Os primeiros registros científicos da RECOR antecedem em dois séculos o seu programa de pesquisas.

Até o final da década de 1980, o programa de pesquisas estava focado na escala local, tendo produzido vários inventários e estudos ecológicos de referência. Cumpre destacar os estudos sobre



Inauguração da Reserva Ecológica do Roncador (22 de dezembro de 1975), posteriormente rebatizada como Reserva Ecológica do IBGE (03 de janeiro de 1978) com a presença do Presidente do IBGE Dr. Isaac Kerstenetzky (a direita) e do primeiro administrador da RECOR, Sr. Jacob Freitas



Inauguração da Reserva Ecológica do Roncador (22 de dezembro de 1975), posteriormente rebatizada como Reserva Ecológica do IBGE (03 de janeiro de 1978). Discurso de inauguração feito pelo Diretor-Geral do IBGE, Dr. Eurico Borba



Pesquisas científicas na RECOR e seu acervo de Coleções Biológicas.



as matas de galeria (HERINGER; PAULA, 1980), sobre gramíneas (FILGUEIRAS, 1981) e tipos de vegetação (PEREIRA; FILGUEIRAS, 1984); sobre fungos (PERES; HERINGER, 1978); sobre diferentes grupos animais, tais como: insetos (SIMÕES, 1980; DIAS, 1982), aves (NEGRET, 1983), mamíferos (FONSECA; REDFORD, 1984; MARES; ERNEST; GETTINGER, 1986), crustáceos semiterrestres (REID, 1984) e peixes (RIBEIRO, 1986), além de prospecções sobre o meio físico da RECOR (DETERMINAÇÃO..., 1978). São desse período também, os primeiros estudos sobre o fogo como agente ecológico no Cerrado (FILGUEIRAS, 1981; HERINGER; MENDONÇA, 1982; NEGRET, 1985; DIAS, 1987); os primeiros estudos sobre a importância econômica da biodiversidade do Cerrado (PEREIRA, 1984; FILGUEIRAS, 1986; HERMANS; HERINGER, 1986); além do primeiro inventário das plantas invasoras da RECOR (PEREIRA; FILGUEIRAS, 1988).

Em 1987, com execução conjunta de pesquisadores de sua Divisão de Estudos Ambientais do Cerrado e da Divisão de Geociências do IBGE – GO (oriundos do Projeto RADAM), teve início o mais completo estudo integrado de uma unidade de conservação até então no Brasil. Com metodologia inédita para a escala de 1:10 000, foram produzidas informações sobre geologia, solos, geomorfologia, hidrografia, vegetação e flora, dinâmica da paisagem, qualidade ambiental e capacidade suporte dos ambientes, além de um zoneamento ambiental da RECOR, para orientar a execução de seu Plano de Manejo (ZONEAMENTO..., 1995). A partir desse estudo, os inventários bióticos na RECOR ganharam suporte inédito para testar hipóteses sobre os padrões de organização da biodiversidade nos diferentes ecossistemas terrestre e aquático.

No final dos anos de 1980, tiveram início também os estudos comparativos em escala regional. O projeto Biogeografia do Bioma

Cerrado, desenvolvido em parceria pelo IBGE, Universidade de Brasília e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, a partir de 1988, representou um marco para o conhecimento de biodiversidade de plantas do Bioma Cerrado. Com hipótese inovadora e um protocolo padronizado de coletas, foi possível inventariar as espécies e avaliar seus padrões de distribuição espacial dentro e entre as 25 unidades fisiográficas identificadas por Cochrane e outros (1985), com base na distribuição geológica dos solos, do relevo e do clima. Esse zoneamento biótico do Cerrado permitiu ainda indicar, com critérios científicos, as melhores áreas para a implantação de novas unidades de conservação no Planalto Central do País (FELFILL; SEVILHA; SILVA JÚNIOR, 2001). Produto-síntese dessa parceria, a publicação *Cerrado: ecologia e flora – volume 2*, que apresenta a flora vascular do Bioma Cerrado com uma lista de 12 356 espécies, integra o esforço do Brasil para o cumprimento das Metas Nacionais para 2010 da Convenção da Diversidade Biológica – CDB (MENDONÇA et al., 2008).

De forma análoga, o projeto Biogeografia de Peixes do Bioma Cerrado, desenvolvido desde 1986, com protocolos padronizados de coleta, tem inventariado e testado hipóteses sobre a distribuição de peixes em bacias hidrográficas do Bioma Cerrado, em função de diversos fatores físico e biótico que atuam em sinergia em uma complexa hierarquia de escalas temporal e espacial. A partir de 1998, em parceria com a Universidade de Brasília e a Fundação Sustentabilidade e Desenvolvimento – Fundação SD vem testando a hipótese de hierarquização de ecossistemas aquáticos, segundo Higgins e outros (1998). O estudo abrangendo 520 estações de coletas amostradas, nas bacias hidrográficas do Distrito Federal e sua Região Integrada de Desenvolvimento foi pioneiro e o mais intensivo já realizado em ecossistemas aquáticos no Brasil com essa finalidade. Tem subsidiado os governos federal e distrital

na indicação de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade aquática (RIBEIRO, 1998; RIBEIRO et al., 1999; 2007), para a execução de planos de manejo em unidades de conservação consolidadas (RIBEIRO, 1994; RIBEIRO et al., 2001; 2005; 2008) e planos de manejo para espécies ameaçadas de extinção (RIBEIRO; LIMA, 2008).

Foram, também, pioneiros os levantamentos de aves migratórias do Distrito Federal (NEGRET; NEGRET, 1981) e das aves de sua Região Geoeconômica (NEGRET et al., 1984).

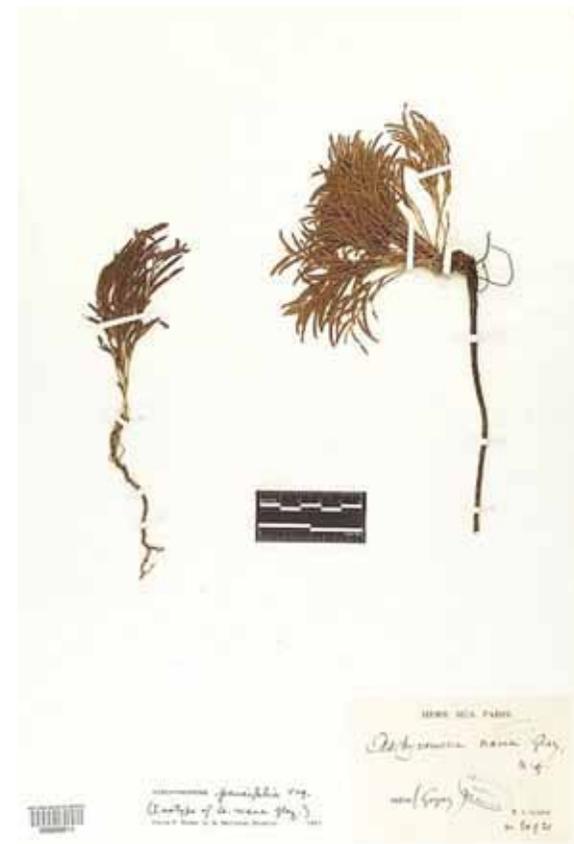
Para validação das informações sobre a diversidade biológica mantém-se a exigência da conservação de um "holótipo" (indivíduo completo, bem preservado que mais se aproxima do "tipo ideal" da espécie) e de uma série – tipo (grupo de indivíduos que indicam a abrangência de variação morfológica e geográfica da espécie), depositados em coleções científicas. Por razões históricas, a maioria dos tipos das espécies brasileiras coletadas entre o Século XVIII e início do Século XX encontram-se dispersos em diferentes coleções da Europa e Estados Unidos, dificultando os estudos sobre nossa biodiversidade. Entre as alternativas mais importantes para essa questão, destaca-se a formação de coleções de referência bem organizadas, com acervos identificados por especialistas por comparação direta com os espécimes-tipo (LEWINSOHN; PRADO, 2002). Como exemplo bem-sucedido, a Reserva Ecológica do IBGE abriga importantes coleções de referência para os principais grupos de plantas e animais inventariados desde o início das coletas em sua área e no Bioma Cerrado.

O Herbário IBGE foi criado em 1977. Devido à dinâmica de coleta e de identificação científica do material coletado, possui um acervo de aproximadamente 70 000 exsiccatas, criteriosamente identificadas por especialistas de mais de 100 herbários em todo mundo, sendo considerado um dos melhores do Brasil dentro da área de sua atuação

– Bioma Cerrado. Esse acervo inclui ainda aproximadamente 170 holótipos de espécies novas de plantas do Cerrado (RESENDE; GUIMARÃES, 2007). A coleção de peixes, iniciada em 1984, contém o principal acervo das cabeceiras das três bacias hidrográficas brasileiras, com 135 mil exemplares de 360 espécies, 118 gêneros e 27 famílias da região. Compõem esse acervo, também, de importantes coleções de mamíferos (320 exemplares), aves (750 exemplares), insetos (66 560 exemplares montados e identificados e cerca de 2 milhões coletados), e invertebrados aquáticos (1 075 exemplares). Uma litolaminoteca, em implantação conjunta com a Gerência de Recursos Naturais do IBGE em Goiás, abriga 25 000 amostras de rochas coletadas pelo RADAM-Brasil, além de lâminas delgadas, descrições petrográficas e mapas de serviço em escala 1: 250 000.

As transformações de uso e ocupação da terra no Planalto Central, que motivaram a criação da RECOR e seu programa de pesquisas, têm levado a modificações profundas na estrutura e funcionamento dos ecossistemas do Cerrado (KLINK et al., 2002). Essas constatações resultam dos projetos de estudos de impactos ambientais induzidos pelo homem sobre o Bioma Cerrado desenvolvidos na RECOR, em parceria com inúmeras instituições nacional e estrangeira, desde o final da década de 1980. Experimentos controlados em parcelas instaladas em diferentes tipos de ecossistemas na RECOR, manipuladas para simular condições de alterações antrópicas, e monitoradas por longos períodos, têm permitido testar hipóteses sobre importantes fontes de ameaça ao Cerrado (GONZALES et al., 1997).

As influências de queimadas frequentes sobre a estrutura e funcionamento do Cerrado e sua biomassa de raízes, seus efeitos sobre as comunidades animais e interações ecológicas e seu potencial para alterar padrões regionais ou até globais de ciclos da água e nutrientes,



Exsiccata histórica: a primeira exsiccata (*Aeschynomene nana*) coletada na área da RECOR pelo botânico da Missão Cruls Auguste François Marie Glaziou (1894) – depositada no Museu de Paris, França.



Exsicatas histórica: a primeira exsicata (*Anacardium humile*) coletada na área da RECOR pela equipe do IBGE (Ezequias Paulo Heringer, José Elias de Paula, Roberta Cunha de Mendonça e Anajúlia Elisabete Heringer Salles, em 26 de setembro de 1977), tombada no Herbário IBGE, Reserva Ecológica do IBGE, com o número 14.

especialmente carbono, entre outros aspectos, são testadas em parcelas experimentais do "Projeto Fogo", desde 1989. Duas áreas de 50 hectares, sendo uma de cerrado *sensu stricto*, e outra de cerradão e uma área de 20 ha de campo sujo, foram selecionadas. Cada área foi dividida em cinco parcelas (200m x 500m para cerradão e cerrado e 200m x 200m para campo sujo) e, cada parcela foi submetida a um tratamento experimental que simula diferentes épocas e frequências de ocorrência de queimadas no Cerrado (MIRANDA et al., 1997). Utilizando essas mesmas parcelas experimentais, Klink (1999a) testa os efeitos do fogo sobre a dinâmica de ecossistemas, grupos funcionais e populações de plantas do Cerrado, para verificar se alterações nos processos ecológicos dos ecossistemas podem ser previstas a partir de características das espécies que o compõem.

A estrutura e funcionamento de savanas tropicais também sofrem influências de fatores limitantes, como nutrientes e água. As influências sobre o Cerrado e sobre as mudanças climáticas, provenientes do acréscimo de nutrientes, sobretudo de nitrogênio, a partir da conversão da vegetação nativa em pastagem ou área agrícola, acompanhado pela expansão do cultivo de plantas fixadoras de N₂ atmosférico (como a soja), pelo aumento do consumo de fertilizantes nitrogenados, pelo crescimento populacional e pela rápida urbanização, são testadas em parcelas experimentais do projeto de "Adição de Nutrientes" (BUSTAMANTE, 1999).

Experimentos visando estabelecer os efeitos dos usos da terra sobre a economia de água no Cerrado são desenvolvidos na RECOR, em comparação com outras áreas de savanas neotropicais (FRANCO, 2001). Os efeitos dos usos da terra e das mudanças climáticas globais nos ciclos biogeoquímico e hidrológico que determinam a estrutura e o funcionamento dos ecossistemas do Cerrado são tam-

bém estudados em três parcelas experimentais na RECOR, que diferem na densidade de plantas lenhosas e na manipulação do regime nutricional (FRANCO, 1998).

As mudanças climáticas globais poderão ocasionar aumento ou redução das precipitações no Bioma Cerrado, com modificações na estrutura e dinâmica dos ecossistemas e paisagens. Os efeitos provenientes do aumento das precipitações estão sendo testados em parcelas experimentais localizadas na zona de transição da mata de galeria – cerrado, que recebem diferentes regimes de irrigação, projeto batizado como "Molha Cerrado" (FRANCO, 2006). Para testar os efeitos inversos, o projeto "Seca Cerrado" monitora alterações no funcionamento do Cerrado, decorrentes de reduções de precipitações, em experimentos realizados em trincheiras cavadas e especialmente preparadas para exclusão de chuvas na RECOR (KLINK, 1999b).

Foram também implantados na RECOR experimentos não manipulativos. Um desses estudos monitora os efeitos de um incêndio acidental ocorrido na RECOR em outubro de 1994. A RECOR, que estava protegida contra incêndios florestais há mais de 20 anos, sofreu as consequências de uma queimada que teve início em área vizinha, e ao atravessar o aceiro da RECOR consumiu rapidamente o material combustível acumulado por todos esses anos. As matas de galeria dos córregos Pitoco, Monjolo e Taquara foram atingidas. Desde então, estão sendo acompanhados os efeitos desse incêndio sobre a regeneração da mata e sobre a estrutura e organização daqueles ecossistemas. Como essas matas já vinham sendo monitoradas anteriormente ao incêndio, um experimento não manipulado intencionalmente foi iniciado desde então naquelas áreas afetadas (SILVA JÚNIOR, 1995). Outro estudo monitora os efeitos de queima-

das no cerrado *sensu stricto*, por meio da avaliação fitossociológica do estrato arbustivo-herbáceo após um incêndio acidental (SILVA; NOGUEIRA, 1999).

Em outro experimento análogo, os dados produzidos com protocolos padronizados sob condições protegidas dentro da RECOR são comparados àqueles advindos de áreas submetidas a diferentes tipos e magnitudes de perturbações provocadas pelos projetos de desenvolvimento humano. Nesse escopo, enquadram-se os estudos dos impactos dos usos e ocupação nas bacias hidrográficas sobre as paisagens terrestres, as zonas de transição terrestre-aquática e sobre os ecossistemas aquáticos (regime hidrológico, qualidade da água, habitats aquáticos, comunidade de peixes e organização trófica). Sob a abordagem de risco ecológico, respostas dos componentes, processos e padrões de organização dos ecossistemas (integridade ecológica) em áreas sob influência da agricultura, urbanização e represamentos (fontes de ameaças), são comparadas àqueles "padrões esperados" em áreas de controle não alteradas. Modelos preditivos estabelecendo as relações "causa – efeito" das alterações servem para orientar o manejo adaptativo de ecossistemas alterados (para diminuir sua vulnerabilidade), bem como para simular cenários de risco ecológico a partir de alterações futuras nos usos e ocupação da terra (RIBEIRO et al. 2005).

A RECOR conta com boa infraestrutura e serviços de apoio às atividades de pesquisa. Ainda em 1978, com o objetivo de garantir a segurança da área, foi criada a Brigada Contra Incêndios Florestais, com funcionários voluntários, treinados periodicamente pelo Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal e com curso de reciclagem nos Estados Unidos. Em 1979, foi implantada uma estação meteorológica, com leituras diárias de parâmetros às 09, 15 e 21 horas e integrada à rede do Instituto Nacional de Meteorologia – INMET. Constam ainda

uma biblioteca especializada em ecologia e laboratórios diversos, além de alojamentos para até 30 pesquisadores (LUCARELLI, 1992). Na RECOR estão instalados também importantes componentes do Sistema Geodésico Brasileiro: uma Estação de Monitoramento Contínuo do Global Positioning System – GPS, que integra a Rede Global do International GNSS Service – IGS e uma Rede Geodésica Passiva formada por 25 Estações Altimétricas, 15 Estações Planaltimétrica e a Estação de Gravidade Absoluta The National Oceanic and Atmospheric Administration – NOAA. Em convênio com o Observatório Nacional do Rio de Janeiro, estão em fase de implantação uma Estação da Hora Certa e uma Estação Absoluta para estudo do campo magnético terrestre.

Em se tratando de pesquisas científicas em unidades de conservação, a RECOR tem se destacado ainda pela iniciativa pioneira de organizar um sistema de gestão que permite o acompanhamento do ciclo completo das pesquisas, desde o cadastramento do projeto, sua aprovação pelo Conselho Científico do Centro de Estudos Ambientais do Cerrado, sua implementação em campo e entrega dos produtos gerados (publicações) pelos pesquisadores responsáveis. Esse sistema de gestão compreende além do módulo de acompanhamento de projetos, a normatização dos procedimentos de pesquisas na RECOR, a manutenção da infraestrutura para as pesquisas e atividades acadêmicas oriundas, uma base de dados bibliográficos sobre os produtos gerados, um Sistema de Informações Geográficas – SIG sobre a RECOR e um sítio na Internet (INAZAWA; SABBAG, 2009). O sistema de gestão está regulamentado pela Norma de Serviço nº 23/99 da Diretoria de Geociências do IBGE.

Ao longo desses 35 anos de existência, a RECOR notabilizou-se como a área protegida mais bem-estudada do Bioma Cerrado (mais de 250 projetos de pesquisas realizados por um contingente supe-



Infraestrutura para pesquisas científicas e Gestão Ambiental na RECOR.

rior a 670 pesquisadores cadastrados, provenientes de uma gama de instituições nacional e estrangeira, e fontes de financiamento diversas) e com intensa produção científica (com mais de 970 publicações científicas cadastradas). Cumpre destacar, ainda, a relevante contribuição para formação de novos pesquisadores. Somente entre os anos de 2000 e 2009 foram desenvolvidas 118 dissertações de mestrado e 48 teses de doutorado na RECOR. Por reunir esse conjunto de condições, a RECOR integra redes nacional e internacional de centros de referência em pesquisas científicas, entre as quais destacamos: "Sítio de Pesquisas para o Bioma Cerrado do Programa Pesquisas Ecológicas de Longa Duração – PELD, do CNPq" e Sítio de Pesquisas para o Bioma Cerrado do Programa Large Biosphere–Atmosphere Program – LBA, coordenado pela National Aeronautics and Space Administration – NASA. Suas contribuições têm sido importantes para a formulação de políticas públicas que visam à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade do Bioma Cerrado, em consonância com as diretrizes e metas da Convenção sobre Diversidade Biológica e do Programa Brasileiro de Mudanças do Clima.

Cumpre salientar, finalmente, que a Reserva Ecológica do IBGE abriga o Centro de Estudos Ambientais do Cerrado – CEAC, unidade da Diretoria de Geociências no Distrito Federal, responsável pela supervisão das atividades de pesquisa da Gerência de Recursos Naturais – GRN/DF e da Gerência de Geodésia e Cartografia – GGC/DF. À Gerência do CEAC/DF cabe ainda a gestão da unidade de conservação e de todas as pesquisas realizadas na área, sobretudo pelas instituições parceiras. A GRN/DF executa parte substancial do programa de pesquisas pioneiro da RECOR e mantém suas coleções científicas. Primeira unidade do IBGE na área do Roncador, com longa tradição em pesquisas e liderança em redes nacional e internacional geodésica e cartográfica, e precursora da ideia de implantar na área um centro científico de grande repercussão nacional, a GGC/DF

também é integrante fundamental da Reserva Ecológica do IBGE, dando suporte às atividades de pesquisas ecológicas e coordenando seu Sistema de Informações Geográficas. Em 2010, Ano Internacional da Biodiversidade, a Geociências completa 50 anos de pesquisas científicas na Reserva Ecológica do IBGE. Outro enlace histórico com Brasília.

Paisagem em movimento

No princípio, era a paisagem típica dos chapadões do Planalto Central. Sua história é interminável: pela dimensão geológica, remonta, no mínimo, a 1 bilhão de anos; pela escala biológica, pelo menos aos últimos 20 milhões de anos, com direito a períodos alternados de expansão e retração geográfica; pelo tempo arqueológico, as influências indígenas podem retroceder a 12 mil anos e a colonização luso-brasileiro-africana teria no mínimo dois séculos e meio, fazendo proliferar a civilização, ecologicamente diferenciada, do "*Homo cerratensis*" (BERTRAN, 1994, p. 248). O Bioma Cerrado é vasto (ocupa mais de 200 milhões de hectares), mas compõe-se de sistemas ecológicos diferenciados (sendo reconhecidas mais de 25 unidades fisiográficas, segundo Cochrane e outros (1985) e um número ainda maior de ecorregiões, de acordo com Felfili, Sevilha e Silva Júnior (2001), que conformam eco-histórias sutilmente distintas, todas fortemente associadas à terra e aos seus recursos naturais. A transferência da capital viabilizou a vocação agrícola da região, que fez riquezas às expensas de suas excepcionais diversidades biológica e cultural. De grão em grão, o Cerrado perdeu espaço (ALHO; MATINS, 1995). Paisagem fragmentada, "ilhas" imersas em uma matriz de agroecossistemas

e zonas urbanas. Curiosamente, deve tornar-se o remédio de seu algoz: o melhoramento genético da soja e outros grãos, a partir de seu cruzamento com variedades de plantas do Cerrado resistentes aos extremos de calor e seca, pode salvar o agronegócio, ameaçado pela escassez de chuvas com o aumento de dois a cinco graus *Celsius* previsto para o Planalto Central, ao longo deste século. Cerrado protegido, pode virar sinônimo de economia próspera e bem-estar humano (DECONTO, 2008; PELLEGRINO; ASSAD; MARIN, 2007).

O Plano de Lúcio Costa já apresentava essa percepção. Os chapadões de topografia suave, levemente inclinada, testemunharam a engenharia urbana curvar-se ao seu relevo. Uma borboleta inspirou-lhe a forma, o céu e o horizonte, sua orientação espacial, a simplicidade de suas linhas e do fluxo de suas vias. A natureza batizou seus monumentos. O clima tornou-se ainda mais ameno com o lago Paranoá, formado pelo represamento do Torto, Bananal, Riacho Fundo e Gama (ORICO, 1960). As cabeceiras desses riachos de águas abundantes e de ótima qualidade, que Glaziou recomendara permanecer sob a proteção do Cerrado pujante, para garantir o manancial hídrico da nova capital (CRULS, 1995), conceberiam a bacia do Lago Paranoá, demarcada pela via expressa da Estrada Parque Contorno, como "faixa sanitária" protetora de Brasília (BRASIL, 1977). Nascia assim, no altiplano central do Brasil, a cidade vanguarda que exerceria fascínio mundial, como elemento renovador da qualidade de vida. O encanto da nova capital vai além da simplicidade de suas linhas, da sua arquitetura monumental, da harmonia com as artes plásticas – "Síntese das Artes", como lhe atribuiu o crítico Mario Pedrosa; "obra mais ousada que o ocidente já concebeu", segundo André Malraux; "Capital do Ano 2000", batizada por James de Coquet, jornalista do Figaro (ORICO, 1960). Na visão de seu idealizador,

Brasília deve ser percebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como *urbs*, mas como *civitas*, possuidora dos atributos inerentes a uma capital!... "resulta daí a harmonia de exigências aparentemente contraditórias: sendo monumental é também cômoda, eficiente, acolhedora e íntima. É ao mesmo tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional (COSTA, 1957).

Cidade-Parque que conagraçou o urbano e a natureza do Cerrado protetor, em busca do bem-estar humano. Cidade sustentável, por extrair da harmonia dos contrastes a estabilidade resultante. Por suas características únicas, Brasília foi a primeira cidade do Século XXI a receber a distinção de Patrimônio Cultural da Humanidade da United National Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO, em dezembro de 1987.

Curiosamente, o IBGE foi a primeira instituição pública a se instalar dentro da "faixa sanitária", testemunha o registro cartográfico do IBGE (1961). Transformada em Reserva Ecológica, não tardou a exercer sua influência para que outras áreas protegidas fossem implementadas (DIAS; NEGRET; PEREIRA, 1984). Seus pesquisadores foram decisivos na proposição da Área de Proteção Ambiental Gama - Cabeça de Veado (Decreto Distrital nº 9.471, de 21 de abril de 1986), onde a RECOR está inserida e forma, com áreas protegidas vizinhas, 10 118 ha que compõem sua Zona de Vida Silvestre. A Zona de Vida Silvestre da APA forma com o Parque Nacional de Brasília - 42 389 ha (Decreto nº 241, de 29 de novembro de 1961, modificado pela Lei nº 11.285, de 08 de março de 2006), os maiores blocos protetores dos mananciais do Lago Paranoá que abastecem a população da capital. Por sua vez, esses dois blocos compõem, com a Estação Ecológica de Águas Emendadas - 10 500 ha (Decreto Distrital nº 771, de 12 de agosto de 1968

VEDAS DE
BRASÍLIA

e Decreto Distrital nº 11.137, de 16 de junho de 1988), os três maiores fragmentos remanescentes de Cerrado no Distrito Federal, áreas - núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado (Lei Distrital nº 742, de 28 de julho de 1994). Reservas da Biosfera têm como princípio conciliar os desafios de proteção da natureza com o bem-estar humano e são concedidas pela UNESCO às áreas com patrimônio ambiental relevante. No caso de Brasília, esse patrimônio ambiental, rico e diversificado, confere, também, proteção à sua área tombada - Patrimônio Cultural da Humanidade (UNESCO, 2000). O IBGE tem participação ativa nos Conselhos dessas áreas protegidas.

Segundo Orico (1960), as cidades só começam verdadeiramente a ser cidades depois de discutidas. E negadas. Brasília, não escapou à regra. Desde o Império, teve de vencer obstáculos e desafiar as críticas. Rito de passagem da esperança à realidade, seu desafio mais recente será manter a integridade ambiental e a cultural de Brasília, equacionar as crescentes transgressões a esses patrimônios impulsionadas pela explosão demográfica a partir dos anos de 1980, e promover o bem-estar humano. No Distrito Federal, a ocupação desordenada foi responsável pela conversão de 57,65% da vegetação original do território, entre os anos de 1953 e 1998, com reflexos diretos sobre as unidades de conservação que protegem a área tombada (UNESCO, 2000). Motivaram um alerta da UNESCO (2001, p. 20): "mudanças expressivas na estrutura do território, com danos muito sérios às unidades de conservação, podem comprometer testes futuros de Autenticidade e Integridade do Patrimônio Cultural de Brasília."

A Reserva Ecológica do IBGE é uma síntese desse desafio. A RECOR abriga grande diversidade de tipos de vegetação, típicas da região nuclear do Bioma Cerrado: Cerrado Denso, Cerrado Típico, Cerrado Ralo, Campo Sujo, Campo Limpo, campos de Murunduns, Brejos



Espécimes na área da reserva

e Veredas, bem como Matas de Galeria são bem representados na área (RESERVA..., 2004). A sua flora vascular também é muito diversificada e representativa, contendo 30% das espécies e 78% das famílias de plantas encontradas em todo o Bioma Cerrado (UNESCO, 2003). Sua fauna também é bastante representativa e é especialmente rica em espécies: Inventários faunísticos demonstram que a riqueza de invertebrados e de vertebrados terrestres da RECOR é comparável às de regiões de tamanho equivalente na Amazônia ou Mata Atlântica, consideradas as mais ricas do Brasil (DIAS, 1992), ou mesmo às de outras regiões de florestas tropicais com alta diversidade, como a Estação Biológica de Barro Colorado – a maior ilha de floresta tropical do Canal do Panamá, a Estação Biológica de La Selva – Costa Rica, e a Estação Biológica de Cocha Cashu – no Sudeste do Peru (RIBEIRO, 1996).

A RECOR ainda abriga 15 espécies da Lista Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção, também conhecida como "Lista Vermelha" (Instrução Normativa nº 5, de 21 de maio de 2004 do Mi-

nistério do Meio Ambiente – MMA). Cumpre destacar que, para a borboleta *Magnastigma Julia* e o peixe Pirá-Brasília *Simpsonichthys boitoni*, a Reserva Ecológica do IBGE é a única área de vida dessas espécies, e, portanto, a conservação dessas espécies depende total e unicamente da conservação da própria RECOR. A Reserva Ecológica do IBGE e a Zona de Vida Silvestre da APA Gama – Cabeça de Veado são as únicas Unidades de Conservação do Distrito Federal que protegem a formiga Quenquém *Acromyrmex diasii*, o Cachorro-do-Mato-Vinagre *Speothus venaticus*, o gato Palheiro *Oncifelis colocola*, a Onça Parda *Puma concolor* e a Onça Pintada *Panthera onca*. Outras quatro espécies de mamíferos e três espécies de aves ameaçadas de extinção que ocorrem na RECOR e na Zona de Vida Silvestre da APA Gama – Cabeça de Veado estão protegidas também no Parque Nacional de Brasília e na Estação Ecológica de Águas Emendadas.

Dois séculos de colonização da antiga Fazenda Santa Bárbara deixaram cicatrizes na área da Reserva Ecológica do IBGE: 0,92% de

área antropizada, em 1953 (SANTOS, 2003) e aproximadamente 300 espécies de plantas exóticas, restritas às áreas das antigas chácaras de posseiros (PEREIRA; FILGUEIRAS, 1988). Passados 50 anos de administração do IBGE, houve redução da área antrópica, que passou a ocupar 0,59% da RECOR, e redução do número de espécies de plantas exóticas, mas com aumento das plantas invasoras. As queimadas, prática comum dos fazendeiros a cada dois anos, que atrasavam o processo de sucessão, passaram a ser combatidas com eficiência pela Brigada Contra Incêndios Florestais dos voluntários da RECOR. Conquistas importantes da gestão interna. Por outro lado, o avanço desordenado das áreas urbanas sobre o território não passou despercebido na área. O rebaixamento do lençol freático provocou a retração de brejos, veredas e matas de galeria (perda de 3,3% de área), e a respectiva expansão dos cerrados e campos. Dois incêndios de grandes proporções atingiram a área (1994 e 2005), provocando expansão na distribuição de plantas exóticas invasoras.

Mesmo populações consideradas protegidas dentro de unidades de conservação podem se extinguir localmente quando essas áreas não são grandes o bastante para manterem populações viáveis de todas as espécies que abrigam ou se encontram isoladas na paisagem. Ao longo desses anos, o IBGE acumulou tentativas frustradas de expansão de sua área de proteção, ao mesmo tempo, em que via crescer as ameaças de isolamento entre as unidades de conservação, perda de habitats críticos, efeito de borda, atropelamentos, incêndios florestais, introdução de espécies exóticas e extrativismo ilegal de plantas e animais.

Todavia, existem ainda oportunidades geográficas (RODRIGUES et al., 2006; FELIZOLA, 2005) e amplo amparo legal (CONSELHO CIENTÍFICO DA RESERVA ECOLÓGICA DO IBGE, 2009), para a constituição de corredores ecológicos. Do ponto de vista ambiental, esses corre-

Paisagens da RECOR em movimento: 1953 – 1978 – 2009



dores ecológicas interligando os três maiores fragmentos florestais do Distrito Federal promoveriam o necessário fluxo gênico entre as espécies ameaçadas e permitiriam à Reserva Ecológica do IBGE continuar sua tradição de pesquisas científicas em busca de soluções de sustentabilidade no Cerrado. Do ponto de vista urbanístico e social, agregariam maior proteção ao Patrimônio Cultural e bem-estar à população, dependente de seus serviços ambientais (UNITED NATIONS, 2005), bem como a possibilidade de desenvolvimento de novos serviços econômicos, em consonância com as discussões recentes sobre sustentabilidade urbana (HALL, 2006).

Brasília tem mais futuro que passado (VASCONCELOS, 2007). Suas reservas de energia e confiança desafiam o tempo (ORICO, 1960). "É justamente quando a perplexidade atinge seu clímax que, por efeito do que talvez se pudesse chamar *Teoria das Resultantes Convergentes*, novas perspectivas se abrem em meio à configuração intrincada e ilógica dos acontecimentos e tudo parece, de novo, fácil e claro" (COSTA, 2009, p. 24). Brasília precisa assumir definitivamente sua vanguarda em conservação. O modelo implantado possibilita o foco moderno nos serviços ambientais e a proteção da biodiversidade deve ser buscada no contexto de paisagens que incluam centros urbanos, áreas agrícolas e unidades de conservação intensamente administradas para manter sua integridade. A Reserva Ecológica do IBGE tem dado contribuição relevante nesse sentido. Enlaces históricos têm cruzado os destinos da Reserva Ecológica do IBGE e Brasília. E continuarão a coexistir. Resultantes convergentes.

Referências

- ALHO, Cléber J. R.; MARTINS, Eduardo de Souza. *De grão em grão, o cerrado perde espaço*: (cerrado-impactos do processo de ocupação). Brasília, DF: WWF/PRO-CER, 1995.
- ALMEIDA, Roberto Schmidt. *A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998*. 2000. 712 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central*: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília, DF: Solo, 1994. 314 p.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. *Portaria nº 144/78-P*, de 11 de abril de 1978. Assunto: Reconhecimento da RECOR como área de preservação permanente de interesse científico. Confere à Fundação IBGE a responsabilidade de manter a Reserva e cumprir a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, referente às obrigações sobre unidades de conservação. Brasília, 1978.
- _____. Secretaria de Planejamento do Governo do Distrito Federal. *Plano estrutural de organização territorial do Distrito Federal*. Brasília, DF: GDF, 1977.
- BUSTAMANTE, M. M. C. *Projeto*: Impacto das mudanças de uso da terra sobre os ciclos dos nutrientes, carbono e trocas de gases traços em solos de savana no Brasil Central. Brasília, 1999.
- COCHRANE, T. T et al. *Land in tropical America*. Cali: CIAT/EMBRAPA – CPAC, 1985. 3 v.
- COMITÊ DE IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA NACIONAL DE DADOS ESPACIAIS. *Plano de ação para a implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Cartografia, 2009.
- CONSELHO CIENTÍFICO DA RESERVA ECOLÓGICA DO IBGE. *Parecer técnico sobre o licenciamento Ambiental do empreendimento de parcelamento de solo Setor Habitacional Mangueiral*. Brasília, 30 de julho de 2009.
- COSTA, Lúcio. *Relatório do Professor Lucio Costa que se converteu no Plano Piloto de Brasília*. Rio de Janeiro, 1957.
- COSTA, Elisabeth Maria Sene (Org.). *Com a palavra, Lúcio Costa*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.
- COSTA, Graciete Guerra da; MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. *A cartografia do Distrito Federal*. Trabalho apresentado no III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Ouro Preto, MG, nov. 2009.

CRULS, Luiz. *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*: relatório Cruls. Ed. especial. Brasília, DF: Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central, 1995.

DECONTO, Gesisky Jaime (Coord.). *Aquecimento global e a nova geografia da produção agrícola no Brasil*. São Paulo: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária: Universidade Estadual de Campinas, 2008. 84 p. Esta publicação foi produzida a partir do estudo "Aquecimento global e cenários futuros da agricultura brasileira", coordenado pelos pesquisadores Eduardo Assad (Embrapa Agropecuária) e Hilton Silveira Pinto (Cepagri/Unicamp) em São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/aquecimentoglobal.pdf>>. Acesso em: mar. 2010.

DIAS, Bráulio F. de Souza. Abundância e diversidade da entomofauna associada as diferentes comunidades vegetais naturais do Distrito Federal: resultados preliminares. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ZOOLOGIA, 9. 1982, Porto Alegre. *Resumos*, Porto Alegre, 1982. p. 94.

_____. *Effects of fire regime on the structure and dynamics of the vegetation and fauna of the cerrado*: a cooperative research proposal. Brasília: Reserva Ecológica do IBGE, 1987.

_____. Cerrado: uma caracterização. In: _____. *Alternativas de desenvolvimento dos cerrados*: manejo e conservação dos recursos naturais renováveis. Brasília, DF: Funatura, 1992. p. 11-25.

DIAS, Bráulio F. de Souza; NEGRET, A. J.; PEREIRA, B. A. S.. *Proposta de novas áreas de Proteção Ecológica no Distrito Federal*. Brasília, DF: IBGE/Departamento Regional de Pesquisas Ecológicas, 1984. Relatório não publicado.

DIAS, D. P. S. *Programa de ecologia*: projeto piloto para a Reserva Ecológica do IBGE. Brasília, DF: Reserva Ecológica do IBGE, 1977. Projeto.

DETERMINAÇÃO de parâmetros dos agentes físicos. Recor - Reserva Ecológica do Roncador I. Brasília, DF: IBGE; UFPR; Centro Científico e Tecnológico do Meio Ambiente, 1978. Relatório final.

FELIZOLA, Eduardo Ribeiro. *Avaliação do processo de fragmentação de áreas naturais de cerrado para a proposição de um corredor ecológico no Distrito Federal*. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal)-Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

FELFILI, Jeanine Maria; SEVILHA, A. C. SILVA JÚNIOR, Manoel Cláudio da. Comparação entre as unidades fisiográficas Chapada Pratinha, Veadeiros e Espigão Mestre do São Francisco. In: FELFILI, Jeanine Maria; SILVA JÚNIOR, Manoel Cláudio da (Org.). *Biogeografia do bioma cerrado*: estudo fitofisiológico na Chapada do Espigão Mestre do São Francisco. [Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2001?]. p. 80-91.

FERRARI, D. *Sugestões para reformulação da estrutura da Divisão de Geodésia e Topografia e para a criação do Centro Geodésico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1965. 27 p.

FILGUEIRAS, Tarciso S. *Bambus nativos no Distrito Federal, Brasil*. Trabalho apresentado no XXXVII Congresso Nacional de Botânica. Universidade Federal de Viçosa, Ouro Preto, MG, 1986.

_____. O fogo como agente ecológico. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 43, n. 3, p. 399-404, 1981.

_____. Ocorrência do gênero *Hyperthelia* W.D. Clayton (Gramineae) no Brasil. *Bradea*, Rio de Janeiro: Herbarium Bradeanum, v. 3, p. 155-158, 1981.

FONSECA, G. A. B.; REDFORD, K. H. The mammals of IBGE's Ecological Reserve, Brasília, and an analysis of the role of gallery forests in increasing diversity. *Revista Brasileira de Biologia*, Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, v. 44, n. 4, p. 517-523, 1984.

FRANCO, A. C. *Economia de água em savanas neotropicais*: o impacto do ascenso hidráulico, repartição da água do solo e de mudanças no uso da terra. Brasília, DF, 2001. Projeto.

_____. *Estudo dos efeitos das mudanças globais nos fatores hidrológicos e biogeoquímicos que determinam a estrutura e o funcionamento de ecossistemas de Cerrados*. Brasília, DF, 1998. Projeto.

_____. *The role of species traits in the dynamics of forest-savanna boundaries*. Brasília, DF, 2006. Projeto.

GLAZIOU, A. F. M. Plantae Brasiliae centralis a Glaziou lectae: liste des plantes du Brésil Central recueillies en 1861-1895. *Bulletin de La Société Botanique de France*, Paris: Société Botanique de France, T.LII, p. 1-708, 1905.

GONZALES, Maria Iracema et al. *Pesquisa ecológica de longo prazo em uma unidade de conservação do cerrado: Reserva Ecológica do IBGE*. Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Curitiba, 1997. Disponível em: <<http://www.recor.org.br/publicacoes/congresso.html>>. Acesso em: mar. 2010.

HALL, P. What is the future of capital cities? In: _____. *Planning Twentieth Century Capital Cities*. London: Routledge, 2006.

HERINGER, E. P. *Levantamentos e estudos fitoecológicos*. Brasília, DF: Reserva Ecológica do IBGE, 1977. Projeto.

HERINGER, E. P.; MENDONÇA, R. *Os mecanismos físicos e fisiológicos através dos quais as espécies do cerrado conseguiram competir com o fogo*. Trabalho apresentado no XXXIII Congresso Nacional de Botânica, Maceió, AL, 1982.

HERINGER, E. P.; PAULA, J. E. *Estudo dasonômico de dois trechos da mata ripária no córrego do Monjolo, na Reserva Ecológica do IBGE, Brasília, DF*.

Trabalho apresentado no XXXI Congresso Nacional de Botânica, Ilhéus/Itabuna, BA, 1980.

HERMANS, M. A. A.; HERINGER, E. P. *Estudo de madeiras silvestres do cerrado para aproveitamento energética*. Trabalho apresentado no XXXVII Congresso Nacional de Botânica, Ouro Preto - MG, 1986.

HIGGINS, J.; LAMMERT, M.; BRYER, M.; DEPHILIP, M.; GROSSMAN, D. *Freshwater conservation in the Great Lakes Basin*: development and application of an aquatic community classification framework. Chicago, IL: The Nature Conservancy, 1998.

IBGE. *Resolução do Presidente R. PR nº 26/75*, de 22 de dezembro de 1975. Cria a unidade Reserva Ecológica do Roncador e da outras providências. Anexo 4. Competência: Artigo 15 do Estatuto. Fundamento Legal: Decreto nº 76.664, de 24 de novembro de 1975. Rio de Janeiro, 1975.

_____. Resolução do Presidente R. PR nº 05/78, de 03 de abril de 1978. Altera denominação da Reserva Ecológica do Roncador - RECOR. *Boletim de Serviço*, Rio de Janeiro, n. 1.339, 7 abr. 1978.

INAZAWA, F. K.; SABBAG, M. R. L. *A gestão da pesquisa científica na RECOR*. Brasília, DF, 2009.

KLINK, Carlos Augusto (Coord.). *Os efeitos da exclusão da chuva sobre o funcionamento do Bioma Cerrado*. Brasília, DF: Reserva Ecológica do IBGE, 1999b. Projeto.

_____. *Fogo e água*: dinâmica de ecossistemas, grupos funcionais e populações de plantas do Cerrado. Brasília, DF: Reserva Ecológica do IBGE, 1999a. Projeto.

KLINK, Carlos Augusto et al. O Bioma Cerrado. In: _____. *Os sites e o Programa Brasileiro de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

LEWINSOHN, Thomas; PRADO, Paulo Inácio. *Biodiversidade brasileira*: síntese do estado atual do conhecimento. São Paulo: Contexto, 2002. 176 p.

LUCARELLI, H. Z. *Reserva Ecológica do IBGE*: Histórico. Brasília, DF, 1992.

MARES, M. A.; ERNEST, K. A.; GETTINGER, D. Small mammal community structure and composition in the cerrado province of Central Brazil. *Journal of Tropical Ecology*, Cambridge, GB: Cambridge University, v. 2, p. 289-300, 1986.

MENDONÇA, R. C. et al. Flora vascular do bioma cerrado: checklist com 12.356 espécies. In: SANO, Sueli Matiko; ALMEIDA, Semiramis Pedrosa; RIBEIRO, José Felipe (Ed.). *Cerrado*: ecologia e flora. Brasília, DF: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Planaltina, 2008. v. 2, p. 423-442.

MIRANDA, A. C. et al. Fluxes of carbon, water and energy over Brazilian Cerrado: an analysis using eddy covariance and stable isotopes. *Plant, Cell and*

Environment, Oxford, GB: Blackwell Scientific Publications, v. 20, p. 315-328, 1997.

NEGRET, A. J. *Diversidade e abundância da avifauna da Reserva Ecológica do IBGE. Brasília - D.F.* 1983. Dissertação (Mestrado em Ecologia)-Universidade de Brasília, Brasília, DF. 1983.

_____. *Observações sobre aves que aproveitam as queimadas para localizar suas presas*, [S.l.], 1985.

NEGRET, A. J.; NEGRET, R. A. *As aves migratórias do Distrito Federal*. Relatório Técnico. 1981.

ORICO, Osvaldo. *Brasil, capital Brasília*. ed. rev. e aument. Rio de Janeiro: [IBGE], 1960. 435 p. "Oração em Brasília" por André Malraux, p. 403.

PELLEGRINO, Gianpaolo de Queiroz; ASSAD, Eduardo Delgado; MARIN, Fabio Ricardo. Mudanças climáticas globais e a agricultura no Brasil. *Multiciência*, Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, v. 8, p. 139-162, 2007.

PEREIRA, Benedito Alísio da Silva. Rubiáceas ornamentais nativas do Distrito Federal. *Rodriguésia*: revista do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 36, n. 59, p. 73-78, 1984.

PEREIRA, Benedito Alísio da Silva; FILGUEIRAS, Tarciso S. Levantamento qualitativo das espécies invasoras da Reserva Ecológica do IBGE, Brasília (DF) - Brasil. *Cadernos de Geociências*, Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, n. 1, p. 29-38, maio 1988.

_____; _____. Vegetação. In: _____. *Atlas do Distrito Federal*. Brasília, DF: Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central, 1984. p. 61-93.

PERES, G. E. P.; HERINGER, E. P. *Estudo ecomicológico dos fungos epifíticos de espécies da vegetação do Planalto Central Brasileiro*. Trabalho apresentado no II Congresso Latino-Americano de Botânica, e no XXIX Congresso Nacional de Botânica, Brasília, DF, 1978.

REID, J. W. Semiterrestrial meiofauna inhabiting a wet campo em central Brazil, with special reference to the copepoda (Crustacea). *Hydrobiologia*, The Hague, NL: Junk, n. 118, p. 95-111, 1984.

RESENDE, M. L. F.; GUIMARÃES, L. L. *Inventários da biodiversidade do Bioma Cerrado*: biogeografia de plantas e Herbário IBGE. Brasília, out. 2007. Relatório Técnico.

RESERVA Ecológica do IBGE: O cerrado está mais ameaçado que a Amazônia. *Cadernos de Geociências*, Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, n. 13, p. 7-17, jan./mar. 1995.

RESERVA Ecológica do IBGE: ambiente e plantas vasculares. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. (Estudos e pesquisas. Informação geográfica, n. 3).

RIBEIRO, Mauro César Lambert de Brito. *Conservação da integridade biótica das comunidades de peixes nas bacias hidrográficas do Distrito Federal*. Brasília, DF: PROCER, 1998.

_____. *Conservação da integridade biótica das comunidades de peixes do Ribeirão do Gama [...]*. 1994. 176 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas)– Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1994.

_____. *Diretrizes e ações para produção de informações primárias sobre a fauna do cerrado*: Divisão de Estudos Ambientais do Cerrado: Reserva Ecológica do IBGE. Trabalho apresentado no Primeiro Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, Rio de Janeiro, ago. 1996.

_____. Primeira avaliação da ictiofauna do rio São Bartolomeu – Área do futuro lago de Brasília, DF. Trabalho apresentado no XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ZOOLOGIA, Cuiabá, 1986.

RIBEIRO, Mauro César Lambert de Brito et al. Biota aquática. In: _____. *Ações prioritárias para a conservação da biodiversidade do Cerrado e Pantanal*. Belo Horizonte: Ventura Comunicação e Cultura, 1999. p. 14-15.

_____. Diversidade e conservação da biota aquática. In: _____. *Cerrado e Pantanal*: áreas e ações prioritárias para conservação da biodiversidade. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2007. p. 194-256.

_____. *Impacts of land use patterns and land occupation policies on the integrity of landscapes and aquatic ecosystems from 1986 – 2003 in an environmental protection area watershed in Central Brazil*. Trabalho apresentado no XIX Annual Meeting of the Society for Conservation Biology, Brasília, jul. 2005.

_____. Peixes. In: _____. *Olhares sobre o Lago Paranoá*. Brasília, DF: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2001. p. 121-128.

_____. Uma explicação biogeográfica. In: _____. *Águas emendadas*. Brasília, DF: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2008. p. 294-310.

RIBEIRO, Mauro César Lambert de Brito; LIMA, F. C. T. *Simpsonichthys boitoni*. In: _____. *Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2008. (Biodiversidade, 19). v. 2, p. 145-146.

RIBEIRO, Mauro César Lambert de Brito; PERDIGÃO, V. S. J. *Subsídios ao plano de manejo do Parque Nacional Grande Sertões Veredas: organização e integridade das comunidades de peixes*. Brasília, DF: Fundação Pró-Natureza, 2005.

RODRIGUES A. P.; PÁDUA, C. B.V.; FELFILI, J. M. *Apa da Cafuringa*: proposta de corredor ecológico entre o Parque Nacional de Brasília e a Estação Ecoló-

gica de Águas Emendadas. In: _____. *Apa da Cafuringa, a última fronteira natural do DF*. Brasília, DF: Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, 2006.

SANTOS, M. V. dos. *Metodologia de zoneamento ambiental estudo de caso: APA Gama Cabeça-de-Veado*. 2003. 247 f. Tese (Doutorado em Geologia)– Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2003.

SILVA, E. *História de Brasília*: um sonho, uma esperança, uma realidade. Brasília, DF: Linha, 1999.

SILVA JÚNIOR, M. C. *Resiliência de matas de galeria à incêndios na Reserva Ecológica do IBGE – Brasília – Distrito Federal*. Brasília, DF: IBGE, 1995. Projeto.

SILVA, M. A.; NOGUEIRA, P. E. Avaliação fitossociológica do estrato arbustivo-herbáceo em cerrado *sensu stricto* após incêndio acidental no Distrito Federal, Brasil. *Boletim do Herbário Ezechias Paulo Heringer*, Brasília, DF: Jardim Botânico de Brasília, v. 4, p. 65-79, 1999.

SIMÕES, Mariza Castello Branco. *Contribuições para o conhecimento das origens da Reserva Ecológica do IBGE em Brasília*. Brasília, DF, 1985. 9 f. _____. Levantamento da Fauna da Reserva Ecológica do IBGE – Insetos Ordem Odonata. I- Lista das Espécies. Brasília, DF: IBGE, 1980.

TRÊS nomes que a história não esquece: Marechal Rondon, Artur Bernardes, M. A. Teixeira de Freitas. *Brasília*, Brasília, DF: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do País, v. 4, n. 40, p. 108, abr. 1960.

TRICART, J. *Sugestões críticas para o programa de pesquisas da Reserva do Roncador (Brasília)*. Brasília, DF, 1977.

UNESCO. *The state of conservation of the World Heritage site of Brasília, Brazil*. Brasília: UNESCO-ICOMOS, 2001. p. 20.

_____. *Subsídios ao zoneamento da APA Gama – Cabeça de Veado e Reserva da Biosfera do Cerrado*: caracterização e conflitos socioambientais. Brasília, DF: UNESCO Brasil, 2003.

_____. *Vegetação no Distrito Federal*: tempo e espaço. Brasília, DF: UNESCO Brasil, 2000.

UNITED NATIONS. *Millenium ecosystem assessment*. Washington, DC: London: Islandpress, 2005.

VALVERDE, Orlando. Um programa de pesquisas para a Reserva Ecológica do Roncador – IBGE, Distrito Federal (nota preliminar). *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 55, p. 107-118, nov. 1978.

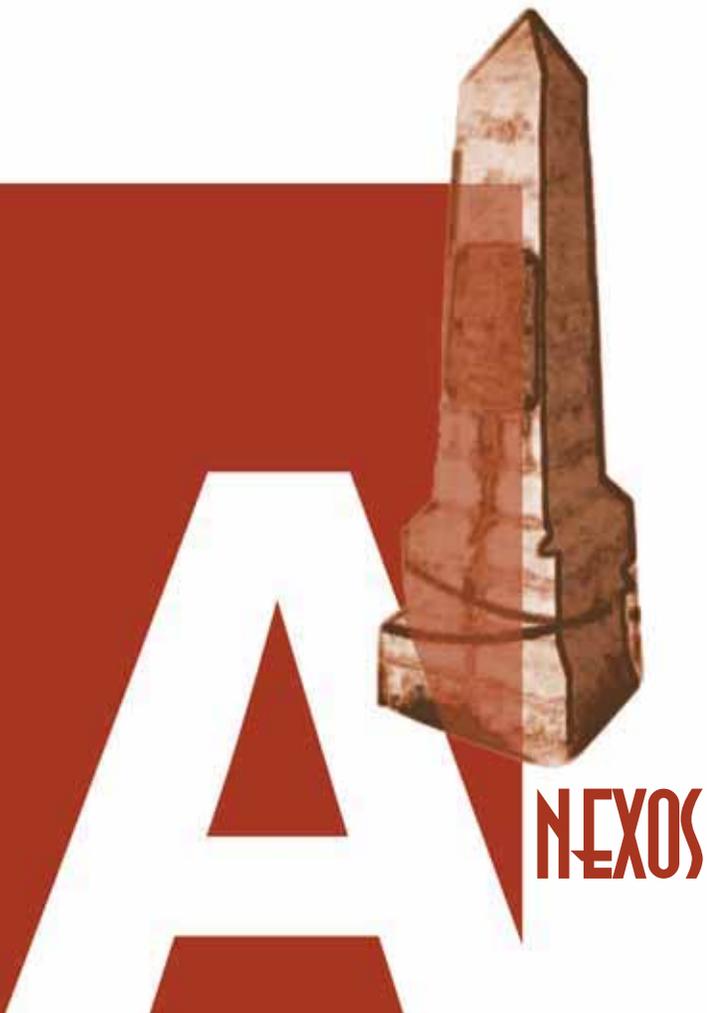
VASCONCELOS, Adirson. *Brasil, capital Brasília*: a história de Brasília ontem, hoje e amanhã. Brasília: Thesaurus, 2007.

_____. *A mudança da capital*. 2. ed. Brasília, DF: Independência, 1978. 375 p.

ZONEAMENTO ambiental da Bacia do Córrego Taquara: Distrito Federal. [Goiânia]: IBGE, Diretoria de Geociências, 1995. v. 2.



Exemplar da flora do cerrado na RECOR.



1. Carta de Mário Augusto Teixeira de Freitas ao Dep. João d'Abreu (representante do Estado de Goiás), a propósito de um discurso na Assembléia Constituinte, em 15 de junho de 1946.*

2. Carta de Mário Augusto Teixeira de Freitas ao General Djalma Polli Coelho (Chefe do Serviço Geográfico do Exército e Presidente da Comissão de Estudos para a localização da nova Capital do Brasil), contendo palavras de agradecimento, em 09 de junho de 1947.*

3. Entrevista de Mário Augusto Teixeira de Freitas ao Diário Trabalhista, do Rio de Janeiro, publicada em resumo em sua edição de 13 de setembro de 1948, sob o título "Brasília, capital do Brasil".*

4. Texto de Alain Ruellan (filho de Francis Ruellan), "A localização de Brasília: papel das Expedições Geográficas de junho a setembro de 1947", em novembro de 2005.

Imagem de abertura do anexo: Marco Comemorativo colocado em Planaltina, no Planalto Central, por determinação do presidente Epitácio Pessoa
Acervo de Alain Ruellan

* Documentos subscritos por *Mário Augusto Teixeira de Freitas*, na qualidade de Secretário Geral do IBGE, a propósito da mudança da capital (extraídos do relatório *A localização da nova Capital da República*, impresso no Serviço Gráfico do IBGE, em 1948)

A Localização da Nova Capital da República

I. PARTE

Resolução n. 388, de 21 de julho de 1948, da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística.

II. PARTE

Esclarecimentos e Sugestões.

RIO DE JANEIRO

Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

1 9 4 8

INDICE

PRIMEIRA PARTE

RESOLUÇÃO N.º 388, DE 21 DE JULHO DE 1948, DA ASSEMBLEIA GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA 3

ANEXOS :

I. ESPIGÃO MESTRE DO BRASIL E CONCEPTO GEOPOLITICO DO PLANALTO CENTRAL	9
II. NOVA CAPITAL FEDERAL (CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS BASES PARA SEU PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO):	
1 — População	20
2 — Superfície	23
3 — Política territorial	25
4 — Financiamento	26
5 — Administração	27

SEGUNDA PARTE

ESCLARECIMENTOS E SUGESTÕES (DOCUMENTOS SUBSCRITOS PELO ANTIQO SECRETARIO-GERAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA):

I. A propósito de um discurso na Assembleia Constituinte	31
II. Palavras de agradecimento	37
III. Brasília, Capital do Brasil	71

SEGUNDA PARTE

Esclarecimentos e sugestões (documentos subscritos pelo antigo Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

- I. A propósito de um discurso na Assembleia Constituinte — Carta ao Deputado João de Abreu, representante do Estado de Goiás.*
- II. Palavras de agradecimento — Carta ao General Djalma Poli Coelho, Chefe do Serviço Geográfico do Exército e Presidente da Comissão de Estudos para a localização da nova Capital do Brasil.*
- III. BRASÍLIA, Capital do Brasil — Declarações no "Diário Trabalhista", do Rio de Janeiro.*

I

A PROPÓSITO DE UM DISCURSO NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

(Carta ao Deputado João d'Ábreu, representante do Estado de Goiás)

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1946

Carta
N.º 211

*Ilustre Patrício,
Deputado João d'Ábreu*

Atenciosas saudações.

Permita-me que exprima a Vossa Excelência as mais vivas congratulações pelo brilhante discurso proferido na Assembléia Constituinte, no dia 6 do corrente, a propósito do momentoso problema da mudança da Capital Federal. Convencido que estou, há longos anos, da imperiosa necessidade de que se proceda a essa transferência, em benefício dos altos interesses do país, tenho procurado, em diferentes oportunidades, contribuir, obscura mas sinceramente, para a vitória da idéa. Encontro, assim, motivo para franco regozijo cívico nas eloqüentes manifestações que ora se fazem ouvir, no Parlamento e na imprensa, em prol do belo projeto que, até bem pouco, era considerado uma simples utopia, embora a favor dêle também se tivessem pronunciado, em dias idos, grandes figuras de estadistas e patriotas, das maiores que o Brasil tem conhecido.

Com efeito. É fácil ver, através de tão claros indícios, que a idéa continha em si força suficiente para impor-se à indiferença de uns e ao ceticismo de outros, de modo a abrir vitoriosamente o seu caminho, até converter-se na esplêndida realidade que todos desejamos. As próprias contingências dos dias que vivemos, erçados de dificuldades de toda a sorte, sobretudo quanto ao abastecimento da população metropolitana, vêm contribuindo para acentuar a justa impressão de que o Rio de Janeiro já cumpriu a sua missão histórica de capital do Brasil, impondo-se, quanto antes, a correção do erro

secular, com a transferência da sede do Governo para o interior do país, em termos que assegurem, simultaneamente, duas grandes vantagens. Primeiro, a de resguardá-la o mais possível de ataques diretos de eventuais inimigos e, até, de subversões da ordem, estimuladas por agressões do Exterior; segundo, a de permitir-lhe que exerça por igual, sobre o corpo inteiro do país, as funções que lhe devem caber, em relação ao território nacional.

É verdade que, no tocante à primeira dessas vantagens, se pode objetar, com certa razão, que em face das modernas conquistas da arte bélica e dos crescentes progressos da aeronáutica, o seu significado se vê de muito reduzido, em confronto com o que era dantes. As mais recentes lições da história, todavia, não são de ordem a que a consideremos de todo eliminada. Aí está o exemplo de Moscou. Colocada em parte bem central do imenso território russo, a histórica cidade foi difícil e precariamente atingida pelo maior gênio militar da história, quando os recursos da guerra ainda não haviam conseguido o grau de eficiência que hoje os caracteriza; mas, diretamente visada pelo poderio da máquina de guerra alemã, quando essa eficiência já alcançara limites tão altos, pôde, ainda assim, a salvo de ocupação, servir de sede aos órgãos dirigentes das Repúblicas Soviéticas, no formidável esforço de defesa com que barraram as investidas da nação agressora. Quanto à segunda vantagem, de tal sorte me parece óbvia, que seria excusado referi-la. Entretanto, hei de aludir a ela no decorrer destas breves considerações, que formulo apenas na qualidade de brasileiro e cidadão, sinceramente deseioso de ver o progresso e a felicidade de seu país.

E se reconhecemos que a idéa da mudança da capital já amadureceu e encontra, atualmente, profunda ressonância em todos os espíritos, parece mais do que certo que aos ilustres Constituintes de 1946 cabe o papel histórico de dar o passo decisivo para a execução do projeto, estabelecendo na Carta Constitucional o prazo exato em que se deva verificar a sua concretização e fixando, em termos definitivos, o local destinado a servir de nova sede ao Governo da República.

É, sobretudo, quanto ao segundo ponto, que desejo exprimir a Vossa Excelência os meus aplausos mais calorosos às considerações expendidas, na tribuna da Assembléia Constituinte, em favor do prevaecimento das razões que determinaram a escolha do Planalto Central de Goiás, tal como estava previsto, sãbiamente, na Constituição de 1891.

Acompanhando com vivo interesse todos os debates em torno do assunto, e as contribuições oferecidas ao seu esclarecimento, dispensei a merecida atenção às idéias expostas, em discurso e entrevista à imprensa, pelo meu ilustre Amigo, Deputado Daniel de Carvalho, — a cujo patriotismo e espírito público rendo as minhas homenagens, — no sentido de que a transferência se faça, não para o planalto de Formosa, e sim para o Triângulo Mineiro. Considero, igualmente, valiosa contribuição para o estudo da matéria a “memória” elaborada pelo distinto Engenheiro Lucas Lopes, em defesa de igual ponto de vista. Trata-se, realmente, de um trabalho que muito recomenda a competência do autor, pelo senso de objetividade com que procura demonstrar a sua tese.

Embora não pretenda, nesta oportunidade, estender demasiado as considerações que o problema me sugere, sinto-me inclinado, todavia, a acentuar que, a meu ver, a razão, no caso, está com Vossa Excelência, quando advoga a manutenção do critério de escolha consagrado na Carta de 91 e ratificado pelo parecer da Comissão Exploradora sob a chefia do Professor Luiz Cruls.

E por que assim me parece? Porque acredito que a transferência da Capital se destina, sobretudo, a dar um impulso decisivo à interiorização de nossas forças civilizadoras, levando à hinterlândia brasileira, quase inteiramente desassistida e desamparada, a ação de presença do Poder Central, localizado até agora em área periférica, por um erro explicável no seu tempo e em face das contingências históricas, mas que à nossa geração incumbe corrigir. A escolha do local já demarcado perto da cidade de Formosa parece-me, a vários títulos, felicíssima. Esse local está — como já foi dito, noutra oportunidade, — “no que se poderá chamar o centro de gravidade do mapa político do Brasil, que é, fisiograficamente, também um ponto simbólico, pois dêle fluem as águas que se vão repartir pelas três grandes bacias brasileiras — a franciscana, a do Tocantins-Amazonas e a platina. Situa-se em um planalto maravilhoso pelo clima, pela irrigação, pela beleza das paisagens, pelas possibilidades de turismo, pela riqueza das terras (campos, florestas, áreas de cultura). Está no local mais protegido do território nacional quanto à possibilidade de uma agressão aérea ou terrestre. É a metrópole, ali situada, facilmente poderá ligar-se a tôdas as Unidades da Federação, e manter, com um dinamismo poderoso, a grande unidade da vida nacional, mediante influência uniforme sobre tôda a extensão do território brasileiro — de norte a sul

e de este a oeste”. Trata-se, portanto, de um local mais ou menos equidistante, em relação aos pontos extremos das fronteiras do país. Situando-se nêle, a metrópole poderá preencher, em benefício do Brasil total, a sua função propulsora, como fulcro de progresso e civilização. Agirá, ademais, como fiel de balança, verdadeiro fator de unidade e coesão nacional. Será, realmente, a *capital do Brasil*, o cérebro e o coração da grande Pátria que nos foi legada pelos nossos maiores, mas a cuja integração geográfica ainda não conseguimos dar o necessário significado, em termos de valência econômica e social.

O deslocamento que se pretende, com a localização da metrópole no Triângulo Mineiro, importaria, de certo modo, em elidir esse objetivo: estaríamos levando o govêrno da República quase *para o centro do Brasil Meridional*, não *para o centro do Brasil*. O centripetismo que caracteriza a função das metrópoles haveria de exercer-se em proveito de uma região já de certa maneira privilegiada por condições geográficas e históricas bem mais favoráveis do que aquelas peculiares, ainda agora, aos “desertões” do Brasil interior. A sua ação catalítica manifestar-se-ia em proveito próprio, e não em benefício do país, considerado como um todo, e a exigir, por isso mesmo, cuidados especiais e mais atenta vigilância, da parte do Poder Público, justamente em relação às áreas onde mais desfavoráveis se apresentam as condições de vida e onde o homem brasileiro ainda não pode usufruir uma existência digna e feliz.

Sob certos aspectos, a transferência da capital não há de ser um simples imperativo de ponderosas razões políticas e administrativas. Para atingir integralmente todos os objetivos que a valorizam, a idéia precisa e deve ser encarada, também, em termos de solidariedade nacional. Tanto quanto possível, a preferência pelo Planalto Central de Goiás atende a esse objetivo, uma vez que a área nêle reservada ao futuro Distrito Federal se situa no paralelo que corta pelo meio o mapa do Brasil. E haverá razões suficientemente poderosas que nos levem a concluir pela contra-indicação do local escolhido, atentas suas condições e recursos naturais? Tenho para mim que não. Estou sinceramente convencido de que todos os argumentos até agora invocados contra a localização da capital no ponto previsto na Carta de 91 servem, exatamente, para demonstrar o acêrto e a felicidade da escolha.

Numa época que já se convencionou chamar de “Idade Atômica”, evidentemente não será fácil ao espírito humano prever a importância que a energia hidráulica ainda poderá ter, no futuro, em relação ao progresso dos aglomerados sociais. Todavia, quer-me parecer que uma das razões fundamentais para que se prefira o local escolhido no Planalto Central é, exatamente, não ser êle o mais indicado, sob êsse aspecto, a favorecer uma alta industrialização. Do contrário, muitos dos objetivos a que se procura atender com a mudança da capital, estariam prejudicados “in limine”.

Com efeito : que se pretende, com essa mudança? Que a sede do Governo da República fique situada, em condições de segurança — se não absolutas, pelo menos relativas — em local tranqüillo, tanto quanto possível a igual distância dos pontos extremos do território nacional, para que a ação dirigente se processe em termos equânimes quanto às diferentes regiões do país, e não tenha a afetá-la a pressão de certos fatores prejudiciais ao encaminhamento, em moldes amplos, dos problemas *nacionais*, tantas vezes confundidos, atualmente, com os que são característica e especificamente *locais*, isto é, do Distrito Federal. Ora, basta, para tanto, que a localização se faça numa cidade higiênica, de bom clima, com recursos bastantes para permitir a instalação dos vários órgãos do Governo da União e das representações estrangeiras, e que possa ter um bom sistema de comunicações interiores com todas as Unidades da Federação.

Prever, de logo, condições favoráveis a um rápido surto de industrialização, importa no sacrifício, “a priori”, das condições de tranqüillidade, que se fazem necessárias, para que a atuação dos conselhos governamentais se revista da segurança e isenção imprescindíveis. Lembraria aqui, ainda uma vez, o exemplo de Washington, que me parece típico. Guardando-se as devidas proporções, tudo o que nos cabe desejar é que a nossa nova metrópole, na sua expressão demográfica e econômica, esteja para o Brasil assim como aquela cidade para os Estados Unidos. E não tenho dúvida de que o poderoso estímulo irradiado da capital há de fazer-se sentir intensamente, já agora do centro para a periferia, beneficiando, por igual, todo o país, inclusive a promissora região do Triângulo Mineiro, que, por lhe estar mais próxima e dispor de condições naturais tão favoráveis a um brilhante sur-

to econômico, há de converter-se, necessariamente, em um dos mais poderosos pontos de apoio para êsse maravilhoso esforço de penetração das forças civilizadoras a que o patriotismo nos convoca.

Roubando o precioso tempo de Vossa Excelência com essas despreziosas considerações, faço-o, sobretudo, para significar-lhe a grata convicção em que estou de que, meditando sobre o problema, não terão dúvida em formar ao lado dos que advogam o ponto de vista dos constituintes de 1891 todos os ilustres brasileiros que se vêm manifestando, atualmente, em favor de outro critério, na escolha do local para a nova metrópole. E sob a inspiração do seu patriotismo, assegurarão a unanimidade necessária para que o projeto se concretize a breve prazo, como o estão exigindo, agora mais do que nunca, os supremos interesses do Brasil.

Reiterando a Vossa Excelência as expressões do meu alto apreço e cordial admiração, subscrevo-me, atenciosamente, etc.

(a) M. A. TEIXEIRA DE FREITAS

II

PALAVRAS DE AGRADECIMENTO

Rio, 9 de junho de 1947

*Eminente Compatriota e prezado Amigo,
General Djalma, Poli Coelho,*

Atenciosas saudações.

Tenho a honra de acusar a prezada carta de V. Excia., de 16 de abril, a que acompanhou um exemplar do seu relatório preliminar relativo à zona central em que se deve localizar a futura capital do Brasil.

O trabalho de V. Excia., já pela segurança da argumentação, já pelo bom senso que o inspira, parece-me perfeitamente capaz de esclarecer a opinião pública e impor-se às deliberações do Governo.

Nenhuma autoridade teria a minha voz se pretendesse conquistar adesões ao pensamento político tão claramente exposto naquele documento. Mas como todos os brasileiros devem, ao meu ver, encarar a transferência da metrópole do país para o Planalto Central, como providência de transcendente alcance para os destinos da Pátria, e de primeira urgência diante do quadro escuro que a realidade nacional nos oferece, sinto-me no dever de trazer a V. Excia. o meu irrestrito aplauso ao seu ponto de vista e às seguras razões que o fundamentam, expondo aqui detalhadamente a maneira por que tenho encarado esse empolgante tema.

Desde a mocidade, há cerca de 40 anos, dei todo o meu entusiasmo ao ideal de renovação do mapa político do Brasil. Tive, desde então, como certo, que esse empreendimento nacional significaria o novo ímpeto heróico — para servir-me da expressão feliz de V. Excia. — a que estava destinada nossa geração, visando integrar o Brasil na sua grandiosa missão histórica.

Minhas pesquisas, começadas em 1908, sobre as condições de vida do Brasil, deram-me depressa a certeza de que uns tantos erros prejudicavam a eclosão normal das forças de progresso do nosso país, malgrado suas admiráveis possibilidades. A falta de comunicações, saúde e educação era o triângulo fatídico, que estava na base do enorme *handicap* com que lutávamos.

Mas tudo parecia girar em intransponível círculo vicioso. As comunicações, para que se pudessem desenvolver, precisavam de objetivos econômicos e de recursos, e estes não sobreviriam sem essas mesmas comunicações, acrescidas das garantias oferecidas pelos serviços de educação e saúde. Pois, a não ser assim, não haveria a possibilidade material, nem a iniciativa esclarecida, nem a vontade realizadora, de que decorressem o povoamento regular e o surto normal das atividades econômicas por todo o território nacional, isto é, de maneira solidária, orgânica e eficiente, formando um verdadeiro sistema social.

Esse círculo vicioso precisava, contudo, ser rompido; mas só o conseguiríamos se, com verdadeira arte política — que é o uso conjugado e planejado de todas as técnicas e medidas necessárias ao progresso social — soubéssemos criar aquelas condições fundamentais à expansão harmoniosa da coletividade nacional. Tínhamos o dever de não nos entregar àquela perniciosa displicência, por eufemismo chamada “política da mancha de óleo”, que não é outra senão o clássico “laissez aller”, traduzido pelo humorismo popular na conhecida fórmula de prudência e tranqüillidade: “deixar ficar como está para ver como é que fica”. Fôssemos segui-la, muitos decênios se escoariam, e a conquista estrangeira, ou a secessão, se interporia por certo, antes que tivéssemos feito do Brasil a grande nação que ele pode e deve ser desde já.

Se assim falo, é claro que não sou um pessimista. A verdade é que não é possível “esperar” que os núcleos sociais interiores vão aparecendo por si mesmos, que suas atividades produtivas se organizem — ninguém sabe quando e como, em pleno deserto — para que suas relações comerciais pudessem custear *a posteriori* a abertura daquelas mesmas estradas que a formação de tais núcleos normalmente pressupõem... Não. Como poderemos ficar na confiante expectativa de que a população se desloque espontaneamente Brasil a dentro, e lá conserve a saúde e adquira cultura com os seus próprios recursos, abra as vias de comunicação, desbrave uma natureza ingrata, e crie riquezas compensadoras, tentando, por si mes-

ma, a aventura dessa formidável empresa que seria a "mise en valeur" do solo pátrio? Que poderia conseguir a iniciativa privada, sem prévios recursos de transporte, sem o amparo próximo — social e econômico — de poderosos centros urbanos, nem os estímulos de um rápido enriquecimento, cuja possibilidade, nas áreas despovoadas, tem sido desmentida pelas mais cruéis experiências?

Ora, não se podendo realizar *d'emblée* toda a obra de devassamento, ocupação e exploração do território nacional, é claro que tudo se deveria empreender por partes. Isto está evidentemente certo. Mas, por essa diretriz não se poderia entender, sob pena de falhar a Nação aos seus destinos, a melhoria, apenas, das condições de vida e de organização daquela pequena área já socializada por força dos heróicos impulsos iniciais que criaram o Brasil, senão o esforço de construção nacional, segundo o imperativo geográfico e o destino político que esse próprio espaço territorial traçara ao país.

Esse pensamento não implica, como supõem alguns, o diluimento, o dispersar da população; nem o esbanjamento dos poucos recursos de que dispomos, — erro que nos levasse cegamente a um nível primário de vida, sem densidade social, incapacitados para qualquer progresso. Significaria, ao contrário, a construção fácil e pacífica de um verdadeiro "império interior", semelhante aos poderosos impérios exteriores, resultantes de tantos sacrifícios, que Nações demográfica e territorialmente de certo modo fracas, como a Bélgica, a Holanda, Portugal e Espanha, souberam construir sem malbaratar seus recursos, nem enfraquecer-se. Ao contrário, engrandecendo-se política e economicamente, ao mesmo tempo que realizavam uma grande obra civilizadora, a serviço da humanidade.

Em verdade, essa expansão colonizadora, que no nosso caso é simplesmente "integração" nacional, não dispersa, não dilui, não malbarata recursos humanos e econômicos. Mas os distribui apenas, com o necessário apoio — militar ou policial, em começo, e político, em seguida, — pelos "pontos estratégicos" da área a ocupar. Pontos de onde a "vontade de poder", a soberania em ação, depois de construir fortalezas ou empórios, ou instituir centros metropolitanos, afirma seu domínio real e propicia as condições sem as quais a organização social e econômica não se poderia processar. Não se poderia processar, repito, nem criar os núcleos cuja expansão e intercomunicação, por sobre extensas áreas, é exatamente a condição de enriquecimento, poderio e segurança, que as Nações só não ambicionam quando obstáculos irremovíveis se

lhes opõem, ou sob determinantes históricas específicas. E quando o ambicionam, fazem-no — não devemos perder isto de vista — muito antes de esgotarem as possibilidades de expansão dentro dos espaços geográficos de que puderam inicialmente dispor.

Portanto, a limitação ou o condicionamento desse esforço de integração nacional se faria, sem dúvida, num certo sentido, *territorialmente*. Traduzir-se-ia, na preferência de certas áreas escolhidas sob a preocupação de estabelecer, como pontos de afirmação daquele impulso construtivo, uma rede adequada, cujas malhas cobrissem *sempre* todo o território nacional, embora fossem ainda muito amplos os espaços intermediários.

De feito, pouco importaria a longa distância entre os centros dessa rede. Se, nos grandes impérios, podem tais centros ou "bases de operações" distribuir-se por continentes e hemisférios diferentes, para assim dominar melhor um conjunto bastante diversificado de ambientes geográficos e capacidades econômicas, de rotas comerciais e ricos mercados, é claro que, dentro de um mesmo país, como no caso do Brasil, por maiores que fossem os espaços vazios entre os núcleos de ocupação, seriam eles mais fáceis de transpor, desde que mais fáceis de estabelecer e defender seriam as rotas de ligação.

Essa rede de linhas de comunicação interna nem sequer constituiria um grande ônus sem compensação. Sua valorização progressiva, de potencial tanto mais alto quanto maior a amplitude, retribuiria de sobra seu custeio, colocando à disposição da iniciativa particular imensas áreas marginais que não tardaria fossem efetivamente ocupadas, para se tornarem novas bases de penetração e exploração, reduzindo progressivamente os espaços despovoados, cujos remanescentes já seriam então, sem perigo algum, verdadeiras reservas do nosso "espaço geográfico". Mas reservas, não mais "exteriores" em relação à área socializada, ou como que abandonadas pela Nação; ao contrário, já abrangidas pela sua organização e efetivamente colocadas sob sua vigilância. Isto porque, graças a esse poderoso dinamismo construtivo, os espaços vazios não teriam mais, como infelizmente se dá agora, a amplitude quase semicontinental, situados entre a parte organizada da Nação — aliás apenas uma estreita orla marítima — e as longínquas fronteiras ocidentais e septentrionais, a testemunharem a mesquinhez da nossa capacidade de organi-

zação, a nossa imprevidência e a inutilidade de nossa soberania sobre um dos mais invejáveis quinhões territoriais deste hemisfério.

Pontilhada que fôsse a fronteira ocidental e septentrional do Brasil, dêses centros de ocupação, acrescidos de uns poucos outros núcleos no grande hiato interior, todos êles, porém, ligados entre si — ainda que por sobre vastos desertos —, não tenhamos dúvida de que as malhas da rede tenderiam irresistivelmente, e sem grande sacrifício para o poder público, a um progressivo estreitamento.

Não seria isto um objetivo inalcançável, ou empresa absurda. Ao invés, tudo se encaminharia naturalmente, desde que se adotasse, naquele sentido, uma política bem conduzida e em condições de não estabelecer privilégios que reduzissem a uma inferioridade permanente certas partes do território nacional.

Um tal esforço de governo — para ser, como era preciso que fôsse, uma “obra prima de arte política”, na frase de Alberto Torres, e uma “empresa heróica” no anseio de José Bonifácio — careceria de ter um sentido de unidade, de equilíbrio e de justiça.

Mas, se a federação sobreveio como um movimento de defesa contra a secessão, graças ao elastecimento dos vínculos de unidade nacional, a qual ainda não repousava solidamente na unidade social e econômica, cumpria dar ao novo sistema um acabamento que o adequasse aos seus fins próprios, sem sacrificar os da construção nacional, ainda não realizados e não menos inadiáveis.

Entretanto, cometemos o grande erro. A federação não foi o meio de unificar melhor, diferençando, libertando e organizando. Foi, num certo sentido, devido à sua infeliz orientação, o vírus da dissolução nacional, uma vez que, — estabelecendo-a, como era justo, — não lhe exigimos, entretanto, o complemento lógico — o equilíbrio na divisão territorial, por um lado, e, por outro, a cooperação — respeitados os destinos específicos dos governos locais — entre os governos regionais e o governo nacional.

Em vez de um só governo unitário, que ao menos nos daria — embora perigosa e defeituosamente — a unidade nacional, estabeleceram-se em dois planos diferentes, muitos governos unitários, não equipotentes, que eram verdadeiros embriões da secessão. Esses governos fecharam-se num isolacionismo por princípio, que por vezes chegou a

acentuar-se até ameaçar a integridade da Pátria. Mas, na generalidade dos casos, devido à fraqueza que dessa atitude lhes resultou, aquela independência recíproca não se pôde manter conforme deveria decorrer de suas linhas institucionais. As várias órbitas de governo e os muitos governos dessas diferentes órbitas precipitaram-se num desgoverno geral, como resultante da multiplicação paralela de débeis e inúteis iniciativas. Em vez de virtualizar suas prerrogativas, na vinculação voluntária, numa ação ampla solidariamente planejada, capaz de bem aproveitar os poucos recursos disponíveis, despiram-se delas. Não no propósito de uma colaboração harmoniosa, justa e livremente deliberada — como estaria certo, — e sim por absorção progressiva, por usurpações repetidas, das órbitas originária ou ocasionalmente mais fortes sobre as mais fracas, — o que estava duplamente errado. Isto mesmo, porém, sem qualquer espírito de sistema, sem objetivar a racionalização; mas para estabelecer um parasitismo cada vez maior de uns grupos da Nação sobre outros, tendendo a formações teratológicas que não podiam encontrar sequer normalidade funcional, e deixavam na miséria, no abandono, em baixíssimo nível de vida, a parte maior da comunidade; e sem utilização, baldia, “terra de ninguém”, as áreas mais valiosas — e que ainda são a quase totalidade — do nosso ecúmeno.

Planos de engrandecimento nacional, planos de defesa do país nos seus aspectos fundamentais, planos para construir, para organizar a comunidade política que deveríamos formar e ainda não formamos, nada disso, e nem mesmo planos comuns de governos, podíamos traçar. Porque os “planos” que podem aparecer, são forçosamente, nas condições atuais, planos parciais, isolados entre si, e que delineados sem a finalidade justa e o financiamento que lhes dessem virtualidade e viabilidade, tornam-se precários e efêmeros, destinados a malbaratar recursos preciosos na ineficiência dolorosa que temos visto repetir-se inúmeras vezes.

Mas o pior é que ninguém percebe, ninguém estranha que isto esteja acontecendo. E a Nação, assim, se vai sacrificando e exaurindo inutilmente. A consciência nacional ainda não despertou para essa torva realidade; não está alertada dos perigos que a envolvem. Não tem condições para se aperceber do erro fundamental sobre que repousa esse estado de cousas. Nem de avaliar o esplêndido potencial de progresso que o Brasil teria diante de si, se soubesse valorizar sua terra e sua gente. Não apreendemos tão pouco os

panoramas de felicidade humana que os filhos desta Pátria admirável poderiam realizar, como o profetizou o gênio de Vitor Hugo, se a obra dos seus Governos soubesse e quisesse — como tão facilmente o poderia — aproveitar, segundo um verdadeiro pensamento de integridade e grandeza nacional, as possibilidades que nos advêm das riquezas “imensas” — mas não “inexgotáveis” — que ainda estão à espera de nossa coragem, do nosso pacífico ânimo de conquista, do nosso legítimo espírito de aventura, da nossa capacidade de compreender e de querer. E consentimos, como loucos, que muitas dessas riquezas vão sendo destruídas impiedosa e inútilmente.

Não me foi difícil sentir tudo isto, desde muito cedo, através das pesquisas estatísticas. A meditação dos números deu-me logo a certeza de que a unidade, a organicidade e a potencialidade da obra governamental brasileira sobreviria, entretanto, facilmente, e expandir-se-ia para além de qualquer previsão, desde que a vida nacional pudesse ser compreendida pelos Governos e pelo povo, no seu verdadeiro sentido, naquela interpretação sempre acertada que lhe deu o gênio de Alberto Tórres. Porque dessa compreensão resultariam o estado de consciência e os atos de vontade, capazes de vencer tôdas as dificuldades e de enfrentar resolutamente todos os problemas — problemas difíceis, sim, mas não insolúveis — que a realidade nacional nos oferece.

A construção de núcleos urbanos, nas áreas inocupadas, como pontos de apoio social, econômico e político para o povoamento e a exploração rural; o estabelecimento de uma rede de centros metropolitanos de primeira ordem, com vitalidade poderosa, apoiando-se mutuamente, e servindo de base a toda a organização nacional, graças à associação ou união política dos municípios dentro de âmbitos territoriais uniformes, — o que daria expressão adequada ao nosso até agora inoperante municipalismo; a distribuição equitativa do território nacional entre as Unidades Federadas, eliminando, potencialmente, as diferenças entre grandes e pequenos Estados; a ação estimuladora, propulsiva e equilibrada do Governo Nacional, aplicando os recursos da Nação para elevar rapidamente, em proveito da sua verdadeira unidade e do bem estar de todos os membros da Federação, o nível de povoamento e riqueza dos Estados deficitários; a ação poderosa, diferenciada regionalmente — mas dentro de um verdadeiro “sistema nacional”, e exercida em espírito de justiça social e segundo os verdadeiros princípios da democracia —

dos aparelhos governamentais prepostos àqueles grandes objetivos de gestão da coisa pública, que são comuns a tôdas as órbitas do Poder do Estado — a educação, a saúde, as comunicações rodoviárias, o fomento rural, a arrecadação tributária (tal como já se procede em relação à pesquisa estatístico-geográfica) : — tudo isto sobreviria fatalmente desde que, sem medo de fantasmas, nem apêgo a preconceitos infantis, tivéssemos a coragem de rever a divisão política do país dando-lhe os verdadeiros fundamentos de justiça, racionalidade e respeito à tradição. Fundamentos sem os quais o Brasil continuará a ser um “ente político” tão absurdamente estruturado, que se incapacita voluntariamente para os seus fins sociais, exibindo perante o mundo, uma “nação grande”, a quem os fados generosos tudo deram, mas que se recusa, pela incompreensão ou pelo patriotismo mal entendido de suas elites, a tornar-se a “grande Nação” que poderia e deveria ser.

Mas, para que essa mesma necessidade inelutável de redivisão territorial sobrevenha, e desencadeie, segundo contingências fáceis de prever, a compreensão total dos problemas brasileiros e a sua solução heróica, concatenada e lógica, é preciso que uma providência inicial seja tomada. Essa providência é, exatamente, a mudança da Capital da República para o coração do Brasil.

Muito ao contrário do que têm afirmado opositores irrefletidos à idéia de redivisão do Brasil, quase tôdas as grandes nações sentiram-se levadas pela força dos imperativos históricos, a refazer seu quadro político-territorial. E várias delas mudaram suas capitais.

A redivisão teve em toda a parte o mesmo motivo e o mesmo alcance — a justiça na distribuição do patrimônio comum e a tendência ao equilíbrio das forças sociais e políticas.

A mudança da Capital, porém, é providência que têm sido promovida sob dois principais requisitos. Ora, foi buscada uma posição menos exposta na hipótese de uma guerra; ora, pretendeu-se localização mais adequada, tendo em vista a função da metrópole na coordenação da vida nacional.

No caso do Brasil, o início da cadeia de medidas que devem renovar profundamente a vida nacional, isto é, a mudança da Capital Federal, impõe-se ao mesmo tempo pelos dois motivos — o da segurança e o da coordenação e propulsão nacional.

Esses motivos, porém, não têm sido bem interpretados. Mesmo aqueles que já perceberam o duplo aspecto do problema, entenderam-nos erradamente.

Uns supõem, quando se fala de segurança nacional, para justificar a mudança da metrópole, que se tem em vista apenas escolher um local onde a sede do Governo não possa ser facilmente investida por um agressor eventual. E concluem que, não havendo hoje lugar imune ao ataque das armas modernas, não tem sentido falar-se em transferência da capital por motivo de segurança militar.

Outros, porém, pensando no papel dirigente que cabe à cidade líder, entendem que a mudança deverá ser para o ponto de onde essa direção se possa fazer em melhores condições, mas, por isso mesmo, dentro daquela área em que a vida da Nação já se encontre bem organizada, e possam ser melhor mobilizados os recursos e forças disponíveis para a defesa nacional.

São, evidentemente, interpretações unilaterais, incompletas, erradas.

Ninguém pode imaginar que uma Capital como o Rio de Janeiro, exposta por todos os lados a ataques terrestres, marítimos ou aéreos, esteja em condições de manter resistência a qualquer agressão, pois estará vencida desde que fique privada, como é facilímo de conseguir, dos seus serviços de água, luz, energia, transporte e combustível.

Daí, o nosso terrível dilema, no caso de guerra, se se mantiver a Capital do Brasil no Rio de Janeiro. Ou permanecerá nela o Governo, ou será tentada a mudança de emergência, no próprio curso do ataque. No primeiro caso, estar-se-ia expondo desnecessariamente a Nação a uma derrota fulminante, pelo aprisionamento do governo ou rendição incondicional, sem haver sequer pósto em obra seus recursos de defesa. No segundo caso, a mudança efetuada *à la diable* subverteria catastróficamente, no momento mais crítico, toda a organização administrativa e os seus arquivos, sem cuja normalidade não se compreende o próprio esforço de guerra. Além disso, preferindo, na emergência, esta ou aquela cidade, que não teria sido preparada para esse fim, e cujas comunicações não corresponderiam às necessidades da ação de governo, estaríamos instalando mal o pouco que pudéssemos levar do aparelho administrativo, e criando-nos, assim, um sombrio

handicap, quanto à mobilização das energias e recursos da Nação, exatamente no momento em que entrasse em jogo a sua própria sobrevivência.

Independentemente, porém, dessas duas situações extremas — a de mudar a Capital durante as operações de guerra e a de afrontar o ataque sem transferir o Governo, ocorre outro aspecto da segurança nacional que não tem sido devidamente considerado nos debates sobre o assunto.

Esse aspecto é o da complexidade e dificuldade do governo nacional, quando os órgãos desse governo estão situados em local que é ao mesmo tempo ponto excêntrico do território pátrio e um grande empório e centro cosmopolita como o Rio de Janeiro. Não hesito em admitir que mais de um país estará em situação semelhante. Mas isto não faz desaparecer o inconveniente, nem nos absolve de imprevidência. Tanto menos quanto também temos o exemplo prudente e salutar da Rússia e da Turquia. E se há nações que não o seguem, é porque interferem motivos especiais em contrário, mas que não ocorrem no Brasil.

Entretanto, ninguém pode desconhecer ou negar as agitações próprias das grandes massas proletárias; a influência insidiosa que os grandes centros econômicos e cosmopolitas exercem sobre os órgãos de direção governamental; os motivos imediatistas ou locais, senão estranhos ou contrários aos interesses nacionais, que agem nas grandes metrópoles, sobre a imprensa e a opinião pública, e assim detêm ou suprimem não raro a liberdade de ação dos dirigentes. Essas influências todas, tolhendo a direção dos órgãos públicos, estão de fato, consciente ou inconscientemente, prejudicando a segurança nacional. E a isto se junta o sentimento de abandono que empolga a maior parte da população brasileira, quando observa as preferências que do Governo Nacional merecem certas regiões em virtude da posição periférica da metrópole federal. Sendo assim, não é então meridianamente claro que, num caso, como o do Brasil, havendo possibilidade e razões inúmeras para se dar ao país a tranqüilidade de um governo sediado em local adequado, e equidistante dos pontos extremos do seu vastíssimo território, não se pode olhar com displicência, maximé numa hora histórica tão grave como a que vivemos, a permanência da capital no Rio de Janeiro?

Este é, sem dúvida, o verdadeiro significado da questão, sob o ponto de vista da segurança nacional. Contudo, ocorre também um sentido mais profundo, mais real, para a localização interior da nossa metrópole.

Se nos prendêssemos àquele objetivo primário, de colocar a capital no centro — ou mesmo apenas dentro — da área socializada do país, teríamos com isso uma solução provisória, a pedir outra mudança, e ainda outra, até que todo o país estivesse povoado. Na verdade, o que a vastidão do Brasil e suas diferenciações regionais nos impõem, é a preocupação máxima de criar motivos de união nacional por sobre os motivos de separação, e nenhum motivo mais forte, nem mais compreensível, mais eficaz, do que a posição da metrópole comum em ponto que configure bem esse seu destino, e de fato lhe dê essa capacidade, ou seja a posição central, dispondo de uma rede de comunicações que a ligue facilmente a todas as regiões do país.

Todavia, não argumentaria contra a solução provisória, pois vejo nela mais do que uma possibilidade. Considero-a de necessidade indeclinável, como exporei adiante. Contudo, porém, que essa mudança não implique construir-se especialmente uma cidade para tal fim e que, de início, já se destinasse a perder os foros agora conferidos. E também não vejo como se pudesse justificar uma interiorização por sucessivas escalas, uma série de mudanças provisórias. Nem sustentaria tão pouco, uma solução transitória — fosse mesmo uma só — que não se revestisse desde logo dos requisitos essenciais da transferência projetada, e não oferecesse fortes motivos de ordem prática, a assegurar facilidades imediatas para o próprio encaminhamento da solução definitiva.

Ora, não poderia ser uma solução definitiva a que se preocupasse em escolher, agora, local intermediário ou central, ou mesmo periférico, ao ocidente, na área do território nacional que já se pode considerar povoada e organizada. Não se trata de organizar melhor — e assim confirmar-lhe os privilégios — a área já favorecida pelo progresso. Nem mesmo de tomá-la, simplesmente, como base de operações para mais uma arrancada do povoamento, da marcha pioneira, Brasil a dentro. Para esse fim somente, não seria preciso propugnar-se uma Capital Federal interior. Nem, muito menos, se pretendia uma série de localizações provisórias para a Capital, pois a metrópole de uma Nação não se poderia deslocar por etapas, como o acampamento de um exército ou um abarracamento de feirantes. Não, evidentemente.

A mudança definitiva há de ser para as proximidades do centro geográfico do território. Mas com o menor afastamento possível desse centro, se, porventura, tornar-se necessário um pequeno deslocamento visando atender a motivos

de clima e salubridade, ou para facilitar a acessibilidade às vias de comunicações terrestres. Desde que está implícita em tal condicionamento a abundância dos mananciais que devam abastecer a cidade e assegurar-lhe a higiene, seriam secundários, ou mesmo contraproducentes, os demais fatores que pudessem ser tidos como importantes para uma metrópole destinada a tornar-se um empório, um centro industrial poderoso, ou um grande núcleo isolado, capaz de auto-abastecimento.

A fertilidade das terras, por conseguinte, a abundância da força motriz, a posição favorável em relação a um sistema de comunicações já construído, a posse de próximos objetivos de turismo, a vizinhança de áreas fornecedoras de matérias primas para a indústria, a existência de reservas florestais, são fatores que não nos devem importar como condições de preferência. Mesmo a existência abundante de materiais de construção não seria de real significação.

Com efeito.

A melhor posição da nova metrópole, para o seu destino político, é tudo. Sendo a mudança da capital o remédio heróico que a Nação vai buscar a fim de transformar sua própria mentalidade, e se para isso, antes de tudo, o ponto a escolher deve ser central, — então, essa localização é o que cumpre conseguir custe o que custar; sejam quais forem todas as outras condições, que se hão de transformar, ou compensar, como for preciso, para que se mantenha o requisito fundamental, e assim alcance integralmente sua finalidade, no futuro, a Capital coração e cérebro da República.

Satisfeita a condição básica, escolhido o ponto central mais conveniente, a rede de comunicações, destinada a ligar a metrópole a todas as partes do país, surgirá de pronto. A construção dessa rede não somente será o objetivo precípuo do governo federal, mas também dos próprios governos regionais e locais, como resultante do mesmo centripetismo que já estabeleceu a convergência de quase toda a rede rodoviária atual na direção do Rio de Janeiro.

Os materiais de construção virão de onde existam de boa qualidade e menor preço. Isto não exigirá, no Brasil central, o transporte em extensos percursos, que encarecesse proibitivamente a construção. As reservas florestais não condicionam a construção; como riqueza, fator climático, ou objetivos de turismo, poderão ser facilmente obtidas mais tarde, na área escolhida.

E como a nova Brasília não seria a metrópole de uma região, nem a réplica sertaneja do Rio e São Paulo, nem mesmo a grande feira de uma área possuidora de desenvolvida agricultura, nem ainda um formidável centro industrial como se destina a ser Belo Horizonte, — pouco importaria que em suas vizinhanças não existissem grandes rebanhos, fartas searas, poderosas usinas, ou centros mineiros em exploração. Surjam por todo o país essas áreas de trabalho organizado, onde as condições locais estimulem ou favoreçam o seu desenvolvimento. E que elas abasteçam a metrópole nacional, tendo-a como um dos seus mercados. O fim da Capital, o seu destino, é outro. E basta que a nova “urbs” o realize, a ele — e a ele só —, condigna e apropriadamente.

Com o ser um pobre centro agrícola não é que o Rio não foi a capital ideal. E porque constitui um grande empório comercial, e já agora um poderoso centro industrial, é que sua posição, sendo também excêntrica e excessivamente exposta a ataques externos, acumulou condições particularmente desfavoráveis ao seu presente destino de metrópole federal.

A nova Capital reclama ambiente genuinamente brasileiro, tranqüilo, resguardado, em que a política construtiva do governo nacional se possa expandir normalmente, sem a pressão das agitações sociais (sempre agudas nos grandes centros), e em condições de perfeita justiça em relação a toda a comunidade. O que de nenhuma forma se realiza no Rio de Janeiro, de onde o governo federal não se pode libertar de influências perturbadoras, nem utilizar senão pequeníssima parcela dos recursos da Nação, para evitar imposições violentas que as circunstâncias locais possibilitem.

Pouco importa, portanto, que a cidade surja artificialmente, lutando mesmo com certas dificuldades iniciais quanto a matérias primas e abastecimento. A fiel adequação à sua finalidade política retribuirá tudo isto. E não tardará que sua presença, por isso mesmo, estimule esforços de organização em áreas interiores hoje desertas e inacessíveis, mas que apresentam largas possibilidades de exploração e podem oferecer aqueles recursos. Dessa forma, essas áreas enriquecer-se-ão a si mesmas, enriquecendo o país, auxiliando a construção da nova Capital e criando para esta, desde logo, um amplo círculo de influência econômica direta, mediante o surto de atividades de toda a sorte e de poderosas correntes comerciais, não em um, mas em muitos pontos da hinterlân-

dia brasileira. E nisto já estará o começo da poderosa “ação de presença” que a metrópole interior exercerá em benefício de todo o Brasil.

Demais, tão conveniente é que a nova Capital não se venha a tornar uma cidade tentacular, que a mais elementar prudência aconselharia uma legislação severa, destinada a impedir se transforme a nova “urbs” em poderoso empório comercial ou num grande parque industrial. E, aliás, o que se fez nos Estados Unidos, em relação a Washington. Só assim se evitaria o desvirtuamento, que seria fatal de outro modo, da capacidade propulsiva da nova Capital, acabando por transformá-la em polvo absorvente, em vez do grande centro regulador e coordenador que se destina a ser.

Ora, como da mentalidade nacional não se pode esperar, instável e insegura como ainda é, um permanente esforço de defesa vigilante; como a pressão dos interesses econômicos poria facilmente abaixo as dificuldades artificiais que se tentasse estabelecer para a defesa dos fins políticos, se acaso as condições naturais permitissem que aqueles interesses se localizassem dentro da Capital, o mais perto possível do Poder, segundo a tendência natural que os dirige; se assim acontece, bem será que as “condições naturais” da zona neutralizem aquela tendência ou lhe oponham embargo peremptório. Quero dizer, não permitam a concentração econômica junto à Capital, a acarretar novamente a concentração demográfica, a fim de que a nova metrópole não se desvirtue e venha a ficar privada, por essa forma, do seu natural e legítimo sentido, isto é, o de um centro distribuidor e promotor do progresso nacional, que não do açambarcamento dos recursos do país em proveito de um grupo e em detrimento de todo o resto da Nação.

Que esses centros de produção, os empórios comerciais, as poderosas concentrações industriais, surjam — sem dúvida, sob a ação benéfica e equânime do Governo Central — onde quer que as condições lhes forem favoráveis. Seja ao norte ou ao sul, seja na orla marítima ou nas lindes ocidentais. Em quantos mais pontos, em quantas mais especializações, melhor. Aproveitando sempre as condições naturais: portos, jazidas, glebas férteis, campos nativos... Porque só assim tudo isto dará ao Brasil uma poderosa estrutura econômica e política, cujo equilíbrio a Capital Central manterá, se ela souber ser, de fato, apenas aquela bela e tranqüila cidade-jardim, a dominar e ordenar o país tão somente pela força do seu mandato, em vez do Leviatã marítimo, resumindo

do — e concentrando cada vez mais — um Brasil macrocéfalo, para exauri-lo, destruí-lo, lentamente, por inanição do seu imenso corpo abandonado.

Só assim — repito — evitaremos que o Brasil se transforme numa monstruosa criação política, a evoluir ao arripio do seu legítimo destino histórico.

Contudo, uma interrogação é cabível.

Se se trata de construir — não, embora, uma grande metrópole, — mas, de qualquer forma, uma bela e confortável cidade, tarefa que não é fácil, nem rápida, nem barata; se é preciso que essa cidade se situe na área que ocupa posição central no mapa do Brasil; se essa localização não deve ser trocada por outra a preço nenhum, pois veda-o a condição essencial da sua predestinação histórica; se, por disposição providencial, a zona que satisfaz a esse requisito oferece, além de magníficas condições de clima e beleza, características que a tornam de fato, geograficamente, o centro do nosso território, como o ponto de união das suas diferentes partes, constituídas pelas bacias potamográficas primárias que ali se encontram, e dali riscam aos quatro rumos o esquema indelével, criado pela própria natureza, da efetiva e real unidade nacional; se, para atender a esses imperativos indeclináveis forçoso será enfrentar a tarefa difícil de construir uma cidade em pleno deserto, repetindo-se o grande feito da República australiana, e o não menos audacioso ímpeto, de que nós mesmos já fomos capazes, quando erigimos Belo Horizonte e Goiânia; se a mudança se pode considerar, em todos os sentidos a medida política mais urgente no momento, dado que do seu prevalecimento depende o corretivo da maneira de compreender e dirigir os destinos nacionais, pois condiciona a facilitação, o encaminhamento de todos os problemas de base que ainda estão intactos diante de nós, desafiando nosso patriotismo, nossa inteligência e nossa coragem; — se tal acontece, como conciliar a urgência da construção com a sua dificuldade? Não seria desconhecer a mentalidade brasileira acreditarmos que a nova Capital se viesse efetivamente a construir, sem uma arrancada impetuosa e heróica, que levasse o empreendimento avante e a término em pequeno prazo? E o, ser impossível materialmente essa pressa, não retira à Nação a possibilidade de manter o ânimo realizador, tornando inevitável o retorno à inércia e à disciplicência, o novo abandono da idéia com o sacrifício irreparável do futuro do país?

É fora de dúvida, — parece-me — se a mudança da capital dependesse da prévia ereção de uma cidade, a transferência só seria viável no caso de poder realizar-se a construção dentro de curtíssimo prazo. Qualquer delonga — bem o sabemos — que ultrapassasse a duração do governo responsável pela iniciativa, traria o sacrifício irremediável do empreendimento.

Assim, à primeira vista, estamos diante de um dilema fatal: construir muito depressa a nova capital, ou não se transferir mais a sede do Governo, voltando a ser letra morta o novo dispositivo constitucional que nos criou esta magnífica oportunidade de mudar os destinos do Brasil. Mas, se construir a nova capital assim tão depressa é impossível, se a temos de erigir no planalto central — onde não há povoamento, nem comunicações para que se possa promovê-lo, — o dilema implica a conclusão de que a empresa é inviável, se não tivermos um meio de fugir-lhe às pontas fatais...

Mas esse meio existe. A cidade se deve construir, sem dúvida, com o devido vagar e segundo planos maduramente estabelecidos, em etapas sucessivas que se vão preparando umas às outras. Isto, porém, sem que se inutilizem, se entorpecam ou sejam esquecidos os fatores políticos e psicológicos que possibilitam agora a grandiosa empresa.

Para tanto, é preciso apenas quebrar hábilmente um tabu, sem permitir que se crie um outro.

Como todo cometimento social, por mais lógico, mais defensável que seja, e por mais graves e sagrados que se apresentem os interesses coletivos que a empresa envolva, este, da mudança da capital brasileira, tem opositores. E temíveis opositores, porque contam eles, que são sagazes e persistentes, com a indiferença da coletividade, pois esta ainda não possui a consciência viva de que está em jogo um seu supremo interesse. Demais, julgam eles cousa certa a fadiga dos dirigentes que movem a campanha, diante das supostas dificuldades da empresa, bem como a falta de estímulo por parte da opinião nacional.

A esses opositores não cabe sombra de razão. Mas não se pode dizer que não sejam sinceros. Não vêem que sua oposição procura impedir medida de salvação nacional. São movidos, porém, por convicções que supõem justas ou patrióticas, devido à errada visão, ou mesmo incompreensão, ta. to do interesse próprio como do interesse coletivo. E é

isso que é preciso combater se não queremos perder a partida, deixando que sossobrem os esforços que procuram apontar ao país a direção certa da sua rota histórica.

Muitos desses que se opõem à transferência imaginam que, mudando-se do Rio de Janeiro o Governo Federal, esta cidade decairá de importância social, econômica e política. Não se lembram do exemplo de New York. E receiam desvalorização de suas propriedades, declínio dos seus negócios, diminuição de prestígio para as instituições a que pertencem; e, ainda, a perda do conforto de uma grande metrópole, se forem forçados a acompanhar, na mudança para a nova sede, a repartição de que devam ser servidores. — Ou então, menos pessoais em seus motivos, mas vendo tudo através de um estreito baurrismo, que não os deixa perceber a realidade das cousas, não querem que o Rio de Janeiro, depois de haver herdado os foros metropolitanos da antiga Salvador, e com isto se transformado em grande centro de civilização, venha a seu turno a perdê-los sem qualquer compensação, entrando assim — é o que supõem — numa fase de menor prestígio social, político e cultural.

É fácil desfazer esses preconceitos todos, que se baseiam invariavelmente em equívocos, senão na observação errada dos fatos. Mas eles renascerão sempre, apesar de todos os esclarecimentos que se formulem, uma vez que a mudança não se faça logo.

E alcançamos assim a verdadeira chave do problema. É preciso, é indispensável, se a nossa geração quer de fato dar ao Brasil as verdadeiras condições de vida e desenvolvimento, mudemos depressa a Capital para o planalto central; mas que também a nova cidade destinada a recebê-la a título definitivo, se construa *com estudo e vagar*.

Não há contradição e incompatibilidade entre as duas diretivas. Implicam, porém, a contingência inafastável de uma — mas *uma só* — mudança provisória, que resolva rapidamente a dificuldade psicológica, quebre o tabu da capital-carioca, mas — não se perca isto de vista — em condições de não permitir o surto de um outro tabu, no local de estacionamento provisório durante a construção da sede definitiva.

Como conseguir-se isto?

A mudança provisória da Capital, para poder efetuar-se de pronto, e em condições plenamente satisfatórias, exigiria:

1.º — que a mudança se fizesse para um ponto que justificasse a imediata transferência, em virtude do fato de já se achar ele incluído na grande área central do Brasil e de coincidir com um local mais favorável sob o ponto de vista da defesa militar e de onde fôsse mais fácil conduzir as operações ligadas, não só ao desenvolvimento rápido da área de acesso à metrópole definitiva, como à própria construção desta;

2.º — que se realizasse a transferência para uma cidade já existente, de bom clima, adiantada, e onde o funcionamento do Governo Federal já encontrasse um ambiente urbanístico condigno e dotado de um sistema de comunicações em relação a todo o país;

3.º — que se efetuasse a mudança para uma cidade, contudo, cuja distância e comunicações relativamente ao Rio de Janeiro se apresentassem tais que permitissem, sem embargo, a permanência nesta cidade (enquanto fôsse isso necessário à própria mudança provisória, por partes, ou mesmo à mudança definitiva) da quase totalidade dos aparelhos técnicos, administrativos e culturais diretamente ligados à metrópole federal;

4.º — que a “urbs” preferida para a transferência fôsse uma cidade, ainda, de que se pudesse facilmente retirar uma parte dos elementos que a formam; mas, de tal modo, que se abrisse, assim, a imediata possibilidade, sem novas e especiais construções, para a localização dos órgãos integrantes do núcleo central do Governo da União, ou seja, dos próprios três Poderes — o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, — que deveriam transferir-se de pronto;

5.º — mas, que a transferência se efetivasse de forma que aquêles elementos retirados tivessem, por sua vez, destino preestabelecido, e também em condições de reduzir ao mínimo as despesas destinadas a novas construções ou adaptações.

Ora, essa cidade existe. Não haverá uma voz que a não reconheça sem hesitação. É Belo Horizonte.

Enquanto nela permanecesse, a metrópole nacional já se encontraria no ambiente mais seguro e mais tranqüilo do “planalto central”. A proximidade e facilidade de comunicações com o Rio de Janeiro dar-lhe-la quase, em relação a esta, a significação de uma cidade de repouso, como Petrópolis, e atingível de fato, por via aérea, em menor tempo que esta, onde, aliás, o Chefe do Governo estaciona todos os anos por longos meses sem qualquer inconveniente.

Belo Horizonte é centro de um sistema de comunicações que a liga a todos os Estados. Além disso, esta situada na direção do lugar da futura Brasília, a um terço da distância total, e a bem dizer já quase na orla ocidental da faixa regularmente povoada do Brasil marítimo. Na “bôca do sertão”, portanto. As medidas para melhorar as comunicações e provocar o povoamento entre o planalto de Formosa e Belo Horizonte são fáceis, dados os recursos já existentes. E mais fáceis ainda se tornariam com a presença ali do Governo Federal.

Para atingir o Planalto Central de Goiás, enquanto fôsem tomadas as medidas preliminares para a construção de Brasília, em condições de assegurar o acesso da zona, o seu rápido povoamento e o início da construção, bastaria lançar a ponta de lança ferroviária constituída pela convergência, no local escolhido, da Estrada de Ferro de Goiás e da Estrada de Ferro Central do Brasil. Tarefa sem maior dificuldade, visto como a esta última o gênio de Frontin já permitiu vencer o maior obstáculo, ou seja a transposição do São Francisco em Pirapora, ponto êsse além do qual as condições do terreno são bastante favoráveis.

Suplementarmente, far-se-ia a ligação e melhoria dos trechos rodoviários que já nos dão quase a metade da Transbrasiliana (a grande longitudinal rodoviária), desde Santa Ana do Livramento. E bem rápida poderia ser a construção do trecho daquela grande rota interior, que a levaria a Belém, estabelecendo, assim, para a nova Capital, o apoio da “coluna dorsal” do Brasil, que seria ao mesmo tempo o eixo central de que se desprenderia em breve um excelente sistema de estradas, mediante fácil e natural esforço dos Estados, procurando orientar nesse sentido sua política rodoviária, e valorizando, aliás, pela procurada convergência na direção de Brasília, longos trechos, já existentes, que podem ser utilizados para aquêle fim.

Por outro lado, cedida à União a área de Belo Horizonte, como município neutro, para sede provisória da nova Capital Brasileira, a metrópole mineira encontraria também uma outra excelente sede em Juiz de Fora.

Essa cidade tem, de fato, condições para acolher os órgãos centrais da administração do Estado. E isto bastaria, dado que os demais órgãos do Governo Mineiro poderiam continuar em Belo Horizonte durante o tempo que fôsse necessário, até ultimar-se com vagar, método e economia o plano total da transferência.

A simples mudança dêsses órgãos centrais para Juiz de Fora cederia lugar aos três poderes da União e ainda, possivelmente, aos órgãos administrativos mais necessários junto ao Poder Executivo, como a Secretaria do Estado do Interior e Justiça.

Nisto que fica dito já está provada não só a necessidade, como a conveniência e possibilidade, da “mudança imediata” da metrópole federal, a fim de tornar exequível a construção pausada da sua sede definitiva. Um mínimo de mudanças e dispêndios, em um mínimo de tempo.

Cumpre, entretanto, examinar certos outros aspectos do problema, se é que desejamos uma solução racional, e da qual se possa dizer que é capaz de conciliar, harmonizar e servir a todos — absolutamente a todos — os interesses em jôgo, sem ferir, sob nenhum aspecto, nem os sentimentos regionalistas, nem o espírito conservador das populações, ainda quando não consintam uns e outros em sotopor-se simplesmente aos grandes interesses nacionais que reclamam a transferência em projeto.

Há no caso em jôgo, e precisando ser harmonizados, os interesses do Brasil e os de Minas, em primeiro plano; depois, os do Distrito Federal, de Belo Horizonte e de Juiz de Fora; intercorrentemente, os do Estado do Rio de Janeiro.

Vejamos, primeiro, em tôdas as suas conseqüências o esquema que as circunstâncias nos apontam, e, em seguida, de que forma e com que alcance a solução proposta afetaria aquêles interesses.

A quem refletir um pouco sôbre o assunto impor-se-á sem dificuldade esta conclusão. O que tudo está indicando como solução “ótima” em todos os sentidos, e para todos os interesses, é o acôrdo político entre o Governo da União, de um lado, e os Governos dos Estados do Rio e Minas e do Distrito Federal, do outro, com o objetivo-de, obtido o assentimento prévio das correntes partidárias, ficarem assentadas e serem promovidas na forma da Constituição, as seguintes medidas:

a) em adequada forma de associação política, e com uma estrutura interna sub-federativa (que a Constituição não impede), a união entre os Estados de Minas e do Rio de Janeiro; prevendo-se, porém, que ao novo Estado, daí resultante, se faria a incorporação do Distrito Federal, sob a condição de vir a ser sua capital a cidade do Rio de Janeiro; isto sem impedir que ambos os Estados mantivessem suas

capitais próprias, como metrópoles das sub-unidades políticas que subsistiriam dentro da nova Unidade Federal ;

b) o entendimento para que o governo e a administração do novo Estado se organizassem de maneira a lhes ficar assegurada uma equitativa participação das organizações políticas e administrativas das três unidades territoriais associadas ;

c) o acórdão com Minas Gerais para que a cidade de Belo Horizonte, quando no futuro se transfira para Brasília a Capital Federal, adquirisse novos e privilegiados foros, que lhe compensassem aquela mudança, seja como um Distrito Federal sob estatuto apropriado para tornar-se um grande centro industrial autônomo sob a égide da União Federal, seja como metrópole da região septentrional do Estado, prevista para esse fim, desde já, a sua autonomia com os mesmos foros que viessem a caber agora a Niterói e Juiz de Fora ;

d) o acórdão, ainda, entre o novo Estado (por intermédio dos seus elementos formadores) e a União, não só sobre os próprios nacionais que esta deveria ceder àquele em troca do que recebesse em Belo Horizonte, e ainda o financiamento federal, em prazo razoável, dos planos de adaptação de Juiz de Fora ao seu novo destino de Capital mineira.

Passemos a examinar agora o conteúdo da fórmula sob o ponto de vista da harmonização dos interesses, ainda quando sejam estes estritamente invocados à revelia dos verdadeiros e superiores imperativos da Pátria.

Vejamos, pois, até que ponto, e como, as diretrizes desse esquema afetam os interesses, sentimentos ou preconceitos em jogo.

O resguardo da autonomia em primeiro lugar.

Segundo certa mentalidade muito primária, a autonomia, a liberdade, a soberania, ficam atingidas ou destruídas se intercorre qualquer disciplina limitadora do seu exercício. Mas, evidentemente, não é esse o conceito verdadeiro, que devemos atribuir aos que se pronunciarem sobre a matéria. A soberania de uma Nação, a liberdade de um indivíduo, a autonomia do membro de uma federação, — todos o compreendem bem — não são tal senão na medida em que livremente se limitam através de vínculos jurídicos baseados em mútuo assentimento. A disciplina, a obrigação, o compromisso, aceitos livremente, em benefício de um objetivo de bem comum, é que dão valor a qualquer estatuto pessoal de autodeterminação.

Só não se obrigam os que não são livres, ou são incapazes de autodeterminar-se. As crianças, os escravos ou os loucos; ou as coletividades sob domínio estrangeiro. Essa vinculação — ou melhor, o complexo dessas vinculações — do ente autônomo, livre ou soberano, é que dá sentido, conteúdo e nobreza ao exercício da sua vontade livre, e imprime significado humano, social ou político ao papel que a liberdade seja chamada a desempenhar.

O indivíduo ou o grupo que se isola, se abstém de relações, a nada se obriga; move-se num pequeno âmbito fechado; não pode realizar coisa alguma. Não abriu aquelas estradas largas das relações e normas mutuamente consentidas, dentro das quais se possa movimentar à vontade, realizando o seu destino da melhor forma, sem os embaraços do isolamento, da não-cooperação, ou dos choques mais ou menos rudes em relação aos demais entes livres.

Através desses vínculos, entretanto, achado e fixado o *status* de equilíbrio, justiça e conveniência mútua no grupo a que pertença o ente livre ou autônomo, obtem nele em troca de um mínimo de disciplina e harmonização dos seus interesses em relação aos demais, toda a colaboração — e até a proteção — de que carecer. Isto coloca ao seu dispor, faz que o sirvam, as forças livres de que dependa a livre e cômoda realização de todos os seus objetivos.

Bem compreendida esta verdade, é fácil ver que, quando se pensa na redivisão territorial do Brasil por meio de acordos entre suas unidades políticas, ou quando são lembrados os consórcios intermunicipais, a fim de darmos ao nosso municipalismo a potencialidade econômica e política que ele precisa ter; ou quando, ainda, se cogita de estabelecer um *status* de estreita cooperação entre as órbitas do poder público que se diferenciam segundo âmbitos territoriais sobrepostos, no propósito de lhes imprimir aos objetivos comuns, unidade, sistema e eficiência; — não vai nisso, como pensam alguns, a idéia de sacrificar, tolher, reduzir a autonomia das pessoas de direito público que deliberarem esses acordos.

É, ao contrário, valorizar, engrandecer, virtualizar essa autonomia, levando-a a superar a sua própria limitação institucional. É trazer para o âmbito do direito público interno a mais alta significação da soberania no direito público externo. É, portanto, estabelecer entre aquelas entidades, de uma forma perfeitamente consentânea com o regime democrático, um campo de vínculos cooperativos que, conservando-lhes as vantagens e prerrogativas da autonomia e distin-

ção de competências, permita instaurar por sobre elas, capacitando-as ao máximo para o progresso, uma trama de vinculações que lhes assegure de fato a variedade na unidade. Esse objetivo é tanto mais necessário quanto é certo que essas diversificações de autoridade, jurisdição e competência não se fazem apenas no sentido horizontal, ou apenas no sentido geográfico, mas também no sentido vertical, isto é, com uma certa hierarquia de valores e um significado orgânico, que tornam indispensável a interdependência, o senso de complementariedade e a capacidade de suplementação, na complexa estrutura que tais entes políticos formam dentro da Nação.

Portanto, no caso particular de que tratamos, quando pensamos em fazer surgir um novo Estado-membro dentro da República Federativa Brasileira, por meio do mútuo consenso, da União de um lado, e das entidades diretamente interessadas do outro (Distrito Federal e Estados de Minas e do Rio de Janeiro), estamos pensando em substituir um certo regime de autonomia, ora vigorante para os territórios interessados, por um outro, muito mais rico de possibilidades e, portanto, mais capaz de servir aos interesses das respectivas populações e do Brasil. Aí não há, não haveria de nenhuma forma, para essas populações, supressão — ou sequer limitação — de autonomia se, no exercício dessa mesma autonomia, desejarem elas apresentar-se, em face da União, como um só poder autônomo, mas de expressão política incomparavelmente mais vigorosa, em vez dos três poderes autônomos atuais, na verdade bastante limitados em sua capacidade, devido aos embaraços e deficiências que essa autonomia tripartite e não unificada lhes acarreta, quando enfrentam a solução dos problemas que se lhes apresentam solidariamente, isto é, como problemas comuns, e dependem de condições complementares dos respectivos territórios — costa marítima, porto de mar e área interior.

Mas, — dir-se-á — não obstante isso, o preconceito de autonomia criou um hábito respeitável para as populações. Assim, deve ele prevalecer; ainda mesmo prejudicando interesses mais altos dessas mesmas populações.

Então, — responderei — não se condene a solução porque não se queira condenar o preconceito. Para todos os problemas humanos há fórmulas. Principalmente no terreno político, onde a matéria prima é mais plástica e maleável. O que é preciso, nesse caso, — sem prejudicar o interesse mais alto — é poupar o preconceito, uma vez que se admita

ser ele, até certo ponto, um legítimo sentimento conservador, tradicionalista.

E essa conciliação é possível? Sem dúvida.

Faça-se para isso a “união” entre os três territórios, e não a sua simples “unificação” em um só Estado. Se somos uma federação, para sermos assim mais fortes, mais ricos e mais felizes; se, pois, temos por bom e legítimo o princípio federativo; se para ele já apelamos para salvaguardar a unidade nacional; — então recorramos ainda agora a ele, para esse fim particular de unidade, de que precisamos.

O novo Estado não fundirá, não incorporará, simplesmente, os territórios — carioca, fluminense e mineiro, num só Estado autônomo “unitário”.

Se nenhuma unidade da Federação está diminuída, humilhada ou constringida no seio da grande Pátria Brasileira, senão que participando do seu poderio, do seu prestígio, das facilidades e possibilidades do progresso que essa convivência fraternal a todas acarreta; se as Nações da América não se sentem mal caminhando, como estão, para formar o grandioso sistema político de que é premissa e primeira forma a União Panamericana; se as Nações livres do mundo estão se coobrigando, por livre vontade e mútua solidariedade, a instituir, manter e aceitar as atividades de inúmeros organismos internacionais, no seio dos quais somente, alguns dos seus próprios interesses poderão ficar atendidos, desde que em harmonia com os interesses correlatos dos demais governos co-vinculados pela Organização das Nações Unidas; se é assim, fácil se torna concluir que não é criação exótica, nem constringedora do princípio de autonomia, nem violadora das tradições, mas, ao contrário, compatível com os princípios do direito público, com a letra e o espírito da Constituição, e destinada a salvaguardar exatamente o sentimento tradicionalista, essa idéia de dar ao Brasil um grande Estado central que tenha como capital esta cidade e como território jurisdicionado o dos atuais Estados do Rio e de Minas, mediante um especial estatuto federativo. Isto é, uma pequena federação dentro da Federação. Ou uma sub-federação, se quiserem.

Com a aplicação desse princípio, estabelecidas de comum acordo as bases da associação política, apareceria perante a Federação o novo Estado-membro, formado das três atuais unidades. Mas, em vez de uma organização unitária como a dos Estados atuais (allás — di-lo-ei de passagem — já ago-

ra incompatível com os problemas políticos do Brasil, como já se tem demonstrado), teríamos a fórmula federativa, que ladearia a dificuldade, estabelecendo um precedente e um modelo cuja imitação traria ao país inéditas possibilidades de progresso e autonomia regional efetiva, sem os perigos e as contra-indicações da “confederação”, e também sem os embaraços de uma redivisão territorial sistemática, de iniciativa da União.

Assim, nessa “federação”, ou “sub-federação”, mineiro-fluminense-carioca, ficaria o Distrito Federal como município neutro e metropolitano (conservando, em relação ao novo Estado, as mesmas prerrogativas que tem atualmente em relação ao Brasil), e caberia aos Estados do Rio e de Minas — como Estados Associados — o papel de províncias autônomas do novo “Estado Federado”. E todos juntos formariam essa nova e poderosa unidade da constelação política brasileira, como estrêla de primeira grandeza. Estado que seria, sem dúvida, uma das colunas mestras da vida, do poder e da unidade nacional.

Eis aí o sentimento tradicionalista atendido no que é de mais expressivo, que é o exercício da autonomia dentro dos atuais limites territoriais.

A psicologia popular, porém, é exigente. Possivelmente, não lhe agradaria também que as atuais cidades metropolitanas perdessem os seus foros nem mudassem de nome; nem ainda, talvez, que as atuais unidades passassem mesmo a uma nova designação. Esses são, porém, pontos de somenos, que um pouco de habilidade resolverá a contento, conforme as reações da opinião pública.

Se se entender que os nomes atuais devam prevalecer nos planos mais altos da organização política, temos a fórmula felicíssima, de dar ao novo Estado o nome do seu maior formador — Minas Gerais — e para a sua Capital o mesmo nome que ela já tem, pois que esse nome resguardará ao mesmo tempo a tradição e perpetuará, em condições de equivalente significado, a designação da terceira unidade formadora. Teríamos então o Estado de Minas Gerais, Capital Rio de Janeiro.

Nesse caso, seria preciso pensar-se apenas nos novos nomes para as províncias em que se constituíssem os territórios mineiro e fluminense, como unidades associadas. Parece que Guanabara ou Paraíba do Sul, para o Estado do Rio, e Mantiqueira, ou Minas Altas, para Minas Gerais, resolve-

riam bem a dificuldade, com bom fundamento tanto geográfico como histórico.

Preferido que fôsse, porém, conservarem-se aos Estados atuais seus presentes nomes, não há dúvida que obteriam facilmente o consenso geral o nome de Guanabara destinado à Capital do novo Estado, e para este, uma das designações — Mantiqueira, Minas-Rio, Sidéria ou Siderlândia (as duas últimas evocando, ao mesmo tempo, as imensas jazidas mineiras, de Minas, e a grandeza de Volta Redonda, no Estado do Rio).

Quanto aos foros metropolitanos, não parece que os mândres populares, os interesses econômicos, ou o espírito tradicionalista tivessem o que objetar. A cidade do Rio de Janeiro terá que deixar de ser Capital do Brasil, para ser uma espécie de “cidade livre” — a formar uma grande cabeça sem corpo. Seria uma situação desvantajosa sob todos os pontos de vista.

Tal estatuto político acarretar-lhe-ia dificuldades financeiras muito sérias. E não aproveitaria convenientemente a capacidade de liderança que a importância desta bela cidade lhe confere indubitavelmente.

A solução lembrada, entretanto, restituir-lhe-ia os foros de metrópole. E em relação a um grande Estado, que será tanto mais poderoso, quanto maior o Brasil se tornar por força da interiorização da Capital da República.

Dado, porém, que sua influência e importância, como tal, se completariam com a importância e influência que terá em qualquer hipótese sobre a vida da federação brasileira e, em particular, sobre a nova Capital do Brasil, visto que será para esta o pôrto marítimo e o maior centro industrial e cultural com ela em ligação direta, pode-se bem dizer que, politicamente, esta cidade nada perderia. E se alguma coisa perdesse, seria, por seguro, muito menos do que perderia se acaso ficasse apenas como Cidade-Estado.

Lembre-se ainda que, servindo o Rio de Capital a um grande Estado, em vez de tornar-se uma Cidade-Estado, a sua posição política se tornará bem mais firme, vindo a representar, com todas as vantagens e nenhum inconveniente, uma grande força renovadora no país. Isto porque, como é óbvio, as correntes partidárias de uma cidade de vida cultural agitada, como esta, têm sempre ideais mais avançados, e dentro daquela fórmula tais tendências encontrariam compensação e equilíbrio nas organizações partidárias do interior, que são

mais conservadoras. E assim se afastaria o risco de que o centro de maior prestígio cultural do país avançasse de mais em seu isolamento, no seio da Federação, apressando perigosamente a evolução nacional, quando o certo é que sua atuação deve ser pioneira, sim, mas prudente e não desvinculada das determinantes gerais da comunhão brasileira.

Belo Horizonte, a sua vez, trocaria sua condição atual pela de metrópole provisória do Brasil, ficando-lhe de logo assegurada a confirmação do prestígio e desenvolvimento que viesse a adquirir com isso, fixando-se no papel, que lhe reserva o futuro, de grande centro industrial situado entre a poderosa metrópole marítima do Rio de Janeiro, na Guanabara, e a metrópole política, do Planalto Central.

Para tal fim, ficar-lhe-iam reservados foros políticos adequados, isto é, voltaria de novo à condição de metrópole, quando a Minas atual se viesse a bipartir, — mas sempre dentro do novo Estado de Minas Gerais, — em Minas do Norte e Minas do Sul, com organização política subfederativa semelhante à associação originária Minas-Rio, que passaria a ficar então tripartite.

Vencidas as dificuldades de ordem jurídico-política e psicológica, resta a parte econômica.

Será que qualquer das três unidades interessadas no consórcio sugerido tivesse algo a perder com essa medida política? Porventura Minas, o Estado do Rio e o Distrito Federal perderiam fôsse o que fôsse se intervencidas por uma adequada e hábil união política?

A resposta negativa impõe-se com uma clareza inexcusável.

A cidade do Rio de Janeiro, que teria de bastar-se a si mesma como Cidade-Estado, voltaria a ter de novo as vantagens de sede de um grande organismo político e econômico. Enriquecimento econômico e maior prestígio e importância, evidentemente.

O Estado do Rio não sofreria nenhuma alteração, a não ser a participação no governo que se estabelecesse nesta cidade para o novo Estado, em cuja economia passaria a desempenhar privilegiado papel. O que desse êle para custear êsse governo ser-lhe-ia restituído com excesso em benefícios advindos dêsse poderoso centro dependente de sua cooperação e colocado sob sua imediata influência. Assim, desfrutaria a prosperidade do novo Estado, decorrentemente da sua po-

sição geográfica, condições de povoamento e organização econômica, e sobretudo do seu próprio destino em face da nova metrópole interior no Planalto de Formosa, com a qual estaria em ligação direta através de uma vasta região destinada a desenvolver-se vertiginosamente.

Quanto a Minas, se lhe caberia dar à União sua Capital, isto seria em benefício atual e futuro do engrandecimento desta, e do progresso de todo o Estado, que ficaria assim colocado sob o influxo mais imediato do Governo Federal. A par disso, teria oportunidade de desenvolver uma outra grande cidade — Juiz de Fora, cuja atuação civilizadora se faria sentir de forma notável, principalmente sobre as zonas da Mata e do Sul do Estado, — enquanto o Governo Federal promovesse o povoamento e a expansão do oeste e do noroeste mineiros. Mas, êsse mesmo desenvolvimento de Juiz de Fora, acrescente-se, teria lugar com o amplo auxílio que a União não poderia recusar em boa justiça.

Isto significaria que Minas progrediria sob o impulso das três grandes metrópoles — Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Belo Horizonte, aguardando os novos benefícios que lhe traria a inauguração de Brasília no coração do Brasil, bem sua vizinha e nela própria apoiada, econômica e socialmente.

Esses os termos do problema sob o ponto de vista econômico, no que toca às três unidades, se apenas tomarmos em consideração o aspecto superficial das vantagens imediatas, visíveis, da união proposta.

Há que considerar, entretanto, certos outros lados mais profundos da questão, que tomam grande relêvo pela sua articulação com o problema da nova Capital do Brasil.

Temos de reconhecer, em primeiro lugar, que a divisão empírica do Brasil colonial deixou para Minas e o Estado do Rio, como unidades autônomas da Federação Brasileira, uma situação precária, irracional e mutuamente prejudicial.

O Estado do Rio é uma nesga estreita da costa, sem uma hinterlândia vitalizadora que lhe permitisse tirar partido da sua própria situação marítima, bem dotada de portos, e efetuar o saneamento da área alagadiça da baixada.

Minas é uma grande potência econômica — na agricultura, na pecuária, na indústria extrativa e metalúrgica, na atividade fabril em geral. Mas está enclausurada, sem respiradouros sobre a costa, da qual entretanto não dista mais de algumas dezenas de quilômetros. E essa barreira que

separa Minas do mar em desafio à lógica, ao bom senso e à justiça, se prolonga por mais de mil quilômetros, do sul da Bahia ao sul fluminense. É uma configuração geográfica absurda, sem equidade, indiscutivelmente sem justificativa alguma.

As situações de Minas e Rio já são assim nitidamente complementares entre si, tendo-se em vista a extensa costa em que o oceano banha o pequeno território de um, e a enorme extensão do outro sem saída para o mar. Mas acontece ainda que as condições dos dois Estados se completam reciprocamente, e são, sob muitos pontos de vista, logicamente destinadas a se integrarem em um sistema econômico, em o qual certas fases das atividades operativas se devem executar no planalto interior, e outras nos portos de mar ou em zonas próximas, a fim de que uma grande e diferenciada organização industrial, e poderosas correntes comerciais, tanto internas como externas, se expandam na conformidade justa do magnífico potencial que a natureza aqui dispôs. A indústria siderúrgica, com as suas jazidas em Minas e os altos fornos no Estado do Rio, é um expressivo exemplo.

Por seu lado, a cidade do Rio de Janeiro é a cidade ideal, como centro metropolitano, como adiantado centro de cultura, como pórtico de mar e empório comercial, como poderoso parque industrial, para integrar, unir, consolidar e desenvolver a privilegiada organização econômica a que a natureza e a história destinaram o binômio político-territorial — Minas-Rio.

Tudo isto, porém, não esqueçamos, com uma significação especial em face da unidade e do progresso do Brasil. Porque, por mais uma feliz predestinação, entre as muitas que podem engrandecer o Brasil se os seus dirigentes quiserem ouvir as vozes da natureza, da história e da razão, esta área riquíssima, de tão elevada capacidade de progresso, prestes a desencadear-se mediante algumas poucas transposições políticas fáceis de executar, está situada em posição relativamente central do nosso mapa, na direção norte-sul.

Isto significa que a eclosão e expansão desse formidável dinamismo político-econômico que facilmente podemos provocar, não merece sequer a restrição, ou o receio, de poder trazer a hipertrofia ou hegemonia de uma extremidade do país, e provocar desequilíbrios de perigosos reflexos no que concerne à unidade nacional. Pelo contrário, aqui, onde a vigorosa expansão se deve processar, a medida alvitrada

suscitará um conjunto de forças capaz de erigir um complexo sistema econômico, mas criando com ele ao mesmo tempo, e em termos definitivos, exatamente aquele núcleo central que é reclamado como sólido apoio à verdadeira grandeza e unidade do Brasil.

Note-se, em primeiro lugar, que essa expansão se irradiará, necessariamente, para o norte, para o sul e para o oeste, com profundas e estimuladoras repercussões. E lembre-se também o fato de que o esforço de expansão do Brasil interior, — durante a construção da nova Capital, para lhe dar a oeste e ao norte as condições de povoamento e intercomunicação, e depois de concluída a cidade, integrando-a no seu papel de centro coordenador e propulsor de toda a vida nacional, — todo esse esforço vai ter, de início, como base de operações, e em seguida, como ponto de partida, a organização do grande Estado ao mesmo tempo marítimo e central, do interior do qual o Governo Federal, sediado em Belo Horizonte, promoverá e distribuirá as atividades construtivas necessárias.

Além disso, em sua periferia marítima terá esse Estado a cidade do Rio de Janeiro ou Guanabara, destinada a permanecer a verdadeira Capital biodinâmica do Brasil, a qual, assim, se constituirá o principal elemento propulsor desta larga faixa definitivamente organizada, dessa magnífica esteira de civilização que, partindo da baía da Guanabara, e passando por Juiz de Fora e Belo Horizonte, alcançará em breve Brasília, no planalto de Formosa, para dali prosseguir, tendendo a alargar-se e expandir-se por todo o território nacional, na direção das regiões inexploradas e desocupadas do remoto e abandonado noroeste.

O que virá a ser isto para o Brasil, e o que possa significar para esta cidade e áreas fluminenses adjacentes, o rápido progresso — assim provocado — desse imenso Brasil interior, que é seu tributário natural, torna-se difícil prever, em termos de medida exata. Contudo, não haverá brasileiro que não sinta que será algo de inédito, de grandioso, de decisivo para a vida nacional e para os destinos do país. E também, sem dúvida, muito além de qualquer previsão, uma dádiva magnífica, um benefício insuperável às populações beneficiadas pela união política de que resultar o desencadeamento dessas energias construtivas. Mas tudo isto, sem lhes atribuir qualquer privilégio injustificado, nenhuma hegemonia em detrimento de outras regiões brasileiras, antes propiciando a todas elas magníficas oportunidades, devido à potente

expansão econômica que resultará daí para o país inteiro. Apenas como decorrência natural, como corolário justo do seu espírito de compreensão e da sua solidariedade, resolvendo em comum, e em condições de superior lógica política, os seus próprios problemas, mas em função dos superiores problemas do Brasil. Milagre da cooperação; tanto quanto do bom senso, sempre que este saiba servir também à justiça.

Não creio que jamais uma tão profunda transformação política, social e econômica se tenha impôsto a qualquer povo com semelhante força de razão, tanta evidência, tanto poder de persuasão, tão fortes imperativos de ordem geográfica e humana, dentro de fórmulas de máxima simplicidade, e conseguindo de maneira tão perfeita uma harmonização de todos os interesses em causa, qual acontece agora para a Nação Brasileira quanto ao problema em exame. Qual o carioca, qual o fluminense, qual o mineiro, qual o brasileiro, que se pudesse considerar roubado no seu patrimônio, desiludido em seus ideais, ferido em seus sentimentos, constrangido nas suas atividades, com esse singelo esquema de recomposição política do país? Se nesse plano há lugar para todas as aspirações, e benefícios a crescer em todos os sentidos; perspectivas enormes de enriquecimento oferecidas a todos sem exceção alguma; largas e flexíveis possibilidades de ficarem atendidas todas as conveniências e compensadas todas as concessões que a comodidade, a preferência ou o interesse pessoal pudesse invocar; respeito a todos os melindres e preconceitos; — se é assim, como recusá-lo, obrigando a Nação a fechar os olhos para não ver sua própria realidade na dura realidade do mundo hodierno, forçando-a mesmo ao gesto suicida de abandonar sua vocação histórica?

Certo não haverá grande empresa, de sentido renovador como esta, que não exija ímpeto heróico, espírito de aventura. E o alcance transcendente para os destinos nacionais, que oferece a transformação prevista, justificaria qualquer sacrifício. Entretanto, nem isto mesmo a mais cega oposição poderia alegar. Nenhum risco ocorre. Não há sacrifício algum a fazer. A não ser o do comodismo, o da inércia, ou o do espírito de contradição sistemática. E podemos bem dizer que outra empresa não se ofereceria ao Brasil tão compensadora, que tanto possa seduzir o espírito de iniciativa de um povo audacioso, e que se apresente tão bela no seu nobre sentido humano, de paz e progresso, e de verdadeira fraternidade. Nem outra haveria que fosse ao mesmo tempo, em seu empolgante esquema, tão fácil de conduzir, tão desmon-

tável em sucessivas pequenas mudanças pouco dispendiosas, tão desdobrável no tempo, tão facilmente articulável em seus desenvolvimentos. E ainda tão fecunda em seus mais imediatos resultados, e tão universalmente conciliadora de todos os sentimentos, interesses, objetivos e fatores intercorrentes.

Essas considerações não de pesar, por certo, no ânimo da Comissão a que V. Ex.^a, meu General, preside com elevado patriotismo e uma visão perfeita dos destinos do Brasil. A Comissão não poderá deixar de lhe dar “razão”, quando V. Ex.^a sustenta com “razões” tão excelentes, que a área da nova Capital já está escolhida e que só resta marcar-lhe o quadro urbano, sem embargo, contudo — creio que isto também está no seu pensamento — de um certo alargamento, senão um pequeno deslocamento, que vise abranger, na delimitação a ser feita, um ponto próximo que seja ainda mais central, ou de melhores condições para a localização em estudo. Digo isto pensando na inclusão da Chapada dos Veadeiros no futuro Distrito Federal, onde, pelo clima europeu que ali se desfruta, se não fosse encontrada a localização ideal para a nova Capital, estaria sem dúvida um ponto magnífico para uma cidade de veraneio e repouso, bem perto daquela e quase um seu complemento, a sua Petrópolis, mas dentro do próprio Distrito Federal. E, por certo, a Comissão quererá que a construção se faça com pausa e método, seguindo um plano que leve em consideração todas as circunstâncias ponderáveis e os complexos objetivos a alcançar.

Mas, como brasileiro, ouso esperar também que V. Ex.^a e seus eminentes pares, — árbitros que estão sendo, neste momento, dos destinos do Brasil, não perderão de vista o outro aspecto da questão. E aceitarão sem dificuldade:

— que a mudança da capital para o interior, não é só indispensável, mas também urgentíssima; porque é neste instante o problema “número um” do Brasil, aquele de cuja solução depende uma transformação radical, de transcendente alcance econômico e político, em todos os aspectos da vida nacional;

— que, havendo de ser longo o prazo para a construção da nova capital federal, a mudança da sede do Governo, para o interior, deve, sem embargo, ser efetivada quanto antes;

— que essa contingência, condicionando de maneira absoluta a realização do patriótico objetivo em vista, torna obrigatória a escolha de Belo Horizonte como sede federal provi-

sória e base de operações para tudo quanto se refira à grande empresa;

— que essa circunstância oferece ao Brasil uma oportunidade excelente e única para imprimir ao acontecimento um sentido ainda mais profundo, transcendente mesmo, qual seja o de dar à cidade do Rio de Janeiro o papel de metrópole política de uma unidade federal condigna e que, por esse mesmo fato, em virtude de sua situação geográfica no mapa do Brasil, da sua condição de porto de mar para a capital interior, da variedade das suas riquezas, do potencial e qualidade do seu elemento humano, e dos fatores de progresso já acumulados em seu território pelo trabalho de todos os brasileiros, seja o fulcro da nacionalidade, a coluna mestra da grandeza do Brasil.

Essas premissas atendem bem à oportuna advertência de Canabarro Reichardt, em seu recente opúsculo — A Geopolítica e a Consciência Geográfica da Nação: “A situação geográfica do Brasil vai adquirindo importância tão capital no mundo, que não devemos perdê-la de vista um momento sequer e preparar-nos para tirar dela as vantagens econômicas e políticas a que faz jus, por meio de diretrizes administrativas de larga visão”.

Profundamente reconhecido a V. Ex.^a pela feliz oportunidade que me deu para formular esse resumo do aspecto fundamental do plano de reconstrução nacional em que venho há longo tempo meditando, coloco-me inteiramente ao seu dispor para qualquer outro esclarecimento que lhe parecer necessário. E faço votos por que a Comissão, o Governo e todos os nossos concidadãos, cheguem a compreender o que há de lógico, de justo e de oportuno no ponto de vista que V. Ex.^a propugna e no empreendimento patriótico a que se dedica neste momento.

Com os sentimentos de alto apreço e estima,

De V. Ex.^a, etc.

(a) M. A. TEIXEIRA DE FREITAS

III

BRASÍLIA, CAPITAL DO BRASIL*

Uma “entrevista” que não foi prevista. — De considerações sobre a Educação passa-se a um plano de redivisão política do Brasil. — A seguir justifica-se a mudança da Capital para o Planalto de Formosa.

Procurando conhecer a deficiência da obra educativa no Brasil

O Ministério da Educação, por vários dos seus órgãos, realiza exaustivas investigações sobre os problemas da educação e da saúde. Um dos centros desses estudos é o “Serviço de Estatística da Educação e Saúde” — o SEES —, que pertence também, como uma das suas “repartições centrais”, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

As estatísticas que o SEES elabora têm por objeto a educação, a cultura, a saúde e o bem estar social. Visam caracterizar as condições de vida do país, a começar dos distritos e municípios. Era, pois, por seu intermédio que o “Diário Trabalhista” poderia obter certos dados recentes, de que precisava, relativamente ao ensino brasileiro.

Atendeu-nos o Sr. Teixeira de Freitas, diretor da repartição desde 1931, quando foi esta criada como órgão da Secretaria de Estado do recém-instalado Ministério da Educação e Saúde.

Não conhecíamos as publicações do SEES. Os seus trabalhos são divulgados em coletâneas editadas pelo Ministério da Educação, ou então através das publicações do Instituto de que faz parte, o conhecido IBGE, que tantos amigos conta em cada uma das nossas cidades ou vilas. Resume-os para o grande público, o Anuário Estatístico. Nossa estatística educacional, porém, aparece em detalhe na publicação anual “O Ensino no Brasil”, que está sendo editada desde 1932. Esse repertório numérico — esclareceu-nos o diretor — obe-

* Entrevista concedida ao “Diário Trabalhista”, do Rio de Janeiro, e publicada em resumo em sua edição de 13-IX-1948.

dece ao plano traçado pelo Convênio de Estatísticas Educacionais de 20 de dezembro de 1931, celebrado entre a União e os Estados. Tal Convênio foi devido a uma feliz e vitoriosa iniciativa da Associação Brasileira de Educação, e obedeceu às diretrizes aprovadas pelo 4.º Congresso Nacional de Educação.

Não leváramos a intenção de obter uma entrevista do Sr. Teixeira de Freitas. Mas iniciada a nossa palestra, logo percebemos que o assunto se prestava a uma interessante reportagem. Esta, entretanto, tomou rumo imprevisto.

No correr da nossa visita, foram naturalmente focalizadas as conhecidas e dolorosas deficiências da educação nacional. Deficiências que o Ministro Clemente Mariani, com a colaboração do Prof. Lourenço Filho, vem procurando atenuar como o permitem as atuais condições do país. Anotamos os índices mais gerais que traduzem a situação calamitosa de quase todos os Estados nos diferentes ramos do ensino, a começar do ensino primário.

Enquanto, porém, ouvíamos a “lição dos números” — aliás de extraordinária eloquência — nossa atenção era também atraída por um mapa colorido do Brasil, desenhado sobre madeira, que se via na parede à nossa frente. Dêsse mapa constavam trinta unidades políticas, tôdas de área mais ou menos equivalente, com exceção do Distrito Federal, que era bem menor.

A uma interpelação do reporter sobre as causas que estariam determinando a persistência das desfavoráveis condições em que se encontra a nação brasileira em matéria de educação, o Sr. Teixeira de Freitas imprime maior vivacidade às suas palavras e começa uma fluente exposição que, conduzida por nós com oportunas interrupções, nos proporcionou as notas para a presente reportagem, em cujas informações os nossos leitores encontrarão por certo bastante oportunidade.

Brasil, país a organizar

— E' realmente — diz-nos o diretor do SEES — um quadro sombrio, êsse que nos oferece a nossa Pátria. Mas não há uma causa específica para o atraso da educação nacional. A causa é de ordem geral. E' aquela a que aludia sempre Alberto Tôres. O Brasil é um país a organizar. Tudo nêle ainda está “desarrumado”. Não havendo organização adequada, os esforços de progresso não se solidarizam entre

si nem podem tornar-se convergentes. Daí sua ineficiência, da qual resultam inacreditáveis desperdícios de energias preciosas. Desperdícios que sacrificam também tempo e recursos, que a Nação precisaria aproveitar melhor. A organização necessária, porém, para adquirir consistência, para valer alguma cousa, teria de assumir caráter sistemático, forma racional. E para isso um começo lógico: partir dos fundamentos mesmos da vida da Federação.

— Onde estaria êsse ponto de partida?

— Lê naquele mapa que vem atraindo sua atenção, a frase já quase apagada — “O meu Brasil”?

— Reparo agora. Mas a que Brasil se refere, com essa divisão territorial tão diferente da que está em vigor?

— Êste é o mapa que illustrou, há dezesseis anos, a minha conferência realizada a 28 de outubro de 1932, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi a defesa, com algumas ligeiras modificações, do chamado “Plano Segadas Viana” para a redivisão territorial da Federação. Chamei-o o mapa do “meu Brasil”. Porque ali está o Brasil como o meu patriotismo desejaria que êle fôsse, a fim de que se pudesse organizar de modo racional e assim fazer a felicidade do nosso povo e garantir melhor os seus destinos históricos. Segundo êsse plano, o Brasil está dividido em 29 Estados-membros. Mas alguns dêles — é claro — deveriam constituir apenas, em começo, “Províncias” ou “Territórios”, devido ao despovoamento. Todos têm quase a mesma área. Não menos de 250 mil nem mais de 350 mil quilômetros quadrados. Tal “gabarito” ou padrão é determinado pelas condições históricas. Nêle se enquadrariam vários dos Estados atuais. E os demais poderiam adaptar-se a êle mediante associação ou desmembramento. Essa extensão territorial típica é a condição fundamental para que se consiga, no futuro, uma relativa equivalência de possibilidades e de progresso entre as Unidades Federadas. Exige-a, aliás, o próprio princípio federativo que preside a nossa organização política.

A Capital da União no Planalto Central

— O seu mapa — noto-o agora — inclui também a providência que o Governo está em caminho de realizar: a Capital da União transferida para o Planalto Central.

— E' verdade; mas prevendo sua localização, a título provisório, em Belo Horizonte. Para os que estão habituados

a meditar sobre as raízes mais profundas dos nossos males econômicos, sociais e políticos, e sabem ouvir as graves advertências da realidade geográfica e histórica do Brasil, vinha causando a maior angústia patriótica o desinteresse, a apatia dos governos do Brasil em face dos verdadeiros “problemas de base” da vida nacional. Esse mal estar tornava-se tanto mais penoso quanto era certo que nem mesmo aquele problema mais urgente entre todos, e de cuja solução tudo mais poderia resultar, não fôra sequer colocado em termos positivos.

— Refere-se à mudança da Capital para o interior?

— Exatamente. A inteligência mais medíocre, mesmo a mais acanhada e sem o hábito de considerar os problemas coletivos, é capaz de compreender, com evidência perfeita, o risco muito grave que tem ameaçado o Brasil, e o prejuízo enorme que está sofrendo em seu progresso, pelo fato do governo nacional ter sede nesta grande metrópole.

Entretanto, ninguém se sobressaltava com isto. Havia um estado patológico mas não se cuidava de encontrar o remédio. Graças a Deus, parece que acordamos afinal diante do iminente perigo. Prova-o a mensagem, datada de Corumbá, — não sei se por mera coincidência ou por intencional e evocativo simbolismo — que o Chefe do Governo acaba de encaminhar ao Congresso. Dê o Presidente Dutra ao Brasil a mudança da Capital para o Planalto de Formosa, tal como a delinheu a Comissão presidida pelo patriotismo vigilante e esclarecido do General Polí Coelho, e terá realizado a maior obra de governo possível neste momento.

— Esse ponto interessa muito ao Diário Trabalhista. Poderia dizer-lhe em resumo quais as razões mais fortes dessa afirmativa?

A Capital interior e a Segurança Nacional

— Pois não. Em primeiro lugar a razão da segurança nacional. Esta cidade é evidentemente um dos pontos vitais do Brasil. Entretanto, ela é, ao mesmo tempo, um dos lugares mais expostos à agressão e dos mais difíceis de proteger. E para defender o Rio, ou reavê-lo se êle fôr perdido, e assim salvar o Brasil, a condição primeira é que o Governo Nacional não caia em mãos do inimigo se o Rio cair; nem seja obrigado a mudar-se *precipitadamente* para local não apropriado, e sem levar consigo todo o aparelho administrativo, cuja inte-

gridade, tanto quanto ao pessoal especializado como no que toca aos seus arquivos e elementos de trabalho, são condições *essenciais* de eficiência na defesa do país. Além disso, a Capital do Brasil, na situação periférica que tem atualmente, está provocando, por motivos fáceis de compreender mas difíceis de evitar, a concentração excessiva dos seus elementos de defesa. E' intuitivo quanto isto comprometerá a segurança da República no caso de hostilidades bem sucedidas contra a região da atual metrópole. Ocorre, porém, cousa muito mais grave.

— Não considera primordial, no caso, a questão da segurança?

— Considero. Mas vista de um outro ângulo. Merecem meditação, sem dúvida, os casos da Rússia e da Turquia. Esta, retirando a Capital de um ponto excessivamente exposto. E aquela, fazendo-a retornar à localização que, em circunstâncias épicas, a história, por duas vezes, já demonstrou ser a mais segura. Realmente, a verdadeira segurança de um país não está apenas em poder defender bem a metrópole. Está, antes, em torná-la menos exposta a um ataque direto e imediato, conservando ao mesmo tempo as cousas dispostas de modo que os recursos da defesa nacional fiquem bem distribuídos e possam ser mobilizados com segurança, e de diferentes maneiras, do ponto em que se encontrar o Governo, tornando possível a resistência, mesmo depois de repetidos insucessos iniciais. E' preciso, pois, que a sede do Governo fique o mais resguardada possível contra um golpe eventualmente bem sucedido, custe êsse golpe ou não grandes sacrifícios ao inimigo. Insta, pois, que a metrópole nacional não pretenda concentrar em si a maior parte dos recursos da defesa do país, mas conserve todos os pontos em que esteja feita essa concentração, também êles bem resguardados e inteiramente sob a mão do Governo.

Pois bem, essas essenciais condições estão inteiramente desatendidas pela “urbs” carioca. Por isso mesmo que ela é “maravilhosa” pela natureza e pela situação, como um magnífico e acessível pôrto de mar, tornou-se o grande entreposto do Brasil, nas suas trocas internacionais. Cresceu, enriqueceu-se e se transformou em uma das maiores metrópoles da América, em riqueza, civilização e cultura. Ora, sendo Brasil um país semi-continental, seu desenvolvimento, a não ser que haja muita prudência e tino político no seu governo, não se processará sem ameaças bastante graves à sua unidade. E se queremos ver essa unidade preservada a todo o custo, é preciso

que o Governo nacional evite permanecer numa cidade que, além de periférica, tão exposta e ameaçada pode ficar de um momento para outro, tanto interna como externamente, em consequência mesmo daquelas condições e da sua posição no mapa do país. Mas felizmente os nossos dirigentes já compreenderam que não nos convém o Rio como capital política da Federação e quanto é imperiosa a mudança da sede do Governo para região mais adequada. Eis aí a Constituição que a prescreve; aí está a decisão de realizá-la, em que se encontra o atual Governo. E a escolha do seu local já foi feita por uma comissão técnica.

A escolha do Planalto de Formosa

— Mas pode-se considerar uma conclusão feliz e definitiva essa que elegeu a mesma área do retângulo Cruls para a construção da nova Capital?

— Creio que sou um dos brasileiros que têm estudado esse problema com entusiasmo, perseverança e confiança, no propósito de verificar qual a solução mais favorável aos destinos do Brasil. Pois bem. Tais as razões que encontro, sinto-me convencido de que todos os meus concidadãos que examinarem a fundo, sem preocupações imediatistas, e sem a errada ambição de quererem fazer da Capital do Brasil uma das “metrópoles tentaculares” do mundo moderno, chegarão à mesma conclusão a que cheguei. A escolha feita foi felicíssima; qualquer outra estaria errada.

— Não será demasiado peremptória a afirmação, tratando-se de uma questão tão complexa e sendo ainda tão pouco conhecido o Brasil interior?

— Há engano nisso, meu caro jornalista. A escolha teria de atender a umas tantas condições fundamentais. E essas condições só se realizam se a Nova Capital for situada no local que a Comissão indicou.

— Poderia dar uma idéia clara dessa conclusão?

— Pois não. O primeiro ponto é este. A situação da nova Capital não precisa ser — e mesmo não deve ser — “resultante” da evolução histórica. Ela será — isso sim —, ela terá de ser uma “determinante” dos rumos definitivos que a vida brasileira deverá tomar. A nova Capital não interessa uma posição ótima para ficar dirigindo comodamente a configuração demográfica e econômica atual do

país. Não se trata de construí-la na suposição de que a sua escolha deva atender apenas aos interesses do grupo populacional, por maior que ele seja, aglomerado ao sul e a leste. A nova metrópole terá que ser situada segundo a visão total do mapa do Brasil, e sob a consideração de que os nossos territórios vazios continuem brasileiros, e de brasileiros natos ou naturalizados se povoem, no futuro, tão densamente quanto estão hoje povoados o sul e o leste. Porque a esses brasileiros caberá o mesmo direito de participar da grande vida do país nas equitativas condições, de um ponto de vista nacional, que hoje couberem às massas estabelecidas nas regiões oriental e meridional. É claro, também, que não seria razoável pensar-se na construção sucessiva de novas capitais. Pois, além de tudo mais que tornaria tal solução absurda, com isso se retiraria à nova metrópole o papel pioneiro que ela deve ter, constituindo-se pela sua capacidade econômica, financeira e cultural, o instrumento mais poderoso — e talvez o único de natureza política — para integrar o Brasil na plena posse de si mesmo. Lembre-se que a mudança da Capital é que vai despertar para a civilização as grandes áreas septentrionais e ocidentais que *devemos* ocupar e valorizar. É lembre-se também que a história nos impõe para isso uma sanção inexorável. Teremos de ocupar e explorar o nosso vasto território interior — deserto mas valiosíssimo e inegalado em todo o planeta — sob pena de *devermos* perdê-lo. Perdê-lo, sim, por se haver provado e comprovado que fomos incapazes de assumir a missão histórica e humana que nos decorreu da posse dessa imensa área geográfica, pois, até agora, deixamo-la ficar inútil para a humanidade e para nós mesmos.

— Suas palavras mostram apenas que o local da nova metrópole deve ser procurado na área central do nosso mapa, tendo em vista uma posição de equidistância em relação aos territórios fronteiriços. E sem preocupação alguma decorrente do fato de se tratar de uma área ainda deserta.

— Isto mesmo. E até, que seja uma área deserta, tanto melhor. Melhor, em primeiro lugar, porque tal circunstância facilitará a edificação da cidade. E melhor, ainda, porque então já a própria construção da nova “*urbs*” e das suas vias de acesso estará dando sentido imediato à missão pioneira que lhe deve caber, como fator de integração do Brasil graças à “*mise en valeur*” de todo o seu imenso “espaço geográfico”.

— Não haveria que temer o isolamento da Capital em relação às áreas economicamente já bem desenvolvidas? E isto em prejuízo desse mesmo progresso que se quer promover?

— De forma alguma. Isolamento, quanto a comunicações, não é mais uma ocorrência possível, dados os recursos de que a civilização hoje dispõe. E quanto aos transportes, não se poderia temê-lo tão pouco. A construção pode ser começada, sem falar na aviação, com duas ou três linhas de acesso rodoviário. Ora, não é difícil consegui-las para qualquer ponto do Brasil Central. O tempo necessário à construção da cidade seria suficiente para criar a rede essencial ao tráfego que ligasse a Capital às várias regiões do país. Veja bem. A própria construção já acarretaria necessariamente ligações ferroviárias e rodoviárias indispensáveis ao Brasil e que, de outra forma, ficariam adiadas para as calendas gregas. Isto reforça a preliminar de ser até preferível que a localização se faça em área inexplorada. Porque, sem o imperioso motivo da construção da Capital, essas comunicações não se fariam, e com isso se enfraqueceria o sentido pioneiro do empreendimento. Os recursos da Nação, se outras fossem as condições da região, aplicar-se-iam restritamente a edificar a cidade depois de onerosas desapropriações, e em realizações que enriqueceriam territórios já favorecidos. Continuariam em abandono as áreas cuja ocupação precisa ser feita com esse “ímpeto bandeirante” que só a construção da Capital em região ainda despovoada poderia provocar com uma significação verdadeiramente nacional. Nacional, digo, porque para benefício de toda a República.

— Este, porém, não é o aspecto único a considerar.

— Certo que não é. Não bastará que a Nova Capital surja em ponto central, não importando que tal ponto já esteja incorporado ou não ao acúmulo de nossa civilização. É preciso também pensar nas suas condições de habitabilidade, quanto ao clima, salubridade, boa irrigação, abundância dos materiais de construção, suficiente potência hidráulica. Essas condições, aliás, são primordiais. Tanto que podem determinar, de modo justo, um certo afastamento do ponto a escolher em relação ao verdadeiro centro do mapa geográfico do país. Mas os requisitos de habitabilidade existem, e existem ótimamente, no ponto escolhido pela Comissão. Esse ponto é o que reduz ao mínimo possível o deslocamento da cidade para o sul e para o leste, relativamente à situação ideal sob o ponto de vista exclusivamente geográfico. Esse

afastamento, contudo, — advirta-se — não é acentuado de mais para deixar desatendido o imperativo da posição central. E justifica-se bem, mesmo sob o aspecto da segurança nacional, por óbvios motivos geopolíticos, que não vale a pena desenvolver aqui. Não existindo, portanto, nenhum outro ponto de características tão favoráveis, nem mais para o norte, nem mais para o oeste, de modo que ficassem praticamente iguais as distâncias dele em relação às fronteiras extremas ao sul, ao norte, a nordeste e a noroeste, a posição escolhida é, sem dúvida possível, a melhor. Abandoná-la por outra mais oriental ou mais meridional seria fugir da posição certa e resultaria em sacrificar, sem justificativa, a posição, tão central quanto possível, que se deve procurar. Seria, mesmo, inutilizar, em grande parte, o alcance pioneiro do empreendimento, e sacrificar, sobretudo, o destino futuro da metrópole, a qual deve ser sempre, de fato, a Capital do “Brasil total”, e não, apenas do “Brasil oriental” ou do “Brasil meridional”. Essa conclusão assume significado definitivo quando se pondera que qualquer deslocamento realizado retiraria à nova metrópole aquele *optimum* de segurança e de capacidade para coordenar toda a defesa nacional, decorrente não só do fato de ficar a cavaleiro do espigão mestre e em ponto estratégico admirável, de predestinado papel na geopolítica brasileira, mas também de achar-se, ainda, o mais “ao norte” que é possível em satisfatórias condições, e como tanto convém para facilitar sua ação futura sobre a Amazônia.

A nova Capital não deve ser mais uma “cidade tentacular”

— Mas será que esta conclusão deveria sobrepor-se mesmo ao fato de poderem existir outros pontos onde as terras sejam mais férteis, onde existam mais florestas, ou se encontrem poderosas fontes de energia elétrica ou ricas jazidas minerais, capazes de possibilitar brilhante futuro industrial à nova cidade?

— Não se pode responder senão afirmativamente. Já vimos que não deve ser preocupação do Brasil fazer da sua nova Capital mais uma “cidade tentacular”. Nem um formidável “empório cosmopolita”. Nem uma grande “feira” ou um rico “centro” de abastecimento. Nem uma enorme “urbs industrial”, ou um “arsenal” de ilimitada capacidade. Nada disso. O objetivo é, além do mais e a par da maior segurança, libertar exatamente o Governo da República, em sua nova sede, da pressão perigosa e incômoda, não só da trepidante

vida dos grandes centros urbanos, mas também dos problemas locais e dos interesses de classes, de grupos, de forças econômicas, às vezes conduzidas do estrangeiro, que nesses centros se organizam facilmente e tudo fazem para se sobrepor aos verdadeiros interesses nacionais. Assim, uma vez que, perto ou longe do local escolhido, áreas existirem favoráveis à multiplicação desses núcleos de poderosa vitalidade social e econômica, nisto não há razão para que o Governo da República procure colocar-se *dentro de um dêles*, submetido à sua inafastável e, certamente, perigosa influência. Ao contrário. Tudo indica que o Governo fique fora desses grandes centros a fim de melhor poder multiplicá-los, desenvolvê-los e, sobretudo, articulá-los racionalmente, e assim, de modo mais fácil, construir a grandeza nacional. Como me disse alguém, mais vale que a nova Capital fique liberta tanto do signo do “Carangueijo” como do signo do “Leão”; muito melhor lhe ficará o signo da “Balança”... Tanto o seu plano quanto a sua legislação devem evitar com cuidado que ela deixe de ser a “Cidade-Jardim”, e entre a crescer desmedidamente, na alucinante altura dos edifícios tanto quanto na força dos seus dinamos ou na caixa dos seus Bancos, para transformar-se numa Cosmópole, num desses monstros habélicos que são o orgulho e entretanto mereciam ser a vergonha, o estigma, da civilização moderna. Pois destinam-se a produzir a riqueza, propiciar a cultura, garantir bem estar aos seus habitantes, mas só o conseguem para alguns poucos, em condições excessivas, e à custa ou a par da mais horrível miséria e degradação para as grandes massas que dominam e sacrificam.

— Que a nossa Brasília seja, numa palavra — continuou depois de uma pausa o nosso entrevistado — a “Washington Brasileira”, e não uma Nova York, uma Londres ou uma Paris, é o que de melhor podemos desejar. Cidades sem conta, perto dela, longe dela, até a mais remota fronteira, se desenvolvam, cresçam e se enriqueçam, sob sua influência propulsora e equilibrante de toda a vida nacional. Mas sem que ela mesma se faça grande demais, a impedir com isso que o crescimento e a grandeza pertençam, como devem pertencer, a todo o Brasil e não à sua Capital e área adjacente.

— Apesar de tudo, a Capital, no Planalto de Formosa, não ficará longe demais do Oceano e dos nossos grandes centros — Rio e São Paulo?

— Ficasse ela um pouco mais longe ainda, mas nas mesmas condições que terá perto de Formosa, e seria melhor

Porque da profundidade dessa “interiorização” que pretendemos realizar é que vão depender duas cousas fundamentais para o Brasil. A primeira é o ímpeto e a extensão do esforço de civilização que deve incorporar quanto antes à vida nacional os cinco e meio milhões de quilômetros quadrados que se acham a oeste do grande eixo meridiano que a projetada rodovia, já denominada a “Transbrasiliana”, traçará no mapa do Brasil, de Sant’Ana do Livramento a Belém, passando pelo novo Distrito Federal. E a segunda é a fixação da área, que seria de desejar a mais ampla possível, dentro da qual se vão verificar, afinal, “condições normais” para o nosso desenvolvimento social e econômico.

— Como assim?

A área de “condições normais”

— Vou explicar meu pensamento, diz o Sr. Teixeira de Freitas. A linha norte-sul que passa pela nova Metrópole — e essa linha será a própria Transbrasiliana, uma vez localizada a Capital no Planalto de Formosa — marcará o limite da área dentro da qual a corrida da população e da riqueza — corrida atualmente insopitável — na direção do mar, encontrará, a neutralizá-la, a influência em sentido contrário, a ser exercida pela Capital política quando sediada no coração do país. Essa circunstância criará na vida brasileira uma bipolaridade — o mar e o sertão. Porque, bem lá no interior, a nova metrópole, com as suas potentes forças atrativas e propulsoras, multiplicará, articulará e distribuirá melhor os recursos coletivos e os esforços de civilização por sobre a área interposta entre a Capital e a orla marítima. Essa área, que representa cerca de um terço do Brasil com quase toda a sua população atual, oferecerá assim, toda ela, inéditas e extremamente favoráveis condições de vida. E nesse novo estado de cousas cessará, ou atenuar-se-á grandemente, ou, ainda, será compensada por um movimento de sentido contrário, aquela torrencial “corrida” para leste, que precisamos deter, seja como for. Esse êxodo está esvaziando catastróficamente o Brasil interior, dos seus melhores valores humanos, e estancando a maior parte das fontes econômicas. Mas nem sequer para alcançar, apesar de tão grande sacrifício, qualquer objetivo grandioso, que significasse algo de magnífico, ou apenas de útil, para os destinos da Nação. Ao contrário. O que estamos vendo é a hipertrofia, nas piores condições possíveis, tanto do ponto de vista social,

como do econômico, e mesmo do político, de algumas metrópoles orientais, principalmente Rio e São Paulo. Ora, colocada a Capital no Planalto de Formosa, será facilmente detida por medidas adequadas, já então possíveis, a calamidade nacional em que se tornou o descontrolado afluxo das populações interiores para as metrópoles orientais. E essa paralisação se verificará exatamente na parte onde o fenômeno tem alarmante significação, isto é, na área em que se acham mais de 80% da nossa população rústica. Só com isso haverá necessariamente melhoria generalizada nas condições de vida do país. Melhorarão as cidades interiores; desenvolver-se-á rapidamente a rede de comunicações; multiplicar-se-ão, em um sistema altamente diferenciado, os centros de produção e os mercados internos. A vida rural se tonificará de maneira poderosa, organizando-se definitivamente. E então a obra governamental poderá incrementar a produção, amparando-a e aparelhando-a melhor, com o aproveitamento das energias e dos valores que hoje se deslocam desorientadamente e sem emprego útil, ou dedicando-se a atividades parasitárias. Onde decorrerão, de pronto, bem melhores condições de saúde, de subsistência, de bem estar e de cultura para a quase totalidade da população brasileira.

— Não lhe parece claro agora quanto crescerá de súbito o Brasil sob o influxo polivalente da nova Capital? — perguntou-nos o Sr. Teixeira de Freitas. E continuou.

— Na direção do leste, corrige-se a grande diátese social e econômica que nos está debilitando a olhos vistos, com os prognósticos mais sombrios. Nesses três milhões de quilômetros quadrados o Brasil crescerá, a bem dizer, verticalmente. Mas, para a região do oeste é que surgirá a grande oportunidade. Os 5 milhões e meio de quilômetros quadrados, que o Brasil tem em reserva para lá do eixo da Transbrasiliana, verão nascer o seu dia para a civilização. E o povoamento e a exploração desse imenso latifúndio vão constituir o nosso crescimento horizontal, até que ali também o progresso possa altear-se, numa solidariedade perfeita, com a civilização oriental. E' a integração assim do grande todo que será o Brasil do futuro, com o seu coração a palpitar magnificamente, "num peito de ferro", servido pelo cérebro iluminado dos seus grandes centros de cultura e pelos membros fortes das suas cidades industriais e comerciais. Tudo formando o corpo harmonioso, saudável, eufórico, que será a Nação Brasileira quando se sentir na posse efetiva de todos os seus recursos.

Por que um "Distrito Federal" de 70 000 km²?

— São realmente impressionantes estas razões e tais prognósticos. Mas dois outros pontos de interrogação ainda ocorrem. Será mesmo necessário um Distrito Federal com a área de 70 000 quilômetros quadrados, conforme a proposta da Comissão de Estudos? E a mudança da Capital se poderá resolver sem cogitar-se previamente do destino político que se deva dar à cidade do Rio de Janeiro?

— Tem razão. São pontos que pedem resposta.

— Que lhe ocorre dizer sobre o primeiro ponto?

— Direi que a Comissão andou muito acertada no seu projeto. Já é tempo de evitarmos que a Capital da República viva à custa dos sacrifícios continuados da comunidade nacional, absorvendo-lhe cada vez mais os poucos recursos. Impedido, por medidas firmes e cautelosas, o desenvolvimento sumptuário ou inadequado da nova Capital, já com isso se terá estabelecido uma natural limitação àquela tendência à macrocefalia, de que resulta para a Nação a anemia profunda, a caquexia, a miséria orgânica. Algo mais, contudo, é preciso. A Comissão andou muito bem avisada quando atendeu a isso, procurando assegurar à metrópole condições de auto-suficiência. O futuro Distrito Federal, com os seus 70 000 quilômetros quadrados, terá sede na magnífica cidade-jardim que será Brasília, e abrangerá ainda umas tantas cidades satélites de destino especializado, na original e feliz concepção do General Poli Coelho, digno Presidente da Comissão de Estudos. Graças ao privilegiado território, e por isso que disporá de um clima magnífico, bastante frio na parte mais alta (Chapada dos Veadeiros) e temperado na parte restante, ficará dotado de uma economia diferenciada e riquíssima, como região agrícola e industrial, mas podendo contar também com estações de repouso e recreio, de grande vitalidade econômica. Portanto, mercê do espírito de previsão que inspirou a escolha do local, o futuro Distrito Federal terá possibilidades financeiras próprias e bem acima das suas necessidades essenciais. Isto desobrigará inteiramente o Governo Nacional, como convém, de qualquer assistência a nova metrópole à custa dos recursos da União. Estes ficarão totalmente disponíveis, — e assim é preciso, — para promover com equidade o verdadeiro progresso do país, em vez de se aplicarem, como acontece agora, em benefícios locais sem qualquer expressão em face das necessidades e dos

problemas nacionais que ao Governo Federal, exclusivamente, compete atender.

— Muito bem. E quanto ao Rio, que lhe parece minha pergunta?

**Destino condigno para a "Cidade Maravilhosa"
Rio de Janeiro capital de Minas Gerais**

— Dou-lhe inteira razão. Não julgo possível destituir o Rio dos seus atuais foros de metrópole federal sem que se lhe deixe previamente assegurada a plena auto-suficiência financeira. Digo mais. Sem que se lhe dê justa compensação política, bem merecida pela sua formidável capacidade propulsora e como centro econômico e cultural. Essa compensação só pode resultar — é claro — de se lhe reservar relevante papel de liderança na vida da Federação. Um destino político, repito, dos mais eminentes.

— Como seria isto? Tem-se falado em fazer da cidade a Capital do Estado do Rio de Janeiro. Não há dúvida que já seria uma solução.

— Solução insuficiente. É muito pouco. O Rio, em verdade, não poderia ser uma cidade-Estado, como pensaram os Constituintes de 1891. E não lhe bastaria — porque não seria solução razoável nem do ponto de vista econômico e cultural, nem sob o aspecto político — que ela viesse a ser metrópole de um dos menores Estados da República. Para que o Rio dê ao Brasil tudo que ele pode dar — e é muitíssimo — faz-se mister que a cidade se torne a capital de um dos mais importantes Estados da Federação. Nas condições atuais, enquanto não se efetivar a redivisão sistemática do Brasil, a única solução possível é fazer do Rio a capital do Estado-membro que se formar pela união dos atuais Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

— Com o desaparecimento desses Estados?! Retirando-se os foros de "capital" a Belo Horizonte e a Niterói? Talvez fosse inexequível.

— Não. Aquêles Estados permaneceriam como entidades autônomas. Mas "associados", constituindo um só Estado-membro, naquela nova condição a que já aludimos. A "associação" de entidades livres não lhes suprime a liberdade e expande-lhes a capacidade construtiva. Talvez essa "associação" exigisse providência constitucional, dado o seu alcance político e principalmente devido à urgência. Isto, porém,

não seria difícil obter. E conviria que o fôsse como medida geral, que encaminhasse logo o aparecimento, por espontânea deliberação dos Estados pequenos, de outras "associações" semelhantes, as quais dariam ao quadro político da Federação um aspecto muito mais lógico e equitativo. Nem só. Elas propiciariam à Nação largas e inéditas possibilidades de progresso. Tanto mais oportuna tal medida, uma vez tomada em termos expressos, quanto é certo que seria também uma sugestão poderosa para a organização imediata das "Unões Municipais", como diferenciação política interna dos Estados-membros, a constituir oportuno recurso de vitalidade comunal. Dêsse modo, as atuais metrópoles continuariam com a sua privilegiada situação. E a tradicional autonomia, que a exprime, também subsistiria. A conclusão a que se chega é esta. A "união" de atuais Estados para formarem um novo Estado-membro, juntar-se-ia a possibilidade das "Unões Municipais", integrando a estrutura político-administrativa dos Estados-membros, resultassem êstes, ou não, da associação entre os atuais Estados. E dessa forma estaria encontrada a "chave" para dar-se ótimo destino a esta cidade. Com a solução sugerida estariam afastados também, de modo excelente, os velhos "handicaps" com que lutam Minas e o Estado do Rio. Quero aludir à falta de costa marítima e organização portuária, para Minas, e à insuficiência territorial, para a terra fluminense.

— Parece certo. Mas, apesar de tudo, poderia causar receios e impressionar mal o provável declínio social e econômico da "Cidade Maravilhosa", quando houvesse de passar, da condição de metrópole do Brasil, para a de Capital de um dos Estados, fôsse embora o mais importante de todos êles.

— Engano seu, meu caro jornalista. Em primeiro lugar, o que objeta não chega a ser um argumento contra a solução alvitrada. A perda dos foros de Capital do Brasil, mesmo que ocasionasse ao Rio um declínio, é preceito constitucional a ser cumprido de qualquer forma. É providência aceita para bem da República. É medida de salvação nacional. O que se trata de saber agora é se o Rio ganharia ou perderia em vir a ser apenas uma Cidade-Estado ou investir-se nos privilégios de metrópole de um grande Estado, quando perder os foros de capital política do Brasil. Creio que não hesitará em reconhecer que a cidade tudo ganharia e nada perderia, fazendo-se a cabeça de um corpo magnífico como aquê-le que alvitrámos, em vez de tornar-se apenas o Estado da

Guanabara. Mas vou mais longe. Afirmando que o Rio de Janeiro também nada perderia por deixar de ser a metrópole do Brasil, e passando à condição de completa autonomia, por que tanto aspira sua população. Para isso bastaria que o evento resultasse da mudança da capital para o interior do país. Como disse alguém, o Rio será sempre a "capital biodinâmica" do Brasil. Mas ocorre ainda outra circunstância. Tudo que se fizer para desenvolver a hinterlândia brasileira, principalmente na sua área central, tudo que contribuir para dar ao Brasil vigorosos impulsos de progresso e maior riqueza — e nenhuma realização serviria melhor a esse objetivo do que a mudança da Capital para o Planalto de Formosa — reverteria em benefício do Rio e da Unidade Política a cujos destinos a cidade presidir.

— Por que?

— Porque o influxo civilizador da nova Capital da República se fará sentir com intensidade maior exatamente na área que lhe ficar a leste, até o mar. E essa área poderá ser, na hipótese alvitrada, principalmente a do grande Estado a que se desse como capital o Rio. O povoamento, o progresso social e a riqueza econômica que se propiciarem nessa vasta área, pela ação de presença da metrópole interior e a ela contígua, a oeste, se traduzirá em maiores possibilidades de comércio, de atividades industriais e de progresso cultural para o Rio, como porto de mar, principal centro urbano e metrópole política dessa privilegiada zona.

Será obra sumptuária a construção de nova capital?
Ou medida de recuperação nacional?

— Já nada tenho a objetar. Contudo, desejo provocar ainda um esclarecimento. Fala-se que a construção da nova Capital custará ao Brasil coisa de sete bilhões de cruzeiros... E estranha-se que a Nação empregue tão vultosa quantia numa obra que se pode considerar sumptuária. Isto parece tanto mais grave quanto é certo que não temos dinheiro sequer para dar educação, saúde e transportes à população brasileira. E é disso que ela mais precisa para produzir muito, enriquecer-se, ser feliz e fazer a grandeza do Brasil.

— E mais um mal-entendido que cumpre desfazer. Advirta-se, de começo, que a situação de depauperamento progressivo em que se encontra o Brasil não seria modificada se destinássemos a combatê-la aqueles sete bilhões de cruzeiros. Nem o triplo, o quádruplo, ou talvez mesmo o décuplo

dessa importância, se dispuséssemos de tanto, ou se "fabricássemos" para esse fim papel moeda em tal quantidade, bastaria para resolver satisfatoriamente, nas condições atuais, aqueles problemas. A nossa deficiência em matéria de saúde, educação e transporte decorre da estrutura social e econômica, e mesmo política, que demos ao país, e das tendências conseqüentes aos erros anteriormente cometidos. Todas as medidas parciais que têm sido aventadas, ou tentadas sem remover as causas essenciais dos nossos males, fracassarão ou darão resultados mesquinhos, por mais caras que sejam.

A terapêutica de que precisamos terá de atingir as origens profundas dos erros que motivaram a tremenda diátese social e econômica em que o país se debate. Ora, o remédio heróico para o nosso quadro patológico é exatamente aquela mudança de rumos na vida nacional. Aquela valorização das terras interiores. Aquela obra de povoamento e a conseqüente fixação do homem ao sertão. Aquela maior capacidade de produção, aquela satisfatória rede de comunicações; aqueles suficientes sistemas de educação e assistência sanitária. Enfim tudo aquilo que só a capital interior estará em condições — senão de suscitar de improviso — pelo menos de provocar, de propiciar, de encaminhar, por isso que não poderá deixar de fazer surgir e manter as condições novas para essa continuada e eficaz obra de governo. Basta ver que o Governo da República, dominando, do alto do Planalto Central, o panorama da vida nacional, terá diante de si todas as necessidades do país, vistas no seu conjunto e diretamente, e não apenas percebidas através de uma longínqua ressonância ou de algumas manifestações locais desses problemas nas grandes metrópoles. Não poderá fugir aos imperativos dessa compreensão total da vida brasileira, nem deixar esquecidos e desarticulados os problemas que sentirá em toda sua realidade. E a solução desses problemas se imporá forçosamente como o único meio para que, entre a metrópole federal e as cidades litorâneas, não prevaleça — como não poderá prevalecer — esse cenário de deserto, de miséria ou de abandono, que caracteriza atualmente a paisagem social do Brasil. Abençoado seria, portanto, aquele dispêndio, qualquer que fôsse o sacrifício exigido. Desde que nos desse ele a condição sem a qual não mudaremos jamais o curso dos acontecimentos. E tanto mais o bendiremos quanto mais convencidos estivermos de que, se continuarem, no seu encadeamento de agora, as tristes contingências a que o Brasil está preso, elas nos arrastarão fatalmente à falência, à conquista estrangeira ou à separação.

Brasília, uma empresa grandiosa mas plenamente possível.

— E' um quadro ameaçador este, que suas palavras traçam.

— Advertir não é ameaçar. Mas, meu amigo, há compensação. Se existe esse lado sombrio, também vemos um lado luminoso. Não é outra coisa a certeza de uma grande vitória para a grandiosa empresa que o Brasil vai tentar. As medidas tomadas para dar começo à construção da nova Capital cabem no programa das obras que possam ser atendidas pelos orçamentos anuais. E cabem, não como despesas extraordinárias, que não tenham outro motivo senão a construção da cidade; mas como medidas úteis em si mesmas e que valorizariam de logo o Brasil interior, dando início ao esforço de recuperação que, por influência de sua nova sede, o Governo Federal continuará em seguida. Realize o Brasil essas obras, procurando reter para benefício da coletividade a valorização que delas resultar, e a importância despendida, seja ela de sete ou dez bilhões de cruzeiros, será recuperada com grande margem, deixando ao país muito melhores condições de vida e permanentes recursos para o seu desenvolvimento ulterior. Só assim o povoamento e o progresso atingirão, afinal e depressa, "o grande deserto ocidental", cuja existência constitui um opróbrio para nossa civilização. Quanto à construção, propriamente dita, da Capital, ela exige desapropriações e obras. Pode-se admitir que operações de crédito internas resolveriam bem o problema, quanto às despesas essenciais, pois teriam tais operações excelente lastro nas áreas sob valorização intensiva que se incorporassem ao patrimônio nacional. Mediante concessões dos principais serviços públicos, entretanto, muita coisa poderia ficar a cargo de empresas privadas, nacionais ou estrangeiras. A verdade é que se trata apenas de empregar com excelentes garantias um certo capital, que terá em futuro muito próximo farta retribuição. Empobrecendo a Nação? Certamente que não. E' a terra valorizada, povoada e explorada, que retribuirá o capital e o trabalho que se lhe dedicarem, propiciando ao mesmo tempo existência feliz a milhões de brasileiros, aos quais não tardará se juntem centenas de milhares de estrangeiros de boa vontade e ansiosos por um ambiente tranqüilo para o seu labor. Uns e outros se sentirão atraídos pelas possibilidades inauditas de trabalho reprodutivo, que o interior brasileiro não tardará a oferecer.

A mudança da Capital será "obra de loucos"?

— Então a empresa da mudança da Capital não será, como se tem dito, "uma obra de loucos"?

— Será obra de loucos, mas se quiserem admitir que foram loucos os homens que tiveram a visão profunda dos acontecimentos futuros e se sentiram empolgados pelas empresas heróicas ou pelos corretivos enérgicos dos grandes erros históricos, e souberam arrostar dificuldades a serviço de um generoso ideal. Nesse sentido foi obra de loucos tudo que deu ao Brasil sua grandeza e suas inúmeras possibilidades. Loucos foram os jesuítas em sua obra missionária. Loucos, os bandeirantes, em suas arrancadas que vararam o continente e balizaram metade dele para formar o Brasil. Loucos, José Bonifácio e Pedro I, dando a soberania, entre tantos riscos, a uma grande nação. Loucos foram Mauá e Caxias. Loucos, também Castro Alves e Isabel, a Redentora, aquele, preparando, e esta realizando, a libertação dos escravos, sem temor ao colapso econômico que poderia sobrevir. Loucos igualmente, Rondon e seus gloriosos legionários; loucos, Afonso Penna e quantos o ajudaram a transferir a Capital de Minas para Belo Horizonte; loucos, da mesma sublime maneira, os goianos com Pedro Ludovico à frente, a construir Goiânia em pleno deserto. Entre tais loucos se inscrevem os que construíram a Madeira-Mamoré e a Noroeste do Brasil, através de sacrifícios incriveis; loucos, enfim, seriam os brasileiros que, como Couto de Magalhães, Teófilo Otoni, Murinho, Rodrigues Alves, Oswaldo Cruz, Belisário Penna, Paulo de Frontin — tiveram a visão de um Brasil melhor e por ele trabalharam em arrancadas intrépidas, sem medir a grandeza das tarefas, nem a enormidade dos riscos a enfrentar, nem a mesquinhez dos meios disponíveis. E que sejam "loucos" dêsse jaez o Presidente Dutra, o General Poli Coelho e todos os patriotas que os vão ajudar a dar Brasília ao Brasil, "custe o que custar". Abençoados loucos, serão eles. Os brasileiros lhes consagrarão estátuas no futuro, como tributo de eterna gratidão. E talvez acabem reconhecendo — e será a pura verdade — que loucos temos sido os desta geração, incapazes de ver e de compreender as grandes coisas que poderíamos ter feito, pelo bem do Brasil, se a mais tempo houvéssimos realizado esse arrojado empreendimento com o qual vamos afinal despertar para a civilização os sertões brasileiros.

Sem a mudança provisória para Belo Horizonte
talvez nada se faça

— Mas os homens passam, e a empresa grandiosa ficará inacabada... Pois é grande demais para ser realizada por um só governo.

— Tem muita razão. Mas em parte. A empresa, sem dúvida, não é obra que um só governo possa iniciar e concluir... E é quase certo que se um a iniciar apenas, o imediato não a prosseguirá. Entretanto, também é certo que pode ser obra de um governo tomar medidas tais que ponham o empreendimento em marcha, *sem mais possibilidades de ficar detido*. Talvez até uma só medida assim bastasse. Creio que se o atual Governo predispuser imediatamente o condigno destino político a ser dado ao Rio, quando houver de perder os foros de metrópole do Brasil, e, a seguir, se transferir para uma cidade interior bem escolhida, estará tudo garantido. O Governo levaria consigo o mínimo possível da máquina administrativa. Digamos, apenas os órgãos cuja presença junto ao Chefe do Governo fôsse essencial. A cidade capaz de oferecer a sede provisória não poderia ser outra, por todos os motivos, senão Belo Horizonte. É fácil perceber que essa solução seria ótima. Primeiro, porque ficaria quebrado o "tabu" da capital carioca, e o acontecimento histórico estaria em marcha, irresistivelmente. Em segundo lugar, porque, colocada a sede "provisória" do Governo Federal em Belo Horizonte, isto seria, além de um recurso muito feliz para facilitar a constituição da "grande Minas Gerais", um estímulo permanente à continuação do programa para a construção de Brasília — a Capital definitiva. E terceiro ainda, em virtude das facilidades que teria o Governo em Belo Horizonte para controlar e dirigir não só as obras planejadas, mas também o esforço de povoamento e organização interior, a fim de levar a civilização e recuperação rural, desde a orla marítima até a grande longitudinal formada pela Transbrasiliana. Esse não é o "espaço vital" do Brasil. Mas é, a bem dizer, o espaço em que o Brasil está vivendo *de fato*. Nêle se acham mais de 80% da nossa população. E tudo que fizer aí o governo sediado em Belo Horizonte, para preparar a atuação futura da Capital situada entre Minas e Bahia, de um lado, e Goiás (este provavelmente dividido em dois Estados) do outro lado, tudo isso já estará sendo a regeneração do Brasil. O cenário da vida nacional, com essas primeiras medidas, já se estará transformando.

O gigante acordado...

— E a triste realidade atual — conclui o Sr. Teixeira de Freitas — começará a iluminar-se e já deixará entrever a maravilhosa grandeza da nossa Pátria, que bem merece esse belo futuro. Para trás ficaria o "gigante adormecido"... Erguendo-se rapidamente, seria então, para a fase definitiva de nossa história, o "gigante acordado". Acordado e de pé. Vigilante e laborioso. Amigo da paz, campeão da justiça, e invencível.

Com estas palavras de confiança e entusiasmo, o nosso entrevistado levantou-se e fitou por alguns instantes aquele mapa do "Brasil renovado", que dera sentido especial à nossa entrevista. E acrescentou, concluindo: — Isto não é um sonho, não; é a nossa "vocaçãõ histórica". Atendem bem nesses fatos os que respondem pela segurança da Pátria e pela felicidade do nosso povo.

Agradecemos a acolhida cordial que nos fôra dispensada e despedimo-nos. Mas não podíamos deixar de comunicar aos nossos leitores e aos trabalhadores de todo o Brasil a sùmula de tão movimentada e oportuna palestra. É o que deixamos feito neste fiel relato.

A localização de Brasília: papel das Expedições Geográficas de junho a setembro de 1947*

Alain Ruellan**

No Século XVIII, já se falava de mover a capital do Brasil para o interior. Tiradentes foi um dos pioneiros.

Mas foi só em 1891 que, na Constituição da jovem República, foi marcado o desejo de mudança da capital para o Planalto Central. Esta decisão foi rapidamente concretizada em 1892 - 1894 pela expedição liderada pelo Dr. **Luiz Cruls**, que fez uma primeira delimitação, no Estado de Goiás, do futuro Distrito Federal, chamado "Quadrilátero Cruls" (14 400 km² = área recomendada pela Constituição de 1891). O Relatório Cruls foi reeditado pelo Senado Brasileiro, em 2003.

Em 1894-1895 aconteceu a segunda Expedição Cruls para selecionar, no Quadrilátero, os locais possíveis para a futura capital; os trabalhos dessa 2ª expedição foram interrompidos devido a uma mudança na Presidência da República.

* O texto original está em Francês no site de Alain Ruellan, no endereço: <<http://perso.orange.fr/alain.ruellan/MyWebsite>>. Esta versão em Português foi feita pelo próprio autor e nos foi enviada em 19 de março de 2010, com a devida autorização para publicação neste livro, não tendo sido objeto de tratamento técnico, seja de normalização ou revisão, como os demais textos inéditos desta publicação. [Nota do organizador]

** Alain Ruellan (1978), de nacionalidade francesa, é Professor Emérito de Ciência de Solo. Viveu no Brasil, com os pais Francis e Annette Ruellan, de 1941 a 1950. Desde 1944, participou de muitas das excursões organizadas por Francis Ruellan no interior do Brasil. Se formou em Agronomia e Pedologia na França. Desenvolveu as suas pesquisas científicas e as suas atividades universitárias na África e na França. A partir de 1979, voltou regularmente no Brasil, colaborando com diversas universidades, institutos de pesquisas, ONG.

1 – A Comissão Polli Coelho

Depois da missão do Dr. Luiz Cruls, durante muitos anos nada de concreto aconteceu ... exceto o lembrete regular da importância de construir uma nova capital ... e a implantação em 7 de setembro de 1922 da Pedra Fundamental próximo à Planaltina, local que já tinha sido escolhido pela Missão Cruls.

Na verdade, as prioridades política e econômica eram outras: Rio de Janeiro não queria perder o seu papel como Capital Federal e o Estado de Minas Gerais pressionava para que a futura capital fosse instalada em Minas e não em Goiás.

Mas houve a Segunda Guerra Mundial, de 1939-1945, que confirmou a fragilidade do Rio de Janeiro como capital.

Houve também o desejo político de acelerar a unidade do Brasil, pela ocupação do seu interior¹ e pela criação de novas vias de acesso às áreas remotas, especialmente para a Amazônia. Era esse o papel-chave de uma nova capital no Planalto Central.

A Constituição de 1946 reedita o artigo determinando a construção de uma nova capital no Planalto Central, entre as prioridades do Brasil; e o presidente da República, Eurico Dutra, decide então retomar o processo. Em novembro de 1946, ele nomeia uma "Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil". Essa comissão é composta por 12 pessoas e presidida pelo general **Djalma Polli Coelho**.

¹ Em 1946, o Brasil possuía 50 milhões de habitantes, a maioria vivendo em uma faixa costeira de 500 km.

Rapidamente, a chamada **Comissão Polli Coelho** começa a trabalhar, mas desde o início ela se divide entre aqueles que queriam apenas ratificar e detalhar as opções da Missão Cruls e aqueles que queriam recomeçar o processo completo: na verdade, é a divisão entre aqueles que queriam a capital no Estado de Goiás e aqueles que a queriam no Estado de Minas Gerais.

Os "Mineiros" acabam prevalecendo, e em 1947 o Presidente da Comissão, general Djalma Polli Coelho, decide então retomar os estudos de campo; e para a realização desses estudos ele os solicita ao Conselho Nacional de Geografia. O objetivo era propor espaços que poderiam ser adequados para a implementação da nova Capital Federal do Brasil; quer dizer, na sequência das decisões constitucionais de 1891, retomar e ampliar os resultados da Missão Cruls, que datam do final do Século XIX.

2 – As duas expedições geográficas de 1947

Duas expedições paralelas foram então organizadas sob a autoridade do Dr. Christovam Leite de Castro, então Secretário Geral do CNG e membro da Comissão Polli Coelho.

A organização e a direção da primeira expedição foram confiadas a **Francis Ruellan**, então professor de Geografia na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, e professor no Conselho Nacional de Geografia. Esta expedição aconteceu em 1947, exatamente entre 27 de junho e 1º setembro daquele ano. Eu participei dela durante o mês de julho. Eu tinha apenas 16 anos.

VENDAS DE
BRASÍLIA

A organização e a direção da segunda expedição foram confiadas ao **Dr. Fábio de Macedo Soares Guimarães**, do Conselho Nacional de Geografia. Elas aconteceram entre 4 de julho e 22 de setembro de 1947.

Por que duas expedições paralelas? Para poder comparar os resultados, sabendo que os objetivos e os métodos de trabalho das duas equipes eram diferentes. Os resultados foram, de fato, significativamente diferentes.

- **Expedição Ruellan:** mais volumosa, multidisciplinar, envolvendo dezenas de pessoas, incluindo 40 cientistas, com o objetivo de estudo detalhado de oito pré-áreas selecionadas, mas também das regiões situadas entre essas áreas, a fim de propor sítios específicos. Politicamente, essa expedição é neutra, mesmo quando Francis Ruellan, em seu relatório, deixa transparecer sua preferência por uma escolha mais para o interior do País, logo, em favor de Goiás.
- **Expedição Guimarães:** mais leve (nove cientistas), essencialmente geográfica (sete geógrafos, um pedólogo e um botânico), com o objetivo de melhor compreender o Planalto Central e fazer, segundo critérios geopolítico e técnico, um *ranking* das oito áreas pré-selecionadas (sem o propósito de determinar sítios precisos). Politicamente Fábio foi altamente influenciado pela corrente "Mineira".

O tamanho da região que foi indicada às duas missões para serem estudadas em dois a três meses foi significativo (cerca de 200 000 km²):

- 500 - 900 km de sul a norte, desde o Rio Grande no Sul (limite entre Minas Gerais e São Paulo) até, mais ou menos, o atual limite entre Goiás e Tocantins;
- 200 - 400 km de leste a oeste;

Isso quer dizer que o objetivo era, basicamente, a exploração do Triângulo Mineiro e do quarto sudeste de Goiás, a saber:

- uma região já povoada e em desenvolvimento;
- uma região quase deserta;
- uma região politicamente influente; e
- uma região a se desenvolver.

De fato, dentro desta vasta região, a Comissão já tinha selecionado **oito áreas prioritárias**. Os critérios para a escolha dessas oito áreas foram, principalmente:

- climáticos: altitude acima de 700 metros;
- políticos: quatro áreas no Triângulo Mineiro e quatro no Estado de Goiás.

São essas oito áreas que foram estudadas detalhadamente pela expedição Ruellan, mas todos os 200 000 km² foram cobertos pelas duas missões.

Seria interessante descobrir como essas oito áreas foram selecionadas e demarcadas pela Comissão: é provável que os critérios políticos foram fortes. O primeiro passo foi delimitar o Planalto Central em si (2 000 000 km² : trabalho feito pela subcomissão encarregada dos estudos geográficos); a Comissão decidiu, então, concentrar as suas escolhas no quarto sudeste do Planalto Central: é aí que as oito áreas foram selecionadas, pela Comissão.

2.1 - A expedição Ruellan

Para fazer o trabalho, Francis Ruellan apelou aos seus alunos e ex-alunos formados em Geografia, mas também especialistas em Geodésia, Vegetação, Fauna, etc.

Ele formou quatro equipes: duas para trabalhar em Goiás e duas em Minas Gerais. Cada equipe foi constituída por três grupos de 2 a 3 pesquisadores:

- Geomorfologia, Geologia, Pedologia, Topografia;
- Climatologia, Biogeografia, Hidrologia; e
- Geografia humana, Economia, Potencialidades agrícolas.

Verdadeiramente equipes multidisciplinares.

Cada equipe tinha: uma dúzia de assistentes, dois caminhões, equipamentos de *camping*, etc.

Cada equipe tinha a seu cargo o estudo de duas zonas selecionadas pela Comissão.

Como os mapas e as fotos aéreas faltavam, especialmente em Goiás, foi necessário adotar o seguinte método de trabalho:

- em cada área, percorrer caminhos entre pontos conhecidos por suas coordenadas astronômicas;
- parar a cada 200 a 400 metros para fazer medições topográficas e observações científicas (relevo, geologia, solos, vegetação, hidrologia e atividades humanas): percorrendo de 5 a 10 km por dia (de modo que mudou o local de acampamento diariamente);
- todas as observações científicas foram, assim, geograficamente situadas;
- sempre que necessário, se fazia alguns caminhos adicionais; e
- no total as quatro equipes fizeram 1 760 km de levantamentos de precisão e percorreram com mais rapidez, com auxílio da bússola, em torno de 3 000 km.

Eu mesmo participei da equipe 1 que fez o percurso Anápolis-Planaltina-Formosa, na Zona G (Quadrilátero Cruis). Eu estava encarregado de um dos dois levantamentos topográficos.

Na quinta equipe, dita de direção e administração, estavam Francis Ruellan, meu pai, e Annette Ruellan, minha mãe, encarregada dos Serviços Gerais, apoiados por uma pequena

equipe científica e administrativa. Com dois caminhões, este grupo de direção ia de uma equipe para outra e, portanto, percorreu as regiões abrangidas entre as oito áreas.

No total, a expedição envolveu mais ou menos uma centena de pessoas. Ela viajou cerca de 18 000 km, na sua maioria por caminhão (nas estradas de terra), mas também a cavalo, a pé, de avião. Foi verdadeiramente uma aventura.

Em conclusão do trabalho feito, Francis Ruellan propôs 15 locais possíveis para Brasília: cinco em Minas, dois no limite Minas-Goiás, oito em Goiás, sendo sete no Quadrilátero de Cruls (Zona G). Ele não classificou os sítios como uns melhores e outros piores, porque acreditava que essa classificação se basearia, além de critérios técnicos, em critérios geopolíticos, que não eram de sua competência. O local finalmente escolhido para abrigar Brasília (em maio de 1955: o Sítio Castanho, conforme está no relatório Belcher e no relatório da Comissão José Pessoa), depois de muitos outros debates técnico e geopolítico, foi um dos sete sítios propostos por Francis Ruellan localizados dentro do Quadrilátero Cruls: acontece que eu estava na equipe 1, chefiada por Alfredo Porto Domingues, que percorreu o Quadrilátero Cruls: então eu provavelmente acampeei em Brasília em 1947 ...!!!

Para propor os 15 sítios, Francis Ruellan se baseou nos seguintes critérios:

- Clima: altitude mínima de 700 metros; encostas expostas, principalmente para o nordeste e sul; topografia suavemente ondulada, facilitando o fluxo de ar;
- Relevo: evitar planaltos (chapadas) muito planos (pouca circulação de ar), mas também evitar os relevos fortes de dissecção des-
se planaltos (difícil de construir); portanto, a escolha se orientou

para os níveis de erosão intermediários com relevo ondulado;

- Recursos hídricos ao redor: para as necessidades de água da população e para gerar eletricidade. População estimada em 500.000 pessoas no máximo;
- Potencialidades agrícolas nas proximidades, em especial, o potencial do solo (agricultura e pecuária);
- Proximidade de materiais de construção: madeira, areia, cascalho, tijolo, pedra calcária, pedra de cantaria;
- Canais de comunicação: tornar a capital um novo nó, uma estrela, de onde se partiriam facilmente estradas (incluindo estradas de ferro) para todas as principais regiões do Brasil. O relevo deve permitir a fácil construção de vias de comunicação saindo da capital; e
- Mão-de-obra disponível para a construção da nova capital.

Francis Ruellan descreveu as vantagens e desvantagens de cada um dos 15 sítios que ofereceu. Ele se recusou, no entanto, a classificá-los em relação uns aos outros. Mas, lendo o seu relatório, sente-se bem que dentro dele Francis Ruellan dava preferência ao norte, a Goiás, ao papel pioneiro, desenvolvedor e unificador, da futura nova capital: para ele, Brasília deveria contribuir fortemente para a construção da Nação brasileira como um todo.

2.2 – A expedição Guimarães

O relatório apresentado por Fábio Guimarães é diferente, muito mais geopolítico. Ele não propôs locais específicos, mas ofereceu um *ranking* das oito áreas, relacionando-as umas com as outras.

Os três critérios geopolíticos de Fábio foram: a localização central em relação às áreas povoadas do Brasil; a facilidade

de comunicação com as diversas regiões do Brasil, dando prioridade às comunicações para as regiões as mais desenvolvidas; a proximidade de um limite interestadual. Estes três critérios levam a privilegiar as zonas propostas em Minas Gerais.

Os oito critérios técnicos de Fábio foram: topografia; clima; abastecimento de água; proximidade de florestas; energia elétrica; materiais de construção; natureza do subsolo; paisagem agradável.

No total, ele propõe que se mantenham apenas 3 das 8 zonas:

- C: Uberlândia - Tupaciguara (MG);
- D: Alto Paranaíba e Patos de Minas (Minas Gerais); e
- F: Goiânia - Anápolis (GO).

2.3 – A síntese de Leite de Castro

Em seu curto relatório-síntese (de novembro de 1947), o **Dr. Christovam Leite de Castro** assumiu a responsabilidade de classificar os 15 sítios propostos por Francis Ruellan (depois de discutir com ele):

- Os muito bons:

- sítio de Rio Claro (zona A) (Minas Gerais); e
- sítio entre Anápolis e Silvânia (caixa F-G) (Goiás).

- Os bons:

- sítio de Santana dos Patos (área D) (Minas Gerais); e
- sítio de São Marcos localizado no limite Minas-Goiás.

- Os medianos: os outros.

Ele decide não escolher nenhum dos cinco sítios propostos no centro e leste do Retângulo Cruls,... sítios que tinham a preferência secreta de Francis Ruellan ...

E em sua conclusão final, ele escolhe as propostas de Fábio Guimarães (que são conforme as suas próprias escolhas, já escritas em 1946: ver artigos publicados em 1946 e 1947)².

As decisões finais serão outras ...

3 – As conclusões da Comissão Polli Coelho

Com base no trabalho das missões Ruellan e Guimarães, e depois de muito debate político, a comissão votou em 21 de julho de 1948 para a escolha entre duas propostas para a localização do Distrito Federal:

- **Uma expansão do Quadrilátero Cruls** (especialmente ao norte), que abrange **77 250 km²**, e está localizado inteiramente dentro do Estado de Goiás, com áreas escassamente povoadas; alguns dos limites desta zona são geograficamente naturais; é a proposta em favor do papel desenvolvimentista e unificador da nova capital (essa proposta contava com o apoio de Francis Ruellan);
- Uma localização no **Triângulo Mineiro** (6 000 km², em área localizada principalmente em Minas Gerais): proposta da construção de uma cidade enraizada no Brasil já povoado (esta proposta era a preferida por Fábio Guimarães e Christovam Leite de Castro).

Por sete votos a favor, cinco votos contra, a Comissão escolheu Goiás, ou seja, contra as propostas feitas por Leite de Castro.

² Em suas palestras e escritos entre 1946 e 1947, Christovam Leite de Castro argumenta que a futura capital precisava estar intimamente relacionada à parte já povoada do Brasil, na fronteira entre as áreas povoadas e pouco povoadas. Ele considerava que a região era povoada, em média, ao longo da costa, numa faixa de 500 km de largura: é preciso, segundo ele, instalar a capital na parte mais a oeste e norte dessa faixa litoral, mas não fora desta faixa. Em sua palestra, depois publicada em abril-junho de 1947, ele apoiava claramente a hipótese de que Brasília deveria se localizar em Minas Gerais.

Em 12 de agosto de 1948, o relatório da Comissão Polli Coelho foi apresentado ao Presidente da República Eurico Dutra, que o encaminhou imediatamente ao Congresso (21 de agosto de 1948): no encaminhamento do relatório, o Presidente Dutra sugere as duas possíveis localizações (Goiás e Minas), mas apoia a solução Goiás.

Nota – Foi um pouco difícil localizar o relatório completo da Comissão Polli Coelho, publicado em 1948 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Os relatórios escritos por C. Leite de Castro, F. Ruellan e F. Guimarães, foram achados na biblioteca de F. Ruellan (na sua casa, na França), acompanhados por alguns mapas. Agora, eles estão no Fundo F. Ruellan, da Universidade de Haute Bretagne, Centro de Estudos Portugueses, Brasileiros, e da África Lusófona, em Rennes). O relatório final (3 volumes) da Comissão Polli Coelho, entregue ao Presidente da República em 12 de agosto de 1948 e ao Congresso, em 21 de agosto de 1948, esta no Senado e no IBGE. Portanto, nos livros que traçam a "arqueologia" de Brasília, a Comissão Polli Coelho é mencionada, mas nada se fala sobre as expedições Ruellan e Guimarães.

4 – Marcos da "pré-história" de Brasília

- 1763: Transferência da capital do Brasil, da Bahia para o Rio de Janeiro.
- 1789: **Tiradentes** e "Inconfidentes" sugerem que a nova capital do Brasil seja em São João del Rei (Minas Gerais).
- Século XIX: Vários precursores para "interiorizar" a capital do Brasil = **Hypólito da Costa** (jornalista, editor do Correio Braziliense, em Londres) (1813), **José Bonifácio** (Político) (1821) (faz a proposta do nome de Brasília), **Adolpho de Varnhagen** (Visconde de Porto Seguro) (1839), **Holanda Cavalcanti** (Senador, 1852), **Dom João Bosco** (em sonho, em 1883). No total, o

projeto de localização da capital no Planalto Central quer dizer no Estado de Goiás, avança: já se fala em situá-la no intervalo entre os paralelos 15 e 16, a 3 000 pés de altitude, na divisão das águas do Amazonas, do Prata e do São Francisco ...O Parlamento debate várias vezes.

- 15.11.1889: A **República** decreta que o Rio de Janeiro será "temporariamente" a sede do Poder Federal.
- 1891: A Constituição estabelece que a futura capital do Brasil será no Planalto Central, dentro de uma área de 14400 km² (400 Léguas) a ser delimitada.
- 1892 – 1894: Estudos da "Comissão de Exploração do Planalto Central", presidida por **Luiz Cruls**. Delimitação, ao final de dois anos de trabalho (uma grande parte deles em trabalho de campo), dos 14 400 km² do futuro Distrito Federal = "**Quadrilátero Cruls**" (conforme relatório publicado no fim de 1894) (Kubitschek fala em seu livro, p. 21, dos dois relatórios de Cruls: 1893 e 1894).
- 1894 – 1895: Trabalhos da "Comissão de Estudos da nova Capital da União" presidida por Luiz Cruls. A Segunda missão de Cruls em campo, a fim de localizar a futura capital no Quadrilátero de 14 400km². Os trabalhos foram interrompidos por mudança na Presidência da República (fim de governo de **Floriano Peixoto**, um grande defensor do projeto de uma nova capital, sendo substituído por **Prudente de Moraes**, que tinha pouco interesse nisso), mas propostas de localização foram possíveis.
- 07.09.1922: Implantação perto de Planaltina, da "**Pedra Fundamental**" (para marcar o primeiro centenário da independência brasileira). Esta implantação foi feita ao abrigo de um Decreto-Lei (de Janeiro de 1922), reafirmando que a capital brasileira será, oportunamente transferida para o Planalto Central (em respeito a Constituição de 1891). O decreto foi assinado pelo então Presidente da República **Epitácio Pessoa**.
- 1933: A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro confirma a escolha da Comissão Cruls.
- 1934: A nova **Constituição** reafirma, sem convicção, a necessidade de uma nova capital; a escolha de Cruls é contestada: para localizar a futura capital, não se fala mais do Planalto Central, mas de um "ponto central do Brasil"; uma nova comissão foi prevista para propor diversas localizações: parece que essa comissão não chegou a existir.

- 1937-1945: Ditadura de **Getúlio Vargas**: impasse sobre a nova capital.
- 1946: A nova **Constituição** prevê que "a capital da União será transferida para o Planalto Central do País".
- 1946-1948: Acontecem os trabalhos da Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital Federal", chefiada pelo **General Djalma Polli Coelho**.
- 1947: No âmbito da Comissão Polli Coelho, acontecem duas expedições de campo, lideradas por **Francis Ruellan** e **Fábio Guimarães**.
- Agosto de 1948: Decisão do Presidente da República Eurico Dutra por um Distrito Federal de 77 250 km², incluindo o Quadrilátero Cruls. Envio desta decisão para o Congresso.
- Janeiro de 1953: Congresso e Governo decidem que os estudos definitivos para a localização exata de uma cidade de 500.000 habitantes, serão conduzidos sobre uma área de **52 000 km²**: Quadrilátero Cruls + região de Anápolis e Goiânia + Município de Unai, em Minas Gerais. A área proposta em 1948 é reduzida e ela é um pouco modificada para incluir um pedaço de Minas Gerais ...! Esta nova área é chamada de "**Retângulo do Congresso**".
- Junho de 1953: criação de uma "Comissão para a localização da Nova Capital Federal", presidida pelo **General Aguiinaldo Caiaido de Castro**, e em seguida, pelo **Marechal José Pessoa** (em abril de 1955, Fábio de Macedo Soares Guimarães é membro da comissão).
- Estudos da aerofotogrametria para a localização exata da capital são confiados à empresa norte-americana Donald J. Belcher and Associates.
- Fevereiro de 1955: Donald Belcher oferece cinco áreas de 1 000 km² cada: duas destas já haviam sido propostas por Francis Ruellan, em 1947 (Sítio Castanho e Sítio Azul).
- Abril de 1955: Comissão José Pessoa escolhe o Sítio Castanho para ser o centro (Plano Piloto) de Brasília e delimita, para o Distrito Federal, uma área de 5 800 km².
- Dezembro 1955: A Comissão José Pessoa se transforma na "Comissão de Planejamento da Construção e Transferência da Capital". Foi presidida por José Pessoa até maio de 1956 e, em seguida, por **Ernesto Silva**.
- No início de 1956: **Juscelino Kubitschek** toma posse como Presidente da República.

- Setembro de 1956: criação, pela Lei, da **NOVACAP** - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. O nome de **Brasília** é formalizada pelo Congresso.
- 21 de abril de 1960: **Inauguração** de Brasília por Juscelino Kubitschek.

5 – Referências

5.1 - Livros e documentos

- **Luiz Cruls**: "Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Relatório apresentado a S. Ex. O Sr. Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas. 1894. Republicado em 2003 pelo Senado Federal, vol. 22, 360 p.
- **Departamento Administrativo do Serviço Público, Serviço de Documentação**: "O Relatório Técnico sobre a Nova Capital da República" (Relatório Donald J. Belcher). 1957, 2ª edição, 291 p.
- **Hosanna Campos Guimarães**: "Entrevista". In: "Planaltina ...Relatos" p. 19-48. Museu Histórico e Artístico de Planaltina, 1985.
- **Hosanna Campos Guimarães**: "Planaltina, sua origem, sua história e sua gente". Em "História do Planalto, p.157 - 181. Academia de Artes e Letras do Planalto, Luziana GO - 1996.
- **Juscelino Kubitschek**: "Por que Construí Brasília". 2ª edição, 2002. Senado Federal, Coleção Brasil 500 anos, 477 p.
- **Adirson Vasconcelos**: "A mudança da capital, Brasília, 1978 (edição do autor, escrito e revisado por S / A Correio Braziliense, Impresso no Senado Federal). 375 p.

5.2 - Textos sobre as missões geográficas de 1947

- **Fábio de Macedo Soares Guimarães et al.**: "Relatório preliminar da segunda expedição geográfica ao Planalto Central do Brasil". 1947; datilografado. 76 p.
- **Fábio de Macedo Soares Guimarães**: "O Planalto Central e o problema da mudança da capital do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Ano XI, N° 4, p. 3-69, outubro-dezembro de 1949.
- **Fábio de Macedo Soares Guimarães**: "Trabalhos de campo e de gabinete da segunda expedição geográfica ao Planalto Central". Revista Brasileira de Geografia, Ano XI, N° 4, p. 145-149, outubro-dezembro de 1949.
- **Christovam Leite de Castro**: "A Transferência da capital do País para o

Planalto Central". Revista Brasileira de Geografia, ano VIII, n. 4, p. 133-138, outubro-dezembro de 1946.

- **Christovam Leite de Castro**: "A mudança da capital do país à luz da ciência geográfica". Revista Brasileira de Geografia, ano IX, n. 2, p. 123-129, abril-junho de 1947.

- **Christovam Leite de Castro**: "Relatório preliminar da Seção Especializada de Estudos Geográficos do Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil". Novembro 1947; transcrito 7 p.

- **Christovam Leite de Castro**: "A mudança da capital do País". Revista Brasileira de Geografia, Ano X, n. 3, p. 117-119, julho-setembro de 1948.

- **Christovam Leite de Castro**: "Nova Capital do Brasil". Anais da primeira consulta do Panamericana reunião sobre geografia (12-24/09/1949), vol. ?, P. 3-5, Rio de Janeiro, 1952.

- **Dora Amarante Romariz**: "Notícia sobre alguns estudos geográficos que antecederam uma criação de Brasília. Março de 2004, transcrito 5 p.

- **Alain Ruellan, Denis Ruellan e Samy Adghirni Leal**: "A capital, que nasceu da terra". Em "Narrativas a céu aberto, modos de ver e viver Brasília, por Cremilda Medina (Organizadora), p.13-20. Editora UnB, 1998.

- **Francis Ruellan**: "Relatório preliminar da Primeira Expedição geográfica ao Planalto Central". Março 1948 (?) P. 51 digitado + Mapas.

- **Francis Ruellan**: "Alguns problemas da expedição para encontrar locais para a nova capital federal dos Estados Unidos do Brasil". Boletim da Associação dos Geógrafos francês, No. 194-195, p. 90-100, maio-junho de 1948.

- **Francis Ruellan**: "Trabalhos da Primeira Expedição Encarregada de Escolher o local para a instalação da nova Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil". Anais da primeira reunião panamericana do consulta sobre geografia (12-24/09/1949), vol. II, p. 40-59, Rio de Janeiro, 1952.

- **Francis Ruellan**: "A futura capital do Brasil que destrona Rio de Janeiro". Entrevista no jornal *Ouest France*. Fim de 1959 ou início de 1960.

- **Francis Ruellan**: Alguns textos de palestras 1948-1954 sobre o Planalto Central: geomorfologia, colonização... (ver fundo Ruellan da Universidade de Rennes II).



QUIPE TÉCNICA

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

David Wu Tai

Planejamento e coordenação técnica geral da obra

Nelson de Castro Senra

Assistente de pesquisa

Marco Aurelio Martins Santos

Pesquisa iconográfica e roteiro de imagens

Marco Aurelio Martins Santos

Projeto Editorial

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Katia Vaz
Marisa Sigolo

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos
Cristina R. C. de Carvalho
Kátia Domingos Vieira

Diagramação textual

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Tratamento de arquivos

Evilmerodac Domingos da Silva

Programação visual

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva
Bruno Klein
Carlos Roberto de Alcantara Corrêa (estagiário)
Catia Vasconcellos Marques
Solange Oliveira Santos

Gerência de Gráfica

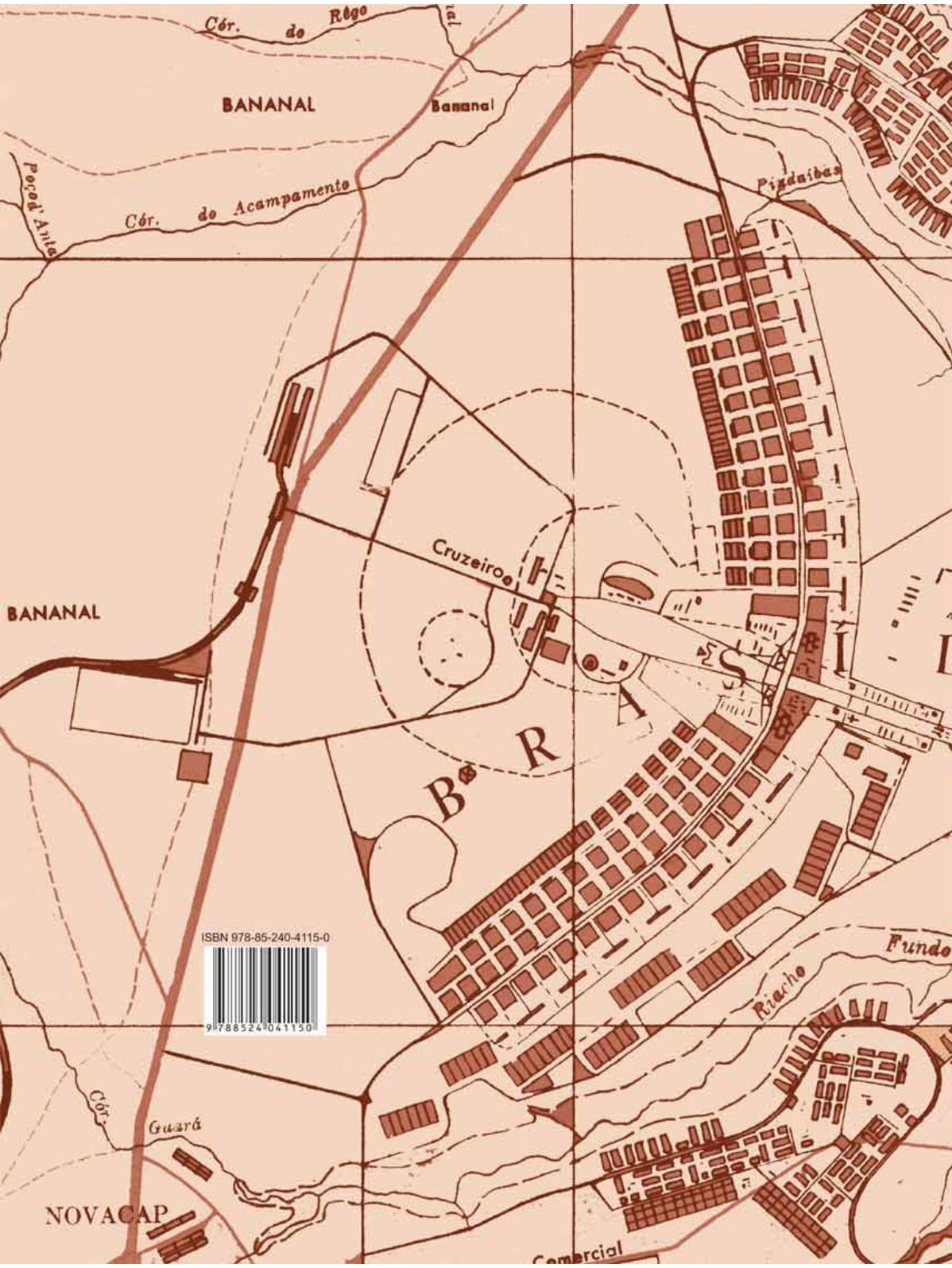
Impressão e acabamento

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maria do Monte



ISBN 978-85-240-4115-0



9 788524 041150

VERDAS DE BRASÍLIA

As expedições geográficas em busca de um sonho

Mudar a capital fora ideia antiga.

Antes mesmo da Independência, já se a defendia. Vários o fizeram, entre outros, Hipólito José da Costa, no seu *Correio Braziliense*, e José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, em orientações aos deputados às Cortes de Lisboa, ainda ao tempo do Reino Unido, e, depois, como membro do governo imperial.

A ideia esteve presente na primeira constituinte, mas não ficou no texto da Constituição Imperial de 1824. Entre vários nomes, arautos do assunto, Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, pugnou pela mudança, inclusive viajando ao interior e expondo seus argumentos no opúsculo *A questão da capital: marítima ou no interior?*, de 1877. Depois do Império, a ideia tornou-se preceito constitucional, consagrado já na primeira Constituição republicana, em 1891, e mantido nas Constituições de 1934 e de 1946.

Ao longo da Primeira República, importantes intelectuais empolgaram os debates, com realce à figura de Mário Augusto Teixeira de Freitas, que ideou o IBGE e foi sua alma por muito tempo, tendo, é claro, o apoio de outros ilustres ibgeanos. Afora os muitos debates, em vários lugares e momentos, atitudes foram tomadas, criando-se comissões e promovendo-se expedições geográficas. Entre várias, afora as primeiras, logo no início da República, as demais, ou foram realizadas no âmbito do IBGE, ou tiveram sua destacada participação.

Este é o alvo maior deste livro: relevar a história das comissões e, nelas, a importância dessas expedições, que, pouco a pouco, estabeleceram a localização da capital. Mas não só. Quer-se mostrar, também, outras ações do IBGE, ajudando a desvelar a capital: primeiro, ao elaborar o mapa oficial da capital, em 1958, e, em 1959, ao fazer o censo da população e habitação, hoje documentos históricos valiosos. Em sua atuação, até hoje, o IBGE seguiu tendo Brasília sempre presente em suas pesquisas estatísticas e geocientíficas – com realce aos estudos do Cerrado – e mais agora, neste livro, em que renova sua presença, ao revelar sua história como parte da história da Capital Federal e, mais ainda, da história do próprio Brasil.